

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

Vinícius de Oliveira Masseroni

**VOZES DA REVOLUÇÃO:
Historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)**

São Leopoldo

2020

Vinícius de Oliveira Masseroni

VOZES DA REVOLUÇÃO:

Historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profª. Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2020

M415v Masseroni, Vinícius de Oliveira.
Vozes da revolução : historiografia e memórias dos
militantes da luta armada brasileira (1968-1974) / Vinícius
de Oliveira Masseroni. – 2020.
280 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.
“Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres.”

1. Luta armada. 2. Ditadura civil-militar. 3. Memória.
4. Historiografia. I. Título.

CDU 981.088

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Aos meus pais, Rosa e Eley (*in memoriam*).

A todos e todas que não acreditaram no *Fim da História* e compreenderam que não basta interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes, pelo financiamento desta pesquisa. É sempre bom lembrar o quão fundamental é o investimento público em ciência.

Agradeço à minha família que deu suporte para que essa pesquisa fosse feita e me acolheu com amorosidade quando necessário. Meu muito obrigado à minha mãe, Rosa Beatriz, primeira sempre. Às minhas irmãs – em ordem alfabética para não causar atritos – Cláudia, Fernanda, Patrícia e Roberta.

Meus amigos de infância/juventude fizeram, em diversos momentos essa pesquisa possível, em muitos sentidos. Agradeço ao Renan Roggia e Maxsuel Maia por serem compreensivos nas minhas ausências e sempre estarem dispostos a ouvir minhas angústias e problemas, ajudando no que fosse possível. Também ao grupo que “cultiva” a discórdia: Carolina, Diego, Lucas, Rodrigo e Thaís.

Agradeço ao pessoal que me ensinou muito nos seis anos de prefeitura em Nova Santa Rita (e ao pessoal que veio agregado): Altemir, Barella, Deise, Ezequiel, Gelson, Jorge, Mari Lucia, Nenê e Simone. Vocês ainda vão ter que me aguentar.

Aos amigos do NELB que me acolheram, apesar de eu ser incapaz de ler uma página de registros paroquiais do século XVIII. Denize, pela perseverança, apesar dos gestores públicos insistirem em nos desmotivar. Ao Jonny, pela solicitude, de sempre estar disponível para sanar uma dúvida (qualquer uma). À Lely, que desde a graduação me acompanha, de perto ou longe. Ao Berute, por ser uma das pessoas mais simples e acessíveis que eu conheço.

A Pós-graduação da UNISINOS me deu a oportunidade de conviver e aprender com pessoas inteligentes que chamo, carinhosamente, de amigos. Nunca pensei que uma mesma turma de alunos pudesse conter tanta gente, tão qualificada ao mesmo tempo. Em qualquer tempo que tive dúvidas, não hesitei em pedir ajuda, já que sabia poder contar com esses cérebros privilegiados. Muito obrigado pela convivência: Cibele Rosa, Jéssica Arend, Deivid Ferreira, W. Augusto, Gabriel Ferreira, Guilherme Ordoque, Luisiane Gomes e Fábio Wilke.

O mestrado me brindou, ainda, com duas pessoas mais que especiais, amigos que não abandonaram a Marina e a mim nas terras desconhecidas de Recife. Dizer que são dois pesquisadores de fina procedência chega a ser banal – da “Escola Paulo Moreira de orientação”. MUITÍSSIMO obrigado aos queridos Vitor Costa e Bruna Letícia dos Santos pela amizade, pela cerveja, pelas discussões, pela piscina, pelos desabafos e pela bela amizade que construímos e conhecimento que compartilhamos.

Ao Paulo Roberto Staudt Moreira agradeço por ter sido meu professor e por ser genial. Sempre digo que ainda vou poder me vangloriar de dizer que conheço o Paulo, que é, certamente, um dos maiores historiadores do Brasil, apesar de gremista. Paulo brinca com o fato de eu sempre – em períodos não pandêmicos – estar no 4º andar (PPGH). Bom, essa frequência só foi possível porque pessoas nota 10 me fizeram companhia. A professora Ana Paula Korndorfer (codinome Aninha), sempre disposta a debater as notícias – e as lamúrias – mais recentes sobre o cenário político nacional, e compartilhar um café. Eduardo Relly, um vizinho de sala (e amigo) que ganhei na reta final da dissertação. Por último, mas não menos importante, o grande Marcelo Vianna (maaan), sempre a 1000km/h, saindo de algum lugar indo para outro, só não sei para onde.

Pude contar com a solidariedade gratuita dos mais diversos pesquisadores da área que não se furtaram a sanar minhas dúvidas e/ou pedidos. Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis, pela disponibilidade e amabilidade em responder e-mails e o fornecimento de uma cópia de seu livro “*A revolução faltou ao encontro*”. A Jean Sales agradeço pela solicitude em enviar-me sua dissertação de mestrado. Meu muito obrigado, também, à Carla Luciana Silva, pela disponibilidade e simpatia com sanou dúvidas a respeito de seu objeto de estudo atual – a VPR –, o qual aguardo o livro com imensa curiosidade. Agradeço, também, ao Higor Codarin, com quem pude elucidar dúvidas a respeito do MR-8 e, também, pelo envio de documentação primária a qual só tive acesso graças à sua gentileza. Não posso esquecer de Murilo Souza dos Santos, estudante da Unicamp, responsável por fotografar as entrevistas que serviram de fonte para essa pesquisa. A todos meus profundos e sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Douglas Angeli, pela correção atenta do meu pré-projeto de mestrado, “premiado” com uma bolsa de estudos, e pelas discussões, em especial no Simpósio da UPF.

Aos meus professores do *L’atelier des Mots*, em especial Jair, Mathilde e Renata. Nossas aulas foram um importante espaço de aprendizado, além de momentos muito agradáveis. Aqui vai meu muito obrigado.

Uma das minhas interlocutoras mais críticas – e afetuosa – Sirlei Gedoz pelas discussões histórico-políticas. Com ela aprendi que academia se faz com debate franco e, também, com afeto. Às professoras Monika Dowbor e Roberta Carnelos Resende, por serem gentis e aceitarem um “intruso” nas aulas de ciência política. Outro professor que me aceitou como “penetra” em suas aulas foi o gigante Solon Eduardo Ennes Viola, militante histórico, e me guiou nos caminhos da sociologia (e aguentou minha *birra* com Touraine). À professora Maria Cristina Bohn Martins pelas aulas sempre magníficas e pelos diálogos extra-classe.

Ao professor Cláudio Pereira Elmir (*in memoriam*), que nos pregou uma peça e partiu antes da data aprazada e hoje vive em nossa memória.

À professora Marluza Marques Harres o maior agradecimento – e dívida – por essa dissertação que só existiu, em grande parte, por seu estímulo. Poderia me alongar nesse parágrafo, porém, não o farei, em respeito à professora que é bastante reservada quanto a questões pessoais. Contudo, a admiração que tenho pela sua fibra – intelectual e moral – só aumentou nesses dois anos.

Aos professores Marcelo Ridenti e Maria Paula Nascimento Araújo agradeço a participação muito importante na banca de qualificação, apontando as fraquezas e virtudes desse trabalho. Agradeço também à professora Isabel Bilhão, que formou a banca final, pelas críticas e diálogos sempre produtivos.

Aos queridos Elisa Fauth e Vinícius Almeida, hoje habitantes de terras lusas. Ao Thiago “Pará” Magalhães, pelo companheirismo de sempre. Aos meus queridos historiadores da classe operária gaúcha, Bárbara Darski e Dionathan Kirst, sem vocês e nossos encontros eu, certamente, teria poupado algum dinheiro! Mas não teria dado tantas risadas, brigado tanto e criado esses laços afetivos que tecem a vida.

Agradeço à minha companheira, Marina Camilo Haack, por me aturar durante esses cinco anos de relacionamento, minhas ausências, minhas demoras em responder mensagens de whatsapp etc., etc., etc. Espero que possamos continuar a trilhar nosso caminho da maneira mais bela, como fizemos até aqui.

A todos e todas mencionados aqui sou devedor, em algum nível, pelo resultado aqui apresentado, obviamente, somente em suas qualidades. Os defeitos podemos culpar a teimosia do autor.

Muito obrigado!

[...] o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inenarrável existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro.

Jeanne Marie Gagnebin, Lembrar escrever esquecer, 2009.

La historia es nuestra y la hacen los pueblos.

Salvador Allende.

RESUMO

Entre os anos de 1968 e 1974 alguns brasileiros, indignados com a Ditadura Civil-militar e crentes do ideal revolucionário – inspirados entre outros, pela Revolução Cubana – resolveram que a única forma de efetuar as mudanças necessárias para o Brasil era através das armas. Em um curto espaço de tempo, porém, a luta armada foi esmagada pelos órgãos da repressão. Desde o final da década de 1980 houve uma profusão de trabalhos sobre as esquerdas que atuaram no país, as esquerdas armadas não ficaram de fora. Nossos objetivos gerais, com nosso trabalho, foram dois: realizar um levantamento bibliográfico sobre os estudos que tiveram por objeto uma organização armada em específico, que se preocuparam com as diferentes trajetórias das diferentes organizações armadas; o segundo objetivo foi analisar as memórias – por meio de entrevistas realizadas por Marcelo Ridenti – dos militantes *revolucionários*. Para o segundo objetivo nos municiamos das diversas contribuições dos autores que se dedicaram à História Oral (Alessandro Portelli e Luísa Passerini) e/ou aos estudos sobre a memória (Hallbawcs, Fentress e Wickham, Ricouer, Nora entre outros). Ao trabalharmos com entrevistas que já contam com trinta anos desde sua realização, nos perguntamos e quisemos fazer emergir como aparecem questões ligadas às questões como: Gênero; Melancolia de esquerda; o papel de resistência que as organizações de luta armada teriam desenvolvido e, também, a problemática do *suicídio* – lembrando que essa questão foi “inaugurada” por um militante da luta armada, Renato Tapajós. Com nosso primeiro objetivo buscamos mostrar quais organizações que participaram de ações armadas ainda não foram exploradas, sendo assim, as lacunas na nossa historiografia. Já no trabalho com as fontes orais buscamos evidências como as memórias da esquerda armada, ao contrário do que usualmente se pensa, é muito mais diversa e dissonante do que unívoca.

Palavras-chave: Luta Armada; Ditadura Civil-militar; Memória; historiografia.

ABSTRACT

Between 1968 and 1974, some Brazilians, outraged by the Civil-military Dictatorship and believers of the revolutionary ideal - inspired, among others, by the Cuban Revolution – decided that the only way to effect the necessary changes for Brazil was through weapons. In a short space of time, however, the armed struggle was crushed by the organs of repression. Since the end of the 1980s, there has been a profusion of works on the Left-Wing that worked in the country, the armed left-wing did not stay away. Our general objectives, with our study, were two: to carry out a bibliographic survey on the studies that had as object a specific armed organization, that were concerned with the different trajectories of the different armed organizations; the second objective was to analyze the memories – through interviews conducted by Marcelo Ridenti - of the revolutionary militants. For the second objective, we use the diverse contributions of the authors who dedicated themselves to Oral History (Alessandro Portelli and Luísa Passerini) and / or to studies on memory (Hallbawcs, Fentress and Wickham, Ricouer, Nora, among others). When working with interviews that have been in existence for thirty years, we asked ourselves and we wanted to raise issues related to issues such as: Gender; Left-Wing Melancholia; the role of resistance that armed struggle organizations would have developed and, also, the problem of suicide – remembering that this issue was “inaugurated” by an armed struggle activist, Renato Tapajós. With our first objective, we seek to show which organizations that participated in armed actions have not yet been explored, thus, the gaps in our historiography. In working with oral sources, we look for evidence such as the memories of the armed left, contrary to what is usually thought, it is much more diverse and dissonant than univocal.

Keywords: Armed Struggle; Civil-military dictatorship; Memory; historiography.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Fragmentação das esquerdas armadas, 1960-1974.	47
--	----

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional
ALA ou PCdoB-AV – Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
BOC – Bloco Operário Camponês
CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CC – Comitê Central
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCE – Comissão Central Executiva
CE – Comitê Executivo
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros
CN – Comando Nacional
CNOP – Comissão Nacional de Organização Partidária
COLINA – Comandos de Libertação Nacional
DDD – Dissidência da Dissidência
DI's – Dissidências do PCB
DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara
DI-RJ – Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro
DI-RS – Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul
DISP – Dissidência Estudantil de São Paulo
DVP – Dissidência da VAR-Palmares
FAC – Frente Anticomunista
FMI – Fundo Monetário Internacional
FND – Faculdade Nacional de Direito
FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia
FTA – Frente de Trabalho Armado
FTCM – Frente de Trabalho de Camadas Médias
FTO – Frente de Trabalho Operário
GTA – Grupo Tático Armado
GTE – Grupo Tático estratégico
IC – Internacional Comunista (Terceira Internacional)

JS – Juventude Socialista
LSI – Liga Socialista Independente
MAC – Movimento Anticomunistas
ME – Movimento Estudantil
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MR-8 ou Oito – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRM – Movimento Revolucionário Marxista
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MT – Mocidade Trabalhista
MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
O. – Organização (futuro COLINA)
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PA – Ponto de apoio
PC's – Partidos Comunistas
PCA – Partido Comunista Argentino
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCC – Partido Comunista Chinês
PCCh – Partido Comunista Chileno
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC – Partido Operário Comunista
POLOP ou ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PRI – Partido Revolucionário Institucional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
REDE – Resistência Democrática
SSA-IC – Seção Sul-americana da Internacional Comunista
TMD – Teoria Marxista da Dependência
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UB – Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ)
UC – Unidade de Combate
UEE – União Estadual dos Estudantes
UME – União Metropolitana dos Estudantes
UNAM – Universidade Autônoma do México
UNE – União Nacional dos Estudantes
UP – Unidade Popular (Chilena)
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

1 INTRODUÇÃO: ainda sobre a luta armada.....	15
1.1 Alguns apontamentos sobre a História Oral e Memória	24
2 A FRAGMENTAÇÃO DAS ESQUERDAS NA DÉCADA DE 1960: O PCB.....	40
2.1 PCB: do monopólio ao esfacelamento.	48
2.2 PCdoB: da (re)organização à guerrilha do Araguaia.	62
2.3 PCdoB – Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário.	82
2.3.1 PCR e a guerrilha no Nordeste.	83
2.3.2 Ala Vermelha: luta armada e autocrítica.	88
2.4 Ação Libertadora Nacional e a primazia da ação	94
2.5 O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR	107
2.6 As Dissidências e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro	115
2.6.1 A mais destacada das DI's: da DI-GB ao MR-8	116
3 A FRAGMENTAÇÃO DAS ESQUERDAS NA DÉCADA DE 1960: A POLOP.....	133
3.1 A POLOP e a revolução socialista no Brasil.	133
3.2 Comandos de Libertação Nacional – COLINA	142
3.3 Vanguarda Popular Revolucionária – VPR: em dois tempos	149
3.4 Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares: a tentativa de síntese	159
3.5 Partido Operário Comunista – POC	165
4 MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA: <i>resistência</i> e morte.....	170
4.1 A esquerda armada resistiu?	171
4.2 Crença na revolução ou suicídio revolucionário?	192
5 MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA: melancolia e gênero.....	205
5.1 A luta armada: da opção à sua contribuição para a esquerda.	207
5.2 A esquerda armada, a questão de gênero e os costumes	220
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241

7 FONTES ORAIS E DOCUMENTAIS.....	247
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

1 INTRODUÇÃO: ainda sobre a luta armada.

Me curvo às evidências que brotam dos arquivos, e elas não cessam de surpreender com um universo muito mais complexo do que caberia numa explanação fácil e porventura maniqueísta, que divida o mundo entre o herói e o bandido.

João José Reis

Muito já se escreveu sobre a luta armada no Brasil, seja sobre a *guerrilha urbana*¹ – e seus feitos emblemáticos, tais como, sequestros de embaixadores e cônsules –, seja a *mítica* Guerrilha do Araguaia, encabeçada pelo Partido Comunista do Brasil, doravante, PCdoB. Os estudos sobre a *esquerda revolucionária*² das décadas 1960-70 se iniciaram, de forma muito dispersa, quando ainda existia a Ditadura.³ Porém os três trabalhos que estabelecem a

¹ Usamos o termo guerrilha grifado em *itálico* porque cremos que o conjunto de ações – assaltos a bancos, roubos de armas, sequestro de autoridades estrangeiras entre outras – não caracterizam a luta armada urbana como guerrilha, diferente, pois, da Guerrilha do Araguaia que possui traços mais evidentes de uma luta guerrilha. Por estes motivos utilizaremos a expressão “luta armada”, podendo ou não estar acompanhada do adjetivo “urbana”, para caracterizar as lutas travadas pelas organizações da esquerda armada das décadas de 1960-1970.

² Como a expressão anterior, aqui pensamos ser importante uma nota explicativa. Toda palavra tem um peso, digamos, *ideológico*. Mas, para algumas palavras essa carga é mais evidente. Como, dentro desse trabalho acadêmico – que não deixa de ter um viés, também, político – procuramos nos distanciar de posições laudatórias que nossa subjetividade tende a nos “empurrar”. Nesse sentido, pensamos ser importante grifarmos a expressão *esquerda revolucionária* por alguns motivos. Primeiro, o termo *revolucionária(o)* possui um tom de heroísmo e, também, apologético e, como dissemos, pretendemos nos afastar, na medida do possível, dessa posição. Em segundo lugar, essa terminologia era utilizada pelos próprios militantes das organizações armadas para se autodenominarem mas, sub-repticiamente, criticavam a esquerda que, no seu entender, não era *revolucionária*, em grande medida tratava-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, como podemos ver na história da esquerda – especialmente a marxista –, não só do Brasil, essa denominação encerra um julgamento moral e disputas políticas dentro da esquerda. Provavelmente, se perguntássemos a Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra, dois militantes históricos do PCB e que tinham posições contrárias a luta armada, estes também se considerariam *revolucionários*.

³ Podemos lembrar do texto de autoria de João Quartim de Moraes (1970), na revista *New Left Review*, onde abordava a influência do filósofo francês Régis Debray na esquerda brasileira, especialmente na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização pela qual o próprio autor havia militado. Os artigos de Marco Aurélio Garcia, *Contribuição à história da esquerda brasileira*, publicados entre 1979 e 1980 no jornal *Em Tempo*, depois republicados, em parte, no livro *Inteligência Brasileira* e, recentemente, na íntegra, juntamente com outros textos, no livro organizado por Dainis Karepovs, “*Notas para uma história dos trabalhadores*”. Cf. GARCIA, Marco Aurélio. *Contribuição à história da esquerda brasileira*. In: MORAES, Reginaldo (org.); ANTUNES, Ricardo (org.); FERRANTE, Vera (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 193-223, 1986; GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, 2019; QUARTIM DE MORAES. João. Régis Debray and the Brazilian Revolution. *New Left Review*, Londres, vol. 59, jan.-fev., p. 61-82, 1970.

esquerda armada como um tema de pesquisa foram, respectivamente, as obras de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*⁴; Daniel Aarão Reis, *A Revolução faltou ao encontro*⁵ e Marcelo Ridenti, *O fantasma da Revolução Brasileira*⁶. A esses trabalhos sucederam-se uma imensa produção sobre os militantes da esquerda armada – e sobre a esquerda em geral.⁷

Tendo em vista a extensa produção acadêmica que torna difícil acompanhar a produção de livros, dissertações e teses, e impossível a leitura da produção de artigos acadêmicos, uma pergunta se impõe, qual o motivo de mais um estudo sobre as organizações brasileiras de luta armada? O que nos resta dizer?

À essas perguntas existem respostas em diferentes níveis.

Num primeiro nível – que podemos chamar de subjetivo – encontram-se as inclinações ideológicas do próprio autor e suas preocupações políticas do presente, assim como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, “uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – *mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador?* –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história”.⁸ Isso deve-se ao fato de que eu – peço licença para utilizar a primeira pessoa do singular – participo

⁴ A primeira edição do livro de Jacob Gorender veio à luz em 1987, aqui utilizamos a última edição com um posfácio do autor. Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

⁵ O livro é originário da tese de doutoramento em história do professor Daniel Reis, defendida em 1987, transformada em livro em 1990. Cf.: AARÃO REIS, Daniel. *As organizações comunistas e a luta de classes 1961-1968*. 1987. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987; AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução Faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁶ O livro é originário da tese de doutoramento em sociologia do professor Marcelo Ridenti, defendida em 1989, transformada em livro em 1993, utilizamos aqui a última edição, com posfácio do autor, de 2010. Cf.: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁷ Alguns dos trabalhos fundamentais sobre a esquerda no Brasil, especialmente sob o período da Ditadura são: a coleção “*As esquerdas no Brasil*” (AARÃO REIS; FERREIRA [orgs.], 2007), em três volumes que somam quase duas mil páginas os autores abordam as esquerdas nos seus mais diversos matizes (anarquistas, comunistas, socialistas, trotskistas, trabalhistas e etc.) e no período que abarca a proclamação da república até o século XXI; *História do Marxismo no Brasil*, publicada em seis volumes, com diversos organizadores e autores; sobre as esquerdas na década de 1970 durante a Ditadura civil-militar brasileira o trabalho de Maria Paula Nascimento Araújo (2000) é obra fundamental; o exílio tem sido alvo de diversas pesquisas, sobre esse tema é indispensável o livro de Denise Rollemberg (1999); muito tem se produzido sobre a história das diversas organização de luta armada em específico, exploraremos essa bibliografia nos capítulos subsequentes desta dissertação, mas vale ressaltar a obra, organizada por Jean Rodrigues Salles (2015), *Guerrilha e Revolução* que faz um balanço das diversas organizações da esquerda armada brasileira, cf.: AARÃO REIS, Daniel (org.); FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3 vols., 2007; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999; SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 22 (*grifos nossos*).

e participei de diversas *lutas* dentro do Movimento Estudantil (ME) da Universidade em que me formei e agora sigo em meu Mestrado.

Mas, meu interesse pela luta armada, das décadas de 1960-70, no Brasil, remonta a algum momento entre fins de 2014 e início de 2015. Nesse momento tive o primeiro contato com o campo de estudos da esquerda brasileira, por meio do livro “*Prisioneiros do mito*”, de autoria de Jorge Ferreira, originário de sua tese de doutoramento, o texto narra a história e memória dos militantes do PCB.⁹ Por indicação da professora Isabel Bilhão, durante suas aulas de *História social e pensamento educacional*, li o *A Revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis.

No ano de 2015 me tornei bolsista voluntário da professora Marluza Marques Harres que estava esboçando um projeto de pesquisa que buscava os militantes que estavam engajados na luta armada, no Rio Grande do Sul, pré-golpe de 1964. Já sob orientação de Marluza Harres, comecei a tomar contato sistemático com a bibliografia sobre a esquerda brasileira. O primeiro livro que minha orientadora solicitou que eu lesse foi “*Combate nas trevas*”, de Jacob Gorender. O próximo livro que li, ainda sob orientação da profa. Marluza foi *O fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti.

Após esses trabalhos continuei a ler os estudos mais recentes sobre a luta armada brasileira. Contudo, a vida política impõe realidades inescapáveis. Depois das *jornadas de junho de 2013* – manifestações que iniciaram com pautas progressistas e terminaram como um movimento da “nova” direita – as memórias sobre o período da Ditadura civil-militar¹⁰ e

⁹ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930 – 1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002

¹⁰ Não há consenso sobre a forma de nomear o regime que vigorou no Brasil entre os anos de 1964-1985. Daniel Aarão Reis, por exemplo, questiona a periodização canônica, como veremos adiante. A classificação mais conhecida e utilizada é, talvez, *Ditadura Militar*. Autores de diferentes procedências historiográficas (Carlos Fico, Maria Paula Nascimento Araújo e João Quartim de Moraes) utilizam a denominação *Ditadura Militar* para enfatizar que, apesar do fato que regime não tenha sido imposto somente pela coerção, o fator militar foi o predominante e decisivo para definição do Regime. Outros autores têm defendido, desde a década de 1980, o caráter “*civil-militar*” do golpe e da Ditadura. Porém, esses autores se dividem em dois grandes grupos. O primeiro é tributário das teses de René Armand Dreifuss (1981), onde o caráter *civil* adquire um corte de *classe*. Nesse sentido, o *golpe* e a *ditadura* haviam sido uma união, mais ou menos coesa, entre militares e burguesia brasileira. Porém, já há alguns anos, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento vêm advogando um novo conteúdo para a classificação “*civil-militar*”. Autores como Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, sem negar o caráter de *classe*, defendem que houve, tanto no golpe quanto na ditadura, apoio e participação de setores da população, numa espécie de componente *civil-popular*. Ou seja, não apenas a burguesia apoiou e sustentou o Regime, mas as classes populares também. Esses autores afirmam, ainda, que nomear a Ditadura como “*civil-militar*” é uma forma de lembrar a sociedade sua participação nos eventos, tirando, desta maneira, uma “memória cômoda” que afirma que a ditadura se impôs contra a vontade da população. É importante que se afirme que os autores envolvidos nesse debate, não divergem dos fatos, mas sim partem de perspectivas teórico-analíticas distintas. O fato dos militares terem sido decisivos durante o regime; que a burguesia apoiou o golpe e a ditadura; que a população também clamou pela intervenção militar são fatos inegáveis. Apesar de sermos sensíveis a todos argumentos, e acreditarmos que é patente os interesses da burguesia no golpe e durante a Ditadura, utilizamos o adjetivo “*civil-militar*” no sentido amplamente

sobre as esquerdas armadas começaram a ser questionadas.¹¹ Aquilo que Aarão Reis havia afirmado, que as esquerdas haviam perdido a luta armada, mas havia ganhado a batalha das memórias,¹² não parecia ser uma assertiva tão clara.¹³ Ainda que o autor tenha feito uma “advertência” de que “[...] nas batalhas de memória, o jogo nunca está definitivamente vencido, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos”.¹⁴ No mesmo sentido caminham as afirmações do historiador Peter Winn ao tratar das “disputas” em que as memórias estão envoltas,

El primero es que las memorias – y las contramemorias – están frecuentemente en conflicto y en disputa entre ellas, creando así lo que llamamos una “batalla” por la memoria histórica. El segundo es que las memorias deben ser “historizadas”, dado que susignificado cambia de acuerdo com el tempo y el lugar, y son parte de luchas sociales y políticas más amplias.¹⁵

Isso somado aos livros que passaram a ganhar espaço ao “demonstrarem” que a *esquerda mentia sobre seu passado*, que *Carlos Marighella era um assassino sanguinário*, que *a esquerda queria uma ditadura e não democracia* e todo um discurso que parecia ter

divulgado por Aarão Reis e Denise Rollemberg. Contudo, ao decorrer do texto, por vezes, utilizamos apenas o termo “*Ditadura*” sem acompanhamento algum, apenas para melhor fluência do texto. Sobre o debate envolvendo as distintas correntes historiográficas, Carlos Fico (2004, 2017) tem produzido, periodicamente, bons artigos debatendo com as diferentes posições. É de bastante importância o artigo de autoria de Marcelo Ridenti (2018), cf.: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017; RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 37, n. 1, pp. 33 42, 2018.

¹¹ Obviamente a *memória hegemônica* de uma população sobre determinado período de sua história nunca é algo pacífico, mas sempre dissonante. Isso pode ser visto, inclusive, nas diversas comemorações e discursos laudatórios do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, durante seus 28 anos de vida no Parlamento Federal. Diversas foram as comemorações da Revolução (sic) de 1964, sendo em discursos da tribuna, seja com seus filhos em frente ao Congresso com faixas em louvor ao golpe de Estado.

¹² Cf. AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, p. 29-52, 2004, p. 40.

¹³ O historiador Marcos Napolitano (2015, p. 103-104) concorda que, apesar de vitoriosos politicamente em 1964 e durante o período da Ditadura, os militares saíram perdedores da “batalha da memória”. Porém, Napolitano enxerga que, desde 2003, há em curso um “revisonismo liberal” que passa a questionar o caráter autoritário da Ditadura – “ditabranda” – e o papel das esquerdas armadas para a constituição da democracia, cf.: NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 96-106, 2015.

¹⁴ AARÃO REIS, 2004, p. 30.

¹⁵ WINN, Peter. Prefácio. In: WINN, Peter et. al. *No hay mañana sin ayer: Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2016. Disponível para Kindle, posição 155.

saído diretamente da Guerra Fria.¹⁶ Isso nos levou a uma reflexão sobre o que essas obras buscavam, sendo que, os três trabalhos que inauguram os estudos sobre a esquerda armada em nosso país, são bastante claros sobre os objetivos da esquerda armada – em especial Gorender e Aarão Reis, este último, inclusive, é frequentemente acusado de *revisonismo* por historiadores marxistas pela sua condenação dos objetivos da esquerda armada.¹⁷ A partir da análise das fontes que utilizaremos em nosso trabalho visamos demonstrar como as memórias da esquerda armada brasileiras são múltiplas e não se concatenam nem, muito menos, eram harmônicas umas com as outras.¹⁸

Utilizaremos, para elaboração de um estudo sobre as memórias da luta armada no Brasil, 30 entrevistas realizadas pelo professor Dr. Marcelo Ridenti, que estão disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP), no fundo *Militância Política e luta armada*.¹⁹ Os motivos da escolha dessas entrevistas também são diversos. Podemos afirmar que, devido ao pouco tempo de duração do mestrado – 24 meses – não conseguiríamos entrevistar essa quantidade de ex-militantes – tendo em vista que isso incluiria deslocamento, gravação, transcrição e todos os “contratempos” da realização de entrevistas para realização de um satisfatório projeto de História Oral. Outro ponto a ser levado em consideração é a representatividade que essas entrevistas ganharam no trabalho final de Marcelo Ridenti. Se levarmos em conta que na sua tese de doutorado, além das entrevistas, o autor trabalhou com documentos das organizações da esquerda armada, os

¹⁶ Citamos aqui dois livros patéticos que defendem essa visão: NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2014; SILVEIRA, Itamar Flávio; CARVALHO, Suellem. *O Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2016.

¹⁷ Sobre a crítica dirigida, especialmente, a Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira ver: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

¹⁸ Como bem salientou Aarão Reis, “o jogo nunca está definitivamente vencido”. Ao olhar minha mesa de trabalho, ao alcance das minhas mãos, estão dois livros lançados em 2019, ambos contendo textos e/ou documentos sobre a esquerda brasileira. Em agosto de 2019 veio à luz o livro *Caminhos da Revolução Brasileira*, organizado por Luiz Bernardo Pericás, que contém importantes textos de teóricos marxistas brasileiros sobre qual o caráter e como se desenvolveria a revolução no Brasil – entre os autores que compõem essa obra estão Octávio Brandão, Luis Carlos Prestes, Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos entre outros. Além disso, no mês em que escrevo estas linhas veio a público o livro *Chamamento ao povo brasileiro*, organizado pelo filósofo Vladimir Safatle, com textos e documentos escritos por Carlos Marighella. Essa brochura contém poemas e a famosa *prova em verso*, mas, também, textos conclamando o povo a combater a Ditadura de armas na mão – além do conhecido texto *Porque resisti à prisão*. O que mostra que o pensamento de esquerda no Brasil, inclusive aquele que convocava a luta armada, ainda conquista corações e mentes. Cf.: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019; MARIGHELLA, Carlos; SAFATLE, Vladimir (org.). *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

¹⁹ Segundo Ridenti (2010, p. 322-323) foram realizadas 34 entrevistas. No AEL/UNICAMP estão disponíveis e transcritas 30 entrevistas (31 se considerarmos que as entrevistas de Maria do Carmo Brito e Shizuo Osawa [Mário Japa] foram realizadas em conjunto). Conforme nos informou o autor, Jacob Gorender, Maria Aparecida da Costa e Paulo Schilling, preferiram não gravar seus depoimentos.

mais de 700 processos do projeto *Brasil Nunca Mais* e, ainda, livros de memórias. Com toda essa gama de documentação as entrevistas entraram como “mais um” tipo de documentação. Some-se a isso o tratamento dado às entrevistas na redação final do texto. Ridenti valeu-se das entrevistas como mais uma entre outras fontes de informação, que é um expediente válido, mas deixa para trás uma série de problematizações que poderiam ser realizadas. Isso pode ser notado ao consultarmos as referências bibliográficas do livro *O fantasma da Revolução Brasileira*, ali não encontramos nenhum estudo teórico sobre a questão do trabalho com História Oral²⁰ e/ou Memória.²¹ Gostaríamos de ressaltar, contudo, que *não é* nossa intenção realizar um trabalho de contestação das conclusões de Marcelo Ridenti, ainda que interpretações diferentes possam aparecer.

Isso nos leva a uma problemática mais estrita do trabalho com a História Oral, a dos acervos. Essa discussão tem ocupado muitas páginas no debate acadêmico, a saber: *qual a utilidade das entrevistas realizadas para uma determinada pesquisa de História Oral para outros pesquisadores?* Muitos autores revelam sua predisposição a trabalharem com entrevistas orais realizadas por eles próprios.²² Mas, obviamente, os acervos de entrevistas orais são, em muitos sentidos relevantes, caso contrário, por que estamos guardando tantas entrevistas em nossos arquivos?

Uma questão importante é que as entrevistas só são possíveis – para fins científicos – com pessoas vivas. Logo, ignorar os *arquivos orais*, é ignorar uma série de depoimentos que não podem mais ser ratificados – em nosso caso, alguns militantes *emblemáticos* já não estão mais vivos, como Apolônio de Carvalho e Vera Sílvia Magalhães. Claro, devemos nos lembrar das advertências de Janaína Almeida Teles quando afirma que,

²⁰ É importante ressaltarmos que, apesar de a História Oral ter surgido no Brasil em meados da década de 1970, ganhou espaço e maior vigor teórico na década de 1990, dessa maneira nos pareceria injusto uma “acusação” da falta de problematização da História Oral, sendo que o campo estava em plena formação. Sobre o surgimento e estabelecimento da História Oral no Brasil, cf.: D’ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil. Entrevista com Aspásia Camargo a Maria Celina D’arújo. *História Oral*, Rio de Janeiro, V. 2, p. 167-179, 1999; NETO, André de Faria Pereira; MONTENEGRO, Antonio Torres; MACHADO, Bárbara Araújo. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente. *História Oral*, Rio de Janeiro, V. 10, n° 2, p. 113-126, 2007.

²¹ Ridenti (2010, p. 267) resalta que há nos relatos um elemento “psicológico”, logo, subjetivo, nas entrevistas, mas esse não é seu interesse, outrossim, os “aspectos sociológicos e políticos”. Vale frisar que na edição de 2010 o autor inclui uma bibliografia do posfácio, essa, por sua vez, além de atualizar até aquele momento o que havia sido produzido sobre o tema, inclui algumas obras sobre História Oral e Memória, cf.: RIDENTI, 2010, p. 303-313.

²² Alessandro Portelli resalta a importância que, para ele, tem a experiência da entrevista para construção de seus trabalhos, “[...] Eu próprio jamais usei entrevistas feitas por outras pessoas – apenas ocasionalmente. Esta é minha abordagem pessoal, não estou criticando ninguém, nem impondo regras; no entanto, sempre considerei de tamanha importância a experiência pessoal da entrevista que usar as fitas gravadas por outros era menos gratificante [...]” cf. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, n° 15, abr., p. 13-49, 1997b, p. 36.

É de se ressaltar que o testemunho sobre o passado é sempre datado, um exercício de memória que traz a marca do momento em que é pronunciado. Impressões e avaliações narradas sobre uma mesma experiência podem ser recontadas de uma maneira bastante diferente anos depois do primeiro relato. O ato de lembrar sempre se produz quando já transcorreu algum tempo. Essa marca implica na distinção que ela estabelece entre o *antes* e o *depois*. A memória é a guardiã da profundidade do tempo e da distância temporal [...].²³

Fazemos essa ressalva para situarmos nossas fontes tendo em vista que as entrevistas, as quais nos valeremos, foram realizadas há mais de 30 anos (entre o segundo semestre de 1985 e o primeiro de 1986),²⁴ logo precisamos desenvolver nossas análises tendo esse contexto histórico em mente.²⁵ No caso específico o Brasil adentrava, uma vez mais no século XX, na democracia. É certo que o regime ditatorial vinha numa constante descompressão desde a revogação do *Atos Institucionais* (AI's) e promulgação da Lei da Anistia, em 1979. Mesmo assim, o Brasil teve que acompanhar a Ditadura definhar a olhos vistos os intermináveis seis anos do mandato presidencial do General João Baptista de Oliveira Figueiredo,²⁶ o quinto e último militar no comando do executivo nacional, responsável por apagar as luzes da Ditadura. As entrevistas aqui trabalhadas já se deram dentro de um regime de *transição democrática*, encabeçado por José Sarney de Araújo Costa – aliado civil dos governos militares –, que teria “fim” – com a promulgação da Constituição de 1988, em cinco de outubro de 1988.

²³ TELES, Janaína de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: O projeto de história oral dos presos políticos no Brasil. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália Batista (orgs.). *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, p. 239-259, 2017, p. 247.

²⁴ Nesse sentido é possível dizer que as entrevistas “envelhecem”. A título de exemplo, uma pergunta recorrente realizada por Marcelo Ridenti a maioria dos entrevistados era sobre o motivo de existirem poucos trabalhos acadêmicos sobre a luta armada da esquerda brasileira. É uma obviedade que realizar essa pergunta hoje em dia, é uma questão sem conexão com a realidade, já que estudos sobre as esquerdas cresceram muito de lá para cá. Mas é interessante notar que as respostas continuam sendo interessantes e fontes de reflexão, mesmo não tendo mais sentido nos dias de hoje.

²⁵ A primeira entrevista, que dispomos, realizada por Marcelo Ridenti foi feita com Apolo Heringer Lisboa, em Belo Horizonte, em 13 de julho de 1985. A última foi feita com Ladislau Dowbor, em São Paulo, dia 20 de fevereiro de 1986. Foram realizadas, também, entrevistas em Londrina, Osasco e Rio de Janeiro. Duas entrevistas não constam o local, respectivamente as de Pedro Rocha (29/08/1985) e Renato Tapajós (30/08/1985), possivelmente, ambas, realizadas em São Paulo. Por último, a entrevista de Carlos Fayal está datada como sendo de 27 de janeiro de 1985, muito anterior às demais entrevistas. Concluímos, portanto, que houve um erro de digitação, e essa entrevista foi, provavelmente, realizada em 1986, o que faria mais sentido dentro da cronologia das demais entrevistas. Estando essa suposição correta, às entrevistas se deram no espaço temporal de pouco mais de 7 meses entre a primeira e a última.

²⁶ Cabe lembrar que o mandato de Figueiredo iniciou em 15 de março de 1979 e findou em 15 de março de 1985, não coincidiam nessa época – como hoje – o início das legislaturas com o início do ano.

Algumas características do conjunto das entrevistas. Dos 31 entrevistados aos quais tive acesso apenas 3 (9,7% do total) eram mulheres.²⁷ Nesse caso as mulheres estão sub-representadas,²⁸ tendo em vista o próprio levantamento feito pelo autor que identificou que 18,3% dos presos envolvidos com organizações de luta armada eram do sexo feminino.²⁹ A exceção da entrevista com Jean Marc Van Der Weid – que foi membro da Ação Popular (AP) –, todos os entrevistados foram militantes de organizações armadas, às vezes em mais de uma ao longo da militância.³⁰ Ainda foram entrevistados integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), Ala Vermelha do PCdoB (ALA), Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), Dissidência da Guanabara (DI-GB), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8),³¹ Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP, ou somente POLOP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), PCdoB, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).³²

Não tivemos acesso ao roteiro das entrevistas. Contudo, após a leitura dos depoimentos dos 31 entrevistados, é possível vislumbrar um roteiro seguido por Marcelo Ridenti. As entrevistas eram bastante direcionadas à militância política, em geral as

²⁷ Se levarmos em conta o total de entrevistas de realizadas por Ridenti, esse número sobe para 11,8% (4 mulheres de um total de 34 entrevistas).

²⁸ Marcelo Ridenti nos informou que, das pessoas que foram convidadas para participarem das entrevistas, somente mulheres se recusaram a darem seus depoimentos.

²⁹ Para alcançar o mesmo índice – 18,3% –, seria necessário que tivéssemos entrevistas de seis mulheres (5,67, para sermos exato), ou seja, o dobro do que temos à disposição. Já no total de entrevistas realizadas por Ridenti (4 mulheres num total de 34) a diferença se mantém – em números absolutos –, seriam necessárias 7 mulheres (6,22 em números frios, ou seja, mais 3 mulheres), para termos a uma proporção similar à que o sociólogo obteve ao analisar os dados dos processos *Brasil Nunca Mais*, cf.: RIDENTI, 2010, p. 281 Quadro 6.

³⁰ No entanto é curioso, apesar de coerente, que a maioria dos militantes, quando teve passagem por mais de uma organização, permanecesse num mesmo *ramo* de organizações. Por exemplo, Maria do Carmo Brito participou de diversas organizações de esquerda clandestina, mas sempre “dentro do mesmo espectro”, a não ser pela sua militância inicial no PCB, ela passou por POLOP, COLINA, VAR-Palmares e VPR, sempre na lógica da dissidência interna das organizações. Essa situação parece ter sido mais comum do que a experiência do Capitão Carlos Lamarca que passa da VPR (que tem suas raízes na POLOP) para o MR-8 (antiga DI-GB, dissidência do PCB).

³¹ O MR-8 teve duas origens distintas. O primeiro foi o nome dado pelos órgãos de repressão aos militantes da DI-RJ que haviam fracassado no seu intento de desencadear uma guerrilha rural. O segundo MR-8 surgiu da DI-GB, no ano de 1968. Mais detalhes sobre a origem e dissidências das organizações armadas do PCB serão discutidos no segundo capítulo.

³² A VPR também teve sua história dividida em dois momentos. Em 1969 passou alguns meses *fundida* com outras organizações – tais como, MNR, COLINA, dissidentes da AP e grupos menores – na VAR-Palmares. Depois do primeiro Congresso após a fusão, parte dos antigos militantes da primeira VPR, junto com outros militantes de diversas organizações se retiraram da VAR e refundam a VPR. Como já afirmado, exploraremos a formação e dissolução dessas organizações no capítulo três.

entrevistas se iniciavam com um pedido para que o entrevistado falasse um pouco da sua vida antes do engajamento na militância política até o engajamento na luta armada, e como e porque isso havia ocorrido. Depois, geralmente, passava-se a questionamento sobre a estrutura da organização (como se organizavam nos diferentes níveis nacional, estadual e municipal, número de militantes etc.). Era constante também questionamentos sobre a formação teórica dos militantes; quais as obras eram lidas na organização; se esta oferecia algum curso de formação teórico-política. No final das entrevistas Ridenti entrava em questões em que solicitava avaliações individuais da participação do próprio militante na luta armada – o entrevistador questionava qual contribuição da luta armada para a história da esquerda; quais lições deixava; qual foi a importância dessa experiência para a vida do entrevistado. Nem todas as entrevistas possuíam todos esses elementos, especialmente as que contaram com a participação de Daniel Aarão Reis.³³

Uma de nossas dificuldades foi não termos tido acesso às gravações das entrevistas, somente às transcrições, num total de 1.015 páginas de relatos dos 31 entrevistados.³⁴ O tamanho das entrevistas gira ao redor de 20 a 30 páginas, sendo que, uma minoria fica abaixo desse patamar, e algumas extrapolam esses limites.³⁵ Todo material das entrevistas foi lido e fichado seguindo a seguinte lógica: apontávamos o tópico sobre o qual o entrevistado falava, realizávamos um resumo de suas ideias, seguido do número da página em que se encontravam as informações. Quando avaliávamos que determinado trecho se mostrava relevante, elaborávamos a transcrição das passagens para o fichamento. Depois de findado a leitura desse material o resultado foi a produção de 202 páginas de fichamento.

³³ O historiador Daniel Aarão Reis, naquele momento – entre final de 1985 e início de 1986 –, também desenvolvia sua tese de doutoramento sobre a esquerda armada, e teve participação em sete entrevistas: Jean Marc Van der Weid (AP); João Quartim de Moraes (VPR); Maria Aparecida Costa (ALN); Maria do Carmo Brito (COLINA, VAR, VPR); Paulo de Tarso Venceslau (ALN); Shizuo Osawa (Mário Japa, VPR, VAR, VPR) e Vera Sílvia Magalhães (DI-GB, MR-8).

³⁴ Com exceção das entrevistas de Amadeu Felipe da Luz Ferreira e Carlos Fayal, às gravações, em sua maioria parecem terem sido transcritas em sua totalidade. Em algumas transcrições podemos encontrar, ao fim da entrevista, a fala de Marcelo Ridenti: “Encerra-se aqui a entrevista com João da Silva”, mas isso não ocorreu na totalidade das entrevistas. Como dito anteriormente, às entrevistas possuíam uma lógica, e algumas respostas parecem terem sido interrompidas no meio, o que indica uma possível perda de material. Como se tratavam de fitas K7, em alguns casos podem ter ocorrido o fim da fita, supomos. Mas, mesmo nesses casos é possível constatar que a entrevista já se encaminhava para o encerramento.

³⁵ A menor entrevista que tivemos acesso é a de Amadeu Felipe da Luz Ferreira (incompleta) com 14 páginas e a de Guiomar Calejas e Renato Tapajós, ambas com 17 páginas. A mais longa foi a de Paulo de Tarso Venceslau, com 78 páginas.

1.1 Alguns apontamentos sobre a História Oral e Memória

A vida não é a que a gente viveu, e sim o que a gente recorda, e como recorda para contá-la.

Gabriel García Márquez.

A História Oral já se estabeleceu como metodologia de pesquisa dentro da historiografia no mundo e no Brasil, ainda que não sem duros embates sobre sua “cientificidade” e “objetividade”.³⁶ Mesmo correndo o risco de sermos repetitivos, pensamos que ainda é relevante tecermos algumas considerações sobre o trabalho com *fontes orais*.

Tendo surgido no Brasil em meados da década de 1970, a História Oral se estabeleceu, de maneira mais arraigada e institucionalizada, na década de 1990 sendo, inclusive, criada a *Associação Brasileira de História Oral* (ABHO). Mesmo assim, sobrevivem nos corredores das Universidades e em congressos acadêmicos, os céticos em relação à validade do conhecimento produzido pelos historiadores que trabalham com *fontes orais*. A crítica é antiga: segundo esses colegas, os entrevistados nos projetos de História Oral, não são fiáveis, podem mentir ou, simplesmente, por basearem-se na memória, estão aptos a prestar *falso testemunho*. Nesse caso, o historiador só está a salvo com as fontes “documentais” (escritas, é óbvio).

A resposta aos *neo-comteanos* poderia ser singela – ainda que irônica –, alegaríamos, aqueles que trabalham com a História Oral, que, *via de regra*, todo documento escrito, é escrito por alguém, logo, passível de erro. Obviamente, essa ironia responde poucas perguntas e resolve poucos problemas. Na realidade, seria um ataque à disciplina histórica. A pergunta ainda aguarda uma resposta. Diríamos nós, acompanhados do historiador italiano Alessandro Portelli, que, em primeiro lugar, a fonte oral não exclui a fonte escrita, pois podem trabalhar em conjunto, “elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra) [...] requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos” e Portelli conclui advertindo, “a supervalorização das fontes orais terminam por

³⁶ Para uma boa introdução sobre a prática da História Oral ver: HARRES, Marluza Marques. História Oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou *meros suportes para as fontes tradicionais escritas ou cura ilusória para todas as doenças*”.³⁷

Alguns historiadores recusam, solenemente, as fontes orais, mas utilizam-se de fontes produzidas por meio de relatos orais. Um exemplo que podemos extrair da nossa realidade historiográfica são os processos crime do século XIX e início do XX. Nessas fontes, na grande maioria dos casos, o depoimento dos réus não é transcrito *ipsis litteris*, mas modificado à revelia do depoente. Não obstante – e corretamente, em nosso entender –, essas fontes são utilizadas em grande medida pelos nossos colegas estudiosos do século XIX. Não penso que estamos dispostos a abrir mão dos importantes estudos de Sidney Chalhoub – para citarmos apenas uma importante referência.³⁸ Sem falar na possibilidade de documentos escritos, atas de reuniões por exemplo, serem adulteradas, terem partes omitidas etc. Com isso não queremos inviabilizar o papel do historiador, mas ressaltar que toda fonte – seja ela oral ou não – deve ser analisada criticamente.

Creemos que essa avaliação sobre a História Oral parte de uma outra incompreensão, a dos seus *objetivos e objetos*. “A História Oral”, afirma Portelli, “nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*” para concluir que

[as] fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos.³⁹

O trabalho com a História Oral permitiu que as camadas sociais não hegemônicas tivessem sua visão levada em consideração no momento da escritura da história. Obviamente podemos escrever a história dos indígenas, dos escravizados, das mulheres mesmo que esses grupos não tenham deixado documentos escritos, ou seja, por documentação indireta. Mas negar a possibilidade da utilização das fontes orais é optar por uma história empobrecida.

Voltemos agora a questão da credibilidade dos relatos orais. Como bem destacou Alessandro Portelli a “credibilidade” das fontes orais é *diferente* das demais fontes.⁴⁰ Isso se deve ao fato, bastante aceito entre os historiadores que se utilizam das fontes orais, de que

³⁷ PORTELLI, Alessandro. O que a história oral faz diferente?. *Projeto História*, nº 14, fev., p. 25-39, 1997a, p. 26 (*grifos nossos*).

³⁸ O professor Chalhoub no seu livro, *Trabalho, lar e botequim*, discutiu o “preconceito” contra os processos crime enquanto fonte.

³⁹ PORTELLI, 1997a, p. 31.

⁴⁰ PORTELLI, 1997a, p. 32.

essas são responsáveis pela ampliação das visões no âmbito da História. Nosso trabalho testemunhará a favor dessa tese, sobre o mesmo acontecimento existem inúmeras visões, interpretações. Pelo simples fato de que o ato de “lembrar-se” de algo já é “interpretar” sobre esse mesmo fato.⁴¹ Por esse motivo, não existem falsos depoimentos. Isso não elimina a possibilidade de erros factuais no relato, mas, “até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido – e mesmo as mentiras – especialmente quando são socialmente difundidos, tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes como a memória e o desejo”.⁴² O erro e a mentira podem ser material para análise do historiador, buscar o que essa mudança – proposital ou não – significa para o indivíduo ou para um coletivo de pessoas.⁴³

É bom, neste momento, fazer uma ressalva, para conter as *intenções* pós-modernas que se erguem esperançosas em afirmar que não existe verdade e os diferentes discursos se equivalem. Quando afirmamos que todo depoimento oral é válido – inclusive aqueles que contém erros –, não significa o mesmo que qualquer história é válida. O simples fato de existirem relatos com erros, significa que temos maneiras de demonstrar que aquela memória não está de acordo com a *verdade factual*. Mas isso não invalida que aquela memória tenha relevância para o entrevistado.⁴⁴

Paul Thompson em seu livro *A voz do passado*⁴⁵ faz uma recuperação da relação entre os historiadores e os depoimentos orais.⁴⁶ O autor reflete sobre as possibilidades ricas da utilização da História Oral, especialmente, com os grupos que não tem acesso à escrita, em particular sobre os trabalhadores. Mas adicionamos, tendo em vista nossa área de estudo, que a utilização de fontes orais, a partir do século XX, ganhou importância para dar voz àqueles que vivenciaram as tragédias de regimes autoritários.⁴⁷ Sem as fontes orais o acesso aos casos

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fato: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, p. 59-72, 1996, p. 60.

⁴² PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. In: _____. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, p. 9-26, 2016, p. 19.

⁴³ Um exemplo magistral de como analisar um erro socialmente difundido é realizado por Alessandro Portelli ao trabalhar os diferentes relatos sobre a morte de um jovem trabalhador da indústria de aço em Terni, na Itália, cf.: PORTELLI, Alessandro. The death of Luigi Trastulli: memory and the event. In: _____. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in Oral History*. New York: State University of New York press, p. 1-26, 1991.

⁴⁴ Por exemplo, o jovem Luigi Trastulli morreu em 1949, não em 1953 como lembravam – com sinceridade – alguns trabalhadores das fábricas de aço em Terni, cf.: PORTELLI, 1991, p. 2.

⁴⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 45-103.

⁴⁷ Não é o caso aqui de esmiuçar a produção sobre a *literatura de testemunho* do Holocausto, ainda que as reflexões sobre a memória realizada pelos autores que trabalham o tema nos seja caro. Sobre o assunto consultar: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003a.

de tortura cometidos pela Ditadura brasileira seriam drasticamente restringido. Janaína de Almeida Telles, ao tratar das entrevistas que realizou para o projeto *Intolerância e Resistência: memória da repressão política no Brasil (1964-1985)*, salienta a importância das entrevistas realizadas, afirma a autora que “[...] sem outro registro que permita a recuperação da história das lutas de resistência e das instituições da repressão estatal, além de serem úteis para complementar outras fontes e fazer inferências sobre acontecimentos históricos”.⁴⁸ Sem os depoimentos dos participantes do evento como teríamos acesso a informações sobre a tortura praticada no Brasil, que apesar de ter sido utilizada sistematicamente, como política de Estado, não deixava documentos escritos que não fossem as cicatrizes no corpo e na alma dos torturados?⁴⁹ Em nosso caso, como teríamos acesso aos diversos eventos ocorridos na clandestinidade da esquerda armada que, por questões de segurança, não deixavam registros, ou esses, quando existiram, foram destruídos pelos mesmos motivos.⁵⁰

Nesse momento precisamos enfrentar a questão sobre a *memória* que é parte indissolúvel da questão da História Oral. Todas as ressalvas levantadas contra a metodologia da História Oral estão ligadas as “fragilidades” da memória. Nesse sentido, o trabalho que abarque *fontes orais* e a *memória* não difere substancialmente do trabalho com outras fontes.⁵¹ Frisamos uma vez mais, História Oral lida com os sentidos que os sujeitos atribuem aos acontecimentos que relatam.⁵² É evidente que há uma diferença entre a *fonte oral* e a

⁴⁸ TELLES, 2017, p. 255.

⁴⁹ Isso é verdade para grande maioria dos casos, ainda que alguns processos de presos políticos brasileiros, registrados nos arquivos do projeto *Brasil Nunca Mais*, tenham mantido os depoimentos de militantes onde denunciavam as torturas que haviam sofrido.

⁵⁰ Sabina Loriga nos dá um excelente exemplo de como há uma resistência às “provas orais” quando comenta as descobertas do químico francês Jean Claude Pressac. Esse pesquisador, no início da década de 1990, descobriu, nos arquivos da SS mantidos em Moscou, documentos sobre a utilização de Zyklon-B (pesticida a base de ácido cianídrico) nas câmaras de gás na Alemanha nazista. Finalmente um documento provando que câmaras de gás existiram. É incrível, no entanto, que algumas pessoas só se satisfaçam com esse documento, desconsiderando o depoimento dos sobreviventes do holocausto. O Brasil teve um caso bastante semelhante. Em maio de 2018 o professor de Relações Internacionais da FGV, Matias Spektor, teve acesso a documentação diplomática liberada pelo governo estadunidense. Na referida documentação encontrou-se provas de que o General-ditador Geisel tinha conhecimento das execuções sumárias perpetradas pelos órgãos de repressão do Estado. A mídia noticiou com ares de surpresa e espanto a notícia sobre o, até então, “democrata-moderado” Geisel. Obviamente, a documentação trazida à lume por Spektor é relevante, mas de maneira alguma é uma novidade, imaginar que o presidente-ditador não tinha conhecimento desse tipo de fato beira à inocência cf.: LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro (org.); BISSO, Benito (org.). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-37, 2009, p. 25; VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. *Folha de São Paulo*, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>> acessado em 08 de janeiro de 2020.

⁵¹ PORTELLI, 2016, p. 16.

⁵² *Ibidem*, p. 12.

fonte escrita. Um inventário *post mortem* é um documento estável, não muda – ainda que possa conter dados errados. A memória está em constante mudança.

Os estudos sobre a memória, apesar de serem antigos – como problemática filosófica, é impossível datar seu nascimento –, só se estabelece como uma problemática relevante a partir dos estudos do sociólogo francês, Maurice Halbwachs, de orientação durkheimiana, que foi responsável pela delimitação da memória como um campo de estudos nas ciências sociais no século XX.⁵³ A memória só ganhou relevância com a *crise* dos grandes paradigmas, nos anos 1970. É nesse momento que as problemáticas cotidianas, que não eram privilegiadas pelas teorias totalizantes da história, por um lado – marxismo⁵⁴ e estruturalismo –, e, por outro lado, ficavam excluídas igualmente pelas abordagens inovadoras da *École des Annales* – *longue durée*, imaginário e história serial. É para fazer emergir uma história do cotidiano – no sentido ordinário –, para trazer as contradições e não a unicidade da história que os historiadores começaram a fazer recurso à memória.⁵⁵

Ecléa Bosi, ao tratar do que traz à tona os estudos sobre a memória, afirma, “A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”.⁵⁶ Mas a autora também adverte, “Mas não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais ‘autênticas’ que a versão oficial. Muitas vezes são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional”,⁵⁷ esse conselho foi seguido em nossa pesquisa, por motivos relevantes. Por mais que os entrevistados tenham convivido de maneira próxima, às vezes por longos períodos, no momento das entrevistas muitos deles já atuavam noutras organizações (ou em nenhuma) não tendo, desta maneira, uma convivência com seus antigos companheiros de luta armada. Por este motivo pensamos não ser possível – ou pouco eficaz –, em nosso trabalho, a utilização do conceito de *memória coletiva* de Maurice Halbwachs. Para o sociólogo francês, a memória teria seu caráter *coletivo* pelo fato de que lembramos daquilo que o grupo do qual fazemos parte lembra. Já aquilo que vivenciamos sozinhos, ou afastado do grupo, tendem ao esquecimento.

⁵³ DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, p. 169-192, 2004, p. 169.

⁵⁴ Faça-se a ressalva do marxismo inglês (Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson) e da nascente *História vista de baixo*.

⁵⁵ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 14.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 15.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 17.

Lembramos que estamos mais interessados nas múltiplas memórias do que propriamente qualquer tipo de “representação coletiva” ou uma “memória média” dos entrevistados. Como vários autores lembram, por mais que existam – e ao que tudo indica existem – traços sociais ou coletivos quando falamos de memória, a recordação é sempre individual.⁵⁸ Como afirma o historiador Amos Funkestein,

[...] consciência e memória só podem ser realizadas por um indivíduo que age, está consciente e se lembra. Assim como uma nação não pode comer ou dançar, não pode falar ou lembrar. Lembrar é um ato mental e, portanto, é absoluta e completamente pessoal. Mesmo se fizermos uma suposição extrema (como fizeram alguns pensadores medievais) – de que todos compartilhamos um intelecto comum na medida em que os objetos de nosso pensamento são reais – ainda precisamos distinguir entre memórias pessoais. As memórias de pessoas que experimentaram um evento comum não são idênticas, mesmo se assumirmos uma "unidade do intelecto". Para cada um deles, a memória evoca diferentes associações e sentimentos. (tradução nossa).⁵⁹

Contudo, utilizaremos o trabalho de Halbwachs, especialmente nas suas considerações mais gerais sobre o que é memória.⁶⁰ É interessante observar como os depoimentos, em nosso trabalho, convergem em diversos pontos, especialmente na análise das ações das organizações de esquerda. Pensamos não ser despropositado afirmar que há um importante peso das organizações nessas memórias. Diferente de operários chão-de-fábrica, as esquerdas armadas tinham, por hábito, realizar balanços – as *autocríticas* – de suas ações e isso, possivelmente, legou marcas nas memórias.

Apesar do sucesso póstumo do conceito de Halbwachs, especialmente entre os historiadores, salta aos olhos o seu manejo pouco rígido. Não é incomum vermos historiadores fazerem recurso ao conceito mais como uma imagem que nos “ajuda a pensar”, do que aquilo descrito nos trabalhos do sociólogo francês. Michael Pollak, por exemplo, é crítico daqueles que afirmam que “[...] a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a

⁵⁸ PORTELLI, 1997b, p. 16.

⁵⁹[...] consciousness and memory can only be realized by an individual who acts, is aware, and remembers. Just as a nation cannot eat or dance, neither can it speak or remember. Remembering is a mental act, and therefore it is absolutely and completely personal. Even if we make an extreme assumption (as did some medieval thinkers) – that we all share a common intellect insofar as the objects of our thought are real – we still have to distinguish between personal memories. The memories of people who have experienced a common event are not identical, even if we assume a “unity of the intellect”. For each of them, the memory evokes different associations and feelings. Cf.: FUNKEISTEIN, Amos. Collective and Historical Consciousness. In: *History and Memory*, nº 1, spring/summer, Indiana University Press, p. 5-26, 1989, 6.

⁶⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 29-51.

memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”.⁶¹ Já Jean-Pierre Rioux, em texto intitulado *A memória coletiva*, onde se dispunha a discutir sobre as mudanças de memória entre a população francesa sobre alguns eventos de sua história – e em menor medida, sobre os *lugares de memória* –, emprega o conceito halbwachiano quase como um sinônimo de “senso comum”, fazendo referência a memória coletiva da França ou dos franceses.⁶²

Ora, essa aplicação encontra lastro nos trabalhos de Halbwachs apenas em parte. Acreditamos ser válido falarmos de uma “memória coletiva nacional” apenas em analogia de um sentido muito difuso e impreciso daquilo que podemos chamar de “memória nacional”. A imprecisão de Rioux é ainda mais discrepante tendo em vista como o historiador faz uso – bastante particular – das reflexões de Paul Ricoeur. Ao citar o filósofo para validar seu ponto de vista sobre a pertinência do conceito de *memória coletiva* o historiador, citando literalmente Ricoeur, afirma que, “Embora a noção de memória coletiva deva ser considerada uma noção difícil, destituída de qualquer evidência própria, sua rejeição anunciaria, no fim das contas, o suicídio da história”.⁶³ Se essa afirmação de Ricoeur é válida, e acreditamos que seja, pensamos ser igualmente importante quando, ao tratar da obra *Memória Coletiva*, o filósofo afirma que, “o projeto de gênese total de conceitos adota proporções mais modestas, sendo *a memória coletiva atribuída mais a um grupo próximo do que à sociedade global*”.⁶⁴ Obviamente não é nossa intenção desconsiderar as contribuições de Rioux que ainda nos serão úteis, apenas evidenciar a falta de coerência teórica nas diversas utilizações

⁶¹ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989, p. 03.

⁶² RIOUX, Jean-Pierre. *A memória coletiva*. In: _____; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 307-334, 1998. O próprio Daniel Aarão Reis se vale da expressão memória coletiva ao se referir a impressões gerais que a população brasileira guarda do Golpe de 1964 e a ditadura subsequente, cf.: AARÃO REIS, 2004, p. 30.

⁶³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, Vol. III, 2010, p. 202; valide da citação da tradução brasileira, no texto de Rioux a citação é: RICOEUR *apud* RIOUX, 1998, p. 309.

⁶⁴ RICOEUR, op. cit., p 178, nota 3 (*grifos nossos*).

de um conceito.⁶⁵ Como bem frisou Andreas Huyssen, “a própria expressão ‘memória coletiva’ tornou-se uma denominação cada vez mais problemática”.⁶⁶

*O que é a memória, então? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei.*⁶⁷

Começemos com uma definição negativa: a memória *não* é uma relação de fatos guardados em nossas cabeças esperando uma *solicitação de acesso*. Como bem salienta Alessandro Portelli, “a memória não é um ato imediato e binário de retirada de informações já formadas, mas um processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciado pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor, pelas condições do ambiente [...]”.⁶⁸ A colocação de Beatriz Sarlo nos parece pertinente quando afirma que a memória é “uma captura do passado pelo presente”.⁶⁹ No mesmo sentido afirma Denise Rollemberg que, “o movimento que elege a memória como objeto de história deve pressupor a memória não como ‘verdade do passado’, como ‘presença do passado’, mas como ‘presente do passado’. Aí estão sua riqueza e sua relevância”.⁷⁰ Mas no caso do par História Oral e memória temos que lembrar que não trabalhamos com memórias espontâneas. Lembremos, com Portelli, que as memórias dentro de uma entrevista estão numa relação dialógica com a pergunta do entrevistador, nesse caso é incorrer em grande equívoco supormos que a resposta de um

⁶⁵ Uma crítica às “retóricas holistas” da memória foi feita antropólogo francês Joël Candau, às quais subscrevo, no livro *Memória e Identidade*. Neste livro Candau desfere uma crítica bastante ácida às utilizações “pouco científicas” do conceito de *memória coletiva* e, em menor medida, ao de *memória social* (Fentress e Wickham, 1992). No seu entender é possível a realização de pesquisas sobre a memória coletiva, mas somente em comunidades pequenas o bastante onde o pesquisador consiga uma amostragem significativa sobre as memórias, e como são significadas pelos integrantes da mesma, somente dessa maneira poder-se-ia afirmar qualquer coisa sobre *memória coletiva*. Para o autor “a metáfora ‘memória coletiva’ aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com às modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas”. Cf.: CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 31. Para a crítica completa de Candau, ver especialmente o capítulo primeiro de seu livro (p. 21-58).

⁶⁶ HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de arte do Rio, 2014, p. 13.

⁶⁷ Fazemos referência a famosa frase de Santo Agostinho sobre o tempo: “O que é o tempo, então? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei [...]”, cf.: AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2017, p. 315.

⁶⁸ PORTELLI, Alessandro. A forma oral da lei: O processo “7 de abril” e a história. In: PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 72.

⁶⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9.

⁷⁰ ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. II. São Paulo: Editora Hucitec, p. 569-577, 2009, p. 575.

entrevistado seria a mesma em qualquer condição. Os narradores respondem aquilo que são indagados e isso não é fato desimportante.⁷¹

A memória também está ligada às concepções de história. Para Halbwachs a memória estava ligada às construções coletivas, era mutável; enquanto a história era uma matéria que poderia ser dividida, estudada, e em última instância existiria a história.⁷² François Dosse define a concepção do sociólogo da seguinte maneira,

[...]a memória [como] tudo aquilo que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem o afeto, o mágico, enquanto a história se caracterizava por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante. Uma distinção radical assim pode levar a só conceber a história no ponto onde acabaria a memória.

[...] A concepção da disciplina histórica veiculada por Halbwachs é muito estreitamente “positiva” [...] apresenta a história como o lugar da objetividade absoluta, da não implicação do sujeito-historiador, da simples transcrição daquilo que foi no plano puramente factual.⁷³

Pierre Norra segue a mesma linha de divisão absoluta dos dois temas,

Memória, história: *longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra*. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica a memória não se acomoda a detalhes que a conformam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes particulares ou simbólicas, sensível a todas às transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as comunidades temporais, as evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo

No Coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira

⁷¹ PORTELLI, 1997b.

⁷² HALBWACHS, 2003, p. 71-112.

⁷³ DOSSE, 2004, p. 170-171.

missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivo.⁷⁴

Certamente há verdade nas proposições de Halbwachs e Nora. Mas, essas distinções antagônicas e absolutamente distantes, não encontram mais razão de ser.⁷⁵ Nesse sentido trabalhou Paul Ricoeur, para evidenciar como, apesar de serem *coisas* distintas, história e memória atuam em conjunto, mais do que os sociólogo e historiador gostariam de admitir.⁷⁶

David Lowenthal realizou uma importante tipificação da memória. Para esse autor existem, basicamente, três tipos de memória: memória instrumentalizada, o devaneio e a memória afetiva onde,

Cada tipo de recordação subtende sua própria perspectiva sobre o passado. A memória instrumental não possui envolvimento; se passado esquematizado aponta simplesmente para o mais importante presente. O devaneio recorda sentimentos específicos e nos incentiva a comparar modos de ser passados com modos de ser presentes. A rememoração total nos joga a contragosto no passado; o presente é oprimido por acontecimentos anteriores tão importantes ou traumáticos que eles são revividos como se praticamente estivessem ainda ocorrendo.⁷⁷

Semelhante à *memória instrumentalizada* de Lowenthal é a *memória-hábito* de Ecléa Bosi – derivada de Bergson. Essas noções também são próximas das proposições de Joël Candau que divide a memória em três tipos: 1) a protomemória, responsável pelas nossas ações inconscientes (andar de bicicleta, trocar a marcha do carro, mas, também, ações “rituais” que aprendemos pela observação e prática dentro de uma determinada comunidade), para o autor, esse tipo de memória é especialmente cara aos antropólogos; 2) a memória propriamente dita, ou seja, tudo aquilo que lembramos, os acontecimentos e eventos que nos ocorreram; 3) a metamemória que são as representações que um indivíduo têm das suas memórias, o saber sobre elas.⁷⁸ Entendemos que essas distinções tipológicas são úteis do ponto de vista didático, contudo, no momento da recordação essas fronteiras tendem a

⁷⁴ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, vol. 10, dez, p. 7-28, 1993, p. 9 (*grifos nossos*).

⁷⁵ DOSSE, 2004, p. 178; RIOUX, 1992, p. 316.

⁷⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁷⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998, p.93-94.

⁷⁸ Candau está muito preocupado em extrair da memória resultados científico, verificáveis, por este motivo durante boa parte do seu trabalho leva essas tipificações “longe demais”. Ou seja, ainda que essa forma de caracterização da memória seja muito importante para compreendermos seus funcionamentos, é importante termos em conta que o processo de rememoração não acontece de maneira estanque em tipificações rijas. Para definição do autor ver: CANDAU, 2019, p. 21-23.

esvanecer. No momento que o narrador é instigado a falar do seu passado, todas esses tipos de memórias misturam-se.

É sempre *mister* afirmar que a memória não é o passado. Mas é um bom indicativo de que algo como o passado, de fato, ocorreu. A memória poderia atuar, por analogia, como um *referente* do passado, como afirma Roger Chartier, “o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e já não é mais. O discurso histórico encontra ali a certificação imediata e evidente da referencialidade de seu objeto”.⁷⁹ Mas, como bem salientou Ecléa Bosi, quando alguém se põe a lembrar, a recordar “ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”.⁸⁰ Lowenthal afirma, nesse sentido, que,

Aceitamos a memória como uma premissa do conhecimento; inferimos a história a partir de evidências que incluem as lembranças de outrem. Ao contrário da memória, a história não é dada, mas sim contingente: é baseada em fontes empíricas que podemos decidir rejeitar por outras versões do passado. A menos que eu confie implicitamente em minha memória, não posso reivindicar qualquer conhecimento do passado; mas na ausência de provas corroboradas, os dados históricos podem ser razoavelmente contestados.⁸¹

Complementamos essa ideia com os apontamentos de Bosi onde afirma que,

[...] o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da História. Depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política. Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas.⁸²

Encaminhando ao fim desta já longa introdução, precisamos sair do mundo francês (Halbwachs, Nora, Ricoeur, Candau entre outros) em direção ao mundo anglófono. Em 1992 o antropólogo estadunidense, James Fentress e o historiador britânico, Christopher “Chris” John Wickham, lançaram uma obra bastante importante sobre aquilo que denominaram *memória social*.⁸³ Essa variação de nomenclatura conceitual – em relação a Halbwachs,

⁷⁹ CHARTIER, Roger. *História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 23-24.

⁸⁰ BOSI, 2002, p. 44.

⁸¹ LOWENTHAL, 1998, p.107.

⁸² BOSI, 2002, p. 49.

⁸³ O livro dos autores já foi superado em partes (fato reconhecido pelos mesmos), mas seus capítulos iniciais onde especulam sobre o funcionamento da memória continuam sendo muito instigantes. Uma definição dada

principalmente – não é fora de propósito, especialmente quando avançamos na leitura. Fentress e Wickham também estão interessados em retóricas holistas – para usar o vocabulário de Candau –, basta observarmos que os autores especulam sobre as formas de lembrar dos camponeses, operários e mulheres.⁸⁴ O afastamento se deve, na justificativa dos autores, que o conceito de *memória coletiva* estava por demais desligado dos reais processos de rememoração individuais.⁸⁵

Devido a este motivo, no primeiro capítulo os autores dedicam ao estudo das formas de rememoração dos indivíduos. O leque de áreas abordadas é bastante amplo: filosofia, psicologia, neurociência, antropologia, sociologia além, é claro, da história. Queremos, contudo, destacar uma tipologia que nos parece bastante interessante, que é a da distinção entre *memória sensorial* e *memória semântica*. Podemos dizer que nossa memória contém recordações de todos nossos sentidos. Lembramos de sons, aromas, texturas, gostos e imagens. Mas nossa memória também se estrutura pela linguagem – Fentress e Wickham afirmam que isso não é universal. Aliás, nossas memórias são majoritariamente semânticas por um motivo bastante razoável: estruturar e guardar cadeias de conceitos, que podem servir de gatilhos para outros conceitos, é mais simples do que guardar um aroma, por exemplo. Isso não significa que não sejamos capazes de memorizar sensorialmente, apenas é mais complexo.

A memória é de complexa explicação sem apelarmos a exemplos, dessa maneira explico a diferenciação da memória sensorial com um exemplo pessoal. Durante muitos anos estudei violão clássico e Bach, até hoje, é meu compositor favorito. Sou capaz de elencar nominalmente todas as suítes de alaúde compostas pelo alemão em suas respectivas tonalidades – não que isso se trate de um grande fenômeno de memorização sendo as respectivas suítes no número total de 4. Possivelmente, também seria capaz de enumerar os movimentos de cada uma delas. Agora, se me fosse solicitado que mentalmente reproduzisse cada um dos movimentos, sem necessidade de externar ou emular as notas, de cada uma das

pelos autores de *memória social* é fornecida nos seguintes moldes: “podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência coletiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo às suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de *nós* considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de *elas* considerarem verdadeiramente às suas memórias [...]” (*grifos no original*) (p.41-42). O livro, contudo, carece até hoje de uma edição brasileira, sendo assim, trabalhamos com a edição portuguesa, cf.: FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

⁸⁴ Ibidem, p. 116-176.

⁸⁵ FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 7.

suítes, eu me declararia incapaz de tal realização, não obstante eu as ouvir ao menos uma vez por semana. Utilizo esse exemplo, simplório, para evidenciar a maior “praticidade” da *memória semântica*, já que temos exemplos de alguns músicos capazes de decorarem uma música somente lendo uma partitura, sem auxílio do instrumento, não são todos, mas isso é possível. Outros são capazes de escrever, de memória, páginas de partituras e músicas “de ouvido”, mas se trata de pessoas com habilidades, no mínimo, pouco usuais.

Esse fato pode ser explicado porque na memória “há sempre uma tendência para a simplificação e esquematização. A conceptualização significa que a memória está armazenada de uma forma ‘conceptual’, pois os conceitos são mais fáceis de recordar que as representações completas”.⁸⁶ É, inclusive, por este motivo que pessoas que narram continuamente sua história tendem à padronização. Ou seja, os(as) narradores(as) reduzem diversos pontos das suas memórias, onde uma passagem serve de ponte para outra. Ao narrar diversas vezes a mesma história uma pessoa tende a uma maior coerência, a história é menos anárquica e mais enxuta. Abrimos espaço para mais uma passagem do texto de Fentress e Wickham,

é possível recordar “informação puramente semântica” isto é, informação numa cadeia de símbolos semânticos, linguísticos, matemáticos ou outros. É memória codificada como uma cadeia de símbolos. Isso é o que faz um computador e, em muito menor medida, o que nós fazemos. O facto de acharmos cómodo recordar informação semântica sob esta forma descontextualizada ilustra a vantagem das palavras como meio de preservação da “memória de coisas”.⁸⁷

É nesse sentido, também, que os autores lembram que “lembrar de palavras”, não tem o valor de sentido de “lembrar de coisas” e frisam que é uma “atitude bastante vulgar” confundir palavras com aquilo que elas representam.⁸⁸ Lembremos ainda que a memória de um relato oral é uma das “memórias possíveis”, no sentido de que, quando um indivíduo relata determinado acontecimento, esse relato é apenas uma sombra do que “guarda” na memória. Por motivos diversos isso ocorre: o entrevistado responde ao que foi perguntado; narra determinado acontecimento respondendo a alguma expectativa que imagina que o entrevistador tem; pode omitir, ou adaptar informações por não se sentir confortável, entre

⁸⁶ FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 48-49.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 45.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 31.

outras infinitas possibilidades. Ou seja, aquilo que narra nunca é a totalidade do que traz na lembrança.⁸⁹

As últimas considerações que queremos fazer dizem respeito ao papel da memória na constituição da identidade dos indivíduos. Somos constituídos de todas experiências que vivemos, das que lembramos, ou não. Somos herdeiros de uma determinada *cultura*, e reproduzimos muitas ações, formas de pensar, formas de agir sem nos perguntarmos *de onde e por qual razão* as reproduzimos. É nesse sentido, ainda bastante amplo que a memória é essencial na constituição da identidade de cada indivíduo. Sem a memória toda e qualquer tradição, moral, o sentido de individualidade se perde.⁹⁰ O que o *Eu foi*, confere sentido ao que *Eu é* – mesmo que seja para se distanciar do que *foi* –, o passado confere sentido ao presente. Ainda que o inverso seja verdadeiro.

Perder a memória é perder a identidade, “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese”.⁹¹ Ainda que identidade seja um conceito tão complexo como o de *cultura*, por exemplo, o que entendemos por identidade é tudo aquilo que fornece sentido de individualidade aos diferentes sujeitos, as diversas representações que os indivíduos têm de si, algo flexível e fluido.⁹²

Como destaca Joël Candau, a memória nos dá o senso de continuidade, de um sentido que rompe uma temporalidade única. Como o antropólogo francês demonstra em seu livro, a memória pode funcionar tanto como organizadora, como desorganizadora do *Eu*.⁹³ Dessa maneira,

É o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. Origem e sentimento de continuidade temporal, condição necessária da representação do Eu [...] Por isso mesmo [a memória] compromete toda a pessoa em sua percepção de mundo. Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.⁹⁴

⁸⁹ “[...] A parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança. A descoberta da multiplicidade de lembranças possíveis de um mesmo acontecimento, estimuladas por contextos que mudam, têm um escopo antropológico considerável: ela mostra que ‘a presença do passado no presente é bem mais complexa, bem menos explícita, mas talvez bem mais forte que a existência de narrativas explícitas nos poderia fazer crer’ [Maurice Bloch]” (CANDAU, 2019, p. 33)

⁹⁰ LOWENTHAL, 1998, p. 70.

⁹¹ CANDAU, 2019, p. 60.

⁹² *Ibidem*, p. 25.

⁹³ *Ibidem*, p. 64.

⁹⁴ *ibidem*, p. 61.

Nosso objetivo na introdução foi pincelar de maneira ampla e geral considerações sobre a memória. Não encerramos aqui essas reflexões, a intenção é de que, no decorrer da análise de nossas entrevistas, façamos novos aportes teóricos a fim de refinar nossas interpretações. Intentamos nas páginas acima somente manifestar as características gerais da memória e um pequeno debate entre diferentes compreensões sobre o tema.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos, aditados dessa Introdução e uma Conclusão. Nos dois capítulos que se seguirão, “*A fragmentação das esquerdas na década de 1960: o PCB*” e “*A fragmentação das esquerdas na década de 1960: a POLOP*” nos dispomos a realizar um levantamento da produção historiográfica produzida sobre a esquerda armada. Muitos estudos buscaram trabalhar a esquerda armada de forma ampla, esse foi o trabalho realizado, por exemplo, por Gorender, Aarão Reis e Ridenti, entre outros.⁹⁵ Ainda na década de 1990 e com mais força no início dos anos 2000, pesquisadores começaram a se dedicar ao estudo de *uma* organização em específico. Sendo assim, hoje possuímos uma bibliografia razoável sobre a história de diversas organizações armadas. Contudo, ainda pudemos localizar lacunas importantes na historiografia. Buscamos com isso, realizar um levantamento sobre teses, dissertações, artigos, capítulos e livros publicados que estudaram a trajetória de uma organização específica. Também foram incluídos trabalhos biográficos de militantes *revolucionários* da década de 1960 e livros de memórias.⁹⁶ Baseados nessa bibliografia contamos a trajetória, ainda que resumida, dessas organizações.

⁹⁵ O historiador e cientista político Vitor Amorim de Angelo (2009 e 2011) trabalhou, especialmente em sua tese de doutoramento, a questão da memória da esquerda armada e da Ditadura no Brasil. Pessoas de fora do meio acadêmico também se dedicaram a história da esquerda armada, é o caso de Luís Mir (1994) e Ayrton Centeno (2014), cf.: ANGELO, Vitor Amorim de. Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011; ANGELO, Vitor Amorim de. *Luta Armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009; CENTENO, Ayrton. *Os vencedores: a volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo: Geração Editorial, 2014; MIR, Luís. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

⁹⁶ Durante a redação final dessa dissertação o autor travou contato com texto de Dainis Karepovs, renomado historiador das esquerdas brasileiras, intitulado “*Biografias de esquerda: memórias sobre a ditadura*”, ali Karepovs realiza um levantamento de biografias e textos memorialísticos, mais completo daquele que realizamos em nosso trabalho. Contudo, resolvemos manter as biografias e memórias por nós encontradas. Caso seja interesse do leitor buscar textos biográficos e/ou memorialísticos, pensamos que o trabalho supracitado atende melhor esse requisito, cf.: KAREPOVS, Dainis. *Biografias de esquerda: Memórias sobre a ditadura*. Perseu: *História, Memória e Política*, v. 6, p. 316-357, 2012. Em tempo: durante a correção do texto da dissertação (pós-banca) incluímos as referências bibliográficas levantadas por Dainis Karepovs.

Nos capítulos quarto e quinto, “*Memórias da luta armada: resistência e morte*” e “*Memórias da luta armada: melancolia e gênero*”, respectivamente, nos dispomos a realizar, baseados nas entrevistas realizadas por Marcelo Ridenti, uma discussão sobre a polifonia dessas memórias. No capítulo quarto discutimos como a questão da caracterização da noção de *resistência* aparece na memória dos militantes. Em alguns casos os *revolucionários* reivindicavam a caracterização de resistentes, noutros casos, era rejeitada, enfatizando a primazia da *ofensiva revolucionária*. No mesmo capítulo discutimos a possibilidade da utilização do conceito de “*suicídio altruísta*”, de matriz durkheimiana.

No último capítulo, que também se refere as memórias dos militantes, buscamos pôr em diálogo o conceito, proposto originalmente por Walter Benjamin e reformulada por Enzo Traverso, de “*melancolia de esquerda*” e as memórias das utopias da esquerda armada. Por último buscamos evidenciar que, mesmo os militantes da *geração de 68* estando dispostos a romper com a moralidade conservadora vigente – diríamos, burguesa – os mesmos ainda reproduziam um discurso que reproduzia padrões da masculinidade e feminilidades *hegemônicos*. Em nossa conclusão, por fim, realizamos um balanço das eventuais contribuições de nosso estudo para o campo de estudo das esquerdas brasileiras.

2 A FRAGMENTAÇÃO DAS ESQUERDAS NA DÉCADA DE 1960: O PCB.¹

É tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo.

Karl Marx e Friedrich Engels

Todo aquele que se dedica ao estudo da esquerda armada brasileira, cedo ou tarde, se depara com a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)² ou, para os íntimos, o *Partidão*. Dessa forma, para entendermos melhor as esquerdas armadas, precisamos conhecer, mesmo que de maneira breve, a história e posições do PCB, já que, em grande medida, as esquerdas da década de 1960 nascem num impulso de contrapor-se ao *Partidão*. Para isso precisamos travar contato com a trajetória política do PCB. Isso nos indicará, sobretudo, as rupturas e permanências das esquerdas armadas em relação ao Partido Comunista. Vale ressaltar que nossa reconstituição histórica se restringe aos momentos posteriores à redemocratização de 1945 que, apesar de ser suficiente para nossos objetivos, não representa a riqueza da história do PCB e de seus militantes.³

¹ Parte das reflexões trazidas neste capítulo foram elaboradas, em caráter preliminar, em: MASSERONI, Vinícius. Na disputa das memórias: a caracterização dos objetivos da luta armada na memória de seus militantes (1968-1972). In: PEREIRA, Denise (org.); JOHANSEN, Elizabeth (org.). *História: Espaço Fecundo para Diálogos*. Ponta Grossa: Atena, 2019, p. 58-73.

² Nunca é demais lembrar que o PCB nasce como *Partido Comunista Seção Brasileira da Internacional Comunista*, conforme seu Estatuto de fundação, de março de 1922. Com a legalização do Partido, após a ditadura do Estado Novo, é registrado como *Partido Comunista do Brasil* (PCB). No V Congresso do partido, em 1960, optou-se pela substituição do “do Brasil” por “Brasileiro”, isso se deveu ao motivo de que, quando da cassação do partido em 1947, um dos argumentos utilizados foi de que o PCB era uma “sucursal” do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), baseando-se no nome “Partido Comunista do Brasil”, dessa maneira o adjetivo “brasileiro” buscava dar um caráter nacional ao Partido. Uma ala descontente, não apenas com a alteração do nome, mas, também, com a *linha política* adotada pelo PCB, crítica do caminho pacífico da *Declaração de Março de 1958* em detrimento a linha política do Congresso de 1954, essa ala – que foi tida por parte da historiografia como os “stalinistas” – foi expulsa do Partido em 1961 e – em sua visão – reorganizou o mesmo no início de 1962, recuperando o nome original, *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), reivindicando a história e legado da organização fundada em 1922. Façamos uma observação, toda documentação do PCB a que faremos referência ao longo do trabalho está reunida em três volumes organizados por Edgard Carone, cf.: CARONE, Edgard. *O P.C.B.*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, 3 vols., 1982. O estatuto do PCB consta em: CARONE, 1982, vol. 1, p. 23-29.

³ Como já dito anteriormente, o PCB foi e é objeto de muitos pesquisadores no Brasil. Tendo isso em vista, não podemos mais do que indicar uma bibliografia muito breve que trata sobre a trajetória do partido, sendo assim, a vasta massa de artigos, dissertações e teses sobre o PCB não está aqui contemplada. Para a história do PCB ver: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto *et al.* *O ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*,

A partir dessa recuperação histórica buscaremos apresentar as várias dissidências do PCB, especialmente no pós-1964, dentre as quais se incluem: Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – com seus respectivos *rachas*⁴, tais como, Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV ou ALA) e Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁵; Dissidências Estudantis (as famosas DI's), em especial as do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ/MR8), Guanabara (DI-GB/MR8), Rio Grande do Sul (DI-RS) e São Paulo (DI-SP); Ação Libertadora Nacional (ALN) organizada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira – e sua dissidência o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) entre outras organizações.

No capítulo subsequente, que se configura como uma extensão deste, buscaremos realizar uma recuperação da trajetória Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP, POLOP ou PO) que representou, com maior ênfase, a ruptura da hegemonia do PCB na tradição marxista brasileira.⁶ Do mesmo modo feito com o PCB, trabalharemos com a POLOP e suas dissidências, haja visto que, apesar de ter mantido, desde sua fundação, uma retórica sobre a necessidade da luta armada, a POLOP nunca chegou ao ponto de desenvolvê-las. Dentre as organizações oriundas de *rachas* da POLOP estão: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, na sua primeira e segunda fase); Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares); Partido Operário Comunista (POC) entre outras organizações de menor expressão.

O que distingue essas duas matrizes – a saber, PCB e POLOP – é, em grande medida, a estratégia que adotaram. O PCB estava ligado à tradição denominada – muitas vezes

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988; ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985; ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989; KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora HUCITEC: Editora UNESP, 2003; FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012; SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988; SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

⁴ *Rachas* era o jargão utilizado na esquerda para designar quando um grupo de militantes se desligava de uma organização visando a fundação de um novo agrupamento. O PCB e suas dissidências foram *vítimas* de diversos *rachas*.

⁵ Não confundir com o Partido Revolucionário Comunista (PRC), surgido na década de 1980 e, posteriormente, integrado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶ Seria injusto esquecermos que, ao menos desde o fim da década de 1930, já existiam organizações que reivindicavam o legado do revolucionário russo Leon Trotsky. Mas, devido ao contexto altamente impregnado do ideário stalinista, o movimento trotskista não alçou voos muito altos no período ora estudado.

pejorativamente – “etapismo”, onde deveria se eliminar os “resquícios feudais” no campo brasileiro – essa avaliação é tributária das análises realizadas pela Internacional Comunista (IC) – dentre outras tarefas.⁷ A Revolução era apresentada “[...] como um curso que obrigatoriamente passaria por ‘etapas’ definidas como um fenômeno permanente, ininterrupto, seguindo diretamente para o socialismo (neste caso, as tarefas ‘democrático-burguesas’ seriam cumpridas pela direção das massas trabalhadoras)”.⁸ Já as organizações de origem polopista acreditavam que a revolução tinha caráter socialista. Desta maneira ficaram de um lado as organizações que preconizavam a revolução de “libertação nacional” e/ou “nacional-democrática” e de outro as que lutavam pela revolução socialista.⁹ Luiz Bernardo Pericás sintetiza essas duas posições de maneira muito eloquente quando afirma que,

A revolução brasileira, dependendo da abordagem e da interpretação de cada autor, pode ser vista, em *linhas gerais*, como: um processo histórico de longa duração (e, dentro dele, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico), caracterizado pelas mudanças ocorridas na lenta transição de um país essencialmente rural para o urbano; um “projeto de modernização” das estruturas econômicas internas liderado por setores da burguesia, principalmente através da industrialização; a superação do passado colonial e a edificação e consolidação da “nação”; ou uma possível ruptura radical e estrutural com o imperialismo, com as relações de classe assimétricas e com a submissão, subordinação e dependência do país no campo internacional. Ou seja, por um lado, há a constatação da marcha paulatina (com impulsos ocasionais) do capitalismo no plano interno (e o vislumbre de saltos qualitativos dentro desse sistema), a partir do desenvolvimento das forças produtivas e diversificação econômica (dando maior autonomia decisória e margem de manobra ao Estado nacional na esfera externa); por outro, um empreendimento radical que romperia com o sistema implantado e consolidado em nosso território, desembocando, em última instância, no socialismo, ao alterar profundamente as prioridades sociais por meio da incorporação dos setores populares como protagonistas da nova etapa e da elevação, nesse ínterim, do nível material e cultural das massas.¹⁰

Antes de adentrarmos a história da esquerda armada brasileira é de suma importância lembrarmos algumas questões do contexto internacional em que aqueles militantes estavam

⁷ A IC também é conhecida como Terceira Internacional.

⁸ PERICÁS, Luiz Bernardo. Introdução – Caminhos da Revolução Brasileira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, p. 9-92, 2019, p. 12.

⁹ Como veremos, isso serve como um indicativo geral, exceções existiram. A DI-GB/MR-8, apesar de ser originária do PCB, compreendia a revolução brasileira como sendo socialista. O POC é outro desses casos, mas devido a sua origem: parte da DI-RS, outra metade originária da POLOP.

¹⁰ PERICÁS, op. cit., p. 9, (*grifos no original*).

inseridos. É sempre importante refletir sobre o contexto que “permite” certas ideias nascerem, como bem afirmou Christopher Hill,

Os historiadores se interessam pelas ideias não apenas porque elas influenciam as sociedades, mas também porque são reveladoras das sociedades que as originaram. Daí que a verdade filosófica das ideias seja irrelevante para o propósito do historiador, embora todos nós tenhamos nossas preferências: o leitor, certamente, não demorará a perceber às minhas.¹¹

Tampouco as minhas. Nesse sentido, algumas poucas palavras sobre o verdadeiro contexto em que se dá a *Guerra Fria*.

Lembremos que a luta armada no Brasil pode ser datada entre 1968-1974. O ano que sugerimos para o início, de maneira nenhuma nega a existência, anteriormente ao ano de 1968, de ações armadas no país. Contudo, é notório que a partir desse ano as organizações, paulatinamente, passam a assumir a responsabilidade (autoria) pelas ações efetuadas, bem como, crescer em número de militantes. Já o ano de 1974 marca a derrota da última tentativa de vulto, por parte da esquerda armada, a Guerrilha do Araguaia. Nas cidades, no entanto, desde de 1972 as ações armadas eram de existência residual, mesmo que ainda persistissem.

Esse período, no cenário internacional, é de plena vigência da Guerra Fria. Onde estadunidenses e soviéticos disputavam a influência sobre países mundo. Especialmente daqueles que não estavam alinhados ao capitalismo-liberal dos EUA, nem ao socialismo da URSS. Lideranças políticas alinhadas aos interesses estadunidenses não se furtaram a evocar o “perigo vermelho” para demonizar adversários – no Brasil, nem mesmo Jango escapou da “acusação” de comunista. É interessante ressaltar que a esquerda da *geração de 68*¹² era crítica do modelo soviético de socialismo.¹³

¹¹ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35.

¹² Tratamos aqui do conceito de “geração” como desenvolvido na Nova História Política. Para nossa pesquisa seguimos os apontamentos da historiadora Denise Rollemberg que distingue duas *gerações* na esquerda brasileira pós-1964. A primeira é aquela que foi mais marcada pelo golpe de Estado que derrubou Jango. A segunda geração da esquerda é aquela em que os marcos do ano de 1968 são mais profundos. Como lembra a historiadora, isso não significa que não houvesse trânsito entre essas gerações. Para o conceito de *geração* pode-se consultar Jean-François Sirinelli, cf.: ROLLEMBERG, 1999, p. 49-52; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV editora, 231-270, 2003.

¹³ Para informações sobre a Guerra Fria, ver: FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial: o planeta dividido, a fragilidade da “paz armada”, o mundo depois do Muro*. São Paulo: Contexto, 2018; HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Processos ocorridos no Terceiro Mundo foram muito mais influentes para a juventude *revolucionária* daquela década – não só a brasileira –, a despeito do fato de que a Revolução Russa ter sido sempre evocada pelos mais diversos *revolucionários* do século XX. Os processos de libertação nacional no continente africano, a Revolução Cubana e a luta desigual do povo vietnamita, foram exemplos que *fizeram a cabeça* da juventude dos anos 1960.¹⁴ Todos esses exemplos mostravam que, pelas armas, era possível a mudança radical da estrutura social.

Na América Latina como um todo o impacto da Revolução Cubana, de 1959, foi incomensurável. Ver esse país, que era uma “colônia” estadunidense, sob as *barbas do imperialismo*, realizar uma Revolução e sair vitoriosa semeou as utopias de todos militantes de esquerda latino-americanos. Tornou os anos 1960 a década das possibilidades para os *revolucionários* do continente. Em recente livro que trata das “novas esquerdas”¹⁵ latino-americanas, Aldo Marchesi destaca que,

El caso de Cuba debe pensarse en este contexto [anti-imperialista]. *La revolución [Cubana] despertó expectativas en aquellos grupos que comenzaban a radicalizarse ante la intervención estadounidense en América Latina y las crisis económicas de los modelos industrialistas en el contexto de Guerra Fría. Cuba ofrecía modelos a seguir que [...] eran leídos con simpatía pero también con distancia en América del Sur.*¹⁶

O ano de 1968 também foi importante para a esquerda armada brasileira. Manifestações estudantis irromperam nos mais diversos países, seja no mundo capitalista ou socialista. Não havia de ser diferente, em cada país as manifestações ganhavam tinturas e reivindicações locais.

¹⁴ AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004; LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); FERREIRA, Jorge (org.); ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-64, 2000; VISENTINI, Paulo Fagundes et. al. *Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013; VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

¹⁵ A nomenclatura “nova esquerda” é largamente utilizada na historiografia latino-americana de língua castelhana para designar aqueles militantes que pegaram em armas durante as ditaduras que ocorreram no continente. No Brasil, apesar de ter sido utilizada por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira Sá no livro *Imagens da Revolução*, essa designação das esquerdas armadas não criou raízes no país.

¹⁶ MARCHESI, Aldo. *Hacer la Revolución: Guerrillas latino-americanas, de los años sesenta a la caída del Muro*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2019. Disponível para Kindle, posição 172-178, (*grifos no original*).

O ano de 1968¹⁷ marcou uma *geração*. Em toda obra acadêmica, ou não, que trate do século XX, algumas páginas são, fatalmente, separadas para esses acontecimentos do *maio francês*.¹⁸ Apesar de sempre vir a mente os acontecimentos da França, o ano de 1968 foi palco de manifestações – majoritariamente estudantis – nos, assim chamados, *primeiro mundo* do capitalismo-liberal (EUA, França, Itália, Japão); no *segundo mundo* do socialismo soviético (Tchecoslováquia) e, também, do *terceiro mundo* dos não alinhados (Brasil, Argentina, Peru, México).¹⁹ Isso serve para “descentralizar” o ano de 1968 da França que, apesar de ter se tornado o mais *emblemático*, não foi sequer o primeiro movimento daquele ano.²⁰

Não seria possível aqui tratar individualmente de cada um desses eventos, isso porque, ao contrário do que poderia sugerir uma análise simplista daqueles acontecimentos, os 68's tem, cada um, suas especificidades. A título de exemplo, ver um reflexo da França nos movimentos ocorridos no Brasil só é possível devido a um profundo desconhecimento e incompreensão do processo histórico por três razões simples: a primeira é que o movimento estudantil brasileiro depois de 1965, ano de baixa atuação devido o golpe de 1964, a partir de 1966 vem num crescendo – com altos e baixos – até a explosão em 1968;²¹ em segundo lugar, não é possível comparar a sociedade francesa que gozava das liberdades de uma

¹⁷ Afirmei, ao tratar sobre as esquerdas armadas brasileiras, que seria impossível acompanhar a produção bibliográfica sobre aquele tema, o mesmo se aplica aos *anos de 1968* (no plural, já que foram vários e em diferentes lugares do globo). A cada data comemorativa, a partir de 1978, são lançadas diversas obras acadêmicas e jornalísticas – sem contar as reedições! – que tratam do tema. No caso específico, contexto internacional que dialogava com os acontecimentos na *Terra de Santa Cruz*. Nesse espaço, portanto, não enfocarei o 1968 brasileiro. Três textos guiaram as ideias gerais que se seguirão: o clássico de Olgaria Matos; outro texto saído da pena de Daniel Aarão Reis – também já clássico – e, por último, um capítulo escrito por Marcelo Ridenti. Todos textos têm a característica de tentarem representar uma síntese dos eventos ocorridos ao redor do mundo, cf.: MATOS, Olgaria. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981; AARÃO REIS, Daniel. O ano mágico. In: _____ (org.); MORAES, Pedro de (org.). *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV editora, p. 19-60, 2008; RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX: O tempo das dúvidas (do declínio das utopias às globalizações)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 133-160, 2000.

¹⁸ Exceção feita ao historiador conservador Martin Gilbert que não achou os eventos de 1968 relevantes o suficiente para incluí-los no seu livro – um tanto monótono, mas informativo – sobre o século XX, cf.: GILBERT, Martin. *A História do século XX*. São Paulo: Planeta, 2016.

¹⁹ Além da bibliografia citada anteriormente, ver: para América: PADRÓS, Enrique Serra. De Berkeley a Tlatelolco: o 68 nas Américas. In: PONGE, Robert (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 72-87, 2018; para Alemanha e Itália: RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 1968 no mundo. In: PONGE, Robert (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 22-34, 2018. Para uma análise profunda sobre o 1968 brasileiro o melhor trabalho ainda é o de Maria Ribeiro do Valle: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

²⁰ Concordamos, nesse sentido, com as colocações de Phillipe Arthières que a França tem sido o foco de todas análises, cf: ARTIÈRES, Phillipe. O desconhecido da Sorbonne: sobre os historiadores e “os anos” 68. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, jul – dez de 2008, p. 133-144.

²¹ AARÃO REIS, 2008, p. 20-22.

democracia-liberal – e também dos seus limites – com a situação vivida no Brasil de uma Ditadura; por fim, é bom que nos lembremos que os eventos no Brasil precederam os acontecimentos ocorridos na França.²²

Não queremos com isso negar que entre os diversos 68's houve trocas de influência. O mais importante de retermos do ano de 1968 seria seu caráter libertário, ainda que se possa, eventualmente, encontrar atitudes autoritárias, sexistas, homofóbicas na *nova esquerda*, porém, havia um avanço indiscutível no plano da moral e dos costumes. Houve, sem sombra de dúvidas uma tentativa de renovação do socialismo, fugindo da tônica soviética – talvez o exemplo mais significativo sejam os jovens franceses –, inclusive no Brasil.

A revolução pessoal esteve no debate, o amor livre, uso de drogas (maconha e LSD), o voluntarismo revolucionário, o “*basta de falar, vamos agir*” foram características mais ou menos presentes nos diversos 68's. Mas, seria um engano imaginar que as reivindicações desses muitos movimentos espalhados no mundo fossem as mesmas, como bem salientou Daniel Aarão Reis, “as lutas de 1968 estiveram, sempre que adquiriram dimensão social, estreitamente vinculadas aos interesses imediatos das pessoas”²³, o Brasil foi um exemplo disso. A pauta que ligava esses diferentes eventos tão dispersos era a solidariedade ao povo Vietnamita. Para Luiz Dario Teixeira Ribeiro,

68 foi, também, um fenômeno internacional e internacionalista que teve, como estopim e elemento de ligação a guerra do Vietnã, a integração capitalista e suas exigências. O sabor local, ou caráter nacional, foi dado pelo nível particular de contradições econômicas, políticas, sociais e culturais de cada formação social específica.²⁴

Mas ao contrário do que se imaginava em 1968, os estudantes não inauguraram um ciclo revolucionário novo, mas sim, encerraram aquele aberto pelos Russos em 1917.²⁵ A década de 1970, apesar de ver surgir tentativas de luta armada na Alemanha, Itália e em diversos países da América Latina, seria a o início da construção da hegemonia ultraliberal, que foi vitoriosa nos anos 1980 sob os governos Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

²² RIDENTI, 2000, p. 149.

²³ AARÃO REIS, 2008, p. 57.

²⁴ RIBEIRO, 2018, p. 33.

²⁵ AARÃO REIS, Daniel. Aproximações, contrastes e contradições entre paradigmas de mudança social: os cinquenta anos de 1968. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. 1968: reflexos e reflexões. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, p. 15-32, 2018, p. 23.

Nossa intenção com o capítulo que se segue é, além de contextualizar o leitor naquilo que Ridenti denominou de *constelação da esquerda brasileira*,²⁶ propor um levantamento de trabalhos publicados sobre essas diversas organizações.²⁷ Lembramos que nos dedicaremos aqui as organizações de luta armada de orientação marxista – isto exclui as organizações “puramente” trotskistas, por não aderirem às armas e, por outro lado, os nacionalistas revolucionários (em especial os brizolistas). A Ação Popular, organização que aderiu gradualmente ao marxismo e a ideia de luta armada, mas não chegou a pegar em armas, também ficou fora do escopo de nossa pesquisa.

Abaixo reproduzimos um quadro que sistematiza a fragmentação das esquerdas de 1960-1974:

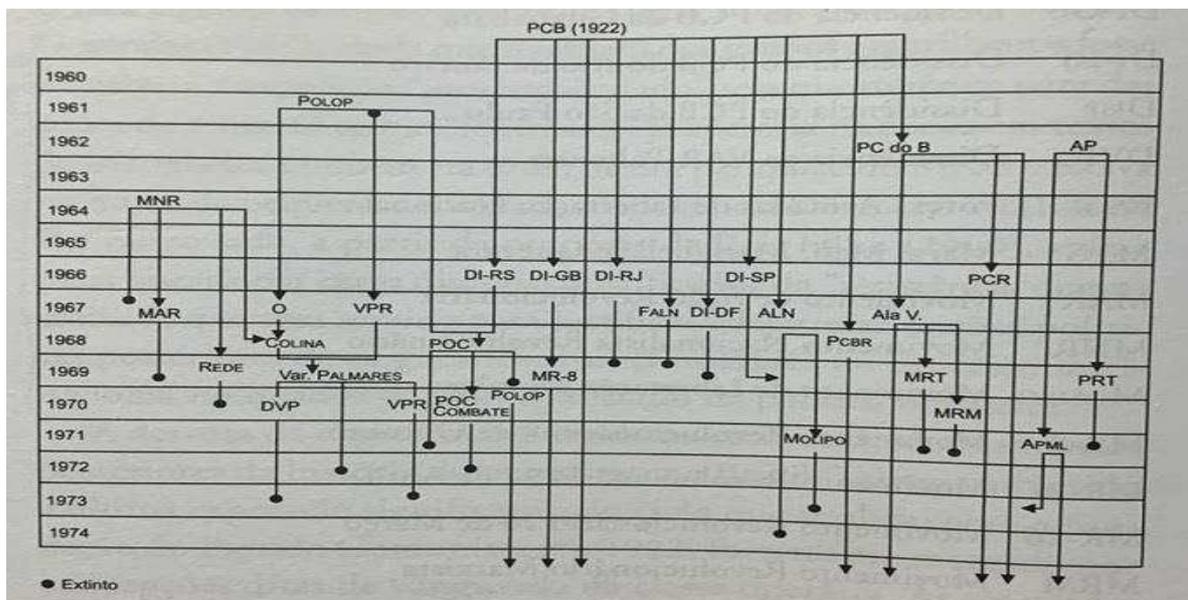


Imagem 1 - Fragmentação das esquerdas armadas, 1960-1974.²⁸

²⁶ RIDENTI, 2010, p. 27.

²⁷ Diferente dos trabalhos que inauguraram o campo – Gorender, Aarão Reis e Ridenti –, que estavam preocupados com uma visão geral das organizações de luta armada, a geração de pesquisadores que, *grosso modo*, dos anos 2000 em diante, preocuparam-se em estudar o funcionamento de organizações específicas sob diversos ângulos. Tendo isso em vista, além da contextualização nessa verdadeira *babel* de organizações armadas brasileiras, propomos, também, um levantamento dos estudos – dissertações e teses – sobre a esquerda armada no Brasil. Incluiremos livros, capítulos e artigos, mas, por motivos vários (e óbvios), esses não se pretendem exaustivos, visto que não há uma plataforma unificada para busca de artigos (apesar de que a plataforma *scielo* cobre uma boa gama de revistas), muito menos para livros. Lembramos que nosso levantamento buscou trabalhos que abordassem a trajetória de organizações em específico, desta maneira, outros estudos que abordaram a esquerda armada “em geral” não foram incluídos. Tendo em vista a enorme disparidade entre a produção acadêmica sobre as organizações, como se verá adiante, consideramos, também, trabalhos biográficos sobre militantes da luta armada, afim de iluminar a trajetória dessas organizações.

²⁸ Originalmente o quadro apareceu em no livro de Daniel Aarão Reis (1990, p. 13), utilizamos a versão de Marcelo Ridenti (2007b, p. 136),

2.1 PCB: do monopólio ao esfacelamento.

Aos trabalhadores do Brasil – O Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil, realizado na Cidade do Rio de Janeiro nos dias 25, 26 e 27 de março, resolvemos sua adesão incondicional à Terceira Internacional, formando assim ao lado da vanguarda proletária mundial, lança uma saudação fraterna ao proletariado do Brasil, concitando-o a arregimentar-se em sua organização sindical e do Partido a fim de, uma vez firmado nos dois organismos que se complementam, poder travar as últimas batalhas para sua emancipação integral.

A Comissão Central Executiva (PCB)

Em 1922 era fundado, em uma segunda-feira, o Partido Comunista Seção Brasileira da Internacional Comunista, o PCB. Não obstante, os comunistas do PCB não surgiram ali. Poderíamos dizer, inclusive, que estavam em pleno processo de formação, que ainda levaria anos para conclusão – se é que poderia ser concluído. Porém, a história do movimento operário e dos lutadores da causa do proletariado vem de antes da fundação do PCB.²⁹

A trajetória do *Partidão*, especialmente em seus primeiros anos de existência, foi bastante tortuosa. Seus militantes sofreram com a clandestinidade e fragilidade da estrutura partidária. Quando de seu nascimento, os primeiros partidários eram egressos das fileiras anarquistas, como lembra João Quartim de Moraes, “Como corrente política, o comunismo

²⁹ Lembremos que a grande parte dos comunistas de 1922 tiveram passagem importante pelo anarquismo como, por exemplo, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, cf.: AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os percursos do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 249-272, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I).

precedeu o marxismo em nosso país, ou, mais exatamente, já que ambos estejam longe de se confundir, são inseparáveis, o marxismo penetrou na luta política por meio do comunismo”.³⁰

O PCB passou pela experiência do Bloco Operário Camponês, no final da década de 1920; intervenção da Seção Sul Americana da IC (SSA-IC) no partido; a tentativa de revolução fracassada em 1935 – pejorativamente chamada *Intentona*. Sofreu as penúrias nos porões do Estado Novo varguista, quase desaparecendo no início da década de 1940.³¹

Em 1945 abre-se outra fase da história pecebista. Os comunistas apoiavam a permanência de Getúlio Vargas até o final daquele ano, quando se realizariam eleições.³² Vargas percebeu que seu tempo, naquela estrutura de poder criada pelo Estado Novo, se acabara, planejava, não sem pressões, uma transição democrática. Mas, *honrando a nossa tradição de viver de golpe em golpe*, Vargas foi apeado do poder, em 29 de outubro de 1945, por Góis Monteiro e Dutra, como salienta João Quartim de Moraes, os mesmos que sustentaram militarmente o golpe do Estado Novo.³³ Ainda que tenham sido contra a deposição do antigo ditador, os comunistas mantiveram a política de *união nacional*, sendo assim, deram suporte ao novo governo, tendo em vista a manutenção da perspectiva de eleições e posterior assembleia nacional constituinte.³⁴

É bom lembrar que o pós-guerra foi um momento de florescimento dos partidos comunistas pelo mundo e, especialmente, na Europa. Os PC's colheram frutos da imagem soviética derrotando o nazifascismo. Desta maneira, compuseram diversos governos no

³⁰ QUARTIM DE MORAES, João. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: QUARTIM DE MORAES, João (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. I, o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 109-160, 2007a, p. 134.

³¹ DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 223-248, 2007a. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I); DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. I. o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 51-108, 2007b; DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1922-1940). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 11-72, 2007c; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 331-364, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I).

³² Lembre-se que Vargas subiu ao poder em 1930 e, em 1937, permaneceu no poder por meio de um golpe de Estado, apoiado pelos militares.

³³ QUARTIM DE MORAES, João. Concepções comunistas do Brasil Democrático esperanças e crispções (1944-1954). In: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. III, teorias, interpretações. Campinas: UNICAMP, p. 197-244, 2007b, p. 208.

³⁴ SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 101-140, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. II), p. 104-105.

Velho Continente. Com o PCB não foi diferente,³⁵ colheu dividendos eleitorais de sua política de *união nacional*. O partido, nas eleições de 1945, obteve 9% dos votos daquele pleito.³⁶ O bom desempenho se repetiria nas eleições de 1947.³⁷

Característica da política de *união nacional* do partido foi a sua atuação sindical. O partido adere ao sindicalismo forjado dentro da estrutura estatal e cria, antes da queda de Vargas, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que teve duração efêmera e foi substituída pela Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). Após a eleição e a entrada no ano de 1946, o PCB mantinha a mesma orientação política “a reboque do governo constituído”.³⁸ Ainda no primeiro ano de governo, em nome da “ordem social”, o PCB desestimulava trabalhadores a entrarem em greve. Como pontuado por Lúcio Almeida,

frente as greves que se desencadearam em 1946, defendeu, em nome da política de união nacional, que os trabalhadores ‘apertassem o cinto’ [...] Superestimou a vocação democrática da burguesia brasileira, ao mesmo tempo em que ignorou as alterações que se operavam no plano internacional, com o desencadeamento da Guerra Fria e a ruptura dos governos burgueses com os partidos comunistas, mesmo onde estes possuíam profundos vínculos com as classes populares.³⁹

Mesmo numericamente inferiores, os parlamentares do PCB lutaram e conseguiram importantes conquistas na constituinte. Mas o cenário internacional de estabelecimento da Guerra Fria, o incentivo a perseguição aos comunistas do governo estadunidense de Truman e o anticomunismo arraigado na sociedade brasileira não perdoariam o PCB. Enquanto o

³⁵ Alguns trabalhos estimam que o número de filiados do PCB até 1947 tenha chegado à casa dos 200 mil. Após a cassação do registro esse número cai para, aproximadamente, 10% desse total, cf.: AARÃO REIS, 2007b, p. 101, nota 4; QUARTIM DE MORAES, 2007b, p. 230.

³⁶ SALES, Jean Rodrigues. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. São Paulo: Editora Edusp, 2020, p. 45.

³⁷ Sobre o desempenho pecebista nas eleições de 1945-47, Lúcio de Almeida nos dá um bom relato: “[O PCB] obteve excelente votação nas eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945, com um candidato (não comunista, praticamente desconhecido e lançado dezessete dias antes do pleito), Yeddo Fiúza, obtendo 9,7% dos votos. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal por quatro estados (mais o Distrito Federal) e o partido ficou com catorze representante na Câmara dos Deputados (109 suplentes). Obteve votação excelente em importantes capitais de estado e centros industriais. Nas eleições suplementares de janeiro de 1947, mais deputados federais, sob a legenda do PSP [Partido Social Progressista], vieram aumentar a bancada para dezesseis membros e o PCB teve quarenta e seis deputados eleitos para quinze assembleias legislativas além de fazer a maior bancada de vereadores no Distrito Federal”, cf.: ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64*. In: MAZZEO, Antônio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, p. 83-122, 2003, p. 89.

³⁸ AARÃO REIS, Daniel. *Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 73-108, 2007b, p. 78.

³⁹ ALMEIDA, 2003, p. 90-91.

partido insistia numa política de “aliança com a burguesia” – esta que, por sua vez, não parecia interessada nos acenos dos comunistas –, o cerco se armava para colocar o partido de volta na ilegalidade. Os políticos e as elites – que, nessa altura, eram praticamente sinônimos – incomodavam-se com a presença dos deputados comunistas, inclusive por sua origem, nove deputados da bancada do PCB eram de extratos operários.⁴⁰ Frequentavam o parlamento como se aquele local fosse a casa do povo!

Apesar de não ter sido dada a devida relevância, ainda em 1946, o deputado Barreto Pinto entrou, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com um pedido de cassação do registro eleitoral do PCB, vale lembrar que o referido deputado era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, até então aliado do *Partidão*.⁴¹ Na primeira parte do processo onde são relatados os fatos, no item referente às denúncias constam as seguintes alegações:

- a) Que o partido é uma organização internacional orientada pelo comunismo marxista-leninista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (documentos ns. 5 a 41);
- b) Que, em caso de guerra com a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil (documentos ns. 15 a 19);
- c) O partido é estrangeiro e está a serviço da Rússia (documento nº 18, entrevista do secretário Geral do Ministério da Guerra).⁴²

A argumentação, de fato, era muito frágil. O ponto “b” não passava de grosseira mentira e distorção de uma declaração dada por Luís Carlos Prestes.⁴³ Contudo, confiando na força das instituições liberais, o PCB se mostrava descrente da cassação do registro.⁴⁴ Em maio de 1947 seu registro foi suspenso. Foi aprovada, em outubro do mesmo ano, uma lei que permitia a demissão de funcionários públicos suspeitos de serem comunistas – era o macartismo *avant la lettre* brasileiro.⁴⁵ Mais estava por vir. Em janeiro de 1948, em decisão

⁴⁰ SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 101-140, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. II), p. 109.

⁴¹ O processo de cassação de registro do partido pode ser conferido em: *PCB*, processo de cassação do registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

⁴² *PCB*, processo de cassação do registro (1947), 1980, p. 4.

⁴³ A declaração de Prestes foi claramente distorcida. Perguntado sobre qual seria a posição dos comunistas caso o Brasil entrasse em guerra com a URSS, Prestes afirmou que fariam como a resistência francesa ou italiana diante da ofensiva fascista. Segue a transcrição literal: “Faríamos como o povo da Resistência francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria, contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum governo cometesse esse crime, nós comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra da libertação nacional” (PRESTES *apud* QUARTIM DE MORAES, 2007b, p. 213.)

⁴⁴ AARÃO REIS, 2007b, p. 80.

⁴⁵ SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da

inédita, onde a justiça fez uma lei retroagir para punir os parlamentares comunistas, os deputados e senador do PCB tiveram seus mandatos cassados. Isso combinado com invasões de diversas sedes e jornais ligados ao partido. Militantes e lideranças foram presas. O PCB voltava a clandestinidade, mais uma vez.⁴⁶

Em 1948 o PCB vislumbrava a possibilidade de um novo conflito mundial. Esse fato, combinado com a cassação de seu registro e descrença da “democracia burguesa” fez com que o partido “deslizasse” para a esquerda.⁴⁷ Essa nova fase, aberta pelo *Manifesto de Janeiro de 1948*,⁴⁸ mostrou uma mudança bastante radical da avaliação da situação política brasileira. Conforme afirma Quartim de Moraes,

[...] os comunistas responderam, com mais amargura do que lucidez, ao golpe que lhes desferia a reação liberal. [...] De nada lhes valera haver respeitado escrupulosamente as regras. Elas haviam sido mudadas para excluí-los. O exemplo de Mao-Tsé-Tung, de outro lado, trazia um excelente convite à ação: na ponta do fuzil, os camponeses estavam realizando a reforma agrária e completando o “cerco das cidades pelo campo” (1947-1948). Foi esse o contexto em que se operou a guinada à esquerda do PCB, programaticamente assumida no Manifesto de janeiro de 1948 e levada ao extremo no de agosto de 1950, ambos assinados por Prestes.⁴⁹

O Governo Dutra que, em 1946, os comunistas apoiavam com ressalvas, conforme as resoluções do *III Congresso Nacional do PCB*,⁵⁰ passou a ser caracterizado como um governo ditatorial, no *Manifesto de 1948*. Quando na legalidade o PCB manifestou

[...] apoio franco e decidido aos seus [do governo Dutra] atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso. [...] *Sabemos que o governo no seu todo não é composto de reacionários.*

Mas a reação explora as posições que detém no aparelho estatal, visando cada vez mais separar o governo do povo. *Não se justificam, assim, ataques em bloco ao governo* porque tal não poderia ser a posição de quem, como nós, luta pela união nacional.⁵¹

Já no Manifesto de 1948, o governo Dutra foi definido como sendo,

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 217-240, 2013, p. 223.

⁴⁶ AARÃO REIS, 2007b, p. 80-81; SEGATTO, 2013, p. 224.

⁴⁷ ALMEIDA, 2003, p. 92.

⁴⁸ O manifesto está contido em: CARONE, 1982, vol. 2, p. 72-88.

⁴⁹ QUARTIM DE MORAES, 2007b, p. 220.

⁵⁰ As resoluções constam em: CARONE, 1982, vol. 2, p. 65-71.

⁵¹ CARONE, op. cit., p. 68 (*grifos nossos*).

[...] na verdade *simples ditadura das classes dominantes* de um país semifeudal e semicolonial. Ditadura de senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente o norte-americano. [...] *Estamos de fato diante de um governo de traição nacional* que, a serviço do imperialismo norte-americano, esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país [...].⁵²

No *Manifesto de 1948*, o partido realizava uma autocrítica pela não mobilização das massas para defesa da legalidade do PCB e criticavam, também, o pacifismo adotado desde 1945.⁵³ Apesar das mudanças do discurso, o entendimento da realidade brasileira se mantinha. Havia a necessidade de abolição dos “resquícios feudais” no campo brasileiro. O imperialismo e feudalismo eram, simultaneamente, “os inimigos mortais do nosso povo”.⁵⁴ A pequena-burguesia brasileira estava sob influência da grande “burguesia nacional conciliadora”. O papel do partido nesse contexto era ser o “partido de vanguarda” que constituísse um bloco revolucionário entre o proletariado, campesinato e pequena-burguesia.⁵⁵ Contudo, o “etapismo” era mantido nessa avaliação, o “bloco revolucionário” tinha como objetivo “completar as tarefas da revolução democrático-burguesa e criar condições para a segunda etapa da revolução, a etapa socialista”.⁵⁶ O *programa mínimo* proposto pelo PCB incluía, no seu item 11: “organização de um exército revolucionário e popular capaz de defender a nação dos ataques do imperialismo e seus agente no país”.⁵⁷ Lembremos, também, que a houve uma importante reorientação no âmbito sindical. O PCB projetou a criação de sindicatos *paralelos* aos órgãos oficiais ligados ao Ministério do Trabalho, isso certamente ajudou que o partido se afastasse dos trabalhadores e se isolasse em suas posições *esquerdistas*.⁵⁸

A radicalização das posições do PCB seria aprofundada no *Manifesto de agosto de 1950*,⁵⁹ assinado por Prestes. Nesse documento, “a necessidade da solução de força [luta

⁵² CARONE, 1982, vol. 2, p. 73 (*grifos nossos*).

⁵³ *Ibidem*, p. 82-83.

⁵⁴ Essas apreciações constam no *Informe político (maio de 1949)*, cf.: CARONE, 1982, vol. 2, p. 89-108 (p. 99).

⁵⁵ *Ibidem*, p. 101.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 102.

⁵⁷ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸ Segundo o Informe sindical (CARONE, 1982, vol. 2, p. 284-298), de maio de 1949, os comunistas não deveriam simplesmente abandonar os sindicatos oficiais. Outrossim, eram orientados a atuar nesses órgãos, afim de levar os trabalhadores para os sindicatos independentes do Ministério do Trabalho, controlados pelo PCB. Como evidencia Santana (2001), o PCB teve que, mais tarde, voltar aos sindicatos oficiais, visto o frágil equívoco dessa posição.

⁵⁹ O Manifesto de agosto de 1950 consta em: VINHAS, 1982, p. 140-158.

armada] ficava, entretanto, implícita na formulação dos objetivos programáticos”.⁶⁰ A menção à radicalização das formas de luta – leia-se, formas de luta armada – estão em pelo menos duas passagens do *Manifesto de 1950*. O documento, primeiro, colocava a necessidade de contrapor “violência do oprimido vs. violência do opressor” quando afirma, “[...] diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito e dever inelutável de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução”.⁶¹ No programa proposto pelo PCB, ainda dentro do *Manifesto de 1950*, há, novamente, uma proposta de formação de um “exército popular de libertação nacional”.⁶² O objetivo geral do documento era a formação de uma “FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL”.⁶³ Além de reafirmar a compreensão que, em breve, haveria um novo conflito de proporções mundiais.⁶⁴

O *Manifesto de 1950* serviu, também, para que os comunistas “rompessem” com um antigo “aliado”, Vargas. A eleição para sucessão presidencial se daria em dezembro daquele ano. A posição do PCB foi pelo voto nulo, contra o “tirano Vargas”.⁶⁵ Não devemos, contudo, enxergar essa posição como um rechaço em bloco das eleições. Aliás, como afirmou Lúcio de Almeida, ao “justificar” essa atitude do PCB, “[...] considerar as eleições um processo, no geral, secundário da luta política de classes não deveria surpreender marxistas”.⁶⁶ O próprio documento trazia a compreensão do PCB do processo eleitoral,

[...] o voto é um direito do povo que reclamamos. Já vimos como a justiça eleitoral e o parlamento, instrumentos servis das classes dominantes, atentam contra os mandatos dos verdadeiros representantes do povo mas lutemos para conquistar tribunais parlamentares que devemos utilizar de maneira revolucionária.⁶⁷

Após o retorno do antigo ditador, agora, pelo voto, o PCB se colocou na oposição a Vargas. Contudo, os militantes logo veriam as limitações da linha política consubstanciada no *Manifesto de 1950*. Já em 1952, os comunistas voltariam aos sindicatos oficiais, mostrando que a política de criação de organismos paralelos para organização dos

⁶⁰ QUARTIM DE MORAES, 2007b, p. 228.

⁶¹ VINHAS, 1982, p. 150.

⁶² *Ibidem*, p. 154.

⁶³ *Ibidem*, p. 155 e *passim*.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 144 e *passim*.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 143.

⁶⁶ ALMEIDA, 2003, p. 94.

⁶⁷ VINHAS, 1982, p. 156 (*grifos nossos*).

trabalhadores havia fracassado, por mais que se mantivessem a orientações de 1950 oficialmente.⁶⁸ Conforme afirmam Silva e Santana,

[...] A linha política geral do partido [*Manifesto de 1950*] ia mal; porém, contra e apesar dela, a militância consolidava seu trabalho. Os avanços da participação comunista no meio sindical eram visíveis, resultando na criação da primeira intersindical surgida na década de 1950, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai), fundada em junho de 1952, para se opor à aplicação de uma cláusula nos acordos salariais que atrelava o aumento de salário à assiduidade de 100% dos trabalhadores no serviço.

[...] Em julho de 1952, o número 42 da revista *Problemas* publicou a “resolução do Comitê Nacional do PCB sobre a organização e unidade da classe operária”. Apesar do antigetulismo, a resolução orientava sua militância a efetivar alianças com outros grupos e indicava o retorno aos sindicatos oficiais. [...] A fim de conter o “sectarismo” então reinante, o sindicato voltou a ser oficialmente percebido como núcleo importante de disputa pela hegemonia do partido, sem, todavia, se descurar do trabalho no interior das empresas.⁶⁹

Em 1954, após o suicídio de Vargas, o PCB teria mais uma lição. O partido, que havia qualificado o novo governo de Getúlio como sendo de “traição nacional”, ficou surpreso com a comoção popular após a morte do presidente. O PCB fazia coro à direita anti-getulista ao pregar a deposição de Vargas. O preço pago foi a depredação, realizada por populares, contra prédios, jornais e estabelecimentos identificados como “inimigos de Vargas”.⁷⁰

A partir daí vemos mais uma mutação da compreensão da realidade política brasileira e da atuação por parte do PCB, apesar do IV Congresso, realizado em 1954. Em *linhas gerais*, os comunistas mantiveram a orientação política do *Manifesto de 1950*, com poucas modificações. Contudo, a atuação política era visivelmente outra. Sendo assim, a orientação política do IV Congresso do PCB já surge ultrapassada.⁷¹ Essa mutação nos posicionamentos do partido se inicia no ano de 1954 e será concluída com a *Declaração sobre a política do PCB*, de março de 1958.⁷² Para José Antônio Segatto essas mudanças poderiam ser explicadas por quatro fatores primordiais: a) o suicídio de Vargas; b) relativa estabilidade

⁶⁸ SEGATTO, 2013, p. 226.

⁶⁹ SILVA; SANTANA, 2007, p. 118.

⁷⁰ AARÃO REIS, 2007b, p. 86-87; SEGATTO, 2013., p. 228.

⁷¹ AARÃO REIS, 2007b, p. 88.

⁷² Doravante *Declaração de março de 1958*, constante em: CARONE, 1982, vol. 2, p. 176-195.

democrática do governo JK; c) o impacto do XX Congresso do PCUS⁷³ e d) tensões acumuladas e que vieram à tona após o Congresso, de 1956, da União Soviética.⁷⁴

De maneira diversa da postura diante a candidatura de Vargas em 1950, os comunistas atuaram de maneira favorável a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart, em 1955. Tinha fim a retórica armada do partido.⁷⁵ Porém, as mudanças que se operavam de forma gradual, foram catalisadas e aceleradas pelos acontecimentos de janeiro de 1956, no XX Congresso do PCUS.

Os comunistas brasileiros – e possivelmente do mundo todo – que haviam chorado a morte do *camarada* Stalin (1953), chorariam, agora, sua segunda morte, a morte do mito.⁷⁶ O XX Congresso do PCUS teve lugar entre 14 e 25 de fevereiro de 1956. No último dia do evento os delegados foram convidados para uma reunião “secreta” onde falaria o *camarada* Khrushchev. Nesse momento o dirigente máximo da URSS e PCUS revelou, o que passou para a história como, os *crimes de Stalin*, por meio de um informe “secreto”. Como afirma Daniel Aarão Reis, o informe atingiu os comunistas como um “terremoto”.⁷⁷ As motivações de Nikita Khrushchev não nos interessam nesse momento. O relevante foram suas revelações

⁷³ Em 1956 ocorreram dois eventos chaves que geraram rachas e deserções em diversos partidos comunistas no mundo. O primeiro foi o “informe secreto”, no XX Congresso do PCUS, de Khrushchev sobre os crimes cometidos por Stalin (falecido em 1953). Khrushchev, também, anunciou formalmente a descompressão do sistema político soviético, que já vinha sendo praticado desde a morte de Stalin. Abre-se espaço para que vozes liberais dentro do comunismo do leste europeu. O segundo foi a invasão da Hungria pela URSS. No mesmo ano, 1956, esse país sofreu forte influência vitória polonesa sobre a URSS. A Polônia, em 1956, rapidamente passou de um regime stalinista para um de traços mais liberal. Depois de tentativas de intervenção, Khrushchev foi obrigado a aceitar que a Polônia construísse seu “próprio caminho para o socialismo”, em 19 de outubro de 1956. A Hungria foi impactada por essa vitória, em menos de dez dias, estudantes e trabalhadores tomaram as ruas, e exigiram a democratização das instituições e a volta de Imre Nagy como primeiro ministro. Após a volta do líder, os trabalhadores não estavam satisfeitos, reivindicavam o multipartidarismo e liberdade de prisioneiros políticos. Nagy era um comunista liberal e antistalinista, porém não consegue total apoio imediato. Somente no dia 30 de outubro, as greves cessam e o povo húngaro retorna à sua rotina. Nessa data o governo reintroduz o multipartidarismo, algo visto como suspeito pelas lideranças soviéticas. No dia 31 do mesmo mês, França e Inglaterra atacam o Egito em solidariedade a Israel, pois o Egito havia nacionalizado o canal de Suez. Nessa janela, Khrushchev viu uma oportunidade de invadir a Hungria restabelecer o domínio soviético no país sem sofrer grandes represálias internacionais. Desta forma nos dias 3 e 4 de novembro a URSS invade a Hungria para combater os “contra-revolucionários” esmagando a resistência de estudantes e trabalhadores, restituindo lideranças pró-soviéticas na região. Cf.: SEGRILLO, Angelo. O ano de todas as possibilidades. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, p. 53-104, 2006.

⁷⁴ SEGATTO, 2013, p. 227-228.

⁷⁵ SILVA; SANTANA, 2007, p. 112.

⁷⁶ Jorge Ferreira mostra como a morte de Stalin e, também, a revelação do informe secreto abalaram profundamente os comunistas brasileiros. Quando do falecimento do *Guia genial dos povos*, militantes se desesperavam e choravam copiosamente. Sobre o informe de Khrushchev a reação mais comum era a simples negação, cf.: FERREIRA, 2002, p. 219 e 293.

⁷⁷ AARÃO REIS, Daniel. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 122; AARÃO REIS, Daniel. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007f, p. 196.

do “culto da personalidade”, perseguição política, execuções sumárias, entre outras imputações, atribuídas a Stalin.

No PCB, como noutros PC's, o impacto foi enorme. O representante brasileiro no Congresso, Diógenes de Arruda Câmara, não retornou de imediato para o Brasil, estendeu sua viagem à China comunista. Isso somado à negativa do PCB em tratar do assunto só aumentou a tensão sobre o assunto.⁷⁸ O silêncio foi rompido pelos jornalistas do *Imprensa Popular*, jornal ligado ao PCB. Em outubro do mesmo ano viria o comunicado do CC do partido onde reconhecia que “[...] a demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é injustificável”.⁷⁹ Sucedeu-se um “debate público” dos militantes do PCB onde,

Três tendências se esboçaram. Os “abridistas” ou “renovadores”, que defendiam uma abertura maior das discussões, tendo Agildo Barata à frente, assumiram posições que criticavam até mesmo a existência do Partido. Os “conservadores” ou “fechadistas” se posicionavam contra a abertura do debate e viam como problemática as mudanças em curso. O “centro” [Prestes] se situava entre o revisionismo dos primeiros e o sectarismo dos últimos.⁸⁰

Entre os “renovadores” também se encontrava Osvaldo Peralva. Do lado dos “conservadores” estava o núcleo que daria origem ao PCdoB – muitas vezes referidos como “stalinistas”⁸¹ – João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois.⁸² Seguiu-se, aproximadamente um mês de controvérsias, até Prestes encerrar o debate, em uma “carta-rolha”, afirmando que o PCB não era um “clubes de discussões”.⁸³ No entanto, o debate transcorreu até o ano seguinte, de maneira mais arrefecida. O grupo dos “renovadores” foi o primeiro a ser expulso do partido, Agildo Barata foi acusado de “liquidacionismo”, saiu em maio de 1957. Para os conservadores a punição foi “menor”, João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes de Arruda foram removidos do Comitê Executivo.⁸⁴

⁷⁸ AARÃO REIS, 2007b, p. 88-89; SILVA; SANTANA, 2007, p. 122-123.

⁷⁹ Trata-se do “Projeto de resolução do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PC da URSS”, cf.: CARONE, vol. 2, p. 143-154, 1982, p. 143.

⁸⁰ SILVA; SANTANA, op. cit., p. 123.

⁸¹ O pesquisador e professor Jean Rodrigues Sales defende que classificar aqueles que defenderam as posições “conservadoras” como “stalinistas” seria incorreto, pelo simples fato de que o PCB continuou com práticas que podemos qualificar de “stalinistas”. De fato, o próprio Nikita Khrushchev e o PCUS, ainda em 1956, demonstraram a “fragilidade” da “desstalinização”, não esqueçamos da intervenção na Hungria, cf.: SALES, 2020, p. 79.

⁸² SALES, op. cit., p. 73.

⁸³ AARÃO REIS, op. cit., p. 89; SILVA; SANTANA, op. cit., loc. cit.; SALES, op. cit., 71-72.

⁸⁴ AARÃO REIS, op. cit., p. 90 e 106, nota 40.

A nova posição seria galvanizada na *Declaração de março de 1958*. Nela o partido expressava, uma vez mais sua compreensão da realidade estrutural e política do Brasil. Afirmavam que havia uma contradição entre o desenvolvimento capitalista no país e o imperialismo estadunidense.⁸⁵ Reiteravam a existência de uma “burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país”.⁸⁶ Outra constatação do manifesto era de que o mundo e o Brasil avançavam rumo a consolidação e fortalecimento da democracia.⁸⁷ No que dizia respeito ao governo JK distinguiam dois blocos,

[...] um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês.

[...] A política do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos de caráter nacionalista e democrático[...]

[...] as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática.⁸⁸

As contradições brasileiras fundamentais eram: nação vs. Imperialismo; desenvolvimento das forças produtivas no campo vs. resquícios feudais.⁸⁹ Conclui-se, deste modo que “*A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal*”.⁹⁰ O PCB pregava a necessidade de uma *frente única* de todas as forças que concordassem em parte, ou com todo o programa de desenvolvimento nacional. Segundo o manifesto, os comunistas não queriam impor seu programa, que se mostraria correto pela sua eficiência. Sequer impuseram a sua participação na *frente única* condicionada a direção do movimento.⁹¹ Dessa forma, “Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição”.⁹²

Por fim, o PCB afirmava que a Revolução Brasileira se abria de modo pacífico, “em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política”.⁹³ O caminho pacífico significava atuação dentro da legalidade constitucional estabelecida, por meio de reformas na estrutura econômica e política. A retórica belicista sumiu do horizonte do partido, sendo

⁸⁵ CARONE, 1982, vol. 2, p. 176.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 177.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 179.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 180-181.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 183-184.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 184 (*grifos nossos*).

⁹¹ *Ibidem*, p. 185-188.

⁹² *Ibidem*, p. 190.

⁹³ *Ibidem*, p. 192.

admitida somente se, “os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade – a de uma solução *não pacífica*”.⁹⁴

A linha política de 1954 havia sido superada pela *Declaração de março 1958*. Isto posto, para o ano de 1960 foi convocado o V Congresso do PCB. O referido Congresso ocorreu em setembro daquele ano. As teses, que foram aprovadas, saíram na revista *Novos Rumos* ainda em abril. Deu-se início ao debate. O grupo que foi aliado do CE do PCB após a declaração de 1958 – os “conservadores” – protestaram em vão contra os rumos que tomava o Partidão. Os aliados de Prestes viam espaço para avanços democráticos no cenário nacional e internacional, dando suporte à nova linha política. O V Congresso foi vencido pelos partidários da declaração de 1958, mesmo que o *grupo opositorista*⁹⁵ protestasse contra a forma de organização do Congresso – acusavam a direção de manipulação. A derrota foi retumbante, 20 delegados apoiaram as teses *oposicionistas*, de um universo de 450 delegados.⁹⁶

Em 1961 o PCB entraria com o pedido de legalização junto ao TSE, para isso excluiu do seu estatuto as referências ao “marxismo-leninismo” e mudou seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, isso para evitar as acusações sofridas no processo de cassação de 1947. Esse foi o estopim para o *grupo opositorista* lançar a *Carta dos Cem*, em agosto de 1961.⁹⁷ Esse documento acusava os dirigentes do PCB de quererem liquidar e renunciar ao partido revolucionário. A reação foi a expulsão dos *oposicionistas* que convocaram, para fevereiro de 1962, uma Conferência Nacional Extraordinária que elegeu um “novo” CC.⁹⁸ Naquele momento surgia a primeira dissidência do PCB. Os opositoristas afirmaram que apenas “reorganizam” o partido, reivindicando assim a história da organização fundada em 1922.⁹⁹

⁹⁴ CARONE, 1982, vol. 2, p. 193 (*grifos nossos*).

⁹⁵ O “grupo opositorista” foi a designação dada por Jean Rodrigues Sales para ala do partido contrária a *Declaração de março de 1958*. Segundo o autor, é possível rastrear a articulação de diversos militantes do PCB no sentido de conquistarem quadros, dentro do partido, que dessem suporte a linha política de 1954. Sales examina essa questão no primeiro capítulo de seu livro, cf.: SALES, 2020, p. 43-122, ver em especial as páginas 73-122.

⁹⁶ AARÃO REIS, 2007b, p. 94; SALES, 2020, p. 95.

⁹⁷ A *Carta dos 100* pode ser consultada em: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Em defesa do Partido (carta dos 100). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 23-30.

⁹⁸ AARÃO REIS, op. cit., loc. cit.; SALES, op. cit., p. 96-97.

⁹⁹ O PCdoB reivindica, até hoje, a data de fundação de 1922. Dentro da historiografia é amplamente aceito que o PCdoB se trata de um novo partido, exceção feita, a Romualdo Pessoa Campos Filho que afirma (2012, p. 84) que o PCB, ao trocar de nome e estatuto, fundou um novo partido. O próprio PCdoB escreve sua história, em 2010, os militantes José Carlos Ruy e Augusto César Buonicore organizaram o livro “*Contribuição à*

Sem a ala oposicionista e sem o registro eleitoral o PCB seguiu sua trajetória. Em 1961 apoiou irrestritamente a posse de João Goulart como presidente, após a renúncia de Jânio Quadros, ainda que no governo de Jango o partido se mantivesse ora como aliado, ora como crítico.¹⁰⁰

O PCB encontrava um florescimento tanto de influência política (política institucional, leia-se), como entre os trabalhadores e passou a encampar as *Reformas de Base*,¹⁰¹ propostas pelo governo de Goulart. Viam nesse projeto a possibilidade de unir, Reforma e Revolução.¹⁰² Giocondo Dias, militante de expressão do PCB, escreveu em janeiro de 1964 sobre o “Sentido revolucionário da luta pelas reformas”, nome do artigo publicado no jornal *Novos Rumos*.¹⁰³

O cerco se fechava ao redor de Jango a partir de 1963. Toda vez que o presidente vacilava na defesa das reformas, o PCB o pressionava para aderir, nem que fosse contra a maioria do Congresso Nacional, às posições de enfrentamento e luta pelas Reformas. A democracia era um valor para o partido, mas as Reformas estavam acima. Prestes assumiu um discurso triunfalista, crendo no “dispositivo militar” de Jango.¹⁰⁴ Conforme afirma Aarão

história do Partido Comunista do Brasil”, trata-se de uma obra escrita por militantes, ainda que entre eles estejam historiadores respeitáveis como o próprio Buonicore e Diorge Alceno Konrad. O *Núcleo de estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo* publicou uma série de artigos no jornal *A nova democracia* onde defendem, também, que a fundação do PCdoB em 1922. Esses artigos compuseram a brochura “*Problemas da história do Partido Comunista do Brasil*”. Esse último livro também se trata de um livro escrito por militantes comunistas – autoproclamados maoístas –, porém, diferente do se possa pensar, o livro é muito duro com os rumos seguidos pelo PCdoB, inclusive com frases duras direcionadas a Augusto Buonicore, cf.: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012; RUY, José Carlos (org.); BUONICORE, Augusto César (org.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010; NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARXISMO-LENINISMO-MAOÍSMO. *Problemas da história do Partido Comunista do Brasil*. s/l: Edições Seara Vermelha, 2016.

¹⁰⁰ AARÃO REIS, 2007b, p. 96

¹⁰¹ Aarão Reis definiu as *Reformas de Base* da seguinte forma: “A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo, rompendo com o monopólio da terra e atingindo as bases de sustentação do latifúndio, ao mesmo tempo que ampliaria o mercado interno, viabilizando o desenvolvimento industrial autocentrado, A reforma urbana, para planejar o crescimento das cidades, combatendo-se a especulação imobiliária e protegendo-se os inquilinos. A reforma bancária, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para o financiamento das atividades que pudessem garantir a autonomia nacional. A reforma eleitoral, incorporando o voto dos soldados e dos graduados das Forças Armadas e, principalmente, o dos analfabetos, que constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar os investimentos estrangeiros, limitando-se a remessa de lucros para o exterior e prevenendo-se a estatização dos setores considerados estratégicos (indústrias de base e transportes públicos). A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa, devidamente democratizados, e sob controle de professores e estudantes, se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais”. O mais triste é perceber que essas reformas continuam atuais em 2020. Cf.: AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, p. 33.

¹⁰² SEGATTO, 2013, p. 233-234.

¹⁰³ Para a análise da relação entre Governo João Goulart e PCB sugerimos o artigo de autoria de Jorge Ferreira: FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134, 2013.

¹⁰⁴ SEGATTO, op. cit., p. 236; SILVA; SANTANA, 2007, p. 130-131.

Reis, “Nunca parecera tão ao alcance da mão a possibilidade de um governo nacionalista democrático, previsto pelas teses do PCB, capaz de promover transformações substanciais, revolucionárias, na sociedade brasileira”.¹⁰⁵

Contudo, não havia dispositivo militar e o PCB não tinha se preparado para o golpe, subestimavam a organização das direitas, parafraseando Marx, *de repente Jango, PTB e PCB foram lançados para dentro da esfera de poder político forçadas a abandonar os camarotes e desempenhar pessoalmente seu papel no palco revolucionário*,¹⁰⁶ porém, nem Jango, nem PCB estavam preparados, se houvesse revolução, eles *faltariam ao encontro*. A radicalização à esquerda de Jango, levou a uma resposta das forças de oposição, que nunca foram amantes da democracia, e isso resultou, em 1º de abril de 1964, num golpe civil-militar, onde interesses heterodoxos se uniram para apertar Jango do poder, *horando, assim, nossa tradição de viver de golpe em golpe*. Para a manutenção da *ordem burguesa, foi rasgado o véu da democracia brasileira*.¹⁰⁷ Daniel Aarão Reis, outra vez, sintetiza bem a confluência de interesses no momento do Golpe

Uniram-se então a espada, a cruz e o vil metal – as botas e as batinas e as moedas, numa poderosa coalizão: homens de alta qualidade e delinquentes de toda laia; cidadãos acima de qualquer suspeita e personagens objetos de todas as suspeitas; os incapazes e os capazes de tudo; democratas genealógicos e candidatos a ditadores; liberais e fascistas, militares, políticos, homens de negócio, profissionais liberais. E em nome da Lei, do Cristo, da Ordem, da Família, da Democracia e da Honestidade, essa multidão heteróclita, numa frente ampla, diversa e contraditória deu o golpe. Mas até quando se manteria essa heterogeneidade no comando da nação?

No início, na euforia da vitória, houve acordo unânime para silenciar a *canalha*. Aquilo tinha realmente passado dos limites: havia greves, invasões, sindicalistas em palácios, operários e lavradores que negociavam com autoridades e dialogavam com ministros, como se fossem cidadãos. Já não se tinha calma para trabalhar [...].¹⁰⁸

Assim caiu Jango. Mas, junto com seu governo, foi também o *Partidão*. Ambos caíram em desgraça. Levaram toda culpa. Como poderiam cair sem reação? Estava aberta a temporada de *caça aos culpados*. O PCB começaria a fazer água por todos os lados.

¹⁰⁵ AARÃO REIS, 2007b, p. 97.

¹⁰⁶ MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 44.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 62.

¹⁰⁸ REIS, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960. In: TUCCI, Maria Luiza. *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 437.

2.2 PCdoB: da (re)organização à guerrilha do Araguaia.

Enfim, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é o partido da revolução. O Partido Comunista Brasileiro é o partido das reformas.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O PCdoB é, provavelmente, a organização da esquerda armada que possui mais estudos sobre sua atuação. No entanto, grande parte desses trabalhos tem por foco a Guerrilha do Araguaia, experiência essa encabeçada pelo partido. Procuramos, nesse espaço, oferecer uma trajetória do PCdoB, ainda que resumida. Para alcançarmos esse objetivo nos baseamos na bibliografia especializada sobre a organização, bem como em alguns documentos publicados em livros.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Para o PCdoB o levantamento bibliográfico encontrou os seguintes resultados: um livro (SALES, 2020); duas dissertações (CARVALHO, 2010; SALES, 2000); dois capítulos de livro (SALES, 2007b e 2007c); dois artigos (SALES 2001 e 2017); produção partidária (MONTEIRO, 2005; POMAR, 1980; RUY; BUONICORE (orgs.), 2010); sete livros de memórias (COSTA, 2018; GENOÍNO, 2006; LIMA, 1984; MORAES, 2002; SÁ, 1990; SILVA, 2008; VALADARES, 2005). Sobre a guerrilha do Araguaia encontramos: dois livros (CAMPOS FILHO, 2012; STUDART, 2018); uma tese (MECHI, 2012); uma dissertação (REIS, 2013); um capítulo (MECHI, 2015); quatro artigos (MECHI, 2013 e 2016; PEIXOTO, 2011; TELES, 2014); treze biografias (BERCHT, 2002; BERTOLINO, 2004 e 2002; BRUM, 2012; BUONICORE, 2006; COELHO, 2007; GRABOIS; GRABOIS, 2010; JOFFILY, 2008); MOMESSO, 1988; POMAR 2007 e 2003; RIBEIRO, 2007; SOUSA, 2008). O PCdoB é, talvez, o partido comunista mais preocupado em “contar a sua história”, basta olhar o livro organizado por José Carlos Ruy e Augusto Buonicore (2010) ou no documento em comemoração aos 90 anos do partido (PCdoB, 2012). Isso em grande medida está ligado as disputas de memória envolvendo o passado entre PCB e PCdoB (SALES, 2020, p. 112 e ss.) – eventualmente, poderíamos incluir o antigo Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania, dirigido por Roberto Freire, mas tudo indicada que esse partido se interessa, na realidade, em apagar seu “passado comunista”. Imbuído desse sentimento que valoriza seu passado, o PCdoB possui alguns livros publicados onde encontramos a documentação primária do Partido (PCdoB, 1974a, 1974b, 1977 e 2000; POMAR, 1980), cf.: BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002; BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois, uma vida de combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2004. BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de luta: A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2002; BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012; BUONICORE, Augusto César. *João Amazonas: Um comunista brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012; CARVALHO, Daniel Ilirian. *O surgimento do PC do B na crise do comunismo brasileiro entre 1954 a 1962*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *José Genoio: Escolhas políticas*. São Paulo: Centauro, 2007; COSTA, Dagoberto Alves. *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro*. Recife: CEPE editora, 2018; GENOINO, José. *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoio*. São Paulo: Geração Editorial, 2006; GRABOIS, Victória Lavínia; GRABOIS, Mário. *Maurício Grabois: Uma vida pelo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; JOFFILY, Bernardo. *Oswaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984; MECCHI, Patrícia Sposito. A experiência guerrilheira do PCdoB no Araguaia. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 237-254, 2015; MECCHI, Patrícia Sposito. A Guerrilha do Araguaia e a Repressão Contra

Como afirma Jean Rodrigues Sales, um dos grandes problemas em relação à história do PCdoB é que muitos estudiosos caem na armadilha de vê-la como mero “apêndice” da trajetória do PCB.¹¹⁰ Porém, é inegável que há uma necessidade de se colocar lado a lado a história do PCB e PCdoB, para entendermos as rupturas e continuidades. Ainda é muito tímida a produção sobre o partido, tendo em vista a exploração feita sobre o evento do Araguaia.¹¹¹

Camponeses: reflexões sobre os fundamentos e as práticas repressivas do estado brasileiro em tempos de ditadura. *História Revista* (UFG. Impresso), v. 20, p. 48-70, 2016; MECHI, Patricia Sposito. Contra a revolução, a barbárie. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 1, p. 28-30, 2013; MECHI, Patricia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012; MOMESSO, Luiz. *José Duarte: Um maquinista da história*. São Paulo: Oito de Março, 1988; MONTEIRO, Adalberto (org.). *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005; MORAES, Jô. *Uma história para Érica: fragmentos da vida sob a ditadura militar*. Belo Horizonte: VFazitto, 2002; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974a. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974b; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do Socialismo*. São Paulo: Abita Garibaldi, 2012; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Política e revolucionarização do Partido*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011; POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980; POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: Um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: Uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003; REIS, Naurinete Fernandes Inácio. *Memória Social e Guerrilha do Araguaia*. Dissertação de Mestrado, Goiânia/GO, Faculdade de Ciências Sociais (Sociologia) – UFG, 2013; RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; RUY, José Carlos (org.); BUONICORE, Augusto César (org.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010; SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990; SALES, Jean Rodrigues. *Da luta armada ao Governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil*. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*, vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163-183, 2007b. (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. III); SALES, Jean Rodrigues. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. São Paulo: Editora Edusp, 2020; SALES, Jean Rodrigues. *História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311. maio/ago. 2017; SALES, Jean Rodrigues. *O PCdoB nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política*. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), Campinas/SP, v. x, p. 13-49, 2001; SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória Política*. In: RIDENTI, Marcelo (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 63-104, 2007c; SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: Propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH-UNICAMP, 2000; SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro; Seropédica: Mauad X; Edur, 2008; SOUSA, Deusa Maria de. *José Huberto Bronca: Da luta sindical ao Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; STUDART, Hugo. *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018. TELES, Janaína de Almeida. *Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. *História Unisinos* 18(3):464-480, Set.-Dez., 2014; VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

¹¹⁰ SALES, 2007b, p. 63.

¹¹¹ Podemos citar, ainda, o trabalho que analisa o partido dentro de um contexto regional como o de Andréa Cristina Santos (2004) que analisa o período de 1965-73, em Salvador/BA. Menos comum nos parece o estudo de Wilquer Silvano de Souza Ferreira (2016) que tem por objeto a atuação do PCdoB em diferentes cidades de Minas Gerais no contexto de redemocratização buscando entender sua atuação para formações de redes, contudo

A história do PCdoB, que pode ser rastreada ainda dentro do PCB, começa, oficialmente, em fevereiro de 1962. No ano anterior o primeiro documento, mesmo antes da fundação do partido, é a *Carta dos 100 [Em defesa do Partido]*, de agosto de 1961 e, posteriormente, publicado no jornal *A Classe Operária* (jornal oficial da organização), em abril de 1962.¹¹² Contudo, ainda grassam vários são os erros sobre a origem do PCdoB. Desde seu ano de fundação, passando pela suposta defesa férrea da luta armada desde seu surgimento até chegarmos à origem do partido como um reflexo da ruptura no seio do socialismo internacional representada pela cisão Sino-Soviética.¹¹³

Os textos de Jean Sales são bastante contundentes ao refutar interpretações mais ligeiras sobre a história do PCdoB.¹¹⁴ O historiador nos lembra que as desavenças e ruptura entre China e URSS datam de 1963, e o PCdoB surge em 1962. Cabe ressaltar que, ao desvincular-se do antigo PCB, a nova organização tentou entabular relações diplomáticas – entre partidos – com diversos países, apresentando-se como o legítimo Partido Comunista no Brasil. Contatos foram tentados inclusive com a URSS mas, ao mesmo tempo, com China e Cuba.¹¹⁵ Tomemos, por exemplo, o trecho da “*Carta dos Cem*” – que levou a expulsão dos militantes que formariam o PCdoB –, nela lemos o seguinte: “[...] a sociedade comunista está sendo construída na União Soviética”.¹¹⁶ Ainda no ano seguinte, 1962, o PCdoB voltaria a elogiar os *centros revolucionários*. Em seu “*Manifesto-programa*”¹¹⁷ lemos que “Cuba é um

o trabalho foi realizado no programa de pós graduação em administração, cf.: SANTOS, Andréa Cristina. *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004; FERREIRA, Wilquer Silvano de Souza. *Partidos políticos como organizações e redes sociais: O Caso do PCdoB em Belo Horizonte, Contagem e Betim*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2016.

¹¹² PCdoB, 2000, p. 23-30.

¹¹³ Emir Sader (1995, p. 91) afirma que o PCdoB surgiu em agosto de 1960, e sua principal característica era a defesa da revolução violenta. Já Moisés Vinhas (1982, p. 187) afirma que o PCdoB era a representação nacional do cisma Sino-Soviético incidindo, numa só vez, em um erro factual e analítico. Primeiro a ruptura de chineses e soviéticos é do ano de 1963 e, em segundo lugar, a análise tem como pano de fundo a noção de que os partidos comunistas no Brasil atuavam como “marionetes” dos Partido Comunistas dos centros revolucionários. Vinhas já havia aplicado essa interpretação, no mesmo trabalho, para a relação entre PCB e PCUS, acabou replicando para PCdoB e PCC. Diversos estudos mostraram a independência de atuação das organizações comunistas em relação a URSS, China e Cuba (AARÃO REIS, 1990). Cf.: VINHAS, 1982; SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹¹⁴ Aqui nos referimos aos textos: SALES, 2007a, 2007b e 2020.

¹¹⁵ SALES, 2020, p. 130-159.

¹¹⁶ PCdoB, 2000, p. 26.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 31-42.

exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer pode bater seus algozes e construir uma nova vida” e, mais adiante, afirmam que, “países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constroem o socialismo. A União Soviética marcha para o comunismo e a China popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui hoje um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo”.¹¹⁸

Podemos ver, então, que, no seu alvorecer, o PCdoB buscou reconhecimento tanto do PCUS, bem como do PCC e dos cubanos.¹¹⁹ Porém, fatores confluíram para adesão aos chineses. Primeiro, os interesses dos comunistas chineses e do PCdoB convergiram; este último necessitava da legitimidade de um *centro revolucionário*, enquanto ao primeiro interessava o suporte a um partido que, no Brasil, fazia concorrência com uma organização apoiada pelos soviéticos.¹²⁰ Era importante questões do âmbito da interpretação da realidade social e ação política-militar – ou seja, sobre *estratégia e tática* revolucionária. Nesse ponto, o maoísmo servia bem aos comunistas do Brasil em ao menos três pontos: 1) mantinha o etapismo da, já extinta, IC; 2) subordinava o fator militar ao político (ao contrário das propostas foquistas) e 3) fornecia ao novo partido uma retórica de enfrentamento, em armas se necessário, sem obrigatoriamente iniciarem um conflito.¹²¹ Dessa maneira, a partir de 1963 o PCdoB passa a ser o legítimo representante do partido de Mao Tsé-Tung no Brasil. Dessa forma, paulatinamente o PCdoB vai mudando sua posição em relação à URSS e Cuba. Aos primeiros a pecha de revisionistas será rapidamente utilizada, Khrushchev não passava de um traidor de Stalin e, quando Fidel passa à zona de influência soviética, também será duramente criticado.¹²² A isso também serviu o maoísmo¹²³, para defesa da ortodoxia do

¹¹⁸ Ibidem, p. 41.

¹¹⁹ SALES, 2020, p.132.

¹²⁰ Id., 2007c, p. 75; Id., 2020, p. 149.

¹²¹ SALES, 2007c, p. 75.

¹²² Id., 2020, p. 140-146.

¹²³ Antes de seguirmos no texto, pensamos ser importante explicitar algo sobre *o que é maoísmo?*, visto que no Brasil, especialmente na década de 1960, essa doutrina foi amplamente difundida entre o militantes *revolucionários*. O historiador Daniel Aarão Reis (2007d) avalia o que foi o fenômeno do maoísmo; suas diferentes “faces”; sua teoria e como isso impactou os marxistas brasileiros. Nesse trabalho Aarão Reis destaca as diferentes fases, ou em suas palavras, as “imagens cambiantes” do maoísmo (2007d, p. 161). O maoísmo foi visto de formas distintas: como adaptação do marxismo-leninismo à realidade chinesa; como modelo revolucionário para países de terceiro mundo e, também, como modelo “universal” de revolução (AARÃO REIS, 2007d, p. 161-162). Mas, para uma compreensão dessa teoria revolucionária é importante considerar alguns pontos. Primeiro, a importância que Mao Tsé-Tung e, portanto, que maoísmo, atribui ao campo e os camponeses. Mas isso se trata de visão da realidade, já que a China, antes da Revolução de 1949, era uma país onde 90% da população vivia no campo. Logo, ou havia participação camponesa, ou não havia revolução (AARÃO REIS, 2007d, p. 166). Segundo ponto, o maoísmo tem uma relação “devocional” diante do “povo”, necessidade de “servir”, de apreender com o povo, especialmente o camponês. Aarão Reis não foi o primeiro a apontar que essa característica seria, possivelmente, o motivo de atração da esquerda católica pelo pensamento maoísta (2007d, p. 188-189). Terceiro, o pensamento maoísta mantinha a ortodoxia partidária, ao menos até o advento da Revolução Cultural. Ainda é importante destacar a importância que essa doutrina atribuiu ao

marxismo-leninismo (leia-se stalinismo).¹²⁴ Mas isso não significa, como por vezes podemos ser levados a crer, que o PCdoB era, por excelência, o partido *stalinista*. Como já afirmamos, tanto PCB e, até mesmo o PCUS, mantiveram práticas que poderíamos denominar *stalinistas*, ou seja, o *stalinismo* vai além do apoio/ reivindicação da figura de Stalin.¹²⁵

As diferenças entre PCB e PCdoB não estavam claras quando do surgimento deste último. Se olharmos o *Manifesto-programa* veremos que as formulações sobre a realidade brasileira eram, de fato, muito semelhantes as interpretações pecebistas. A resposta, no documento, a pergunta do porquê o Brasil ser um país atrasado era a seguinte, “devido a espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas”,¹²⁶ os atrasos eram, também aqui, fruto do imperialismo estadunidense e dos latifundiários nacionais-associados, dessa forma concluíam que, “em consequência da pilhagem do imperialismo, do domínio do latifúndio e da ação nociva de grandes capitalistas, o atraso e a miséria campeiam enquanto acumula-se a riqueza nas mão de uns poucos magnatas”.¹²⁷ O PCdoB passa, então, a argumentar a necessidade de um *governo popular revolucionário*, para acabar com a influência do imperialismo, liquidar o latifúndio – e, também, os resquícios feudais no campo –, para assim promover o a liberdade e bem-estar da população.¹²⁸

O meio (tática) que diferenciavam PCB e PCdoB, não o fim (estratégia). Mas, diverso do que poderia imaginar, a radicalidade, o apelo a luta armada do PCdoB era mais moderado do que usualmente se pensa. Se no *Manifesto de março de 1958*, do PCB, é utilizado o eufemismo “solução não pacífica” ao se referir à luta armada; o PCdoB, por seu turno, é mais claro, afirmando que, “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da

trabalho político. Esses são alguns aspectos do maoísmo para podermos entender os posicionamentos do PCdoB. Contudo, lembremos que diversas esquerdas reivindicaram, em maior ou menor grau, o maoísmo. E o mais importante é que, muitas dessas organizações eram concorrentes e antagônicas ao PCdoB. Isso se deve, em boa medida, pelos caminhos que levam as diferentes esquerdas ao maoísmo. O PCdoB chega à teoria maoísta por meio da “ortodoxia” marxista-leninista. Já a esquerda da *geração de 68* chegou a esse pensamento pela Revolução Cultural, crítica às autoridades estabelecidas. O mesmo pensamento, nesse panorama, atraiu grupos de militantes muito distintos. Ver: AARÃO REIS, Daniel. O maoísmo e a trajetória dos marxistas Brasileiros. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel. *História do Marxismo no Brasil*, vol. I, o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 161-198, 2007d.

¹²⁴ SALES, 2020, p. 154.

¹²⁵ Ridenti (2010, p. 29) afirma que o PCdoB “foi a cisão do setor minoritário abertamente stalinista do PCB [...]”. Gorender (2014, p. 39) havia firmado entendimento semelhante quando escreve que os dirigentes que formariam o PCdoB “Amazonas e Graboios não cederam com relação às posições stalinistas”. Aarão Reis (1990, p.40) afirma que o PCdoB “em relação a Stalin e ao stalinismo, optava por uma crítica nuançada: reconhecia erros e mesmo crimes, mas insistia no ‘saldo positivo’”, dessa maneira o historiador se diferenciava dos dois primeiros colegas.

¹²⁶ PCdoB, 2000, p. 32.

¹²⁷ Ibidem, p. 34.

¹²⁸ Ibidem, p. 38.

revolução”, sendo assim, “as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos”.¹²⁹ Isso não pode ser considerado um panfleto incendiário, soa bastante “moderado”, se considerarmos que parte da historiografia fala que o diferencial entre PCB e PCdoB seria a aderência total do segundo à luta armada.¹³⁰

Isso fica ainda mais claro se seguirmos a leitura do documento onde, logo após afirmam que, “as campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares”.¹³¹ Jean Sales Rodrigues afirma, sobre o impasse do PCdoB em se contrapor ao PCB, que,

O PCdoB teria dificuldade em apresentar uma estratégia que se diferenciava substancialmente do programa do PCB. Em sua tentativa de aparecer à esquerda de sua matriz [PCB], acabaria se dirigindo ao perigoso caminho do radicalismo retórico.

[...] O que de fato transparece no documento [manifesto-programa] é certa hesitação na opção por seu uso [luta armada], que se evidencia, por exemplo, no fato do partido não defender claramente a violência revolucionária [...].

[...] o partido propõe o uso de “todas as formas de luta” que se fizerem necessárias para efetivar seu projeto revolucionário, e não exatamente da violência como única ou principal saída. *A opção pelo caminho das armas não se deu antes do Golpe de 1964.*¹³²

Dessa forma, o PCdoB deixará clara sua posição inequívoca pela luta armada somente na segunda metade da década de 1960. Segundo Sales, essa visão do partido como uma organização desde sempre favorável à luta armada é oriunda do próprio PCdoB. Quando esse partido passa a assumir a bandeira da luta armada de maneira explícita, passa a “reler” sua história sobre esse prisma. Ou seja, desde o início a luta armada foi o que os diferenciavam do PCB.¹³³ Essa atitude, perante sua própria história, foi utilizada noutras oportunidades.¹³⁴

¹²⁹ Ibidem, p. 40.

¹³⁰ Daniel Aarão Reis (1990, p. 39) afirma que o PCdoB desprezava o jogo político institucional e, desta maneira, “a luta armada era a única alternativa possível”.

¹³¹ PCdoB, op. cit., p. 40-41.

¹³² SALES, 2020, p. 166-167 (*grifos nossos*).

¹³³ Ibidem, p. 168.

¹³⁴ O exemplo foge de nosso recorte temporal, mas vale à pena comentarmos a título de exemplo. No final da década de 1970 o PCdoB passa a ter desavenças com o Partido Comunista Chinês, isso fez com que, ainda naquela década, João Amazonas (re)criasse o histórico de amizade/inimizade entre os dois partidos. O dirigente do PCdoB mostrou como, desde o início da década de 1960, os partidos tiveram atritos (SALES, 2020, p. 158). Essa (re)leitura da história do Partido foi publicada numa pequena brochura (uma coleção de textos) de João Amazonas (1981) chamada “*O revisionismo chinês de Mao Tsetung [Tsé-Tung]*”. Nesse livro aparecem textos datados entre 1973 e 1980. Exceto o único texto do período anterior ao rompimento público entre PCdoB e PCC, onde não há nenhuma crítica à China ou a Mao, todos os outros (textos de 1977, 1978 e 1980) são de dureza implacável dos antigos aliados que, naquele momento, surgiam como inimigos, desde sempre, do

O diferencial do PCdoB, em seus primeiros momentos, pode ser inferido pela sua interpretação sobre o papel da burguesia nacional na Revolução Brasileira. Para o partido, ainda que devesse existir uma aliança de classes, essa deveria ser hegemônica pelo proletariado. Dessa maneira seriam

[...]os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados as massas e a outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, *sob direção da classe operária*, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.¹³⁵

O PCdoB, em certa medida, recuperava aquilo disposto no *Manifesto de agosto de 1950* e das posições do *IV Congresso do PCB*.¹³⁶ A postura adotada diante do governo de João Goulart, também, distanciava PCB e PCdoB. Em sua crescente radicalização retórica, o PCdoB chegava – por um extremo – a aproximar-se do golpismo e da direita.¹³⁷ Não se tratava de apoio a um golpe militar, nem nada próximo a isso mas, na certeza da inevitabilidade do advento da Revolução Brasileira, o partido pregava a destituição de Jango para subida de um governo popular revolucionário. Nesse sentido, as posições do PCdoB sempre foram de crítica ao governo petebista, inclusive as Reformas de Base.¹³⁸ Se não podemos dizer que o PCdoB apoiou o golpe, também não moveria uma pluma sequer para barrar a queda de Jango.¹³⁹

O PCdoB enfrentou uma situação bastante singular. Nasce como uma organização muito pequena. O golpe de 1964 viria a levar água ao moinho daqueles que defendiam a tese de que o capitalismo brasileiro chegara a um beco sem saída, a um teto.¹⁴⁰ Desta maneira o partido viu suas fileiras aumentarem após o golpe. Porém, menos do que poderia se imaginar. Porque, se é verdadeira a hipótese que o PCdoB não havia cedido a conciliação – diferindo

marxismo-leninismo e por tanto, do PCdoB, cf.: AMAZONAS, João. *O revisionismo chinês de Mao Tsetung*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1981.

¹³⁵ PCdoB, 2000, p. 41 (*Grifos nossos*).

¹³⁶ AARÃO REIS, 1990, p. 38

¹³⁷ Ibidem, loc. cit.

¹³⁸ SALES, 2020, p. 186-188.

¹³⁹ Ibidem, p. 195.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 169-170.

de sua matriz –, é também verdadeira a imagem de um partido que representava uma “velha esquerda” (PCB, PCdoB e POLOP), a esquerda que havia “permitido” o golpe.¹⁴¹

Durante o governo de Jango (1961-1964) o PCdoB havia sido oposição, não apoiando o “herdeiro de Vargas” nem no plebiscito sobre o presidencialismo, afirmando que João Goulart era o representante legítimo da coalisão entre latifúndio e imperialismo, pregando inclusive a substituição do presidente – e do regime político – do Brasil.¹⁴² Após o Golpe de 1964 o partido continuava, agora de maneira diversa, atacando o ex-presidente e seu regime. A organização reconhecia que houve, em primeiro de abril de 1964, uma mudança importante, inclusive afirmando que sob o governo de Goulart “o povo usufruía de relativa liberdade”.¹⁴³ Isso, de maneira nenhuma significou condescendência com Goulart. De fato, o presidente foi acusado de superestimar o legalismo de setores das forças armadas. O PCdoB atribuía, assim, culpa a Jango pela falta de resistência frente ao golpe.¹⁴⁴ Não fica claro, porém, como o partido conciliou as antigas formulações com as novas. Para o PCdoB os militares deram o golpe a serviço do imperialismo.¹⁴⁵ Mas lembremos que afirmavam, antes do golpe, que Jango era a “síntese” perfeita do latifúndio e imperialismo. A resposta pode ser extraída, talvez, da teoria da *utopia do impasse*,¹⁴⁶ ou seja, não havia mais saída para o capitalismo – e sua burguesia – no Brasil, ou venceria a Revolução, ou a Reação.

O golpe de Estado serviu, no caso do PCdoB, para que o partido aderisse com mais assertividade a luta armada – ao menos, retoricamente. Em seu documento “*O golpe de 1964 e seus ensinamentos*” afirmava,

Os acontecimentos de março-abril vieram demonstrar o quanto era ilusória a orientação do caminho pacífico. É inegável que o movimento democrático e antiimperialista dispunha de bastante força [...] Imbuído de uma concepção pacífica, revelou completa falta de iniciativa para defender os interesses do povo [...] foi criminosa a linha de transição pacífica [...] Os responsáveis principais são os que pregavam aquela orientação. Tivesse prevalecido a linha revolucionária, outro teria sido o curso dos acontecimentos.¹⁴⁷

¹⁴¹ SALES, 2007b, p. 85.

¹⁴² SALES, 2020, p. 186-191.

¹⁴³ PCdoB, 2000, p. 55. Nos referimos aqui ao documento “*O golpe de 1964 e seus ensinamentos*” (PCdoB, 2000, p. 55-83,) de agosto de 1964. Jean Sales (2020, p. 194) destaca a demora do partido em manifestar, inclusive para seus militantes, uma resposta, ou interpretação daquilo que representou o golpe ocorrido no país.

¹⁴⁴ PCdoB, 2000, p. 56.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 56-57.

¹⁴⁶ AARÃO REIS, 1990, p. 45-76.

¹⁴⁷ PCdoB, op. cit., p. 63-64.

Mais adiante, no mesmo documento, são ainda mais enfáticos ao afirmarem que,

*O povo brasileiro necessita responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada, de que precisa estar preparado para isso, é hoje a questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários. [...] É errôneo alimentar ilusões de que possa haver coexistência pacífica entre o movimento democrático de libertação nacional e a dominação imperialista no país.*¹⁴⁸

Uma autocrítica muito tímida aparece nas linhas do documento, onde há o reconhecimento de “tendências sectárias [...] alguns exageros no combate ao que havia de errôneo a política do senhor João Goulart”.¹⁴⁹ De resto, o partido afirma que só não levou a cabo seu programa revolucionário por não possuir militantes e influência suficiente “nas massas” para que isso acontecesse.¹⁵⁰ O PCdoB mantém o entendimento de que todas as formas de lutas, legais e ilegais, clandestinas ou não, deveriam ser consideradas no enfrentamento contra a Ditadura. Mas frisavam que, “seria incorreto pensar que somente a luta armada é trabalho revolucionário. *Essa luta é, sem dúvida, a forma mais alta de atividade revolucionária. Mas não é possível prescindir [...] da ação política de massas*”.¹⁵¹

A partir deste momento vemos o partido defender um projeto de luta armada para o país. Porém, isso se estabeleceu no horizonte, dentro da lógica maoísta, o partido deveria ter inserção nas lutas políticas de massa, operárias-camponesas, mas não só. Fiel a esses pressupostos, o PCdoB precisava estar em constante diálogo com suas bases, oferecer respostas, na medida em que outras organizações, mais ou menos influenciadas pelo *foquismo*, davam início a ações armadas nas cidades.¹⁵²

Em 1966 tem lugar o VI Conferência Nacional do PCdoB.¹⁵³ Dali o partido saiu com uma proposta contendo um oximoro incontornável. Decidiram que parte das lutas que deveriam se dedicar eram pelas “liberdades democráticas” (no nível tático), enquanto defendiam uma revolução de libertação nacional, no plano estratégico. Para Sales isso “seria uma justaposição de táticas diametralmente opostas: de uma tática cuja essência era a luta

¹⁴⁸ Ibidem, p. 66-67 (*grifos nossos*).

¹⁴⁹ PCdoB, 2000, p. 77.

¹⁵⁰ Ibidem, loc. cit.

¹⁵¹ Ibidem, p. 81-82 (*grifos nossos*)

¹⁵² SALES, 2020, p. 218.

¹⁵³ Lembremos que, como o PCdoB reivindica ser o partido fundado em 1922, seus congressos seguiram a numeração do PCB.

pelas liberdades democráticas, por meio das eleições, o partido passa sem mediações, para uma proposta revolucionária de guerra popular prolongada”.¹⁵⁴

Para parte da esquerda que projetava a luta armada, o PCdoB não se diferenciava do PCB. Temos notícia que o partido, ao menos desde 1966-7, começa a transferir militantes para a região do Araguaia.¹⁵⁵ Ainda em 1966 o PCdoB sofreria com duas cisões: o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV ou ALA) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Gorender afirma que esses *rachas* se deveram a “inação ‘traidora’” do PCdoB, que mantinha o projeto guerrilheiro em total sigilo para grande maioria de seus militantes.¹⁵⁶ O partido, como lembra Gorender, “conseguiu resistir ao contágio da precipitação das organizações já engolfadas nas ações armadas”.¹⁵⁷

Esse sentimento descrito por Gorender parece ser condizente com aquilo vivenciado pelos militantes. Vicente Roig, entrevistado por Marcelo Ridenti, afirma que aderiu ao PCdoB pela proposta de luta armada como alternativa ao pacifismo do PCB.¹⁵⁸ Mas o militante admite que a demora em desencadear a luta armada foi fator decisivo para ele, junto com alguns outros companheiros, formassem a ALA.¹⁵⁹ Segundo Roig, boa parte militantes que derem origem a ALA eram oriundo das Ligas camponesas, tendo passado por um período de treinamento na China e quando

voltam da China e aí já começa um processo de deterioração então no PCdoB que ele não consegue segurar um contingente então no PCdoB grande de pessoas que vinham de um processo de ruptura, portanto com uma expectativa com um grau de questionamento muito alto. Um grau de questionamento e uma expectativa alta, ao contrário; que são mandados para a China, eleva ainda mais a expectativa deles e quando volta se deparam com uma realidade que não é aquilo que tinha sido contado, então começam a fermentar o movimento que é o que vai [dar] origem a essas duas organizações que eu citei [ALA e PCR] [...]
[...] Um certo equívoco foi ter mandado pessoas que vinham de um processo de questionamento muito intenso, certo? E isso é que acabou dando origem à essa organização.¹⁶⁰

¹⁵⁴ SALES, op. cit., p. 201.

¹⁵⁵ A historiadora Patrícia Mechi (2015, p. 239) defende que o PCdoB desloca os primeiros quadros ainda em 1966. Para Jean Sales (2020, p.239) e Romualdo Campos Filho (2012, p. 109) isso só ocorreu no ano de 1967.

¹⁵⁶ GORENDER, 2014, p. 121.

¹⁵⁷ Ibidem, loc. cit.

¹⁵⁸ ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 01.

¹⁵⁹ Tanto ALA quanto PCR serão trabalhadas mais adiante, o depoimento de Vicente que utilizaremos nesse momento é apenas para evidenciar o argumento de Gorender.

¹⁶⁰ ROIG, op. cit., transcrição p. 09.

O militante chega a descrever a continuidade de certas práticas ligadas ao PCB, em suas palavras um “ranço”, persistente no PCdoB. Roig exemplifica isso com a mudança estatutária do partido para que Diógenes Arruda pudesse entrar no partido diretamente no CC.¹⁶¹ Isso tudo, a prática política semelhante a pecebista e o não desenvolvimento da luta armada, serviu de gatilho para o *racha* da ALA. Roig enfatiza a visão dos militantes, ao afirmar que

[...] a gente vinha desenvolvendo algumas teses, então *a gente entendia que o PCdoB nunca ia fazer a luta armada, na verdade ele estava impregnado do mesmo tipo de oportunismo do partidão*, que ele era um partido que não conseguia elaborar concepções, criar concepções novas. E a gente chegou a esboçar um documento que seriam 5 teses, onde *a gente colocava algumas delas, que era a questão da luta armada como uma prioridade*, uma coisa que a [gente] entendia que o PCdoB não ia fazer; a questão do dogmatismo, do sectarismo, do oportunismo do PCdoB, a questão da luta ideológica, e a gente levantou essa questão da luta ideológica [...].¹⁶²

O PCdoB, um partido pequeno, pariu duas organizações ainda menores e bastante “regionais”. A ALA tinha raízes mais profundas em São Paulo e Brasília. Já o PCR melhor estabelecido no nordeste do País.¹⁶³ Os *rachas* se formaram devido a uma distensão na VI Conferência Nacional. Dois grandes grupos se formaram. Parte dos militantes advogavam a necessidade de intensificação do trabalho de massas, paralela aos preparativos da luta armada. Um segundo grupo, minoritário – que seria posteriormente expulso –, defendia a imperiosa e exclusiva atenção do partido para o desencadeamento da luta armada. O primeiro grupo venceu os debates, o que não significou, por óbvio, que as distensões internas ao partido terminassem.¹⁶⁴

A opção de total “clandestinidade” do projeto de guerrilha no Araguaia trouxe, como demonstram os *rachas* da ALA e PCR, prejuízos políticos ao PCdoB. Poucos militantes sabiam da existência de um movimento de implementação de uma guerrilha rural. Sem saberem disso, muitos dos militantes de base do partido pressionavam a direção para o desenvolvimento de ações armadas. Dessa forma, como destaca Jean Sales, “[...] o partido, durante a preparação do que viria a ser a Guerrilha do Araguaia, deveria, de um lado,

¹⁶¹ Ibidem, p. 10. Jean Sales faz menção a essa mesma passagem em seu livro (SALES, 2020, p. 214-215).

¹⁶² ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 11 (*grifos nossos*).

¹⁶³ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: _____ (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 105-152, 2007b, p. 126.

¹⁶⁴ SALES, 2020, p. 229-230.

responder à pressão exercida em seu interior pelas ideias foquistas e, de outro lado, convencer os militantes de que não caíra em posição reformista [...]”.¹⁶⁵

Após a Conferência de 1966 o partido seguiu um projeto de maior enraizamento nas cidades, deixando a questão da montagem da Guerrilha do Araguaia para a comissão “clandestina”. Voltou-se, em especial, para o movimento estudantil (ME), que era a principal força e movimento social de oposição civil à Ditadura. O ME conseguiu arregimentar ao redor de si outras forças sociais. Isso ficaria claro em 1968, quando grandes manifestações, de caráter popular, são dirigidas por setores estudantis.¹⁶⁶

O ano de 1968 teve importância primordial no desenvolvimento dos rumos tanto das esquerdas, quanto da Ditadura.¹⁶⁷ No âmbito sindical, a Ditadura viu a ascensão de grupos oposicionistas no comando dos sindicatos. Foram deflagradas duas importantes greves, em dois estados importantes do país, Contagem/MG e Osasco/SP. Ambas as greves foram apoiadas pelas esquerdas armadas, COLINA e VPR, respectivamente. José Ibrahim, estudante e líder operário em Osasco, foi importante quadro da VPR, por exemplo.¹⁶⁸

Já na oposição estudantil a Ditadura, o ano de 1968 foi ainda mais crítico. Em março daquele ano foi morto, no restaurante Calabouço, o estudante secundarista Edson Luís de Lima e Souto que gerou grande revolta do estudantado do estado da Guanabara.¹⁶⁹ O *Enterro do Edson* representou um verdadeiro ato contra a Ditadura civil-militar, congregando mais de 50 mil pessoas. Em junho do mesmo ano, ainda na Guanabara, se deu a Passeata dos 100 mil, também encabeçada pelos estudantes, em especial da União Metropolitana dos Estudantes (UME), dirigida, àquela altura, por Vladimir Palmeira.

Já em outubro de 1968, no estado de São Paulo, ocorreu o enfrentamento na rua Maria Antônia. A rua, onde era sediada a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFLC), da USP, foi palco do confronto entre os estudantes de filosofia da USP e alunos da direita do Mackenzie – comando de caça aos comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC).

¹⁶⁵ Ibidem, p. 231.

¹⁶⁶ O movimento estudantil tem sido objeto de análise de diversos historiadores, em especial sua atuação na década de 1960. Sem sombra de dúvidas o livro de João Roberto Martins Filho, “*Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*”, é referência indispensável sobre o tema, cf.: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987.

¹⁶⁷ Sobre o 1968 Brasileiro ver: VALLE, 2008.

¹⁶⁸ Sobre a memória da greve de Osasco, Marta Gouveia de Oliveira Rovai publicou importante estudo, cf.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino: Osasco, 1968*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

¹⁶⁹ O estado da Guanabara corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro.

Last but not least, ainda em 1968 teve espaço para o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. A entidade máxima dos estudantes brasileiros, que desde a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de novembro de 1964) estava na ilegalidade, realizou um congresso nacional para eleição de sua direção. Realizada no interior de São Paulo, na cidade de Ibiúna, com a presença de cerca de 800 estudantes de todo o país, o Congresso foi descoberto pelos órgãos de repressão e todos os participantes foram presos, muitos posteriormente liberados, mesma sorte não tiveram os três líderes estudantis Vladimir Palmeira (DI-GB), Luís Travassos (AP) e José Dirceu (DI-SP).¹⁷⁰

A 13 de dezembro de 1968 o Governo Federal, sob comando de Arthur da Costa e Silva, promulgou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspendia direitos constitucionais básicos como *habeas corpus* em caso de crimes políticos, entre outras arbitrariedades. O Congresso Nacional foi fechado para ser reaberto quase um ano depois, para um ato *pro forma* de “eleger” um novo presidente (sic).

Nesse processo esteve inserido o PCdoB. No meio estudantil o partido se aproximava, cada vez mais, da AP. Essa aproximação se manifestava na forma alianças para disputas no ME.¹⁷¹ Já no que se refere ao AI-5 o partido compartilhou da interpretação corrente entre as esquerdas. Para as esquerdas o AI-5 demonstrava o total isolamento da Ditadura e o *beco sem saída* do capitalismo brasileiro que só poderia se manter por meio do aumento da violência e repressão. As massas, nessa visão, passariam a aderir cada vez mais ao projeto revolucionário. Mas, ao que tudo indica isso não passou de uma miragem. A Ditadura passava por um momento de crescimento econômico, ancorado num ciclo de crescimento econômico global. Esse florescimento econômico viria, aí sim, a isolar socialmente as esquerdas armadas ainda mais.¹⁷² O AI-5, desse modo, ainda carece de melhor análise de suas origens e motivações.¹⁷³

¹⁷⁰ VALE, 2008; SALES, 2020, p. 211-212.

¹⁷¹ SALES, 2020, 235.

¹⁷² SINGER, Paul. O processo econômico. In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 183-232, 2014, p. 199.

¹⁷³ Acompanhamos o historiador mineiro, Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 196), que afirma que o AI-5, a despeito de sua importância histórica, carece de melhor análise. Em artigo de 2018 Motta propõe uma nova interpretação para a decretação do AI-5. Algumas propostas mais conhecidas são: 1) a de que o ato foi promulgado para perseguir as esquerdas armadas ou, ainda, 2) que o ato foi emitido para poder realizar as reformas econômicas com maior celeridade, sem a necessidade de trâmites no Congresso. Para Motta, o motivo seria outro, ainda que essas duas análises possam ser verificáveis no processo histórico, isso teria sido um “efeito colateral” do Ato. Para Rodrigo Motta, o AI-5 serviu como instrumento de repressão de setores sociais que antes teriam apoiado o golpe e ditadura e que, naquele momento, se voltavam contra o regime, em especial ao longo do ano de 1968, com as grandes mobilizações sociais que incluíam setores importantes da classe média que, anteriormente, eram simpáticos aos militares. Em texto recente (MASSERONI; DARSKI, 2020), compactuamos com a tese de Rodrigo Motta, cf.: MOTTA, Rodrigo Patto. Sobre as origens e motivações do

Em janeiro de 1969 o CC do PCdoB tornou público o documento “*Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil*”¹⁷⁴, onde discutia como deveria se desenvolver, no seio do partido, o caminho armado. Como bem destaca Jean Sales, no documento o partido afirma – e essa posição era algo comum entre as esquerdas – que as *condições objetivas* da revolução estavam postas, sendo assim, restavam apenas amadurecer as *condições subjetivas* para a Revolução Brasileira.¹⁷⁵

Nesse documento o PCdoB reafirmava a subserviência da Ditadura frente ao imperialismo estadunidense e, ainda mais, que os militares “vivem apavorados com o fantasma da revolução”.¹⁷⁶ O partido ainda reivindicava a posição favorável à luta armada desde sua (re)organização, mostrando ter uma linha acertada. Segundo o documento, as massas se inclinavam rapidamente para as posições favoráveis ao confronto armado e dizia “[...] não há dúvida que a grande maioria da nação optará pelo recurso às armas e não pela submissão [ao imperialismo]”.¹⁷⁷

O PCdoB reafirmava várias de suas concepções sobre o Brasil. A convivência de uma economia agrária “arcaica” (semi-feudal) com a indústria nas cidades. Expressavam a compreensão da revolução em etapas. Também havia a avaliação da divisão da burguesia brasileira, uma com caráter nacional e outra integrada ao imperialismo.¹⁷⁸ Isso leva o partido à conclusão pelo caráter nacional e democrático da Revolução Brasileira.¹⁷⁹

Não é nosso intuito realizar uma exegese do documento produzido pelo PCdoB, no entanto, alguns pontos nos parecem dignos de destaque. Na segunda seção do texto o partido define alguns passos que devem ser dados para efetivação de um movimento guerrilheiro e define o caráter que ele assumirá no Brasil. É definido que a direção do movimento deve ser dos trabalhadores e de sua vanguarda e não pela burguesia nacional ou pequena burguesia, qualificadas como “forças incosequentes”. A cidade não é o *locus* da revolução, apesar de ter um papel de “segurar” as forças da repressão para que não se desloquem, em totalidade,

Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018; MASSERONI, Vinicius; DARSKI, Bárbara. Os Atos Institucionais e o Supremo Tribunal Federal. *Sillogés*, Rio Grande do Sul, v. 3, p. 328-357, 2020.

¹⁷⁴ PCdoB, 1974b, p. 115-160.

¹⁷⁵ SALES, 2020, p. 238. Para aqueles não familiarizados com o léxico marxista, lembramos: as *condições objetivas* de uma revolução são aquelas da vida material, ou seja, no caso do Brasil da década de 1960, crise econômica, desemprego, isolamento político da Ditadura etc.; as *condições subjetivas* são questões ligadas a ideologia, formação e evolução da consciência de classe entre os trabalhadores. Nas *condições subjetivas* o papel do partido de vanguarda joga um peso importante para os marxistas.

¹⁷⁶ PCdoB, 1974b, p. 115.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 116.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 119-122.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 123.

para o campo. O Campo se torna, nessa visão, o local mais propício para o desenvolvimento da luta armada, já que é onde as desigualdades são mais agudas e onde o povo “vive no abandono”.¹⁸⁰

Como bem manda o modelo maoísta, a guerra seria prolongada. Iniciaria como guerra de guerrilha até o momento em que, com o trabalho político junto aos camponeses, os guerrilheiros passariam a dominar parcelas do território. Nesse mesmo movimento os camponeses também passariam a integrar o *ejército revolucionário*, tornando-o *popular*. Esses aspectos são resumidos da seguinte forma:

O caminho da luta armada apresenta os seguintes aspectos básicos: será uma guerra de cunho popular, travar-se-á fundamentalmente no interior e mobilizará as grandes massas camponesas, será prolongada, deverá apoiar-se em recursos do próprio país, empregará o método de guerrilha em grande escala, forjará o exército popular, estabelecerá bases de apoio no campo. Terá de se orientar, durante muito tempo, pelos princípios da defensiva estratégica e de vera guiar-se por uma política correta.¹⁸¹

Ainda pode-se constatar, na seção seguinte, a crítica ao foquismo e vanguardismo das organizações que desenvolviam a luta armada em âmbito urbano. Em especial duas questões caras ao PCdoB e desprezadas por outras organizações, o trabalho político e a necessidade do partido de vanguarda. Nesse sentido afirmam ser “simplesmente ridículo negar a necessidade do Partido na realização da luta armada, como faz Fidel Castro”.¹⁸² Para o PCdoB a luta armada nasce, não do vanguardismo, mas da radicalização da trabalho de massas. O problema, nessa concepção, não é o de “dar o primeiro tiro”, mas sustentar as ações no tempo e estreitar a relação entre os *revolucionários* e as *massas*.¹⁸³

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar do documento do PCdoB se refere aos valores dos militantes *revolucionários*. Esses valores são, em boa medida, compartilhados pelos comunistas do século XX. Mas, no documento do partido um traço especial se destaca, a *devoção* ao povo, que deveria guiar os *revolucionários*. Mas, também, podemos associar essa preocupação com os *valores* dos *revolucionários* com aquilo que Daniel Aarão Reis chamou de “leque das virtudes”.¹⁸⁴ Isso fica claro na passagem que segue:

¹⁸⁰ Ibidem, p. 124-125.

¹⁸¹ PCdoB, 1974b, p. 132.

¹⁸² Ibidem, p. 138.

¹⁸³ Ibidem, p. 141-145.

¹⁸⁴ AARÃO REIS, 1990, p. 121-124.

A guerrilha precisa contar com *homens firmes e de grande lealdade ao povo*, com consciência revolucionária e confiança em si mesmos, que sejam perseverantes, tenham certo conhecimento de organização, *capacidade de ligar-se às massas* e vigilância contra a atividade desagregadora do inimigo. [...]

*Em todas as oportunidades, o guerrilheiro prestará ajuda ao povo, jamais causará qualquer dano aos bens das massas. Atenderá com desvelo os feridos e estabelecerá adequadas relações com os prisioneiros. [...] O guerrilheiro procurará aperfeiçoar-se no manejo das armas, tiro, engenharia militar, passagem de obstáculos, organização de acampamentos, conhecimento do terreno, orientação nas marchas, eliminação dos rastros e cuidará de sua educação política e ideológica. Seu preparo físico deverá merecer especial cuidado.*¹⁸⁵

Em 12 de abril de 1972 as tropas do exército chegavam à região do Bico do Papagaio, onde se localiza o Rio Araguaia, no norte do, então, estado de Goiás.¹⁸⁶ Buscavam os *terroristas* – no vocabulário das Forças Armadas – que, para os habitantes da região, eram os *paulistas*.¹⁸⁷ Apesar de até hoje não se saber ao certo, acredita-se que a guerrilha foi descoberta quando, militantes que viveram na região foram presos e, por meio de tortura, revelaram os planos do PCdoB na região.¹⁸⁸

Apesar de não termos concordância sobre o ano de início do deslocamento de militantes para o Araguaia (ver página 70, nota 155), os autores concordam que o primeiro militante a ir para a região foi Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, como ficou conhecido.¹⁸⁹ Nascido em Passa Quatro/MG, Osvaldão, dificilmente passava despercebido, negro de quase dois metros de altura, musculoso, foi campeão de boxe pelo botafogo do Rio de Janeiro. O *revolucionário* mais famoso da guerrilha, passou por treinamento no exterior. Atuou na região do Araguaia como garimpeiro e mariscador –

¹⁸⁵ PCdoB, op. cit., p. 146 (*grifos nossos*).

¹⁸⁶ Hoje o local onde transcorreu a Guerrilha do Araguaia pertence ao estado do Tocantins, emancipado de Goiás em 1989.

¹⁸⁷ *Paulistas* foi a forma como a população local se referia aos “novos vizinhos” moradores da região, mesmo que houvesse diferentes origens entre os *paulistas*, inclusive nordestinos como José Genoíno.

¹⁸⁸ Romualdo Campos Filho (2012, p. 134-137) discute em seu livro se a guerrilha teria sido delatada pelo estudante cearense, Pedro Albuquerque, que teria se retirado da guerrilha quando sua companheira engravidou. Posteriormente ambos teriam sido presos e *aberto* a localização da guerrilha. Essa posição foi defendida no *Relatório Arroyo*, de autoria de Ângelo Arroyo, sobrevivente da guerrilha e um de seus comandantes (AROYO in POMAR, 1980, p. 249). Campos Filho levanta uma segunda hipótese: a também guerrilheira, Lúcia Regina de Souza Martins, ao ser levada à Anápolis/GO para tratamento médico, acaba por voltar a São Paulo, desertando da guerrilha. Após sua volta para São Paulo, como afirma na mesma passagem Campos Filho, o cerco do PCdoB na cidade se intensifica, indicando uma possível traição. Cf.: AROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia [Relatório Arroyo]. In: POMAR. Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, p. 275-290 1980.

¹⁸⁹ Ou, ainda, Mineirão, cf.: MECHI, 2015, p. 239; CAMPOS FILHO, 2012, p. 109

indivíduo que caça animais e vende sua pele. O guerrilheiro teve sua figura mitificada durante sua estada na guerrilha. Sendo o militante que mais conhecia a área da guerrilha, Osvaldão era reconhecido por capacidade de se deslocar com desenvoltura na mata e confundir as tropas inimigas. Sua habilidade era tanta que os moradores da região passaram a lhe atribuir poderes sobrenaturais, como de se transformar em animais:

O Osvaldão era encantado. Por isso foi o último a ser morto. [...] Um dia, os federais tocaiaram ele na mata. Ia passando um bando de macacos e ele se transformou num deles e conseguiu fugir pulando por cima da cabeça dos federais que nem desconfiaram. Mas no que ele mais se transformava era em cachorro.¹⁹⁰

A mística em torno da figura de Osvaldão não terminou nem com sua morte. Porém, quando assassinado por forças repressivas, a morte do guerrilheiro foi comemorada enfaticamente pelos órgãos de repressão. Seu cadáver amarrado a um helicóptero, por meio de uma corda, ficando suspenso. O helicóptero sobrevoou diversos vilarejos expondo o corpo sem vida de Osvaldão. Isso servia para provar a mortalidade do militante e, também, desencorajar qualquer ato contra a Ditadura.¹⁹¹

Ao que sabemos, os militantes, desde o início até o ano de 1970, apenas foram deslocados para a região do Araguaia, mas sem desenvolver nenhuma ação política ou militar. As funções dos militantes eram, basicamente, duas: se integrar à população local e conhecer melhor o território onde seria desenvolvida a guerrilha. De fato, deveriam desenvolver uma vida camponesa para se integrarem na região.¹⁹² Nenhuma ação política foi desenvolvida, nem treinamento militar. Esse último se iniciaria, apenas, em 1970.¹⁹³

A área escolhida pelo PCdoB correspondia as características tanto “física e geográficas”¹⁹⁴ como, também, de nível de conflito social. A região do Bico do Papagaio foi alvo de um fluxo considerável de imigrantes oriundos do nordeste brasileiro. Contudo, essa população tinha precárias condições de controle da terra, em sua grande maioria posseiros que viviam sob a pressão de grileiros e seus jagunços. O expediente mais utilizado, pelos latifundiários locais, era o de falsificação de documentos, para aumentar suas áreas de terra

¹⁹⁰ Esse relato foi dado à geógrafa Regina Sader por uma moradora que, na época da guerrilha, era criança. Tivemos acesso a essa passagem no texto de Romualdo Campos Filho, ver: CAMPOS FILHO, 2012, p. 193, nota 104.

¹⁹¹ CAMPOS FILHO, 2012. 138-139.

¹⁹² MECHI, 2015, p. 239-240.

¹⁹³ CAMPOS FILHO, op. cit., p. 126.

¹⁹⁴ SALES, 2020, p. 248.

e, concomitantemente ou não, o uso da violência contra os pequenos camponeses.¹⁹⁵ Uma região com grande densidade de florestas e com graves conflitos fundiários se apresentava como um local perfeito para a deflagração de uma guerrilha rural.

Durante a estadia dos *paulistas* no local, os camponeses os receberam bem. Especialmente porque os militantes “camuflados” levavam assistência, dever do Estado, que os camponeses não tinham acesso. Auxílio médico, remédios e educação (alfabetização), eram serviços que os guerrilheiros prestavam, angariando assim, simpatia daquela população. Os *paulistas* também eram prestativos nos serviços do campo, por mais que muitos deles fossem oriundos das cidades e com experiência nula na *lida* camponesa, sempre estavam dispostos a ajudar no roçado de seus vizinhos.

Os guerrilheiros permaneceram na região, até a deflagração da guerrilha, sem manifestar suas intenções *revolucionárias*. Contudo, para sua segurança, conheciam apenas os militantes do seu destacamento, que residiam e circulavam numa determinada região. Houve, quase até o fim da guerrilha, três destacamentos – A, B e C. Cada um deles com um comandante, respectivamente, João Borges Ferreira, Osvaldão e Paulo Mendes. Havia ainda a comissão militar formada por: Ângelo Arroyo, Maurício Grabois, João Carlos Haas, Libero Giancarlo Castiglia e Gilberto Olímpio Maria.

Os guerrilheiros sofreram com variadas adversidades, desde armamento e mantimentos precários, passando pelo conhecimento ainda débil das táticas militares e das matas onde se escondiam, até o isolamento social em relação à população local.¹⁹⁶ Não bastassem as dificuldades, em uma das primeiras investidas do exército, o principal dos *pontos de apoio* (PA)¹⁹⁷ foi descoberto pela repressão.

A primeira campanha contra os guerrilheiros do Araguaia, em 1972, foi marcada pela extrema inabilidade e violência do exército, inclusive contra a população local. Qualquer pessoa suspeita de ter tido contato com os *terroristas* era tida como possível suspeita colaboração com os *subversivos*. Isso gerou na população um sentimento de antipatia frente ao exército que caçavam seus, até então, simpáticos vizinhos, os *paulistas*. Apesar de todos

¹⁹⁵ CAMPOS FILHO, op. cit., p. 101-104.

¹⁹⁶ Exemplo disso está contido no *Relatório Arroyo* (ARROYO, 1980, p. 250-251), onde há uma lista de armamento que possuíam os guerrilheiros. Em relação a preparação dos militantes fica claro as limitações do exército guerrilheiro, especialmente o destacamento C, nele havia membros incorporados há apenas três meses e, mesmo, durante o início da guerrilha (ARROYO, 1980, p. 252-253).

¹⁹⁷ *Ponto de apoio* eram denominados os locais, na mata, onde se guardavam alimentos, roupas, remédios, armamentos e munições. O PA principal, chamado *peazão*, foi descoberto no início da guerrilha, causando grandes perdas aos guerrilheiros.

reveses, os guerrilheiros conseguiram sobreviver, causando baixas entre as fileiras do exército, sobretudo soldados sem qualquer treinamento para o combate à guerrilha.

Em junho do mesmo ano o exército recuou. Isso foi considerado uma vitória das forças guerrilheiras.¹⁹⁸ Durante a primeira investida o comando militar chegou à conclusão de que alguns pontos deveriam ser ajustados: “1) recuar para as áreas de refúgio; 2) buscar contato com as massas; e 3) tentar realizar ações de fustigamento e emboscada do inimigo”.¹⁹⁹ Ou seja, o trabalho político teria lugar justamente quando a guerrilha iniciou-se, não antes. Obviamente isso foi calculado, o trabalho político havia sido desencorajado desde o início para não atrair atenção de órgãos de repressão. Dessa forma a Guerrilha do Araguaia terminava por submeter o *fator político* ao *fator militar*, próprio do foquismo cubano e contrário aquilo que se passou na China. O historiador Jean Sales destaca,

[...] Somente quando foram descobertos, redigiram um programa “União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo” – e o distribuíram entre a população. De uma hora para outra o partido pedia à população que pegasse em armas contra o Exército, que mandara centenas de homens para o local. O programa não conseguiu seus objetivos de agregar a população e dar início à guerra popular prolongada. Para piorar a situação, a censura conseguiu isolar a guerrilha do restante do país. Com uma ou outra exceção, os meios de comunicação nada disseram sobre os acontecimentos.²⁰⁰

O PCdoB tentava mimetizar a guerra popular chinesa, que levou a Revolução de 1949 à vitória naquele país, mas esquecia-se que o campesinato chinês tinha uma experiência e tradição de lutas pela terra.²⁰¹ A segunda investida do exército se deu em setembro de 1972, e foi tão curta quanto a primeira, durando até outubro próximo. A tática utilizada pelas FFAA, desta feita, foi diferente. Voltaram ao local oferecendo assistência as quais os militantes guerrilheiros também ofereciam – fora as recompensas, \$ 1.000 cruzeiros, pela indicação de pistas que levassem aos guerrilheiros. Mas isso não foi o suficiente, contudo, a forma de atuação dos militares no combate direto nas matas ainda era muito pouco refinada, mandando jovens recrutas sem experiência de combate ou treinamento adequado.²⁰²

Transcorreu um ano entre a segunda campanha e a terceira – e derradeira – contra os guerrilheiros do Araguaia. A última investida deveria ser precisa e fatal, ordens emanavam de Brasília para que se extirpasse o núcleo guerrilheiro. A terceira campanha do exército foi

¹⁹⁸ CAMPOS FILHO, 2012, p. 140-149.

¹⁹⁹ ARROYO, 1980, p. 252.

²⁰⁰ SALES, 2020, p. 248.

²⁰¹ AARÃO REIS, 2007d, p. 162.

²⁰² CAMPOS FILHO, 2012, p. 150-159.

muito mais sofisticada do que as duas primeiras. Em certa medida, emularam a própria forma como os militantes do PCdoB se infiltravam na região. Diversos militares entre outubro de 1972 até a deflagração do terceiro confronto, em outubro de 1973, estabeleceram-se na região como camponeses, comerciantes entre outras profissões, para ganhar a confiança e apoio da população local. Em termos militares, a terceira investida foi levada a cabo com êxito por participarem dela militares com treinamento “contra” guerrilheiro. Os militares isolaram todo contato da guerrilha com o CC do PCdoB, estando os militantes entregues a si nas matas, com contingentes cada vez mais reduzidos, e sem conquistar adeptos da população local na mesma velocidade em que perdiam militantes.²⁰³ De fato, Patrícia Mechi é uma das pesquisadoras que apontam que, não raro, os militantes *revolucionários* “confundiam” apoio pessoal, solidariedade camponesa da população local com apoio e adesão aos ideais da Revolução social.²⁰⁴

A luta dos guerrilheiros do Araguaia, apesar de raras exceções, foi defensiva. Poucas foram ações de agressão às forças do exército. As baixas causadas nas fileiras do inimigo ocorreram mais em emboscadas e ação de fuga do que situação de ataque. Os 69 guerrilheiros terminaram derrotados, quase todos mortos. Receberam, em suas fileiras pouco mais de uma dezena de camponeses da região, mostrando seu isolamento político e social.

A guerrilha ficou durante um grande período sob silêncio, parte imposto pela Ditadura, parte por ação do próprio PCdoB que recusou a reconhecer a derrota e, também, por não saber o que havia ocorrido durante a luta guerrilheira, se havia mais sobreviventes presos ou escondidos. O processo de discussão sobre a Guerrilha no Brasil seria aberto em 1976. No interior do PCdoB se formaram duas grandes “correntes interpretativas” do episódio. Uma que avaliou o evento positivamente, expressa por Ângelo Arroyo. A segunda corrente que considerou a guerrilha um erro estratégico, defendida por Pedro Pomar. Contudo, esse debate foi interrompido pelo *Massacre da Lapa*, ocorrido em dezembro de 1976, onde os dois pilares da discussão foram mortos, além de João Batista Drummond. Episódio até hoje não esclarecido, o massacre foi realizado por forças militares que interceptaram informações de uma reunião do CC do PCdoB. Depois desse acontecimento João Amazonas passa a ser a grande liderança do partido, adotando a versão de Arroyo sobre a experiência guerrilheira, no entanto, sem maiores debates.²⁰⁵

²⁰³ Ibidem, p. 160-198.

²⁰⁴ MECHI, 2015, p. 245.

²⁰⁵ SALES, 2020, 249-260.

Interessante notar que a Guerrilha do Araguaia sensibilizava diversos militantes de outras organizações, mas também despertava suspeitas e antipatias. Daniel Aarão Reis que, no momento da guerrilha, já se encontrava no exílio, afirma,

Eu não me aproximo por um problema psicológico, orgânico, sentimental. Eu tenho uma certa ojeriza ao PCdoB. Um troço meio visceral qualquer. Mas eu tinha a maior simpatia pela Guerrilha do Araguaia.

Havia lá em Santiago [capital do Chile], quer dizer, curiosas essas rivalidades entre organizações, porque quando saiu o foco do Araguaia todos os militantes deveriam se agrupar pô, em torno do foco do Araguaia. O PCdoB inclusive assumiu uma atitude ampla, chamando pessoas e tal. Mas 90% dos militantes da esquerda armada, ainda se mantinham militaristas, lá em Santiago, entraram numa de dizer que o foco do Araguaia era mentira, era exercício de propaganda do PCdoB. Eu não. Eu não participei desse movimento. Eu me lembro que o Vladimir me disse: “isso é um absurdo, você vai participar disso”. “Mas escuta, é a Guerrilha Rural, porra”.

[...]Tudo o que eles fizeram lá [na Guerrilha do Araguaia] era exatamente o que pretendíamos fazer. O que o Lamarca estava fazendo na Bahia era exatamente o que eles fizeram lá. Chegar um quadro, se instalar, se amigar com os camponeses da área que tinha, fazer atendimento médico, fazer teatrinho, chamar um farmacêutico, chamar uma enfermeira, se estabelecer, desenvolver o trabalho, entendeu. E quando amadurecer as condições, começar a fazer ações armadas [...].²⁰⁶

2.3 PCdoB – Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário.

O PCdoB, em 1966, enfrentou suas primeiras cisões internas, PCdoB-AV (ALA) e PCR. A ruptura, como já afirmamos, nasceu devido a VI Conferência Nacional do partido. O PCdoB que já era uma organização pequena deu origem a duas outras igualmente diminutas. No entanto, essas organizações têm sido objeto de análise de alguns pesquisadores, o que nos permitiu contar a trajetória dessas organizações realizando um diálogo entre produção historiográfica, documentos e depoimentos orais.²⁰⁷ Resolvemos

²⁰⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112, transcrição p. 54-55.

²⁰⁷ Em nosso levantamento foram encontradas três dissertações e um capítulo sobre o PCR (CANUTO, 2016; CERVEIRA, 2001 [não tivemos acesso]; SILVA, 2017, CERVEIRA, 2006) e um artigo, um capítulo de livro, uma dissertação e duas teses para a ALA (respectivamente, RIBEIRO, 2018a; RIBEIRO e SALES, 2015; RIBEIRO, 2012; SILVA, 2007; RIBEIRO, 2018b). Jean Sales (2020, p. 213-229) aborda, de maneira sucinta, as duas cisões do PCdoB. Tivemos acesso à documentação das organizações: *Carta de 12 pontos* (PCR, 1985) e 3 documentos da ALA (1985a, 1985b e 1987). O ex-militante da ALA, Renato Tapajós, escreveu um romance sobre sua experiência na luta armada, porém, não estava preocupado com a descrição da organização da qual participou (TAPAJÓS, 1977). Marcelo Ridenti entrevistou 3 militantes da ALA (Renato Tapajós, Antonio de Leiva e Vicente Roig) e nenhum do PCR. Cf.: CANUTO, Jeane Fialho. *Em nome da revolução: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974)*. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016; CERVEIRA, Neusah. *Luta*

tratar as duas organizações em um mesmo subcapítulo por terem uma origem bastante semelhante. Mas, não é demais lembrar, que devido a circunstâncias históricas específicas, cada organização teve sua trajetória própria.

Ambas as organizações, além de compartilharem a origem pcdobista, tiveram a trajetória dos seus líderes vinculada as *Ligas Camponesas*. Contudo, a ALA se mostrou uma organização mais militarista. O traço marcante do PCR foi sua visão de que a *Guerra popular* deveria se iniciar no Nordeste Brasileiro.

2.3.1 PCR e a guerrilha no Nordeste.

Onde se manifesta de modo mais agudo a contradição entre o imperialismo norte-americano e nosso povo? Nossa resposta é o Nordeste.

Partido Comunista Revolucionário

armada contra a insegurança nacional o PCR 1966/1968. In: SILVA, Marcos (org.). *Brasil 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, p. 191-210, 2006; CERVEIRA, Neusah Maria. *Luta Armada no Nordeste (1968-1973): Partido Comunista Revolucionário – PCR*. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA (ALA). Autocrítica. In: FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Editora Novos Rumos, p. 314-319, vol. 1, 1987; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA (ALA). Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 117-133, 1985; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA (ALA). Os 16 pontos. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 277-286, 1985; PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR). Carta de 12 pontos. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 48-53, 1985; RIBEIRO, Adriana Maria. A Baixada era nossa Sierra Maestra!. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº 14, p. 245-261, 2018a; RIBEIRO, Adriana Maria. *Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)*. 2018. 238f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018b; RIBEIRO, Adriana Maria. *Todo Comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense na década de 1970*. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012; RIBEIRO, Adriana Maria; SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada aos movimentos sociais: a trajetória do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha. In: SALES, Jean Rodrigues(org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 135-151, 2015; SILVA, Magno Francisco da. *Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)*. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo*. 2007. 267f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta: romance*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

O PCR nasceu ainda antes da VI Conferência do PCdoB, em virtude de seus encaminhamentos, o CC do PCdoB se negava a entregar as teses que seriam discutidas no encontro. Em maio de 1966, antes da Conferência, Amaro Luiz de Carvalho liderou o *racha* que originou o PCR. Amaro era oriundo das *Ligas Camponesas* e havia sido treinado – juntamente com outros militantes do PCdoB – na China.²⁰⁸ Esse traço une PCR e ALA, ambos formados por (não somente) quadros que haviam tomado partido nas *Ligas Camponesas*.²⁰⁹ O passado em comum com as *Ligas* possivelmente justifica a visão simpática dessas organizações ao *foquismo* – certamente mais evidente na ALA.

Quando do *racha*, o PCR lançou o seu principal documento, a *Carta de 12 pontos*. Ali estavam explicitados, de modo muito sucinto, as divergências e o entendimento da nova organização sobre a realidade brasileira. Nada de específico havia nessa análise, mantinham a avaliação de PCB e PCdoB, o imperialismo e o latifúndio eram os inimigos a serem enfrentados pelos *revolucionários*.²¹⁰ A novidade vinha no local onde se deveria desenvolver a luta armada. Na opinião do PCR, assim como em outras organizações, o enfrentamento nas cidades era desfavorável à luta revolucionária. Nas zonas urbanas o inimigo tinha mais força, no interior, além de mais frágil, havia uma maior possibilidade de os camponeses aderirem à luta armada, já que ali as contradições e miséria eram mais agudas. Isso ficava ainda mais explícito no Nordeste brasileiro. Segundo o documento,

[...] o Nordeste é a região mais explorada do país e o seu desenvolvimento teria como consequência a perda de um mercado e de uma fonte de matérias-primas para os referidos grupos econômicos [grande burguesia nacional e imperialismo]. Além disso uma classe dominante de latifundiários e usineiros controla a principal atividade econômica do

²⁰⁸ RIBEIRO, 2018b, p. 59.

²⁰⁹ As *Ligas Camponesas* foram um movimento social que lutava pela reforma agrária no Brasil, durante a década de 1950-60. Ganharam expressão, especialmente um de seus líderes, Francisco Julião, no início da década de 1960. As *Ligas* chegaram a flertar com a possibilidade de estabelecer uma guerrilha no país, ainda sob o governo João Goulart. Em seu seio nasceu o *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT), que planejou uma guerrilha rural que não chegou a tornar-se realidade. Os militantes das *Ligas* e MRT chegaram a estabelecer contatos com Cuba. Os estudiosos tanto de PCR, como da ALA, destacam a importância desse passado das lideranças desses dois *rachas* para a constituição de ambas organizações (CANUTO, 2016; SILVA, 2017; RIBEIRO, 2018b). Para uma visão resumida sobre a trajetória das *Ligas Camponesas*, ver: MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 241-272; GRZYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesa, comunistas e católicos (1950-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 209-236, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. II).

²¹⁰ PCR, 1985, p. 49.

Nordeste, a deficitária indústria do açúcar, cujos prejuízos descarregam sobre a imensa massa de assalariados agrícolas que exploram.²¹¹

O campo é a melhor opção “[...] porque o aparelho de repressão do inimigo é débil nas áreas rurais [...]”.²¹² Adotaram, assim como sua matriz, o PCdoB, a perspectiva da *Guerra Popular Prolongada*, onde os revolucionários começam com forças reduzidas e um pequeno exército de vanguarda e a ditadura com forças superiores, paulatinamente, esse quadro se inverteria.²¹³

No plano das alianças não há novidades, o núcleo seria operário-camponesa (sob hegemonia proletária), a essas *forças fundamentais* seriam acrescentados os estudantes, comerciante, intelectuais e a burguesia que, eventualmente, estivesse em contradição com o imperialismo. A diferença entre a aliança com a burguesia nacional do PCR com a do PCdoB, por exemplo, é que para a nova organização,

Seria erro grave e ilusão de classe supor que a aliança se faça antes do início da insurreição armada, à base de conversações ou trocas de ponto de vista. Nessa questão, o fundamental é o proletariado realizar a frente única quando tiver suas próprias forças armadas, independentes e dirigidas pelo seu Partido, garantia de que a luta contra o imperialismo e o latifúndio irá até o fim, isenta de vacilações ou capitulações próprias da burguesia nacional.²¹⁴

No plano de vinculação internacional o PCR tentava transparecer independência – também porque dificilmente conseguiria algum apoio, devido seu tamanho. Afirmavam que, “[a] Revolução não se importa nem se exporta. O auxílio que os países que já se libertaram do imperialismo ianque possa nos dar deve ter um caráter essencialmente político”.²¹⁵ Pesquisadores identificaram, até mesmo, um combate a ideia de filiação a PC’s de outros países. Mesmo que as lideranças do PCR tenham feito treinamento militar na China, não se pode localizar a “reivindicação” do pensamento maoísta nos documentos ou publicações da organização.²¹⁶ No que diz respeito a estratégia, o PCR visava a instauração de um “Governo

²¹¹ Ibidem, p. 50.

²¹² Ibidem, p. 50.

²¹³ Ibidem, p. 51.

²¹⁴ PCR, 1985, p. 51.

²¹⁵ Ibidem, p. 52.

²¹⁶ Magno Silva cita uma passagem da revista do PCR onde demonstram essa “aversão” a interferência externa nos Partido locais: “repelimos o ‘internacionalismo’ das direções que usurpam o nome de Partido, utilizando-o mercenariamente junto a certas nações socialistas. Essas direções são corpos estranhos em relação ao nosso povo, não tem responsabilidades para com ele, dele vivem separados, e o seu dever não é fazer a Revolução, mas sim fazer a propaganda e a defesa daquelas nações que a subsidiam” (PCR *apud* SILVA, 2017, p. 60.).

Revolucionário”. Apesar de não expressarem diretamente, é possível deduzir que mantinham o etapismo do PCB/PCdoB, a sua perspectiva de revolução, portanto, não seria de caráter socialista.²¹⁷

A “*Carta de 12 pontos*”, redigida por Amaro Luiz de Carvalho e Ricardo Zarattini, foi o principal documento do PCR. Serviu de base para os documentos lançados posteriormente, em especial o programa da organização, lançado em 1968, junto com o estatuto do PCR.²¹⁸

Como grande parte da *nova esquerda*, o PCR era formado em sua grande maioria por estudantes, ainda que encontrássemos, em suas fileiras, metalúrgicos, funcionários dos Correios, médicos, engenheiros e economistas. Seus militantes, como indicam as pesquisas sobre a organização, chegaram a desenvolver trabalho dentro de fábricas. Mas sua atuação estudantil foi a que lhe rendeu mais frutos, inclusive com adesões ao partido.²¹⁹

Apesar do rompimento do PCR com o PCdoB ter se dado pela passividade do segundo em desenvolver ações armadas, o PCR não foi uma organização de caráter militarista – diverso da ALA que se enredou em diversas ações. O partido tentou se instalar na Zona Canavieira de Manaus com a finalidade de estabelecer contatos com camponeses para deflagração de uma guerra popular. Os militantes da organização arrendaram de um sítio para treinamento militar, mas os preparativos do gérmen da guerrilha não passaram de seus passos iniciais, apesar de ter tido, inclusive, alguma adesão de camponeses e operários.²²⁰

As principais ações da organização pareciam estar ligadas ao *agitprop*²²¹ entre estudantes e operários. Foram registradas diversas panfletagens em portas de fábricas, ações ligadas a uma orientação *massista*, mais inclinada aos problemas políticos. Contudo, houve duas ações de caráter militar. Em 1972, em Natal/RN, militantes do PCR queimaram a *Casa do Maine*²²². Essa ação foi proposta como um ataque contra o imperialismo estadunidense, que a casa representava. Junto ao incêndio – que a queimou apenas parcialmente – foram deixados panfletos explicando à população o motivo daquela ação.²²³ A principal ação militar do PCR foi o assalto a um quartel, em 1973, de onde foram levados armamentos, munição e fardas do exército. Depois dessa ação o cerco à organização foi estreitado, o desprezível

²¹⁷ A bibliografia converge para nossa conclusão, cf.: CANUTO, 2016, p. 63; SILVA, 2017, p. 73.

²¹⁸ SILVA, op. cit., p. 58. Uma análise mais detalhada sobre o Programa e estatuto, além de outros documentos do PCR, pode ser consultada em, CANUTO, 2016, p. 54-84.

²¹⁹ SILVA, 2017, p. 63 e 67.

²²⁰ Ibidem, p. 73-75.

²²¹ Contração das palavras *agitação e propaganda*.

²²² A *Casa do Maine* era posse de uma empresa estadunidense.

²²³ CANUTO, 2017, 104 e ss.

Sérgio Paranhos Fleury foi destacado para a região para perseguir, torturar e matar os militantes do PCR.²²⁴

Uma questão que fica em aberto, no entanto, é o motivo da não unificação da dissidência entre ALA e PCR. Os pesquisadores do tema elaboraram algumas hipóteses. Uma possibilidade é o “demasiado” enfoque do PCR com relação ao Nordeste – lembremos que, do grupo que funda a organização, somente Ricardo Zarattini não era da região, o restante, Manoel, Valmir e Selma são alagoanos e Amaro pernambucano.²²⁵ Isso pode ter resultado numa visão de que o PCR era demasiado regional para atrair militantes de outras localidades.²²⁶ Já a pesquisadora Adriana Ribeiro afirmou que o motivo da ALA

não aderir a formação do PCR é a existência de antigas animosidades entre Luiz Amaro e Elio, às quais remontam à época em que pertenciam as Ligas Camponesas. Segundo Elio, Luiz Amaro era “uma pessoa intransigente e autoritária”, que não admitia discordâncias de suas ideias e de suas propostas políticas, então, sequer discutiu-se com ele a possibilidade de formação de um partido. Ainda que essa questão tenha pesado na decisão do grupo em não cindir com o PCdoB, nos parece que a pretensão de ampliar à sua influência no partido foi o principal fator que motivou a permanência na sigla.²²⁷

Comparando as trajetórias das duas organizações é possível lançar a hipótese de que as organizações, no plano tático, tinham propostas um pouco diferentes sobre o uso das armas. O PCR não realizou tantas ações, esteve mais preocupado com a ação política de massa. Já a ALA, como veremos, esteve mais envolta com ações de cunho militar.

Ainda sobre o PCR, a organização sofreu com diversas prisões na década de 1970. Apesar disso sobreviveu até a década de 1980, quando resolveu aderir ao MR-8. Após permanecerem algum tempo unidos, na década de 1990, militantes saídos do MR-8 decidiram rearticular o PCR, seguindo a tradição dos comunistas, reivindicam o partido surgido em 1966. A organização mantém-se ativa até os dias atuais, embora não seja um partido com registro eleitoral, porém, mantém um jornal próprio. Como forma de legitimar sua atuação, o PCR, em seu site, cultiva o nome dos militantes do antigo PCR desaparecidos no período da ditadura, ao qual rendem homenagens.²²⁸

²²⁴ SILVA, 2017, p. 79-80.

²²⁵ Ibidem, p. 64

²²⁶ Ibidem, p. 63.

²²⁷ RIBEIRO, 2018b, p. 2018.

²²⁸ O nome do jornal do atual PCR é “*A verdade*”, descrevem-se como uma organização marxista-leninista em busca do socialismo, cf.: <<https://pcrbrasil.org/>> acessado em 15/06/2020.

2.3.2 Ala Vermelha: luta armada e autocrítica.

No Brasil, o Partido, como destacamento de vanguarda do proletariado, só pode surgir no seio da luta armada, para a luta armada e dirigindo a luta armada.

Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

Os dissidentes que formaram a ALA foram expulsos do PCdoB após a VI Conferência, apesar de terem votado favoravelmente ao documento apresentado pela direção. Esses militantes começaram a explicitar seus desacordos com as orientações partidárias, em especial a não existência de movimentos claros em direção à luta armada. O núcleo que formou a ALA, assim como os que formaram o PCR, tinham tido militância nas Ligas Camponesas e recentemente haviam retornado da China onde receberam treinamento militar. O segredo que envolvia os preparativos da Guerrilha do Araguaia foi um dos ingredientes que radicalizou esses militantes em direção ao *racha*.²²⁹

Assim como o PCdoB reivindicava o legado do PCB, os militantes da ALA reivindicavam o legado de lutas do PCdoB, no início se imaginavam parte revolucionária do partido (ala vermelha, em referência a *Guarda Vermelha* do exército revolucionário chinês) que competia com a parte reformista do partido (ala branca).²³⁰ Isso parece ter sido característico da organização, uma indefinição sobre “o que era” a ALA. A organização manteve – e por isso não aderiam ao foquismo – a concepção de partido leninista. Vicente Roig explica essa indecisão, segundo ele num primeiro momento se consideravam “a parte revolucionária do Partido, em outro momento a gente era o partido em escala menor; em outro a gente era um dos embriões, ou uma das entidades que iriam dar nas organizações que no decorrer do processo é que iam se fundir num partido”.²³¹

Os militantes tentaram, antes da expulsão, atuar e agregar o máximo de militantes ao redor de sua posição, pois havia a expectativa, remota, de ganhar o partido para a necessidade do desenvolvimento imediato de luta armada.²³² Por parte da direção do PCdoB, antes da expulsão, houve tentativas de desarticulação do *oposicionistas*, em especial aqueles ligados

²²⁹ RIBEIRO, 2018b, p. 57-58.

²³⁰ RIBEIRO; SALES, 2015, p. 136

²³¹ ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 12

²³² RIBEIRO, op. cit., p. 59; RIBEIRO; SALES, op. cit., p. 137.

ao movimento estudantil em São Paulo mas, “a Ala assumiu um comportamento autônomo, desconsiderando as deliberações da direção. No movimento estudantil, o grupo recrutava adeptos para a tendência, visando fortalecê-la para uma iminente cisão”.²³³

Após o *racha* as definições ideológicas da ALA foram expressas no documento de dezembro de 1967, intitulado “*Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’*”, resposta direta à sua matriz, o PCdoB. Contudo, a ALA teve a mesma dificuldade que os militantes do PCdoB tiveram para se distanciarem do PCB. No documento mantem-se a revolução em duas etapas.²³⁴

Há diferenças vocabulares, não se fala de *imperialismo*, mas de *neocolonialismo*. Esse último aliado à grande burguesia nacional, ao capital internacional, aos latifundiários e ao capital financeiro eram os contrarrevolucionários.²³⁵ Do lado revolucionário estavam o campesinato (sobretudo o mais pobre), pequena burguesia, burguesia nacional, todos juntos sob hegemonia do proletariado, única classe verdadeiramente revolucionária e consequente, que não tem nada a perder na revolução.²³⁶ A organização expressa uma compreensão ligeiramente diferente da fórmula de PCdoB/PCB, para a ALA

[...] a revolução brasileira objetiva eliminar a dominação de classe do neocolonialismo, dos latifundiários, da burguesia importadora-exportadora, da burguesia financeira e da burguesia integrada, caracteriza-se como uma revolução antineocolonial, *democrática*, agrária e de *transformações socialistas*.

Por esta razão, a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático, sob hegemonia do proletariado [...] o que a caracteriza como uma etapa de *democracia popular*.²³⁷

Isso pode fazer lembrar a etapa “democrático-burguesa” do PCdoB ou PCB. A *democracia popular* seria realizada pelo *Governo Popular Revolucionário* que seria responsável pela expropriação das multinacionais, pela reforma agrária e outras tarefas desta etapa.²³⁸

Já no que diz respeito a tática revolucionária, é onde encontramos a maior contradição da ALA. Segundo a organização, “para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-

²³³ RIBEIRO, 2018b, p. 65.

²³⁴ ALA, 1985a, p. 121 e *passim*.

²³⁵ ALA, 1985a, p. 119.

²³⁶ *Ibidem*, p. 120.

²³⁷ *Ibidem*, p. 121 (*grifos nossos*).

²³⁸ *Ibidem*, p. 122-123.

se necessário o emprego da *luta armada como sua principal forma de ação*”.²³⁹ A ALA, inclusive pela formação na China de seus militantes, reivindicava o legado teórico maoísta, logo, nesse ponto a passagem torna-se contraditória, já que submete o fator político (trabalho de massas) ao militar (luta armada), apesar de não desconsiderar a necessidade do trabalho político. Uma justificativa para o apelo belicoso, como bem lembrou Jean Sales, seria que nesse contexto o que diferenciava revolucionários de reformistas era, justamente, a aderência a luta armada.²⁴⁰

Ainda podemos destacar, seguindo o mesmo documento, que a ALA se colocou em uma contradição tática. Para a organização existiam duas táticas no plano teórico: a “Guerra Insurrecional” (como, por exemplo, a Revolução Russa), insuflar greves operárias, explorar a falta de coesão das forças do Estado, inclusive no exército; e a “Guerra Popular”, influência chinesa, do cerco das cidades pelo campo, dentro dessa tática o foco era visto como melhor forma de desencadear a luta no campo. Para ALA a forma insurrecional estava descartada sobrando a segunda opção, mistura de foquismo e maoísmo.²⁴¹ Porém, o fato que nunca ficou esclarecido seria como concatenar uma revolução ocorrida no campo seria “dirigida e hegemônica” pelo proletariado urbano que estava na cidade, onde deveria permanecer realizando agitações e greves, quando possível. Para nos valermos mais uma vez do depoimento de Vicente Roig, ele aponta que não havia, entre os militantes uma clareza sobre a tática, “a concepção de guerra popular prolongada, cerco das cidades pelos campos. Era assim que chamava, era esse o nome da guerra, estava tudo resolvido”.²⁴²

A composição social da ALA não diferia substancialmente das outras organizações que pegaram em armas contra a Ditadura. Eminentemente jovem, a média de idade dificilmente ultrapassava 25 anos de idade, ainda que entre seus dirigentes encontrássemos militantes de mais de 30 ou, até mesmo, 40 anos. A participação feminina, no início gira ao redor de 15% passando, ao final da década de 1970, a atingir 30% do total de militantes do sexo feminino. Quase metade da organização tinha origem estudantil, cerca de 40%.²⁴³

²³⁹ Ibidem, p. 126.

²⁴⁰ SALES, 2020, p. 213.

²⁴¹ ALA, 1985a, p. 126-127. Para Adriana Ribeiro a influência foquista vinha dos militantes que haviam passado pelas Ligas Camponesas e traziam ainda a influência das concepções do foco. Segundo a autora “houve a mesclagem das táticas de guerra popular e de foco como tentativa de formulação de um modelo adequado à realidade nacional. Ao fazê-lo, o grupo apresentou mais uma formulação distinta de sua matriz, que optara abertamente pelo modelo de guerra popular. Para Elio [dirigente da ALA], essa mesclagem ocorreu, porque os membros da Ala tinham uma influência muito forte tanto do PCCh [PCC] quanto de Cuba, das propostas de Mao Tse Tung, de Régis Debray e de Guevara” (RIBEIRO, 2018b, p. 76).

²⁴² ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 14

²⁴³ Adriana Ribeiro (2018, 80-84) traz dados sobre o perfil da militância da ALA.

A atuação armada da ALA ocorreu entre os anos de 1968 e 1971. Porém, em novembro de 1969, o DNP (diretório nacional provisório)²⁴⁴ lançou um documento onde já apontava a necessidade de recuo das ações armadas²⁴⁵ e em 1971 encerraram as ações armadas e, posteriormente, lançaram um documento realizando uma autocrítica sobre as mesmas.²⁴⁶

A organização teve por objetivo, em seu início,

[...] ações de expropriação era o de obter recursos para a criação de focos guerrilheiros. Os preparativos da guerrilha eram complexos e muito custosos, porque envolviam a aquisição de terras e de armas e o deslocamento de quadros para o campo. Como essa estrutura preliminar demandava muito dinheiro, a intenção de implantá-la motivou as primeiras ações de aquisição de capital. Por se tratar de uma fase preparatória, era importante que as ações não chamassem a atenção dos órgãos de repressão política, então, nos assaltos a bancos, tentava-se passar a ideia de que se tratava de assaltantes comuns, para despistar as suspeitas das intenções políticas.²⁴⁷

A ALA realizou, também, ações de propaganda armada. Entre outras, a tomada de rádios para transmitir uma mensagem conclamando os trabalhadores a reagirem contra a Ditadura. Um exemplo dessas ações ocorreu no dia 1º de maio de 1969, quando deixaram na Rádio Clube de Santo André uma fita com uma falsa “bomba”. A ação buscava forçar a rádio a transmitir as mensagens *revolucionárias* para os trabalhadores da região do ABC paulista. Contudo, não havia risco, pois, a “bomba” era apenas uma caixa com cacos de tijolos e um relógio. Durante o biênio 1968-69 a organização realizou diversas ações de expropriação de bancos e empresas. A ALA tomava como alvos as instituições que estivessem ligadas à Ditadura, caso das ações realizadas contra o Grupo Ultra – do empresário e financiador da repressão, Boilesen – e a montadora Mercedes-Benz.²⁴⁸

A ação de maior envergadura levada a cabo pela ALA foi o assalto ao banco Nacional,

Em maio de 1969, a organização planejou a sua ação mais ousada: o assalto ao Banco de Crédito Nacional, instalado na sede da Mercedes-Benz, em São Paulo. Para garantir o sucesso da missão, foram recrutados aproximadamente 30 militantes, oriundos de diferentes cidades brasileiras, entre elas Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Durante a tomada da

²⁴⁴ Esse era o nome dado a cúpula partidária da ALA, possivelmente por considerarem-se uma “reorganização” do PCdoB.

²⁴⁵ ALA, 1985b.

²⁴⁶ ALA, 1987.

²⁴⁷ RIBEIRO, 2018b, p. 103.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 104-105.

agência, ocorreu um intenso tiroteio, presenciado pelos operários da montadora. Ao que consta, não houve vítimas fatais e todos os integrantes da ação conseguiram escapar ao cerco militar. Aquele mesmo mês, a Ala foi pela primeira vez atingida pelos órgãos da repressão, quando foram presos, em São Paulo os dirigentes nacionais Derly de Carvalho e Genésio Borges.²⁴⁹

Naquele ano a ALA sofreria com *quedas* de muitos dos seus militantes. O que levou à elaboração de um primeiro documento autocrítico. É interessante notar que a ALA é a primeira organização que, tendo realizado ações armadas, propõe um refluxo desse tipo de atividade.²⁵⁰ A proposta de recuo foi mal recebida por parte da militância gerando, posteriormente, cisões e deserções na organização, militantes deixaram a ALA para se integrar à ALN, VPR e VAR-Palmares, ou *rachando* com a organização resultando no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e Movimento Revolucionário Marxista (MRM).²⁵¹

O resultado das prisões em sequência de militantes da ALA foi a redação do documento, supracitado, “*Os 16 pontos*”. Nele, apesar da organização reconhecer que sua análise sobre a composição do campo *revolucionário* estar correta,²⁵² existia uma importante autocrítica sobre a forma como a luta armada foi desencadeada. Segundo o documento,

[...] nossos erros surgiram na indicação da tática. Resumindo tudo numa visão estreita, mecânica e esquemática do processo de desencadeamento da luta armada. A prática que vivemos desde então e o aprofundamento teórico mostram que a *maior debilidade da abordagem feita sobre o problema da luta armada foi a de não encará-la a partir de uma linha de massas. Além disso, reduzimos todas as tarefas táticas e formas de luta à luta armada, esclerosando politicamente.*

A concepção do foco não assegura, de forma alguma, o apoio das massas à sua ação.²⁵³

A crítica de fundo é o militarismo ao qual a organização se entregou, em linguagem da época, a “submissão do fator político ao militar”. O *tom* desse documento é de forte crítica ao militarismo, chegando afirmar que o “foco [guerrilheiro] se constitui mesmo no maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto

²⁴⁹ RIBEIRO; SALES, 2015, p. 142.

²⁵⁰ RIBEIRO; SALES, 2015, p. 144.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 143.

²⁵² A análise a qual nós (e o documento da ALA) fazemos referência é “*Crítica ao oportunismo e subjetivismo do ‘União dos Brasileiros para livrar o país da crise...*””, já comentado anteriormente.

²⁵³ ALA, 1985b, p. 277.

da luta armada no país”.²⁵⁴ Com isso a ALA não estava renegando a possibilidade ou necessidade de ações armadas. Outrossim, buscavam dar *um passo atrás* e reestruturar as ações políticas, de *massa*.

Segundo esse novo entendimento, a organização deveria voltar-se para a classe trabalhadora, já que um dos principais problemas da revolução seria o baixo nível de consciência da classe operária. Contudo, o entendimento da realidade brasileira continuava o mesmo.²⁵⁵ Ao voltar sua atenção para a classe trabalhadora a função do partido seria de “acumular forças e desgastar, isolar as forças da contra-revolução”.²⁵⁶ A ALA reconhecia que a posição em que os *revolucionários* se encontravam não era favorável quando afirmam,

Para travar suas lutas, o Partido hoje deve levar em conta a debilidade tática da revolução, desenvolvendo um paciente e minucioso trabalho de organização, adotando formas de luta de nível inferior (paralisações parciais, operações tartaruga) e preparando-se minuciosamente para as mais elevadas (greves, piquetes, por exemplo). Os movimentos desenvolvidos precipitadamente podem redundar em derrota, do ponto de vista da participação da massa e desestimularem a luta.²⁵⁷

Havia uma clara mensagem de recuo estratégico, ainda mais se levarmos em consideração as palavras de ordem, em caixa-alta no final do texto, “Para as fábricas: agitar, educar, mobilizar e lutar. Para o campo: penetrar dirigir a organização e a luta”,²⁵⁸ não se falava em ações armadas. Contudo, a ALA, por diversos motivos, manteve ações armada, pelo menos até 1971. Os motivos incluem a necessidade de conseguirem dinheiro para manter os militantes na clandestinidade. Mas, houve uma ênfase nas ações de propaganda armada ou não (panfletagem na frente de fábricas, ocupação de rádio etc.). Em 1971 a ALA tentou sua última grande ação, o sequestro coordenado de três pessoas: o cônsul Inglês e os presidentes da Volkswagen e da Souza Cruz no país. A informação chegou ao conhecimento dos órgãos de repressão quando da prisão, casual, de Élio Cabral de Souza (militante e dirigente da ALA). Consigo Élio trazia diversos documentos sobre os *aparelhos* onde vivia e das ações que planejavam.²⁵⁹

O PCdoB-AV, ainda que duramente atingido, sobreviveria à repressão policial. Direcionou, posteriormente, suas atenções para os movimentos de massa – especialmente

²⁵⁴ Ibidem, p. 278.

²⁵⁵ Ibidem, p. 280-281.

²⁵⁶ ALA, 1985b, p. 282.

²⁵⁷ Ibidem, p. 285.

²⁵⁸ Ibidem, p. 286.

²⁵⁹ RIBEIRO, 2018b, p. 109.

sindical, movimento de bairros. Engajou-se na “proletarização”²⁶⁰ de seus quadros, abandonando as ações armadas. No final da década de 1970 encampa o projeto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual se integraria como tendência interna. No ano de 1985 acaba fundindo-se com o *Movimento de Emancipação do Proletariado* (MEP) e *Organização Comunista Democracia Proletária* (OCDP) dando origem ao *Movimento Comunista Revolucionário* (MCR), também como tendência interna do PT.²⁶¹

2.4 Ação Libertadora Nacional e a primazia da ação

O centro da gravidade do trabalho executivo [do PCB] repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação política planejada, a atividade não gira em torno da luta.

Carlos Marighella, dezembro de 1966.

O fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticos, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e executar sob o seu comando até mesmo as menores ações revolucionárias.

Carlos Marighella, dezembro de 1968

A *Ação Libertadora Nacional* (ALN) foi uma das mais importantes organizações armadas que atuaram no país, a despeito de ter atuado por poucos anos, entre 1967-1973. Diversas foram as ações das quais a ALN tomou parte, a mais relevante, talvez, tenha sido o

²⁶⁰ O termo *proletarização* foi utilizado para descrever o processo de transformação dos militantes de organizações armadas em operários fabris. Muitas organizações utilizavam desse expediente – POLOP e algumas de suas dissidências, em especial. Não era incomum essas organizações serem taxadas de *obreiristas*. O termo, tendo em vista a obra marxiana, é impreciso. No contexto aqui exposto, a esquerda armada compreende como proletário somente o trabalhador industrial. Como já demonstraram alguns autores, quando Karl Marx falava em “classe trabalhadora” e/ou “proletariado” referia-se a um universo maior de sujeitos, não somente os trabalhadores industriais. Cf.: MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx a nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 21-25.

²⁶¹ RIBEIRO; SALES, 2015, p. 149-150.

sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, ação levada a cabo em conjunto com o MR-8.

Devido a essa importância, a organização tem recebido bastante atenção dos pesquisadores das esquerdas no Brasil. Tendo em vista que não há como separar a ALN de seu idealizador, Carlos Marighella, consideramos, também, os estudos sobre a vida e legado intelectual do militante comunista baiano como importantes contribuições para a história da organização. Lembremos, contudo, que mesmo depois da morte de Marighella, em 1969, a ALN continuou atuante.²⁶²

²⁶² O resultado do levantamento bibliográfico sobre a ALN encontrou os seguintes resultados: um livro (RIBEIRO, 2018); uma tese (SILVA JR., 2005), a qual não tivemos acesso; seis dissertações (GREGÓRIO, 2012; LIMA, 2009 [não tivemos acesso]; MATTOS, 2002; PEREZ, 2017; RIBEIRO, 2005; SILVA JR., 1999), lembramos que nem todas dissertações referem-se à ALN diretamente, Maria Badan Ribeiro (2005) trata dos livros memorialísticos de Carlos Eugênio Paz, ex-combatente da ALN, Edson Silva Jr. (1999) faz uma biografia de Marighella, já Ricardo Perez (2017) faz uma análise da evolução do pensamento do dirigente comunista baiano; uma monografia de conclusão de curso (LIMA, 2007); dois capítulos de livro (SILVA JR., 2015 e RIBEIRO, 2015); três artigos em revistas (CHUNG; PINHEIRO, 2020; ROLLEMBERG, 2001; SALES, 2009); onze biografias de ex-militantes (BETTO, 1982; COSTA, 2009; DEL ROIO, 2006; GONÇALVES, 2011; JOSÉ, 1997; LIMA; SILVA JR., 2009; MAGALHÃES, 2012; PEDROSO, 2003; SACCHETA, 1999; SILVA, 2010; STRIK, 2009); quinze livros de memórias, ficcionais ou não (CANNABRAVA FILHO, 2003; FERNANDES JR., 2004; GNECCO, 1997; GUARANY, 1980 e 1984; LOURENÇO, 2005; MARTINELLI, 2006; MORAES, 1992; PAULINO, 1998; PAZ, 1997 e 2008; POLITI, 2009; SANTOS, 2000. SORIANO, 2006; VIANA, 1979); encontramos textos relativos a ALN em diversos livros que compilaram documentos da esquerda armada (ALN, 1985; CARONE, 1984, vol. 3, p. 29-69; MARIGHELLA, 1968, 1979, 2019; MARIGHELLA; SAFATLE [org.], 2019), cf.: AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). O papel da ação revolucionária na organização. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 206-221, 1985; BETTO, Frei. *Batismo de sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; CANNABRAVA FILHO, Paulo. *No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez, 2003; CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, vol. 3, 1982; CHUNG, Yang Borges; PINHEIRO, Milton. Interfaces entre a análise de realidade brasileira, programa e concepção de partido/organização na prática e teoria de Carlos Marighella: a estratégia da revolução brasileira. *Revista História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 48-59, março, 2020; COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: a saga de Vannucchi Leme; A USP como aldeia gaulesa; O show proibido de Gilberto Gil*. São Paulo: A Girafa, 2003; DEL ROIO, José Luiz. *Zarattini: a paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006; FERNANDES, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: memória da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004; GNECCO, Luiz Paulo. *Eu lutei*. São Paulo: s.c.p., 1997; GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena, 2011; GREGÓRIO, Mariany. *Resistência Armada e Memória Histórica no Brasil: Estudo de caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil Militar (1964-1984)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Carina, Florianópolis, 2012; GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984; GUARANY, Reinaldo. *Os fornos quentes*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980; JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997; LIMA, Edileuza Pimenta de. *ALN - Ação e Testemunho da Luta Armada contra a Ditadura*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009; LIMA, Edileuza Pimenta de. *"Trabalhador: arme-se e liberte-se": A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. 2007. Monografia (Bacharelado em História) – Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; LIMA, Edileuza Pimenta de; SILVA JR., Edson Teixeira. *Virgílio Gomes da Silva: De retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009; LOURENÇO, Oswaldo. *Companheiros de viagem*. Vol. I (Movimento Sindical Santista; Memórias do Macuco; Com Marighella). São Paulo: Editora Maturidade, 2005; MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional:*

“Em consequência desses fatos o Comitê Central resolve: [...] b) considerar o comportamento do camarada Menezes incompatível com a condição de membro do Partido e expulsá-lo[...]”.²⁶³ Esse trecho faz parte de uma *Resolução* do CC do PCB, de setembro de 1967. Nele expulsavam, entre outros, o *camarada Menezes*, nome de batismo: Carlos Marighella. Chegava ao fim mais de trinta anos de militância no *Partidão*.²⁶⁴ Meses antes, em 17 de agosto, o militante já havia enviado uma carta aos dirigentes do PCB, de Havana, onde se encontrava, para informar seu desligamento do partido.²⁶⁵

os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002; MARIGHELLA, Carlos. Escritos de Carlos Marighella. São Paulo: Editorial Livramento, 1979; MARIGHELLA, Carlos; SAFATLE, Vladimir (org.). *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*. São Paulo: Ubu Editora, 2019; MARIGHELLA, Carlos. *Não tive tempo de ter medo*: textos escolhidos de Carlos Marighella. S/l: Editora terra sem amos, 2019; MARIGHELLA, Carlos. *Questões de organização*. S.l., dezembro de 1968 (mimeo); MARTINELLI, Renato. *Um grito de coragem*: memórias da luta armada. São Paulo: Com-Arte, 2006; MORAES, Irineu Luís de. *Lutas camponesas no interior paulista*: Memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992; PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1998; PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN*: memória romaneada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*: memórias da guerrilha. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008; PEDROSO Júnior, Antonio. *Márcio, o Guerrilheiro*: Vida e morte de um jovem preparado para vencer. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003; PEREZ, Ricardo. *Trajetória intelectual de Carlos Marighella*: do PCB à ALN. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2017; POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Plena, 2009; RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As mulheres da Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução*: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 173-197, 2015; RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Memória, história e sociedade*: a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005; RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada*: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018; ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 205-251, 2001; SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto*: Fotobiografia de Carlos Marighella. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999; SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, p. 199-217, 2009; SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção*: vida e ação de Joaquim Câmara Ferreira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010; SILVA JR., Edson Teixeira. Carlos: a face oculta de Marighella. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História do programa de pós-graduação, Universidade de Vassouras, Vassouras, 1999; SILVA JR., Edson Teixeira. “Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”: a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução*: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015; SILVA JR., Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio*: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Repressão Política. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005; SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa* (Cartas para Nelson). Rio de Janeiro: Rocco, 2000; STRIK, Ben. *Morrer para viver: A luta de Tito de Alencar Lima contra a ditadura brasileira*. S.l.: Brasilhove, 2009; VIANA, Gilney Amorim. *131-D, Linhares*: Memorial da prisão política. Contagem: Editora História, 1979.

²⁶³ CARONE, 1982, vol. 3, p. 399.

²⁶⁴ Segundo Mário Magalhães (2012, p. 68), Marighella filiou-se no PCB em 1934.

²⁶⁵ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 298.

Marighella foi, até sua morte em 1969, o principal formulador da ALN. Grande parte dos textos da organização – inclusive no seu período de *gestação* – saíram da pena do comunista baiano.²⁶⁶ Muitos dos documentos relevantes da trajetória da ALN, escritos por seu líder, vieram a lume no ínterim de 1966-1968, logo, são anteriores ao nascimento “oficial” da organização. Lembremos que as primeiras ações realizadas por Marighella e seus camaradas datam de 1967.²⁶⁷ Assim, devemos retroagir ao período anterior à saída de Marighella do PCB para compreender a origem desta organização.

Maria Rita, mulher negra, filha de escravizados – nascida, aliás, em maio de 1888 –, casou-se com Augusto Marighella, imigrante italiano que aportou na Bahia em 1907. O casal teve oito filhos (quatro meninos e quatro meninas), Carlos foi o primeiro, nascido em Salvador, em 1911. Ao que tudo indica – e como seria bom acreditar nisso – a revolta contra as injustiças corria no sangue de Marighella, já que, seus ancestrais por parte de mãe, tomaram parte na *Revolta do Malês*, em 1835.²⁶⁸

Marighella chegou a iniciar o curso de engenharia, mas nunca concluiu. Em 1934, quando de sua adesão ao partido comunista, passa a ter conflitos com a direção da Escola Politécnica de Salvador. Em 1935 se transfere para o Rio de Janeiro, mas não toma parte do levante comunista brutalmente reprimido pelo Governo Vargas. Com a redemocratização pós-Estado Novo, elegeu-se deputado constituinte pelo estado da Bahia. Quando o PCB tem seu registro cassado e, posteriormente, os deputados comunistas perderam os mandatos, Marighella volta igualmente para clandestinidade.²⁶⁹

No período entre a cassação do registro eleitoral do PCB e o Golpe sofrido por Jango, Marighella esteve entre os importantes militantes do PCB, ainda que a figura de Luís Carlos Prestes sempre fosse predominante. O próprio líder da ALN identificou o período em que passou a divergir com as linhas políticas do partido, em documento intitulado “*Carta à*

²⁶⁶ Marighella rompe com o PCB em agosto de 1967, em Havana. Após seu retorno à cidade de São Paulo, onde era dirigente político do partido e grande parte dos militantes pecebistas o apoiavam, começou a atuar na nova organização que viria a liderar. Contudo, a ALN somente assumiu, publicamente, esse nome em maio de 1969 (SILVA JR., 2015, p. 62), no documento *O papel da ação revolucionária na organização* (ALN, 1985 [1969]). Na abertura deste documento lê-se: “A nossa organização é Ação Libertadora Nacional” (ALN, 1985, p. 207). Porém, Ridenti (2007b, p. 110) e Gorender (2014, p. 107) afirmam que a organização fora batizada com esse nome no final do ano de 1968. Sendo assim, os textos de Marighella antes da organização receber seu nome foram muito importantes para as suas definições ideológicas.

²⁶⁷ Segundo Gorender (2014, p. 109), um comunista integrante da ala dissidente de Marighella se juntou a alguns posseiros, no interior do estado de São Paulo, para o *justiçamento* de um grileiro da região, no dia 24 de setembro de 1967. Em dezembro do mesmo ano teriam início os assaltos a bancos para levantamento de recursos da organização.

²⁶⁸ MAGALHÃES, 2012, p. 33-37.

²⁶⁹ SILVA JR., 2015, p.56-57.

*Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro*²⁷⁰, de 1966. Seu objetivo com esse documento foi de renunciar seu cargo na Comissão Executiva do partido. Marighella afirma que suas divergências com os caminhos seguidos pelo CC do partido datavam do momento da renúncia de Jânio Quadros e ascensão de Jango à presidência. Para ele as concepções do PCB, especialmente seus dirigentes, estavam “imbuídas do fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da Revolução Brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia [...] Com isto, perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos”.²⁷¹

Esse documento foi o primeiro onde Marighella contesta abertamente as posições e dirigentes do PCB, mesmo que sem os nomear. Nele, também, é possível ver a paulatina mudança no pensamento do futuro líder da ALN. A partir daquele momento, e em documentos posteriores, Marighella passa a criticar cada vez mais as “discussões burocráticas” que eram travadas em detrimento da “ação revolucionária”. Mas, frisamos mais uma vez, essa mudança ocorreu gradualmente.²⁷²

Os primeiros indícios dessa mutação no pensamento de Marighella estão em dois textos, “*Por que resisti a prisão*”²⁷³, de 1965 e “*A crise brasileira*”²⁷⁴, de 1966. O primeiro texto é um relato, quase cinematográfico, de sua tentativa de fuga e prisão após o golpe de 1964. Segundo Ricardo Perez,

As contribuições desse documento [Por que resisti a prisão], escrito logo após sua prisão, são referentes a temas ainda primários na sua nova perspectiva de luta, mas que já apresentavam sinais vitais do que viria a ser a proposta da luta armada para ele. A visão de resistência, o conceito de democracia e o direcionamento para novas ações necessárias ao novo contexto brasileiro diante da ditadura estarão presentes em seu legado na organização guerrilheira, a qual passava a ser gestada a partir dessas primeiras críticas.²⁷⁵

Já o segundo texto, se trata de um texto mais analítico onde Marighella tenta construir uma análise da realidade brasileira, em alguma medida, alternativa as do PCB. Buscava demonstrar o erro da política de alianças com a burguesia nacional do *Partidão*, isso devido

²⁷⁰ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 220-230.

²⁷¹ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 222-223.

²⁷² PEREZ, 2017, p. 41; SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007a, p. 58-59.

²⁷³ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 33-170.

²⁷⁴ Ibidem, p. 171-219.

²⁷⁵ PEREZ, 2017, p. 47.

ao fato que o partido incluía, no arco de alianças, um setor da “grande burguesia”, que estaria alinhada com os interesses do imperialismo estadunidense no Brasil.

De volta à carta de demissão da Comissão Executiva do PCB, Marighella passa a reivindicar – e isso seria recorrente em documentos posteriores seus e da ALN – a aliança operária-camponesa que, segundo ele, era ignorada pelo PCB. Denunciava o fracasso da “via pacífica” ou “via legal” da revolução. E concluía que “A saída do Brasil – a experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultam”.²⁷⁶

Algo notável foi o fato de que Marighella não ter sido expulso após a divulgação desse documento. Ainda como militante do PCB direcionou seus esforços políticos para fortalecer seus ideais junto da militância pecebista de São Paulo, onde era dirigente regional. O VI Congresso do PCB ocorreria no ano de 1967, por isso os militantes do partido, especialmente aqueles avesso ao “pacifismo” da linha política do V Congresso, debatiam as teses apresentadas pelo CC. Em abril de 1967, no Congresso Regional de São Paulo, em Campinas, Marighella derrotou as teses defendidas por Prestes.²⁷⁷

O VI Congresso do PCB ocorreu em dezembro de 1967, com Marighella já expulso. Mas, quando ainda dentro do partido tornou pública suas divergências com o documento “*Crítica as teses do Comitê Central*”.²⁷⁸ As críticas do comunista baiano são as mesmas dos documentos anteriores. O PCB colocava a si e o proletariado a *reboque* da burguesia nacional. O erro, novamente, estava na caracterização da burguesia nacional onde o PCB incluía a “alta burguesia”, ligada ao latifúndio e imperialismo. Dessa forma concluía que

As “Teses” denominam erradamente burguesia nacional a um setor da alta burguesia, apresentado como não tendo ligações com os monopólios estrangeiros. A verdade, entretanto, é que toda a alta burguesia está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, e nada tem a ver com a burguesia nacional, denominação que, se fosse aceita, somente poderia ser aplicada à média e pequena burguesia.²⁷⁹

Existia no documento, também, um elogio à luta armada, mas não no sentido que a ALN desenvolveu. Mais uma evidência de que Marighella aderiu gradualmente à ideia de revolução armada. Afirmava que no Brasil era possível o uso da “violência das massas

²⁷⁶ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), op. cit., p. 225.

²⁷⁷ SILVA JR., 2015, p. 58.

²⁷⁸ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), op. cit., p. 231-246.

²⁷⁹ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 235.

através das armas”, e finalizava afirmando que a *via pacífica* era “irrealizável e ilusória”.²⁸⁰ No encerramento do documento o militante voltava a afirmar a necessidade da aliança operário-camponesa, o reboquismo do PCB e que o principal objetivo da revolução no país era a libertação do imperialismo.²⁸¹ A situação entre o militante e os dirigentes nacionais se desgastava. O estopim da crise chegaria no final de julho.

Entre os dias 31 de julho e 10 de agosto de 1967 realizou-se a *Conferência de Organização Latino-Americana de Solidariedade* (OLAS), em Cuba. Mesmo convidado, o PCB decidiu por não enviar representante. Marighella foi ao evento, à revelia do partido, em companhia de outras organizações como MNR e AP. De Cuba o idealizador da ALN criticou os posicionamentos do PCB. A passagem do comunista pela ilha foi determinante para suas posições ideológicas posteriores, especialmente, a primazia da ação entre os revolucionários.²⁸² Isso pode ser visto nos textos que foram escritos após sua estadia no país presidido por Fidel. Um exemplo disso é a frase “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, que encerra a “*Declaração da Olas*”²⁸³, e que é recorrente em documentos de Marighella e ALN, fora as diversas citações e homenagens a Che Guevara nos mesmos documentos.²⁸⁴

Em fevereiro de 1968 foi divulgado o “*Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo*”, onde os dissidentes do PCB naquele estado, liderados por Marighella e Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*), expunham seus objetivos. No documento a nova organização declarava a adesão à “*Declaração da Olas*” e seus pressupostos. Quanto à luta armada, rechaçaram o rótulo de foquistas ao afirmarem que a guerrilha não é sinônimo de foco, é bastante interessante a passagem onde explicam a diferença,

O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizessemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal.

[...]

Isto quer dizer que a guerrilha exige preparação e que o seu desencadeamento depende dessa preparação. A preparação da guerrilha, coisa muito complexa e muito séria, não pode ser vista com leviandade. Tal preparação exige o adestramento do combatente, a coleta de armas, a

²⁸⁰ Ibidem, p. 239

²⁸¹ Ibidem, p. 243 e 245.

²⁸² SALES, 2007a, p. 62.

²⁸³ Declaração da Olas in: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 303-314, 1999.

²⁸⁴ Além dos textos de Denise Rollemberg (2001) e Jean Sales (2009) sobre a influência cubana na ALN, indicamos também um capítulo do livro de Jean Sales (2007a, p. 55-74), para uma abordagem mais sucinta.

escolha do terreno, a fixação da estratégia e da tática a seguir e, por fim, o estabelecimento do plano de apoio logístico.²⁸⁵

Contudo, como evidencia Jean Rodrigues Sales,

Em que pesem as mudanças implementadas pela ALN na teoria do foco no que se refere à adaptação à realidade brasileira, no final das contas, a organização [...] acabou por manter em seu programa o núcleo do foquismo. Ou seja, partia do pressuposto que um pequeno grupo que inicia a luta armada incorpora forças até chegar ao poder, e aceitava a guerrilha como vanguarda política da revolução, subordinando todos os outros elementos da luta contra a ditadura a este postulado. Assim, pode-se afirmar que as diferenças em relação ao foquismo são secundárias, não passando de aspectos táticos diante da realidade geográfica e política brasileira, mas que não abandonava as idéias centrais de Régis Debray e Che Guevara. Esse último, assim como Marighella, foi morto por forças repressivas. Um na selva boliviana, outro na cidade de São Paulo. Os dois imbuídos essencialmente do mesmo projeto político.²⁸⁶

A principal diferença que poderíamos apontar que difere Debray de Marighella seria a importância que o segundo deu ao papel das cidades na revolução. No livro de Debray ele afirma que a cidade seria o cemitério dos guerrilheiros.²⁸⁷ Para Marighella a cidade é o local onde parte dos revolucionários deve atuar para não permitir o deslocamento de todas as tropas inimigas para o campo, para combater a guerrilha.

O texto ainda volta à carga na importância, no Brasil, do apoio das massas camponesas.²⁸⁸ Quanto a forma de organização, fica claro que não seria o modelo de partido leninista clássico. Quando o assunto é como deveriam se estruturar, vemos outro traço constante dos documentos produzidos pela ALN e Marighella, a crítica ao PCB, mesmo que indiretamente, especialmente quando afirmam “precisamos de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis”.²⁸⁹ Além do apelo à ação, podemos inferir a crítica, sub-reptícia, ao

²⁸⁵ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), op. cit., p. 262. Em texto produzido em Havana, em outubro de 1967 e publicado no *Jornal do Brasil*, em 5 de setembro de 1968, sob o título “*Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*”, Marighella elabora algumas de suas ideias de como a guerrilha no país se desenvolveria, não comentaremos o texto em detalhes, já que se trata de ideias ainda muito genéricas do líder da ALN sobre o assunto. O texto pode ser consultado em: MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 272-289.

²⁸⁶ SALES, 2007a, p. 72-73.

²⁸⁷ DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Editor Latino Americano, s/d, p. 42.

²⁸⁸ MARIGHELLA; SAFATLE (org.), 2019, p. 263.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 264 (*grifos nossos*).

Partidão que, em sua visão, pouco faziam de concreto em direção ao desencadeamento da Revolução Brasileira.

O documento revela, em claro apelo à ação, os três princípios que guiam a organização nascente. São os seguintes: “o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; e o terceiro é que só temos compromissos com a revolução”.²⁹⁰ Já no encerramento do texto é explicado o porquê da não organização de um “outro partido comunista”. O motivo é que a estrutura hierarquizada dos PC’s tende ao imobilismo, e, pelo contrário, “o conceito pelo qual nos guiamos e o de que a *ação faz a vanguarda*”.²⁹¹ Antes de encerrar homenageando o *exemplo heroico* de Che Guevara, reafirmam o seu “antiburocratismo” ao dizerem que, “a mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha”.²⁹²

O documento da organização, ainda sob o desígnio de Agrupamento Comunista de São Paulo, é muito interessante, por alguns motivos. Primeiro é a recorrência – e isso se repetiria em escritos posteriores – da palavra “ação”, podendo ou não estar acompanhada do adjetivo “revolucionária”. É clara a intenção do documento de cativar parte das esquerdas que não estavam interessadas em debater o caráter da Revolução Brasileira, mas sim tentar desencadear um processo revolucionário. Isso nos leva a uma segunda questão, por mais que haja algum debate sobre a realidade brasileira – quando debatem a necessidade a aliança com o campesinato, por exemplo –, esse não é o *tom* dos documentos da organização. São panfletos de incitação à ação, não havia tantos debates a serem realizados, ou pelo menos, isso já não “une os revolucionários”. Isso acaba sendo um distintivo em relação a outras organizações, especialmente aquelas, como a ALN, que vieram da matriz pecebista. Em textos do PCdoB, PCR ou ALA – os quais já discutimos – são recorrentes, mesmo que breves, análises sobre a realidade brasileira.

A ALN não fugiu inteiramente de sua matriz pecebista. Conforme informa a bibliografia, a organização manteve o etapismo, onde a etapa a ser concretizada era a de *libertação nacional*. Isso fica subentendido quando lemos seus documentos, onde o imperialismo é sempre tido como o principal entrave para o desenvolvimento nacional. A diferença, portanto, não era estratégica – ainda que, como vimos, Marighella discordasse da forma como o PCB se submetia aos ditames da burguesia nacional e o papel do campesinato

²⁹⁰ Ibidem, p. 265.

²⁹¹ Ibidem, p. 268.

²⁹² Ibidem, loc. cit.

– mas tática. A ALN estava convencida da necessidade de luta armada na formação da vanguarda revolucionária.²⁹³ Segundo Maria Cláudia Bandan Ribeiro, não devemos concluir que não haviam, na organização, partidários do caráter socialista da revolução. Inclusive, baseada em depoimento de Carlos Eugênio Paz (*Clemente*), afirma que as palavras “*Libertadora Nacional*”, contidas no nome da ALN, serviam para agregar o maior número de pessoas em torno da organização, não apenas para expressar seu caráter estratégico.²⁹⁴

No final do ano de 1968 é divulgado um texto, assinado por Marighella, “*Questões de organização*”²⁹⁵, onde o comunista, já fora do PCB, explicita como deveriam se organizar os militantes. No documento há uma explicação para o fato da organização não ter sido batizada, afirmam que “um fato notório consiste em que até agora nossa organização não tem uma sigla. É que para nós uma organização revolucionária se afirma pela ação que desenvolve e não pela sigla que adota”.²⁹⁶

No início do documento há uma pequena avaliação dos últimos eventos ocorridos no país. O Brasil evidenciava um crescimento do movimentos “anti-ditadura”, exemplo disso seria a emissão do AI-5. Afirmam que as ações já levadas a cabo estavam confundindo a repressão, pois não haviam ligado tais eventos a ação das esquerdas, mas sim com bandidos comuns.²⁹⁷ Voltavam a criticar o modelo de partido centralizado, reafirmando que seu princípio era o da ação e, também, que a forma da organização não era estática, mas a serviço da linha-política.²⁹⁸

O mais interessante, no entanto, é a descrição de como se estrutura a organização. Dois eram os grupos principais o *Grupo Tático Armado* (GTA) e *Grupo do Trabalho Estratégico* (GTE). Ambos poderiam desenvolver ações armadas, porém o GTA tinha por objetivo o deslocamento de militantes para o campo e o estabelecimento da guerrilha rural. Além desses dois organismos internos, o documento introduzia mais três, as *frentes*, são elas: *Frente guerrilheira*, responsável por quaisquer ações, armadas ou não (assaltos, roubo de armas, pichações entre outras); *Frente de massas*, responsável pelas ações junto à população (greves, piquetes, passeatas), o setor estudantil seria muito importante nessa frente e, por último, a *Rede de Sustentação*, responsável pela logística da organização (estabelecimento

²⁹³ RIDENTI, 2007b, p. 111.

²⁹⁴ RIBEIRO, 2018, p. 30

²⁹⁵ É interessante notar que o documento de janeiro daquele ano (1968) é atribuído ao *Agrupamento Comunista de São Paulo*. Esse texto, “*Questões de organização*”, é atribuído, por seu turno, ao “*Grupo Marighella*”. Ver: MARIGHELLA, Carlos. *Questões de organização*. S.l., dezembro de 1968 (mimeo).

²⁹⁶ MARIGHELLA, 1968, p. 07.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 01.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 02.

de pontos de apoio, distribuição do dinheiro para militantes, estabelecia a comunicação entre os militantes). O texto também ressalva a diferença entre a *Frente Guerrilheira* e o GTA, o segundo seria responsável pelas ações mais sofisticadas, dispunham de maior poder de fogo e de militantes com maior preparo.²⁹⁹

O ano de 1968 foi muito importante do ponto de vista das *ações revolucionárias*. As mais importantes, para a manutenção da organização, foram os assaltos – ou expropriações – realizadas para sustentar militantes na clandestinidade, custear seus *aparelhos*³⁰⁰, compra de armas e locais para realização de treinamento militar. Como afirmado no documento “*Questões de organização*”, durante o ano de 1968 a repressão não havia ligado as ações (assaltos em sua maioria) aos grupos *revolucionários*. Isso mudou em novembro quando, durante uma ação de *expropriação* do carro pagador do *Instituto de Previdência do Estado da Guanabara* (IPEG). Nessa ação um dos participantes foi preso e, durante uma das seções de tortura, revelou sua ligação com Marighella.³⁰¹

Porém, mesmo antes de serem descobertos, realizaram diversas ações com sucesso. Como apontou Gorender, foram expropriados o carro pagador da *Massey Ferguson*, roubo de explosivos da *Companhia Rochester*, além do assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em agosto de 1968. Para Gorender,

Os órgãos policiais ficaram desorientados. A técnica dos assaltos é sofisticada e o número deles se eleva de maneira assustadora. Até 1967, os assaltos a agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo e os marginais espoliavam os caixas e os clientes, ao passo que agora o objetivo é o cofre da agência. No decurso de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador, num total de dezessete. Até julho de 1969 eram atacadas mais

²⁹⁹ MARIGHELLA, 1968, p. 04-06.

³⁰⁰ Termo utilizado para designar as casas que eram utilizadas como moradia temporária pelos militantes da esquerda armada. Os *aparelhos*, na maioria das vezes, eram casas ou apartamentos sem nenhuma mobília, somente servindo de local para o militante dormir. Lembramos que, para evitar gerar suspeita na vizinhança, os militantes deveriam simular uma rotina, não podendo ficar em casa durante dias de semana. Por isso, geralmente, saíam dos *aparelhos* pela manhã e voltavam somente à noite. Durante o dia havia tarefas a cumprir, vigiar determinado local que poderia ser alvo de uma *ação revolucionária*, encontros com outro companheiro de organização – popularmente chamados de *pontos*. Eventualmente, o militante não tinha tarefas, nesse caso deveria “gastar” seu tempo fora de casa. Os *pontos* eram muito importantes, era a forma encontrada dos companheiros de organização saberem se determinado militante havia sido preso ou não. Por isso, todos militantes deveriam *cobrir* seus *pontos*. Caso alguém falhasse em comparecer a algum encontro, normalmente, esperava que o militante comparecesse a um segundo *ponto*, caso isso não ocorresse, toda a infraestrutura da organização, ligada aquele militante, era subitamente abandonada. Por isso a tortura, nos primeiros dias de prisão, era mais violenta, a repressão sabia que as informações deveriam ser extraídas do preso em, no máximo, 48h, caso contrário, seus companheiros saberiam de sua prisão e as informações, quando reveladas, poderiam não levar a lugar algum.

³⁰¹ GORENDER, 2014, p. 110; SILVA JR., 2015, p. 63.

31 agências e um carro pagador [...] O que se devia não só à ALN, mas também a outras organizações clandestinas.³⁰²

Após a descoberta da organização, as ações não diminuiriam. O ano de 1969, quando a ALN se revela ao público com esse nome, foi palco de uma série alucinante de ações, inclusive o primeiro sequestro de uma autoridade, o embaixador estadunidense, para libertação de 15 prisioneiros políticos.³⁰³ Isso acabou por acarretar, também, a maior repressão aos militantes.³⁰⁴

Em maio de 1969 foi divulgado o texto “*O papel da ação revolucionária na organização*”. O texto não contém inovações em relação aos seus predecessores. É reafirmada a primazia da ação para o desenvolvimento da revolução quando afirmam que “tudo o que conseguimos foi fruto da ação audaciosa e planejada de pequenos grupos revolucionários, que começaram com uma ou outra arma e foram aumentando seu poder de fogo”.³⁰⁵ Criticam àqueles que dão mais importância às discussões teóricas do que à ação revolucionária.³⁰⁶ Apenas uma “inovação” é depreendida do documento quando afirmam que “o emprego das ações de pequenos grupos armados não exclui a trabalho de massa nem as ações de massa. Prova, entretanto, que sem potência de fogo e sem homens armados, nada podemos fazer contra a ditadura”.³⁰⁷ Ainda que no documento anterior se constituísse uma *Frente de massa* essa é a primeira vez que é defendida a necessidade da organização desenvolver ações nesse sentido. No seguimento do texto, porém, há uma explicação de que nas condições vividas em 1969, não existe possibilidade do crescimento do movimento de massas sem uma retaguarda armada.³⁰⁸ No final do documento volta-se a atacar as organizações hierarquizadas e burocráticas, e a afirmar a primazia da aliança operário-camponesa e da ação revolucionária.

Ainda em agosto de 1969 a ALN desencadeou uma importante ação de propaganda. Trata-se da ocupação da Rádio Nacional e leitura de um manifesto contra a Ditadura.³⁰⁹ O

³⁰² GORENDER, 2014, p. 110.

³⁰³ Há um documentário, “*Hércules 56*”, dirigido por Silvio Da-Rin e transcrito em livro (DA-RIN, 2007), que explora o sequestro do embaixador. Higor Codarin (2019d) que estudou a trajetória da DI-GB/MR-8 na luta armada, também explora o episódio em seu livro, cf.: DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007; CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda, 2019d.

³⁰⁴ RIDENTI, 2007b, p. 111.

³⁰⁵ ALN, 1985, p. 208.

³⁰⁶ ALN, 1985, p. 209.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 212.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 216

³⁰⁹ O manifesto pode ser ouvido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uWOFvo7RO9Y>> acessado em 23 de agosto de 2020.

objetivo do manifesto era esclarecer à população os objetivos e atuação dos *revolucionários*. A gravação com a leitura do manifesto foi executada duas vezes no período em que os militantes da ALN estavam sob o controle da rádio.³¹⁰

Em setembro do mesmo ano, na semana da pátria, o embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick foi sequestrado por militantes da ALN e MR-8. Em troca foi pedido para que a Ditadura libertasse quinze prisioneiros políticos de diferentes organizações. Na liderança da ação pelo lado da ALN estavam Virgílio Gomes da Silva (*Jonas*) e Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*, ou o Velho), além de Paulo de Tarso Venceslau e Manoel Cyrilo. A ação foi criticada entre os partidários da luta armada, inclusive por Marighella. O argumento era que as organizações não estariam prontas para a perseguição que se estabeleceria após o ato. O fato foi que, quase todos os militantes que participaram da ação foram presos ou mortos. Marighella seria assassinado em novembro daquele ano, fato que a ALN não superou.

A liderança natural para substituir Marighella foi do *camarada Toledo*. Quando da morte daquele, Câmara Ferreira estava em Paris e, contra as orientações de segurança, no início de 1970, retornou ao Brasil. O principal objetivo de *Toledo*, no comando da ALN, era unificar as esquerdas em armadas. Várias ações foram efetuadas em conjunto de outras organizações. Em 11 de julho de 1970 foi sequestrado o embaixador da Alemanha ocidental, Ehrefried Von Holleben, em parceria com a VPR, que libertou 40 presos políticos. Dois *justiçamentos*, de autoridades ligadas à repressão, foram realizados: Charles Chandler – militar estadunidense – e Henning Albert Boilesen presidente do grupo *Ultra* e acusado de financiar a repressão e participar de seções de tortura de presos políticos.³¹¹

Sofrendo com diversas *quedas* os militantes da ALN entraram em um ciclo vicioso de ações que os afastavam da sociedade. A combinação de infiltração de policiais nas organizações de esquerda, mais a tortura dos capturados, foi fatal para que, ainda em 1970, Joaquim Câmara Ferreira fosse preso e morto sob tortura, ainda antes de levar a cabo a “*Quinzena Marighella*”.³¹² Com seu desaparecimento a ALN ficou sob comando de Carlos Eugênio Paz, sem conseguir aumentar sua inserção na sociedade. No ano seguinte, 1971, um grupo de 28 militantes da ALN, que estavam em Cuba para treinamento militar, acabaram formando uma dissidência, o grupo *Primavera*. No Brasil essa organização adotou o nome

³¹⁰ Para comentário sobre essa ação ver: SILVA JR., 2015, p. 65.

³¹¹ SILVA JR., 2015, p. 72.

³¹² A *Quinzena Marighella* consistia em uma série de ações em “comemoração” do aniversário de morte do antigo líder da ALN. Estavam previstos sequestros de autoridades, divulgação de manifestos, pichações de muros entre outras ações. A morte de *Toledo* impediu sua concretização.

de *Movimento de Libertação Popular* (MOLIPO),³¹³ que não encontrou sorte diferente da ALN. Outra dissidência da organização foi a *Tendência Leninista* (TL).³¹⁴

Com grandes dificuldades e muitas perdas, a ALN sobreviveu até final de 1973 e início de 1974. Sem uma liderança estabelecida e forte repressão dos *Anos de Chumbo*, seus militantes dispersaram, muitos, inclusive, retornaram ao antigo PCB, o que pode ser lido como uma prova de que entre essas organizações não havia um distanciamento teórico/estratégico profundo.

2.5 O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR

O PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada.

Jacob Gorender.

O *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR) surgiu no bojo das disputas internas do *Partidão*, onde estavam envolvidos, além dos setores estudantis, comunistas com trajetória no PCB. O PCBR teve trajetória conturbada desde sua formação, em 1968. A partir de 1969, com o aumento das ações armadas executadas por diversas organizações, o PCBR acaba por “ceder” ao militarismo, distanciando-se de suas ambições iniciais de tentar coadunar *luta armada e trabalho de massas*. Apesar não ter uma produção bibliográfica tão expressiva como PCdoB e ALN, o PCBR tem sido objeto de pesquisas, seja seu conjunto partidário, ou a militância individual de seus membros.³¹⁵

³¹³ O MOLIPO ainda não foi alvo de estudos sistemáticos. Encontramos, contudo, uma dissertação sobre a militante (desaparecida) Maria Augusta Thomaz (SOUSA, 2016), uma biografia sobre a mesma militante (DIAS, 2012) e um livro de memórias (DIRCEU, 2018), cf.: DIAS, Renato. *As quatro mortes de Maria Augusta Thomaz: Luta armada/ALN-Molipo*. Goiânia: RD Movimento editora, 2012; DIRCEU, José. *Zé Dirceu: memórias*, vol. I. São Paulo: Geração Editorial, 2018; SOUSA, Ana Luiza de Oliveira e. *As mulheres na luta contra a ditadura militar: Maria Augusta Thomaz e outras memórias*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

³¹⁴ GORENDER, 2014, p. 220; RIDENTI, 2007b, p. 112.

³¹⁵ O resultado do levantamento bibliográfico sobre o PCBR encontrou os seguintes resultados: dois livros (FALCÓN, 2008; SOUZA, 2018), sobre a trajetória de Mário Alves; três dissertações (QUADROS, 2015; TORRES, 2013; VECHIA, 2005) respectivamente sobre a trajetória intelectual de Jacob Gorender, sobre a atuação do PCBR nos anos 1980 e, por último, sobre origem e evolução do PCBR; um capítulo de livro (VECHIA, 2015); dois artigos (SILVEIRA 2013a e 2013b); uma biografia (ESCARIZ, 2009); quatro livros de memórias (ASSIS, 2008; CARVALHO, 1997; CARVALHO, 2012; DUARTE, 2005); encontramos textos

Se o PCB nunca pode gozar de tranquilidade e plena concordância de seus militantes desde a *Declaração de março de 1958*, é bem verdade que o Golpe de Estado de 1964 não ajudou o partido a pacificar suas fileiras. A explicação que acabou por predominar – defendida pelo *Cavaleiro da esperança* – foi a que culpabilizou os “desvios de esquerda” pelo golpe. Ou seja, o PCB quis avançar nas reformas mais do que era possível naquele momento. No entanto a militância já se cansava do “pacifismo” do *Partidão*.

Lideranças comunistas históricas do PCB discordavam da tese da “via pacífica” da Revolução Brasileira, das “alianças” com a burguesia nacional. Passou-se a articulação, intrapartidária, da *Corrente Revolucionária*. Esse movimento interno ao PCB contava com figuras como Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Mário Alves e Jover Telles, além de boa parcela dos estudantes vinculados ao partido, que posteriormente formariam as *Dissidências Estudantis* (DI’s).

relativos ao PCBR em diversos livros que compilaram documentos da esquerda armada (PCBR, 1984, 1985 e 1987), cf.: ASSIS, Chico de. *A trilha do labirinto*. Recife: Edições Bagaço, 2008; CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; CARVALHO, Renée France de. *Uma vida de lutas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012; DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005; ESCARIZ, Fernando. *Porque Theodomiro fugiu*. São Paulo: Global, 1980; FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador: EDUFBA: Versal Editores, 2008; PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). *A organização independente da massa*. In: FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Editora Novos Rumos, vol. 1, p. 320-324, 1987; PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). *A sociedade brasileira e o PCBR*. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, vol. 3, p. 132-135, 1984; PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). *Linha Política*. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 160-179, 1985; QUADROS, Carlos. *Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015; SILVEIRA, Éder da Silva. *Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960*. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013a; SILVEIRA, Éder da Silva. *Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964*. *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 2, jul.-dez., p. 384-401, 2013b; SOUZA, Marcio. *Entre fatos: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças, Apolônio de Carvalho e Mário Alves*. Goiânia: Kelps, 2018; TORRES, Lucas Porto Marchesini. *“A questão financeira é uma questão política”*. Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2013; VECHIA, Renato da Silva Della. *O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 111-134, 2015; VECHIA, Renato da Silva Della. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

A intenção da *Corrente Revolucionária* era, em princípio, *ganhar* o PCB para teses mais “avançadas” que, nesse contexto, significava aderir à luta armada. O VI Congresso Nacional do PCB, em dezembro de 1967, era a possibilidade de mudanças de rumos no partido. Mas, se os opositores de Prestes se articulavam, aqueles que controlavam o partido também movimentavam suas peças.³¹⁶

Em finais de 1967, ainda antes do VI Congresso, os militantes engajados na *Corrente Revolucionária* discutiram quais os rumos que deveriam seguir, tendo em vista a derrota que certamente sofreriam no Congresso dali alguns meses. O que acabou ocorrendo foi o *estilhaçamento* da *Corrente Revolucionária*. Primeiro Marighella, que, de Cuba, deu adeus ao *Partidão*, também deixou para trás o modelo de partido leninista. As DI's também romperam, isoladamente, com o PCB, algumas vieram a integrar outras organizações posteriormente. Alguns pregavam a entrada dos dissidentes no PCdoB. Mário Alves, Gorender, Apolônio de Carvalho entre outros militantes não aceitavam as ideias de seu antigo camarada, Marighella, e insistiam na necessidade premente do partido de vanguarda.³¹⁷ Seguiram caminhos distintos.

Antes da fundação do PCBR, em 1967, Jacob Gorender e Mário Alves tentaram um acordo com o PCdoB, que não teve frutos. Em abril de 1968 ganhou corpo o PCBR em seu Congresso de fundação,³¹⁸ na serra da Mantiqueira/RJ.³¹⁹ O documento que iluminou o novo partido foi a “*Linha Política*”³²⁰. Ali eram estabelecidas as orientações da nova organização. Conforme mandava a tradição comunista, foi realizada uma análise sobre a realidade brasileira, onde já demonstravam a tentativa de ruptura com as avaliações pecebistas.

O PCBR, assim como a maioria das organizações de esquerda originárias do *Partidão*, mantinha uma análise da realidade social do país muito vinculada com sua organização originária. Na *Linha Política* afirmavam que os maiores entraves ao desenvolvimento brasileiro eram o *imperialismo* e *latifúndio*, tal como defendia o PCB. Mas,

³¹⁶ FALCÓN, 2008, p. 221-224.

³¹⁷ SALES, 2007a, p. 76; VECHIA, 2015, p. 112-113.

³¹⁸ Como nos informa Vechi (2015, p. 115), “O primeiro Comitê Central (CC) do PCBR foi escolhido em sua fundação, em abril de 1968, em um sítio próximo a Niterói. Como membros da Comissão Política, Mário Alves (com o codinome Villa) assumiu o posto de secretário de Organização; Apolônio Carvalho (com codinome Lima), a função de secretário político; Jacob Gorender (utilizando-se do codinome Sabino), a Secretaria de Agitação e propaganda. Os demais membros identificados do Iº Comitê Central foram: Salatiel Teixeira Rolim; Miguel Batista dos Santos; Bruno Maranhão; Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos; Augusto Henrique Maria D’Aurelie Olivier; Jover Telles; Armando Frutoso; Jair; Hilda (única mulher do CC); e Lincoln Bicalho Roque (que posteriormente saíria do partido, juntamente com Jover Telles, Armando Frutoso e Hilda, seguindo para o PCdoB)”.

³¹⁹ GORENDER, 2014, p. 113-114.

³²⁰ PCBR, 1985.

diferindo da organização “matriz”, afirmaram que o Brasil era “essencialmente” capitalista. Voltavam, contudo, a se aproximar das teses pecebistas ao afirmarem que, “em vastas zonas do interior do Brasil, impera o latifúndio *pré-capitalista, caracterizado pelas relações de trabalho semifeudais e semi-escravistas [...]*”.³²¹

Já no entendimento do PCBR sobre o papel da burguesia brasileira era radicalmente diverso da tradição da IC, a qual o *Partidão* era intimamente ligado. Apesar de reconhecerem que havia contradição de uma *burguesia nacional e burguesia internacional* (imperialista), em seu entendimento essas divergências não eram suficiente para que a burguesia nacional tivesse um “papel consequente” na Revolução Brasileira, noutras palavras, não havia contradições antagônicas, “isso faz com que tenda a solucionar [a burguesia nacional] suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária”.³²²

O novo partido sentia a necessidade de desvincular-se das tradições que levaram o PCB à derrota. Isso se refletiu na formulação sobre o *caráter* da revolução no Brasil. No debate brasileiro das esquerdas *revolucionárias*, oriundas do *Partidão*, dominava o *etapismo*. Mesmo quando alguma organização afirmava o caráter socialista da Revolução Brasileira, isso não significava, necessariamente, negar as etapas da revolução. O PCBR inovou ao romper com debate “Revolução nacional-democrática vs. Revolução Socialista”. Parece-nos, contudo, que isso nasceu mais por necessidade de distanciamento da tradição do PCB, mas que, por outro lado, não podia aderir aos partidários da etapa socialista da Revolução Brasileira.

Esse contexto levou o PCBR a gerar um *híbrido* entre as duas posições. Para o partido, não havia a possibilidade de uma “revolução burguesa” completar eventuais etapas faltantes no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para o PCBR a revolução (anti-imperialista e antilatifundiária) daria lugar a um “*Governo Popular Revolucionário*” que “para triunfar de um modo consequente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas”.³²³ Isso deveria ser encabeçado pelo proletariado industrial apoiado pelos camponeses e outras forças sociais.³²⁴

O objetivo do *Governo Popular Revolucionário* era preparar o terreno para as “transformações socialistas”, para isso deveria cumprir sete tarefas que podemos resumir da

³²¹ PCBR, 1985, p. 162 (*grifos nossos*).

³²² *Ibidem*, p. 162.

³²³ PCBR, 1985, p. 164.

³²⁴ *Ibidem*, loc. cit.

seguinte forma: 1) dissolver as Forças Armadas do Estado e substituí-las por um exército popular; 2) nacionalização das grandes empresas multinacionais e anular acordos econômicos lesivos ao país; 3) Reforma Agrária radical que elevasse o padrão de vida dos camponeses e, também, formação de fazendas coletivas com maior nível de produtividade; 4) controle do Estado sobre os preços básicos da economia e planificação econômica; 5) estender ao povo o ensino e cultura; 6) estabelecimento das liberdades-democráticas; 7) política externa independente e soberana que seja solidária com países socialistas ou que estão em processo de libertação.³²⁵ Tendo realizado suas tarefas, “[...] o Governo Popular Revolucionário [...] criará as bases para a passagem à Ditadura do Proletariado e à edificação do Socialismo”.³²⁶

O documento fala da situação internacional e, com isso, como a Revolução Brasileira se inseriria nesse contexto. As análises não diferiam de outras já formuladas pelas esquerdas. O capitalismo internacional estava em “crise geral”. Diferente do pensamento marxista dominante durante boa parte do século XX, o local mais propenso a revolução eram as periferias do sistema e os países “dependentes”. O centro revolucionário era o *Terceiro Mundo*.³²⁷ Diferente de outras organizações, o PCBR não se vinculou com nenhum país socialista, nem aderiu explicitamente a nenhuma experiência revolucionária. Sua política, nesse ponto, era de apoio aos países identificados com o socialismo, mas mantendo certa distância crítica.

Na terceira seção da *Linha Política* encontramos a concepção da luta armada do PCBR. Era taxativamente negada a possibilidade de uma saída pacífica para realidade brasileira. Os meios institucionais ou “jogo político institucional”, não trariam mudanças para o povo. Mas, no desenvolvimento do “processo revolucionário” era possível a utilização de lutas legais e ilegais, de formas pacíficas e não-pacíficas. A luta armada, contudo, seria deflagrada por meio da guerra de guerrilhas para “criar o núcleo inicial do exército revolucionário”.³²⁸

A guerrilha atuaria como o instrumento para sensibilizar e organizar as massas na luta pela derrubada dos militares e avançar em direção ao socialismo – o que ficava sem resposta era como, exatamente, a guerrilha realizaria isso. A prioridade, como nas demais organizações, era o campo. Começar onde há maior conflito, fazer o movimento crescer até

³²⁵ Ibidem. p. 165.

³²⁶ Ibidem, p. 166.

³²⁷ Ibidem, p. 167.

³²⁸ PCBR, 1985, p. 171.

a tomada do poder. Mas o PCBR, ao contrário de outras organizações, deixa claro que a luta armada não excluía o trabalho junto às massas.³²⁹ Para o partido, “[...] a conjugação das ações de massa e da luta armada nas cidades com a luta armada e as ações de massa no campo, é portanto, indispensável para dividir as forças repressivas”.³³⁰

No final do documento, afim de estabelecerem suas divergências, em especial com a ALN, o documento discute a necessidade do partido leninista para atuar como vanguarda do proletariado na revolução. Mas, a razão de ser do partido é a revolução e não as discussões burocráticas. O partido seria, também, uma ferramenta para unir e coordenar o trabalho de massas com a luta armada.³³¹

Ainda em 1968, o PCBR que se concentrava nas lutas de massas, com importante participação estudantil³³² nos eventos daquele ano, encontraria seus primeiros obstáculos. Em novembro Jover Telles, que havia ajudado a fundar o novo partido, era seu principal dirigente político do estado da Guanabara, publicou um documento intitulado “*Um reencontro histórico*” onde defendia a adesão dos militantes do PCBR ao PCdoB. A resposta foi dada por Mário Alves no texto “*Reencontro histórico ou reles mistificação?*”, onde repudiava a posição de Jover Telles. Depois desses acontecimentos veio à público que Telles há tempos desenvolvia *dupla militância*. Já dentro do PCdoB, atuou também dentro do PCB/Corrente Revolucionária e, posteriormente, no PCBR. Seu objetivo era *cooptar*³³³ militantes desses partidos para o PCdoB.³³⁴

Após a saída de Jover Telles e de parte da militância da Guanabara que o seguia, o PCBR teria de conviver com o aumento de ações armadas de outras organizações que terminavam por gerar impaciência em seus quadros. A decretação do AI-5 no final de 1968 terminaria com as esperanças do PCBR de ver um movimento de massas mais atuante. Para Marco Aurélio Garcia, o AI-5 levou o PCBR a um processo, simultâneo, de “militarização” e “proletarização”. O primeiro processo gerou uma nova estrutura dentro do partido. Se antes carregavam uma forma de organização muito semelhante a do PCB, o processo de

³²⁹ Ibidem, p. 172.

³³⁰ Ibidem, p. 173.

³³¹ Ibidem, p. 176-179.

³³² A mobilização dos estudantes no ano de 1968 contou com importante participação do PCBR. Concorreram à presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), ficando em terceiro lugar, atrás da aliança entre AP e PCdoB (primeiro lugar) e MR-8, em segundo lugar. No Nordeste chegaram a controlar diretórios acadêmicos (DA's) e diretórios centrais de estudantes (DCE's). Provavelmente, o movimento estudantil tenha sido principal órgão de massas organizado pelo PCBR, cf.: VECHIA, 2015, p. 116-117.

³³³ Na linguagem usual a palavra “cooptação” tem um sentido eminentemente negativo, normalmente associado a uma atividade ilegal ou imoral. Dentro da esquerda armada, no entanto, o termo era largamente utilizado pela militância, não tendo esse sentido. Ao longo das entrevistas a palavra utilizada como sinônimo de recrutamento.

³³⁴ GORENDER, 2014, p. 116.

militarização criou um “*Comando político-militar*” vinculado ao CC, essa estrutura se replicaria nas instâncias regionais do partido. A proletarização viria para restabelecer os contatos operários perdidos com a saída de Jover Telles.³³⁵

No ano de 1969 o partido, em especial sua direção, passa a sofrer atritos com militantes do Nordeste. Para esses últimos a direção estava tomando caminhos *pacifistas*. Lideranças comunistas oriundas do PCB, em especial Gorender, começaram a vislumbrar o crescimento econômico impulsionado pela Ditadura, sendo assim, a classe média dificilmente aderiria à luta armada. Gorender, por discordar do mergulho nas ações armadas, pede demissão de seu cargo de dirigente, permanecendo como militante do PCBR. Mário Alves, apesar de discordar dos anseios dos militantes do Nordeste, também não está disposto a recuar dos pressupostos da luta armada, tenta “costurar” uma aliança. No final de 1969, em dezembro, a direção do PCBR, para “satisfazer” seus militantes – porém, contrariando todas as instruções de segurança –, divulga um assalto à banco a ser realizado pelo partido. Até aquele momento todas as ações armadas realizadas pelo partido tinham sido de propaganda.³³⁶

Membro da primeira direção do PCBR, Salatiel Teixeira Rolim, que havia abandonado a organização há alguns meses, foi preso no início de janeiro de 1970. Como já havia saído da organização, Salatiel, sob tortura, abriu os *pontos* que conhecia. Contudo, seus ex-companheiros não haviam desativado os mesmos. Após uma série de prisões, a repressão chegou a Mário Alves.³³⁷

Preso e torturado com brutalidade, Mário Alves, contam seus companheiros de cárcere, resistiu com bravura às torturas que lhe foram impostas, não denunciou nenhum camarada de PCBR e não revelou nenhum *ponto*. Morreu em decorrência de hemorragia interna causada pelo empalamento, por um cassetete de madeira, que sofreu durante as seções de torturas.³³⁸

As principais ações desenvolvidas pelo PCBR foram assaltos a bancos. Conforme avançava a repressão, mais enredado em ações armadas o partido ficava. Em certa altura, as ações tinham por objetivo a sobrevivência da própria organização, como afirma Marco Aurélio Garcia,

³³⁵ GARCÍA, 2019, p. 199-200.

³³⁶ GARCÍA, 2019, p. 200-201; VECHIA, 2015, p. 121.

³³⁷ VECHIA, 2015, p. 121.

³³⁸ GORENDER, 2014, p. 204-205.

A lógica das ações armadas, no entanto, se faz sentir não somente pela necessidade de multiplicar as formas de enfrentamento, mas para manter a própria estrutura da organização que se torna mais pesada, e assim por diante, como também ela provoca um reforçamento das tendências políticas que, no interior dos grupos, enfatizam a necessidade de fazer delas o centro de suas iniciativas.

No início de 1970 o PCBR sofreu com diversas quedas. No final de fevereiro a organização já contabilizava mais de 30 presos, entre militantes e simpatizantes, o que leva a direção se deslocar para o Nordeste do país.³³⁹ Já bem instalados, efetuaram novos assaltos, dessa vez os alvos foram o Banco do Brasil e *Bank of London*. Não demoraria até que a polícia comesse a realizar novas prisões dos militantes do PCBR. Mesmo assim, diante do revés, em julho de 1970, a Comissão Executiva do partido orienta os militantes para voltarem-se, ainda mais, para as ações armadas. Mesmo sem mudarem os documentos do I Congresso, a CE realizou uma interpretação que, praticamente, descartava o trabalho de massa e priorizava o enfrentamento militar.³⁴⁰

As ações do partido seguiam.³⁴¹ Em Recife foi planejado, ainda em 1970, o sequestro do cônsul estadunidense, a ação foi considerada inviável pelo nível de proteção e segurança do cônsul. Posteriormente planejou-se a captura do cônsul japonês – ambas ações visavam a libertação de presos. Ainda antes do desencadeamento da ação, teve espaço mais um ciclo de prisões de militantes do PCBR. Com as novas quedas, a organização decidiu deslocar suas lideranças para outras cidades, tendo em vista o nível de perseguição aos seus quadros.³⁴²

O PCBR, após a formação do Segundo Comitê Central, viveria em sobressaltos. A organização estava sob o signo das quedas que não permitiam ao partido um planejamento de seu futuro, sendo envolto na lógica de clandestinidade-ações-quedas. No ano de 1971 estavam completamente isolados socialmente, sobrevivendo de suas ações militares. Em 1973 há uma nova tentativa de reorganização partidária, é erigido um novo CC, com apenas três membros. Mas, devido a repressão e prisão de seus militantes, o partido não conseguiria aglutinar os poucos quadros ainda em liberdade.³⁴³

Como para a maioria das organizações, o exílio teve um papel fundamental no reconhecimento da derrota para o PCBR. Militantes que estavam no Chile, como Apolônio

³³⁹ VECHIA, op. cit., p. 123.

³⁴⁰ Ibidem, p. 124.

³⁴¹ Os trabalhos de Renato Della Vechia (2005 e 2015) fazem um relato detalhado das ações e das mudanças no CC do PCBR.

³⁴² VECHIA, 2015, p. 124-125.

³⁴³ GARCÍA, 2019, p. 206-207

de Carvalho, mesmo críticos às ações militares, dispõe-se a retornar ao país para retomada da atividade como militantes, o que não ocorre. O Golpe contra Salvador Allende, contudo, altera os planos de todos os militantes brasileiros exilados no Chile. Na França um novo CC comandado por Apolônio, René de Carvalho e Bruno Maranhão levam adiante o nome do PCBR. Esses militantes no exterior retornariam após a Lei da Anistia, em 1979, em grande parte ingressariam no PT.

Um primeiro adendo. Durante a década de 1980 o Brasil se viu às voltas com o PCBR e ações armadas. Se tratava de um grupo que recuperou o nome da organização, mas formado por novos militantes. Posteriormente, esse PCBR também se integraria como tendência interna do PT. Essa organização tentava recuperar as mesmas formas de atuação armada do final dos anos 1960 e início dos 1970.³⁴⁴

Um segundo adendo. O PCBR tomou parte no *justiçamento* de Salatiel Teixeira Rolim, ex-dirigente partidário. Salatiel foi julgado e executado por um tribunal *revolucionário*. Do que era acusado? Traição pela delação que levaria a queda de Mário Alves e, também, de desvio de dinheiro do caixa do PCBR. No dia 22 de julho de 1973, numa manhã, Salatiel foi executado pelos seus ex-camaradas de PCBR. Pelo que sabemos, Salatiel só abriu os pontos que tinha conhecimento por pensar que esses já haviam sido desativados. Não há indícios que o ex-militante houvesse passado a colaborar com a polícia. A execução de Salatiel Teixeira Rolim, para Gorender, não passou de “[...] um ato de vingança, um assassinato. Uma ação sem conteúdo político [...]”.³⁴⁵

2.6 As Dissidências e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro

O PCB foi muito influente entre a juventude antes do golpe de 1964. As bases universitárias foram importantes bases para sua reestruturação após o golpe. Os estudantes universitários que estavam vinculados ao *Partidão* eram seu setor mais radicalizado a partir de 1965. Em sua grande maioria, os estudantes, integraram a *Corrente Revolucionária* que, como vimos anteriormente, estava engajada em ganhar o PCB para posições favoráveis a luta armada e enfrentamento aberto à Ditadura.

As alas estudantis, ainda sob a perspectiva da unidade da *Corrente Revolucionária* e com a evidência de que o PCB não mudaria seu posicionamento, esperavam um *racha*

³⁴⁴ O trabalho de Lucas Torres (2013) analisa o PCBR e sua atuação nos anos 1980, exclusivamente.

³⁴⁵ GORENDER, 2014, p. 283.

unitário, que congregasse todos os descontentes com o *Partidão*. Mas, com a saída de Marighella ficava claro, também, que uma união não seria possível. Com isso, os estudantes formaram *frações* internas no PCB que, em momentos distintos, terminaram por sair ou serem expulsos do partido. Esses setores ficaram conhecidos como *Dissidências* (DI's) de caráter estudantil, formadas por universitários, em sua maioria.

As DI's organizaram-se em distintos estados. No Rio Grande do Sul, formou-se a *Dissidência Leninista* (DI-RS) que viria a se integrar ao que restou da POLOP após os rachas que sofreu em 1967 para formar o *Partido Operário Comunista* (POC). A DI-DF participou de treinamento militar e chegou a realizar ações no início de 1969. Após entrar no radar da repressão, teve vários de seus militantes presos, os que ficaram em liberdade aderiram, em sua maioria, à ALN. A DI-SP, em São Paulo, que optaria por uma orientação *guevarista*, sob a liderança de José Dirceu, não pode estruturar-se como organização autônoma, parte de seus militantes ingressaram na VPR e, a maioria, na ALN.³⁴⁶ A organização liderada por Carlos Marighella foi a que mais recebeu militantes oriundos da DI's. A DI-MG, que no início foi próxima a Mário Alves (futuro PCBR), acabou por aderir à ALN, em 1968-9. Por fim temos a DI-RJ (sediada em Niterói/RJ) e DI-GB (sediada no antigo estado da Guanabara). A DI-RJ, com concepções mais estritamente foquistas, buscou o estabelecimento de um foco guerrilheiro no Oeste paranaense, tentativa rapidamente desbaratada, em meados de 1969. Foi a primeira organização batizada como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*.³⁴⁷ Já a DI-GB, apesar de ter realizado intenso debate sobre se deveria se fundir com outras organizações ou não, terminou por ficar independente e estabelecendo-se autonomamente e, posteriormente, incorporou militantes da DI-BA, como veremos a seguir.³⁴⁸

2.6.1 A mais destacada das DI's: da DI-GB ao MR-8

³⁴⁶ Em depoimentos alguns militantes afirmaram que Marighella foi decisivo para essa adesão dos estudantes, pois, o comunista baiano, que era o dirigente máximo do PCB no estado de São Paulo, teria sido condescendente com os setores estudantis radicalizados. Dessa forma, os estudantes paulistas teriam criado simpatia pelos ideais de Marighella.

³⁴⁷ Segundo Camurça e Aarão Reis (2007, p. 143-144, nota 13), a DI-RJ nunca chegou a ser batizada, autodenominava-se *Organização* ou "*O*". Porém, durante a prisão de militantes dessa organização, em 1969, a repressão, num ato de propaganda, anunciou o desmantelamento do *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, baseado num jornal, de mesmo nome, encontrado com os militantes da DI-RJ, cf.: CAMURÇA, Marcelo Ayres; AARÃO REIS, Daniel. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 131-148, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III)

³⁴⁸ As informações sobre as diversas DI's foram extraídas de: RIDENTI, 2007b, p. 114-118.

Assim, a Guerra Revolucionária é a única forma de resolução da contradição principal da sociedade brasileira, é o caminho fundamental da Revolução Socialista Brasileira, é um processo inevitável para o qual os revolucionários devem preparar-se e preparar as massas, especialmente o proletariado.

Dissidência Comunista da Guanabara, 1969.

Ao falarmos da DI-GB/MR-8 é necessário fazer algumas ressalvas. Podemos dividir a trajetória da organização em três momentos distintos. O primeiro vai de sua organização, ainda dentro do PCB, até sua III Conferência (1964-1969). O Segundo momento iria da adesão mais enfática luta armada, passando pela adoção do nome *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, até a autocrítica das ações armada (1969-1972). Já o terceiro momento é aberto pelo *racha* dos militantes no Chile, em 1973, gerando o *MR-8 Direção Geral* (MR-8 DG) e *MR-8 Construção Partidária* (MR-8 CP), onde o primeiro sobreviveu até período recente, já o segundo teve vida curta.³⁴⁹ Antes disso, tivemos a DI-RJ que foi “batizada” pela repressão como *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, a organização nunca chegou a escolher um nome para si, mas passou para a história como o *primeiro MR-8*.³⁵⁰

Sendo uma das organizações que teve destaque durante o período da Ditadura, o MR-8 tem sido alvo de diversas pesquisas no campo acadêmico, nas suas mais diversas fases. Isso deve-se, cremos, ao fato de que essa organização, além de prolífera em atividades armadas, ter sido muito engajada nas discussões teórico-políticas da época, deixando diversos documentos que tem servido aos pesquisadores.³⁵¹

³⁴⁹ A historiografia não é unânime sobre o MR-8 DG ser “herdeiro” da trajetória da DI-GB/MR-8. Para Izabel Pimentel da Silva (2015, p. 93) a organização surgida do *racha*, em 1973, é uma nova organização, não podendo reivindicar o legado da DI-GB/MR-8.

³⁵⁰ Sobre o primeiro MR-8, originário da DI-RJ, temos a dissertação de Thomas Herler (2015) e o livro de memórias de Aluizio Palmar (2005), cf.: HERLER, Thomaz Joezer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015; PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

³⁵¹ Incluímos no levantamento bibliográfico os trabalhos referentes a DI-GB/MR-8, no período 1964-1972 e, também, o MR-8 que “sobreviveu” ao *racha* no Chile em 1973, tendo encontrado os seguintes resultados: dois livros (CAMURÇA, 2015; CODARIN, 2019d); uma tese (SANTOS, 2015), referindo-se ao período 1975-1985; três dissertações (NERY, 2016; SILVA, 2009; SOUZA, 2008); dois capítulos de livro (CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007; SILVA, 2015); sete artigos (CODARIN, 2019a, 2019b, 2019c e 2019e; SILVA, 2011 e 2013; SOUZA; SANTOS, 2020); duas biografias (ALVES, 1992; MORAES, 1994) quatro livros de memórias –

A trajetória da DI-GB/MR-8, como as demais DI's, confunde-se com a história de cisões do PCB. O fato de ser uma organização de caráter estudantil/universitário não lhe diminui a influência como instrumento de luta política. Lembremos que, a *União Nacional dos Estudantes* (UNE), representante máxima dos estudantes no país, era uma das instituições com maior capacidade convocatória de movimentos de massa no início da década de 1960

romanceadas ou não – (BENJAMIN, 2013; GABEIRA, 2016 e 1980; GOMES, 2005); documentação publicada do MR-8 (MR-8, 1980, 1985; CARONE, 1984, vol. III, p. 98-131), cf.: ALVES, Valdir. *João Rocco, o último guerrilheiro*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992; BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: memória de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013; CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “melhores filhos do povo”*: um estudo ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Curitiba: Editora Appris, 2015; CAMURÇA, Marcelo Ayres; AARÃO REIS, Daniel. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 131-148, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III); CODARIN, Higor. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 544-574, 1º Semestre de 2019a; CODARIN, Higor. Entre o individual e o coletivo: uma análise acerca da trajetória de Vera Sílvia Magalhães e José Roberto Spiegner na esquerda armada brasileira (1966-1970). *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.2, p.340-362, ago./dez., 2019b; CODARIN, Higor. Influxos teóricos na luta armada: a Dissidência Comunista da Guanabara. *Revista Outubro*, n. 33, p. 81-106, 2º semestre de 2019c; CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda, 2019d; CODARIN, Higor. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). *Diálogos*. Londrina, v.23, n.2, p. 140-161, 2019e; GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016; GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980; GOMES, Silvio de Souza. *Um trabalhador na Revolução Latino-Americana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005 MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sônia Angel: Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Gráfica MEC, 1994; MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Linha política e Orientação para a prática*. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 340-356, 1985; MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Resoluções do 2º Congresso (outubro de 1979)*. São Paulo: Editora Quilombo, 1980; NERY, Virgílio Sena. *Entre lutas e despedidas: da dissidência comunista da Guanabara à autocritica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-1976)*. Dissertação (Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2016; SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (1975-1985)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), Rio de Janeiro, 2014; SILVA, Izabel Pimentel da. *De Estudantes a Guerrilheiros: A trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a Luta Armada no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970*. *Revista Taller*, v. 2, p. 78-89, 2013; SILVA, Izabel Pimentel da. *Éramos "Oito": A Trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de outubro (1964-1973)*. *Dia-logos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 139-150, 2011; SILVA, Izabel Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009; SILVA, Izabel Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de outubro*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015; SOUZA, Daniel Gustavo da Silva e. *Ideologia do movimento revolucionário 8 de Outubro e sua atuação no município de Caratinga entre 1979 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Severino Sombra de Vassouras, Vassouras, 2008; SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva; SANTOS, Taylan Santana. *A história do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) no Sertão da Bahia (1969-1971)*. *História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 60-77, março, 2020.

até o ano de 1968. A título de exemplificação, no comício da central do Brasil, momento onde o presidente João Goulart adere mais claramente e enfaticamente a posições de esquerda, um dos oradores, que antecederam Jango, foi José Serra, presidente da UNE e militante da AP. A UNE perdeu influência nos momentos posteriores ao golpe de 1964, retomado a liderança nos anos subsequentes, com ápice no ano de 1968, quando os estudantes e suas lideranças são as vozes mais importante na denúncia às arbitrariedades da Ditadura.

A DI-GB estabeleceu-se na antiga Universidade do Brasil (UB) – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, ainda antes do golpe de 1964. Estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e Faculdade Nacional de Direito (FND), vinculados ao PCB, passam a discordar da direção nacional do partido, nutrindo simpatias pela China maoísta. Ainda em 1964 organizam uma *fração* no interior do PCB – algo proibido pelos estatutos partidários. No início, apenas os membros da *fração* tinham o conhecimento de sua existência. Já no ano seguinte a organização se espalhou para outras universidades do estado do Rio. Os dissidentes ainda nutriam esperanças de “ganhar” o *Partidão* para posições favoráveis à luta armada.³⁵²

O PCB não deixou que os estudantes “subvertessem” a ordem interna do partido sem tomar uma atitude,

Na perspectiva de retomar o controle, a direção, afinal, decidiu, para enquadrar a *dissidência*, convocar uma estrutura prevista nos estatutos do Partido: o Ativo Resolutivo Político (ARP), reunindo os sectários políticos das bases partidárias sob coordenação do Comitê Universitário e do Comitê Estadual do PCB. Foi como se alguém jogasse gasolina numa fogueira para tentar apagá-la. No interior do ARP foi possível desenvolver contatos e, inclusive, legitimá-los. A luta interna cresceu e se radicalizou no contexto da maré montante do movimento estudantil.³⁵³

Se no início os dissidentes buscavam transformar o PCB “por dentro”, posteriormente a ruptura com o partido foi vista como questão de tempo. A permanência ocorreu por razões diversas, mas destacamos a intenção de arregimentar mais simpatizantes pecebistas que *rachassem* junto com a dissidência. O fato de o PCB ser o partido com mais militantes operários era importante. Sendo os trabalhadores a *classe fundamental* da revolução, seria bom que alguns desses acompanhassem os dissidentes. Em depoimento Daniel Aarão Reis, importante liderança estudantil da DI-GB, relata que não tinha interesse em militar pelo PCB

³⁵² CODARIN, 2019d, p. 63-65; CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 133; SILVA, 2015, p. 77-78.

³⁵³ CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 134.

quando foi recrutado, mas que a perspectiva de *racha* o convenceu a escolher o *Partidão* e não outras organizações de esquerda

Quando sou recrutado pro PCB – O Vladimir [Palmeira] é a pessoa que me recruta – ele já me informa... Eu tinha muita resistência a entrar no PC: “eu não vou entrar, esse partido é um partido reformista, não tem nada a ver”. Havia uma certa atração, porque na verdade o partido era considerado na época como um partido ruim, mas um partido com bases operárias e tal. Eu me lembro que uma organização que me atraía muito na faculdade era a AP (Ação Popular). Era uma organização empenhada em fazer movimentos de massa e tal, era muito agressiva, muito esquerdista, então me atraía. Mas ela, além de a AP não ter muita força aqui no Rio, ela não se caracterizava por ter bases operárias ou uma tradição operária. Daí, quando eu sou recrutado pelo PCB, duas coisas que funcionam e que funcionavam para atrair quadros naquela época (que já tinham alguma formação), duas coisas que funcionavam era 1º) o PC tem bases operárias. É importante estar no PC apesar de ele estar com desvios reformistas e tal. Em 2º lugar: vocês vão entrar no PCB, mas é para a Fração, quer dizer, para travar a luta interna no PCB. E a gente vai se separar do PCB mais cedo ou mais tarde.³⁵⁴

Dois perspectivas permaneciam no horizonte dos militantes: transformar o PCB num partido realmente *revolucionário*; ou agrupar o maior número de pessoas e deixar o partido. Os universitários da Guanabara desafiavam o PCB. O exemplo mais relevante disso foi uma passeata realizada pela DI-GB, ainda em 1965, contra a promulgação do AI-2. Esse movimento foi desaconselhado pelo PCB, que recomendava prudência às bases universitárias.³⁵⁵ O “mais cedo ou mais tarde” de Daniel Aarão chegou em novembro de 1966, a *dissidência da Guanabara* foi expulsa do PCB e, ao contrário do que esperavam, sem nenhum contato operário.³⁵⁶

Desde o período que a DI-GB estava dentro do PCB, os militantes passaram a ter importante papel no movimento estudantil. Vladimir Palmeira, liderança máxima da organização, foi presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UB, o famoso CACO; já Daniel Aarão foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME).³⁵⁷ O diferencial na atuação da DI-GB no movimento estudantil foi a forma de construção das pautas. Ao invés de trabalharem com pautas gerais ou abstratas, trouxeram as reivindicações para perto dos estudantes. Encabeçaram lutas, tais como: contra a mensalidade nas

³⁵⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112, transcrição p. 3.

³⁵⁵ CODARIN, 2019d, p. 74.

³⁵⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112, transcrição p. 26.

³⁵⁷ A UME corresponde à União Estadual dos Estudantes (UEE) em outros estados da federação.

universidades públicas; contra os excedentes do vestibular, a favor do aumento das vagas; contra o acordo MEC-USAID.³⁵⁸ Isso aproximava o ME dos estudantes, com isso poderiam recrutar novos militantes e, a longo prazo, discutir questões mais amplas, como a derrubada da Ditadura.³⁵⁹

O biênio de 1967-8 foi de crescimento da DI-GB, passaram a hegemonizar o ME do estado da Guanabara.³⁶⁰ Durante os acontecimentos de 1968 Vladimir Palmeira foi o grande destaque dos movimentos que ocorreram naquele estado. Os dissidentes, ainda antes da ruptura com o PCB, tinham para si que a luta armada era a única forma de derrubar o regime ditatorial. Não obstante, antes de 1969, não desenvolveram nenhuma ação armada, atuando basicamente no *movimento de massas*, especificamente o estudantil. Os acontecimentos de 1968 foram, em boa medida, dirigidos pela DI-GB no estado da Guanabara. Contudo, com a promulgação do AI-5 e o claro refluxo das *massas*, a DI-GB se colocou mais diretamente a questão da luta armada.³⁶¹

As ações armadas da DI-GB começaram no ano de 1969. No início, realizaram ações para montar a infraestrutura da organização – as chamadas ações de *meios*, onde realizavam expropriações de armas e dinheiro. Segundo Higor Codarin, antes III Conferência³⁶² da organização, os militantes da DI-GB realizaram três ações,

A primeira, em 15 de fevereiro, quando abordaram um sentinela do Hospital da Aeronáutica, no bairro de Rio Comprido, com objetivo de expropriar uma metralhadora para as ações que se sucederiam. Apesar das armas – todas pistolas – compradas, legalmente, na Bahia, [...] segundo João Lopes Salgado, a organização passa a procurar armas mais longas, cuja dificuldade de compra era maior. Neste início, as ações deste tipo eram fáceis, pois, segundo Cid Benjamin, participante da ação, os sentinelas ficavam expostos na calçada, diante dos locais que guardavam, fato que facilitava a expropriação. De posse da metralhadora, no dia 24 do mesmo mês, realizaram a segunda ação, quando expropriaram o Bar Castelinho. Por fim, exatamente um mês depois, fizeram a primeira ação de

³⁵⁸ Sobre os acordos MEC-USAID ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 118-126.

³⁵⁹ CODARIN, 2019d, p. 52-62; CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 135.

³⁶⁰ CODARIN, *op. cit.*, p. 87.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 97.

³⁶² As duas primeiras conferências da DI-GB tiveram lugar em fevereiro e dezembro de 1967. A primeira logo após a separação formal do PCB. O motivo da segunda conferência ter ocorrido num espaço tão exíguo de tempo após a primeira, deu-se por causa de distensões internas. Parte da DI-GB pregava que os militantes deveriam aderir a *Corrente Revolucionária* do PCB, esses militantes seguiram, em parte, Jover Telles para o PCB e, depois, para o PCdoB. Já uma segunda ala, contendo secundaristas, tinha uma concepção foquista de luta armada, esses formaram a *Dissidência da Dissidência* (DDD). Parte da DDD ainda integraria, juntamente com os COLINA e VPR, a VAR-Palmares, cf.: SALES, 2007a, p. 83; SILVA, 2015, p. 93-94, nota 3.

expropriação de agência bancária, no banco Crédito Territorial, localizado em Bonsucesso.³⁶³

Após a execução dessas ações a DI-GB realizou sua III Conferência, onde operou uma reestruturação interna, criando as frentes de trabalho. Dessa conferência saiu o documento que guiou a DI-GB e, posteriormente, o MR-8 até o ano de 1971. O documento apresenta a proposta da organização para o desenvolvimento do movimento revolucionário armado no país. Porém, como Higor Codarin demonstrou em trabalho recente, é possível constatar na leitura desse material as diversas fontes do marxismo que orientavam a DI-GB. De fato, entre os militantes da luta armada, aqueles que atuavam no MR-8 sempre foram reconhecidos pela base teórica mais sofisticada que possuíam.³⁶⁴ O documento resultante da conferência ficou conhecido “*Linha política*”³⁶⁵, de abril de 1969.

A “*Linha política*” da DI-GB é um documento que abre diversas possibilidades de análise. São doze páginas, subdivididas em quatro seções – “*Situação internacional*”; “*A etapa e as forças da Revolução Brasileira*”; “*A estratégia da luta revolucionária*” e “*Situação atual/nossa tática global*” – e as ideias são apresentadas em tópicos/pontos, num total de 80. Para nosso estudo uma análise detalhada de cada ideia levantada no texto não nos parece adequada. Assim propomos o levantamento de ideias gerais que podemos extrair do texto.³⁶⁶

Cabe lembrar, sempre, que a DI-GB foi uma organização oriunda do PCB e, como vimos noutras organizações, as avaliações pecebistas permaneceram nas novas organizações, em alguns casos a “herança” era mais clara, em outros casos menos. Em outras palavras, muitas organizações discordavam *taticamente* do PCB, mas as perspectivas estratégicas se mantinham as mesmas (PCdoB), ou muito semelhantes (ALN e PCBR). A DI-GB, nesse

³⁶³ CODARIN, 2019d, p. 100-101.

³⁶⁴ Ao longo de todo seu livro Higor Codarin (2019d) discute as influências marxistas, em diferentes momentos, da DI-GB/MR-8. O autor sintetizou essas ideias em: CODARIN, 2019c.

³⁶⁵ Aqui fazemos duas ressalvas: 1ª) o documento conhecido como “*Linha política*”, não possui esse nome originalmente, não obstante ser referido como tal pelos militantes da DI-GB/MR-8; 2ª) Excepcionalmente, não trabalharemos com os documentos, referentes à DI-GB/MR-8, que constam no livro de Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá (1985, p. 340-356) pelo motivo de que, ao que tudo indica, Aarão Reis e Sá, acoplaram dois documentos, de períodos distintos, em um só, para edição do livro – possivelmente para dar um “panorama geral” da organização para os leitores. Aproveitamos o ensejo para agradecer ao historiador Higor Codarin que, além de ter sanado essa dúvida a respeito dos documentos editados por Aarão Reis e Sá, gentilmente enviou-nos cópia dos originais – tanto da “*Linha política*”, como da “*Orientação para prática*” – que utilizou para sua pesquisa e que me valia para a análise que se seguirá. Cf.: DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB). *A situação internacional, 1969*, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, documento nº 01.

³⁶⁶ Caso seja do interesse do leitor, Higor Codarin (2019d, p. 104-138) realizou uma análise detida desse documento.

sentido, propôs uma ruptura de fundo com o *Partidão*, tanto tática como estrategicamente. Isso fica evidente na “*Linha Política*” de abril de 1969.

Em sua análise do referido documento, Higor Codarin infere duas influências que permeiam o texto: as análises de Lenin sobre o *imperialismo* e o conceito de *capitalismo monopolista* de Paul Baran e Paul Sweezy – além de referências a Fanon e Mao Tsé Tung.³⁶⁷ As teses de Sweezy e Baran serviram, sobretudo, para negar o caráter *colonial* do capitalismo brasileiro. Para a DI-GB,

8. A sociedade brasileira caracteriza-se por sua estrutura capitalista de produção. No conjunto da sociedade, os maiores obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas são as relações capitalistas de produção. Nas cidades, o sistema industrial fabril é caracterizado pela exploração do trabalho assalariado e pela extração da mais valia, predominando as relações de produção capitalistas. No campo, principalmente, na economia de exportação, mas também em outros setores da produção, destacam-se as relações de produção capitalistas, seja pela quantidade, seja pela qualidade. A própria produção no campo é uma economia de mercado e não de subsistência, fechada em si mesma.³⁶⁸

Aqui há uma primeira ruptura frontal com o PCB, não há resquícios feudais em parte alguma do Brasil, não há necessidade de uma revolução burguesa – ou democrática-nacional – para “completar” o desenvolvimento do capitalismo no país. O desenvolvimento do capitalismo mundial tinha dado conta de impor as relações capitalistas onde quer que fosse.

Ainda que seja difícil conjecturar possíveis leituras dos militantes da DI-GB, pensamos não ser de todo despropositado imaginar que tiveram contato com leitura de Gunder Frank ou textos de Ruy Mauro Marini.³⁶⁹ O germano-estadunidense Andre Gunder Frank já havia atacado duramente a ideia da existência de um *feudalismo* no Brasil, no artigo “*Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*”.³⁷⁰ As ideias de Gunder Frank que, posteriormente, subsidiaram a *Teoria Marxista da Dependência* (TMD), deixaram de ver as sociedades como partindo de uma evolução econômico-social isolada – ou seja, os países nascem subdesenvolvidos e, com a evolução das forças produtivas chegam a se tornar países

³⁶⁷ CODARIN, 2019d, p. 104-109.

³⁶⁸ DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB). *A situação internacional, 1969*, mimeo, p. 02. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, documento nº 01.

³⁶⁹ Lembramos que o livro de Ruy Mauro Marini, “*Subdesenvolvimento e Revolução*”, foi editado pela primeira vez em 1969, no México; já o texto “*Dialética da Dependência*” data de 1973.

³⁷⁰ GUNDER FRANK, Andre. *Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-100, 2012.

desenvolvidos – para compreender que, para existência de países desenvolvidos, há necessidade de países subdesenvolvidos.³⁷¹ Além disso, é possível, com base no texto da DI-GB, apontar a influência das teses polopistas.³⁷²

Para a *Dissidência* havia contradições – secundárias – entre burguesia nacional e burguesia internacional, mas tendiam ao desaparecimento tendo, em vista a principal contradição brasileira: trabalho vs. Capital; proletariado vs. burguesia. Segundo as teses da DI-GB, o *imperialismo* se manifestava *por meio* das burguesias nacionais, portanto, não havia contradição fundamental entre burguesia nacional e *imperialismo*. Com isso concluem que, “determinada a contradição principal [operariado vs. burguesia], fica definida a etapa socialista da Revolução Brasileira”.³⁷³

Dessa forma a DI-GB rompia *estrategicamente* com as teses do PCB, mas, também, havia uma ruptura tática, com adesão ao que denominaram de *Guerra Revolucionária*, que tratavam de elucidar que esta “não é foco guerrilheiro ou insurreição urbana. O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR [Guerra Revolucionária]. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas”.³⁷⁴

A Guerra Revolucionária seria dividida em quatro fases: 1ª onde se desenvolveriam ações armadas de propaganda, autodefesa e sabotagem de massas; 2ª desencadeamento de um foco guerrilheiro para futuro estabelecimento do exército revolucionário; 3ª formação do exército de trabalhadores; e 4ª fase, onde seria o avanço final sobre as áreas onde a burguesia tivesse domínio. Aqui podemos ver a influência de Regis Debray, já que o foco guerrilheiro não precisa ter respaldo político da área onde se instala. A escolha do território para o

³⁷¹ Aventamos essa possibilidade com base em texto memorialístico de autoria de Ruy Mauro Marini. Segundo ele, “[mantive] estreita relação com presos políticos libertados pela ditadura em função do sequestro do embaixador estadunidense, que o México acolheu. Entre eles, estavam Vladimir Palmeira e José Dirceu, líderes do movimento estudantil de 1968, além de Ricardo Villas e Teca [Terezinha João Calazans]. Foi, para mim, excelente ocasião para discutir os problemas da esquerda brasileira – descobrindo, também, que meus ensaios sobre o Brasil haviam tido no país uma ampla difusão clandestina, inclusive com uma consolidação mimeografada, publicada pela União Metropolitana de Estudantes do Rio, sob o título *Perspectivas da situação econômica brasileira*, do qual só muitos anos depois me chegou às mãos”, cf.: MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini (agosto, 1990). In: TRASPADINI, Roberta (org.); STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, p. 55-128, 2011, p. 77.

³⁷² CODARIN, 2019d, p. 120.

³⁷³ DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB). *A situação internacional, 1969*, mimeo, p. 03. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, documento nº 01.

³⁷⁴ DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB). *A situação internacional, 1969*, mimeo, p. 04. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, documento nº 01.

desenvolvimento do foco deveria obedecer a critérios militares, não políticos, ainda que o foco precisasse de apoio global dos trabalhadores.³⁷⁵

A DI-GB, contudo, na última parte do documento, ressaltou a importância do partido para a luta dos trabalhadores. Para os *dissidentes*, “a organização de vanguarda da classe operária é fundamental para que ela cumpra seu papel histórico. A organização da vanguarda num partido é indispensável para o estabelecimento da hegemonia operária no processo revolucionário [...]”.³⁷⁶ A DI-GB não se considerava o partido, mas uma das organizações que poderiam integrar um “*Partido Operário Revolucionário*”, mas não era a única organização e terminavam afirmando que era na “prática e [na] discussão conjunta” que haveria a integração dessas organizações e não de “maneira burocrática, apenas com concordâncias teóricas em torno de linhas políticas”.³⁷⁷

Dessa forma se delineou as rupturas da – agora – *Dissidência Comunista da Guanabara* com sua matriz, o PCB. Negavam supostos “resquícios” feudais no Brasil. Rechaçaram a contradição entre imperialismo e burguesia nacional. Defendiam a necessidade de desenvolver a luta armada no Brasil, sem negar a necessidade de manter as *lutas de massa*. E, a maior ruptura, talvez, o caráter socialista da Revolução Brasileira.

Após a conferência de abril há uma reestruturação interna,

[...] A partir daquele momento, passava a estruturar-se em três frentes: Frente de Trabalho Operário (FTO), Frente de Camadas Médias (FTCM) e Frente de Trabalho Armado (FTA). Os responsáveis por cada uma das frentes constituíam a Direção-Geral da organização, naquele momento composta por: Daniel Aarão Reis Filho, comando da FTO, Franklin Martins, comando da FCM, e Cláudio Torres, comando da FTA. A necessidade da divisão da organização, para além de evitar o acúmulo de tarefas em diferentes funções, respondia à necessidade de compartimentar as informações, dificultando, caso houvesse alguma prisão, o mapeamento total da organização por parte dos órgãos repressivos.³⁷⁸

Com a consolidação de uma *linha política*, os militantes da DI-GB empenharam-se em tirá-la do papel e concretizá-la, ou seja, criar a infraestrutura para o desencadeamento do *foco* que originaria o *Exército de trabalhadores*.³⁷⁹ Em junho de 1969 a DI-BA se incorporou

³⁷⁵ Ibidem, p. 06

³⁷⁶ Ibidem, p. 11.

³⁷⁷ Ibidem, loc. cit.

³⁷⁸ CODARIN, 2019d, p. 143.

³⁷⁹ Ibidem, p. 139.

à DI-GB,³⁸⁰ isso “respondia à necessidade de expandir sua atuação no Nordeste, considerada uma das áreas estratégicas”.³⁸¹

A DI-GB, que foi uma das últimas organizações a iniciar as ações armadas. Contudo, as realizaram ao longo do ano de 1969.³⁸² Após a III Conferência, expropriaram uma metralhadora de um policial-militar no Leblon, ação que apesar de ter sido bem-sucedida, não transcorreu tranquilamente, havendo troca de tiros entre militantes e policiais. Outras ações de *meios* foram realizadas. No dia quatro de julho expropriaram um carro-pagador do Banco Mercantil Niterói. Isso terminou por chamar a atenção dos órgãos de repressão.³⁸³

Em agosto de 1969 a DI-GB se transmutaria em *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*. A troca de nome teria sido motivada para desmoralizar os órgãos da repressão que anunciavam, à data, o desmantelamento do “Movimento Revolucionário 8 de outubro”. Como já dissemos, a DI-RJ (o *primeiro* MR-8) não tinha esse nome, mas editou um jornal de nome “*Oito de Outubro*”, sendo utilizado pela polícia como nome da organização. Não raramente, os próprios militantes da DI-GB/MR-8 afirmam que a primeira vez que utilizaram o “novo” nome foi na ação do sequestro do embaixador estadunidense – afirmação repetida pela historiografia.³⁸⁴ Contudo, como demonstrou Hígor Codarin, no dia 15 de agosto – quase um mês antes do sequestro – a DI-GB realiza a expropriação de uma Kombi que transportava valores do Banco Português do Brasil, depois da ação os militantes da FTA soltaram panfletos, visando cumprir a *Linha Política* que pregava a necessidade de propaganda armada, onde explicavam que não se tratava de uma assalto comum, mas de uma *ação revolucionária*, esse foi o primeiro documento assinado como MR-8.³⁸⁵

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde

³⁸⁰ O processo de formação da DI-BA e da incorporação de parte de seus militantes pelo MR-8 pode ser consultado em no livro de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (2013) – originário de sua dissertação –, a autora estudou a formação da esquerda armada em Salvador onde se destacam três organizações: MR-8, PCBR e VAR-Palmares. A autora (SOUZA, 2015) publicou uma versão condensada dos resultados de sua pesquisa, cf.: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. “Nós também resistimos”: a luta armada em Salvador (1969-1971). In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015; SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: EDUFBA, 2013.

³⁸¹ CODARIN, op. cit., p. 143

³⁸² SALES, 2007a, p. 83-84.

³⁸³ CODARIN, op. cit., p. 154-156.

³⁸⁴ CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 137; SILVA, 2015, p. 89.

³⁸⁵ CODARIN, 2019d, p. 159-161.

o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores [...].

Ação Libertadora Nacional (ALN)
Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)³⁸⁶

No dia quatro de setembro, à noite, a Ditadura se viu obrigada a romper a censura e divulgar um manifesto de organizações *revolucionárias* onde, além de anunciarem a captura do embaixador estadunidense, denunciavam a tortura cometida nos quartéis em território nacional. A ação previa, também, a libertação de 15 presos políticos, de diversas organizações e partidos de esquerda.

O sequestro – ou captura como preferem alguns ex-militantes que participaram da ação – aconteceu naquele mesmo dia, horas antes, por volta do meio-dia. A ação foi idealizada por militantes do MR-8 e tinha dois objetivos principais: libertar Vladimir Palmeira, liderança estudantil da organização, que estava preso desde o XXX Congresso da UNE; e, nas palavras de Cláudio Torres, “implementar o que estava na bendita linha política de [19]69 [...] a ação de propaganda armada”.³⁸⁷

A ideia do sequestro, segundo Franklin Martins, teria surgido de uma conversa sua com outro militante da organização, Cid Benjamin.³⁸⁸ Não sabemos quando esse diálogo ocorreu, mas em fins de julho a ação já havia sido aprovada pela direção da organização. Havia um problema, na visão dos militantes, a ação era demasiado importante para realizarem sozinhos, deveriam buscar uma outra organização *revolucionária* para sua execução.³⁸⁹ A primeira tentativa foi contatar a VAR-Palmares, por terem mais “afinidades” políticas, mas os contatos não foram correspondidos, passou-se, então, à ALN. O contato foi estabelecido com Joaquim Câmara Ferreira (ALN), pelo militante Cláudio Torres (MR-8), sem o conhecimento de Carlos Marighella.³⁹⁰

³⁸⁶ AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN); MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). Manifesto dos sequestradores. In: DA-RIN, Sílvio. *Hercules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 338-339, 2007 (*grifos nossos*).

³⁸⁷ TORRES *apud* DA-RIN, 2007, p. 300.

³⁸⁸ DA-RIN, 2007, p. 301

³⁸⁹ Segundo Franklin Martins (*apud* DA-RIN, 2007, p. 299): “Do ponto de vista militar, nós faríamos a ação. A ação era simples do ponto de vista militar. Do ponto de vista político era um erro fazer sozinho. Tinha que ser feita conjuntamente, porque era uma ação de uma envergadura política [...] era areia demais para nosso caminho [da DI-GB/MR-8]”.

³⁹⁰ CODARIN, 2019d, p. 164-167.

A *revolucionária* Vera Silvia Magalhães foi responsável por recolher as informações sobre a rotina de Burke Elbrick. Sob o disfarce de empregada doméstica vinda do interior, Vera conseguiu as informações que a organização necessitava diretamente do chefe da guarda do embaixador. Após alguns percalços para escolha do local onde manteriam o embaixador escondido – os militantes não conseguiram alugar uma casa para esse fim, tendo que utilizar um *aparelho* onde funcionava a gráfica da organização – a ação foi realizada sem maiores dificuldades.

Os militares aceitaram as exigências impostas pelas duas organizações – a saber, a leitura do manifesto em cadeia de rádio e TV, e a libertação de 15 presos políticos. É bom lembrar que a Ditadura encontrava-se “fragilizada”, o ditador-presidente de turno, gal. Artur da Costa e Silva, estava afastado do poder por motivos de saúde, o país era presidido por uma junta militar.³⁹¹

Se os objetivos políticos imediatos da operação foram alcançados com sucesso, a ação do ponto de vista estratégico não foi a melhor opção. O sequestro deu início a uma maior sintonia e aperfeiçoamento – que é bom que se diga, já ocorria – dos aparelhos de repressão. O MR-8, em 1969, saiu-se relativamente bem, teve apenas dois militantes presos em menos de 10 dias após a soltura do embaixador, Antônio de Freitas Silva e Cláudio Torres, sendo o segundo importante liderança da organização. Fora essas prisões, o MR-8 não perdeu mais militantes. Já a ALN teria uma série de *quedas*, até chegar em novembro, com o assassinato de Marighella.³⁹²

As organizações de luta armada que, até aquele momento, estavam numa posição “ofensiva”, se valendo do fator surpresa, de não serem conhecidas dos órgãos de repressão, passaram à defensiva. Nas palavras de Camurça e Aarão Reis, a DI-GB/MR-8

[...] e as demais organizações de luta armada, isoladas social e politicamente, em luta desigual, começaram a ser destruídas pelos órgãos repressivos. *Cercados nas cidades, e nas cidades, cercadas*, as organizações revolucionárias agonizavam. As ações tornavam-se cada vez mais reativas, mero esforço de sobrevivência em circunstâncias crescentemente desfavoráveis.³⁹³

No ano seguinte, em 1970, o MR-8 passou a sentir o peso da repressão sob seus militantes. A direção da organização havia sido reformulada ainda em 1969, Cláudio Torres,

³⁹¹ Ibidem, p. 168-174.

³⁹² Ibidem, p. 176-181.

³⁹³ CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 137.

preso, foi substituído por Cid Benjamin na FTA; Daniel Aarão Reis seguia na FTO e José Roberto Spiegner substituiu Franklin Martins – enviado a Cuba para treinamento militar –, na FTFCM.³⁹⁴

Submetidos à clandestinidade, a organização, no final de 1969 e início de 1970, realiza uma pequena conferência onde, apesar de surgirem críticas ao militarismo, mantêm as diretrizes no mesmo diapasão. As mudanças se deram no caráter das ações que o MR-8 deveria priorizar. Advogavam que ações globais, como a do rapto do embaixador, deveriam ser deixadas em segundo plano, deveriam passar a execução de *atos revolucionários* de caráter regional ou local – realizando especialmente ações de propaganda armada.³⁹⁵

Em 1970 o MR-8 sofreu diversas *quedas* de quadros importantes e, também, mortes.³⁹⁶ Por este motivo resolveu mover suas estruturas para Bahia, para tentar escapar da repressão.³⁹⁷ Mesmo com a crescente de presos e mortos, persistiam nas ações armadas. Atribuía as *quedas* e os fracassos da esquerda *revolucionária* a erros pessoais ou de avaliação, não como uma tática equivocada. As ações que a organização realizou em 1970 se deveu mais à necessidade de manter a estrutura clandestina em que estavam seus militantes, do que uma *ação ofensiva revolucionária*.³⁹⁸

Em janeiro de 1971 a Direção Geral (DG) do MR-8 divulga o documento “*Orientação para prática*”³⁹⁹, que revisa aspectos da “*Linha política*”, de 1969, em especial o que diz respeito ao *movimento de massas*, onde delinea posições mais *militaristas*.⁴⁰⁰ Na abertura do texto há o reconhecimento das dificuldades da esquerda armada frente ao aumento da repressão,

É um fato reconhecido por todos os revolucionários a dificuldade que hoje temos em conseguir condições para reunir um mínimo considerável de pessoas, e discutir, coletivamente. As conferências e os congressos estão rareando, mas não por ineficácia desses coletivos. Trata-se de um período difícil para as OO [organizações], ditado por uma radicalização precoce da

³⁹⁴ CODARIN, 2019d, p. 177.

³⁹⁵ Ibidem, p. 182-198.

³⁹⁶ Ao longo daquele ano foram presos militantes de peso como Vera Magalhães e Fernando Gabeira. Na mesma investida que prendeu Vera, José Roberto, então dirigente do MR-8, foi assassinado, cf.: CODARIN, op. cit., p. 202-206

³⁹⁷ SILVA, 2015, p. 90.

³⁹⁸ Em junho de 1970, ALN e VPR realizaram o sequestro do embaixador da Alemanha ocidental, Ehrenfried von Holleben, que libertou diversos militantes de esquerda, inclusive do MR-8: Cid Benjamin, Daniel Aarão Reis, Fernando Gabeira e Vera Sílvia Magalhães.

³⁹⁹ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Orientação para prática*, 1971, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-03, documento nº 01.

⁴⁰⁰ CODARIN, 2019d, p. 259-260.

repressão, frente aos avanços que conseguimos até aqui. E consequência de derrotas pesadas que sofremos no âmbito de nossa infra-estrutura e da perda atual de companheiros importantes.⁴⁰¹

Ao contrário do que se possa imaginar, o documento não pregava um recuo das ações, tendo em vista a “radicalização precoce da repressão”. Outrossim, incrivelmente, o MR-8 apostava alto na “imersão geral na luta armada”, para nos valermos da expressão de Gorender.

Na análise da conjuntura econômica brasileira a organização reconhece avanços, promovidos pela Ditadura, nesse campo, “do ponto de dos interesses da burguesia”.⁴⁰² Nessa questão, o MR-8 descarta uma visão “catastrofista” da situação do país cuja única saída seria a revolução. O documento previu a criação de *Grupos políticos-militares* (GPM) para o desencadeamento de uma guerrilha urbana. Além disso, demonstravam preocupação com o desenvolvimento da infraestrutura da guerrilha rural.

Não obstante, a realidade foi implacável com o MR-8, os GPM’s

[...] não conseguiriam realizar ações que buscassem mudanças concretas para as massas revolucionárias, estando, cada vez mais, engendrados na lógica de sobrevivência física, afastando-se das bases sociais que buscavam mobilizar, apesar de algumas campanhas junto às camadas médias e o movimento estudantil, como foi o caso da parca campanha contra a pena de morte, realizada em conjunto com o Movimento Universitário Revolucionário Democrático (MURD). Nesse entretempo, já sofrendo de falta de militantes, o MR-8 perderia outros quadros.⁴⁰³

O ingresso do capitão, que havia desertado do exército para engrossar as fileiras *revolucionárias*, Carlos Lamarca deu sobrevida aos ideais revolucionários do MR-8, em 1971. Em carta datada de primeiro de abril de 1971, Lamarca solicitou seu desligamento da VPR para ingressar no MR-8.⁴⁰⁴ Porém, em setembro daquele ano, no dia dezessete, Lamarca foi capturado e morto no interior da Bahia, juntamente com José Campos Barreto, o Zequinha. As últimas esperanças do estabelecimento de uma guerrilha rural, por parte do MR-8, estavam soterradas.⁴⁰⁵

⁴⁰¹ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Orientação para prática*, 1971, mimeo, p. 02. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-03, documento nº 01.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 03.

⁴⁰³ CODARIN, 2019d, p. 268-269.

⁴⁰⁴ A carta de desligamento de Lamarca pode ser conferida em: SILVA, Carla Luciana; MACIEL, David. Orientações, discussões e desligamento de Carlos Lamarca da VPR. *História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 90-102, março, 2020, p. 96-97.

⁴⁰⁵ CODARIN, op. cit., p. 281.

Em 1972 há, nos militantes que permaneceram no Brasil, o início de um processo de autocrítica, não sem tensões. Havia militantes resistentes em abandonar a perspectiva armada, seja por convicção, seja pela ética com os companheiros presos, torturados e mortos. As ações seguiram a lógica de “subsistência”,

[...] a necessidade de manter os militantes na clandestinidade, a organização continuava realizando ações armadas, naquele momento, exclusivamente, para sobrevivência, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento do projeto revolucionário. Ainda em setembro realizaram duas ações em supermercados, Mercy e Disco, em novembro expropriaram um Peg-Pag e, como última ação armada da organização, em 22 do mesmo mês, expropriaram um carro forte, em conjunto com a VAR e o PCBR.⁴⁰⁶

No ano seguinte, em 1973, os militantes do MR-8, pertencentes à direção, vão ao encontro de seus companheiros exilados no Chile. O encontro se deu em clima de tensão. Os militantes que estavam no Brasil alegavam a necessidade de recuo, advogavam o fracasso da perspectiva armada e defendiam teses próximas à POLOP, de maior trabalho junto às fábricas. Já os militantes exilados mantinham a ideia da necessidade da luta armada. O primeiro grupo denominou-se *MR-8 Direção Geral* (MR-8 DG), o segundo *MR-8 Construção Partidária* (MR-8 CP). Daniel Aarão Reis definiu as posições que ele e Vladimir Palmeira, do MR-8 CP, defendiam,

Na verdade, havia uma autocrítica em curso né [...] Fui eu inclusive quem redigia a linha política do MR-8 CP, com o Vladimir [Palmeira]. Já tem uma visão bem mais nuançada, mas a rigor não é uma autocrítica radical. A gente não fez uma autocrítica, porque a gente está muito naquela ideia de ressaltar os aspectos positivos. Mais ou menos o movimento que houve no debate: ressaltar os aspectos positivos do lance. Houve o enfrentamento... houve um desvio militarista grave, um vanguardismo grave, mas a luta armada é um princípio que não pode ser abandonado. Como fazer a luta armada? Não sabemos. O momento atual é organizar, é... Agora, a gente não excluía mesmo no momento atual a propaganda armada. Isso, o pessoal do 8 DG ficava exasperado: “você não sabem como está a situação no Brasil. Você vai fazer ação de propaganda armada e você cai no dia seguinte” [...] o próprio fato de organizar o MR-8 CP já era um indicio delirante de vanguardismo.⁴⁰⁷

O MR-8 CP não teve continuidade, dispersou com o golpe de 1973, no Chile. Já o MR-8 DG, que contava, entre outros, com Franklin Martins, conseguiu se estruturar. Editava

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 285.

⁴⁰⁷ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112, transcrição p. 52-53.

no exterior a revista *Brasil Socialista* – conjuntamente com outras organizações – pioneira no debate autocrítico da luta armada no Brasil. Em 1979 esse MR-8 realiza seu segundo Congresso. Ainda sob a Ditadura o MR-8 passa a atuar no interior do MDB/PMDB. A organização manteve-se com ala interna daquele partido no colégio eleitoral, apoiando chapa Tancredo e Sarney.

Durante os anos de 1990 o MR-8 criticou a política neoliberal de FHC. Quando da eleição do PT, com Lula na cabeça de chapa, em 2002, a posição do MR-8 foi de apoio.⁴⁰⁸ Em 2008 o MR-8 se retira do PMDB e, no ano seguinte, se mobiliza para a criação do *Partido Pátria Livre* (PPL), que conseguiu registro eleitoral em 2011. Em 2018 PCdoB e PPL anunciaram a incorporação do segundo pelo primeiro, já que o PPL não atingiu a *clausula de desempenho* nas eleições daquele ano, o processo conclui-se no ano de 2019.

Nesse capítulo buscamos evidenciar as continuidades e rupturas entre o PCB e seus diversos *rachas*. Boa parte das organizações surgidas do *Partidão* seguiram em maior ou menor medida a compreensão que aquele partido tinha da sociedade brasileira, como PCdoB e suas dissidências. Mesmo ALN e PCBR, que ensaiaram uma ruptura maior, ainda se mantiveram bastante próximos à sua matriz originária. A diferença entre PCB e seus *rachas*, como ficou claro, era a adesão à luta arma. A DI-GB/MR-8, nesse contexto, foi a organização que se diferenciou mais claramente do PCB. Negou o que houvesse no país algo como “resquícios feudais” e, também, propunha o caráter socialista da Revolução Brasileira.

No próximo capítulo buscaremos reconstruir as trajetórias das organizações que tiveram sua origem na ORM-POLOP. Com isso, além de realizarmos o levantamento dos trabalhos sobre essas organizações, buscaremos situar o leitor naquele contexto onde surgiam e desapareciam, na mesma velocidade, diversas organizações que propunham a luta armada.

⁴⁰⁸ CAMURÇA; AARÃO REIS, 2007, p. 138-145.

3 A FRAGMENTAÇÃO DAS ESQUERDAS NA DÉCADA DE 1960: A POLOP

[...] O capitalismo no Brasil, como em todos os países atrasados, não tem futuro. E o que cabe à classe operária é lutar por um programa de transição para o socialismo.

Luiz Alberto Moniz Bandeira

No capítulo anterior abordamos as organizações oriundas da tradição comunista do PCB. Nesse momento pretendemos focar a tradição que rompeu mais frontalmente com a hegemonia marxista do *Partidão* na década de 1960. Lembremos, que a AP, apesar de disputar – competitivamente – fatias da esquerda, em sua origem, não fazia parte da tradição marxista, sendo parte da esquerda católica. Como já afirmamos, o trotskismo já existia no Brasil, desde os anos 1930, nunca se constituindo como força expressiva. Os *comunistas do Brasil* (PCdoB), apesar da ruptura com os *comunistas brasileiros* (PCB), se mantiveram muito próximos da sua matriz. A *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP) foi, nesse sentido, uma importante alternativa à esquerda do PCB.¹

No capítulo que apresentamos agora, que se revela como continuidade do anterior, abordaremos os grupos de origem polopistas. Trataremos das seguintes organizações: POLOP, COLINA, VPR, VAR-Palmares e POC. O Partido Operário comunista foi inserido neste capítulo, a despeito de sua origem “híbrida”, parte da DI-RS, outra parte dos remanescentes do IV Congresso da POLOP. Isso se deveu pelo motivo de a orientação polopistas ter sido preponderantes nas formulações do POC, inclusive, posteriormente, seus militantes buscaram resgatar a tradição daquela organização.

3.1 A POLOP e a revolução socialista no Brasil.

Necessário que se contraponha à política de exploração das classes dominantes, uma política operária independente, sob cuja bandeira virão alinhar-se todas as classes

¹ Como é bem sabido o nome da organização é *Organização Revolucionária Marxista, Política Operária* foi o nome do jornal que seus militantes editavam. Contudo, assim como boa parte dos pesquisadores e ex-militantes, preferimos utilizar somente POLOP para nos referirmos à organização.

oprimidas, a fim de lançar bases de um Brasil Socialista.

Resoluções do 2º congresso da POLOP – 1963

Mesmo não tendo participado de ações armadas, a POLOP deu origem a organizações reconhecidas pelo seu *militarismo*: COLINA, VPR, VAR-Palmares e, em menor grau, o POC. A POLOP, depois de 1967, passou por diversos *rachas* e “renasceria” em inícios de 1970. Muitos estudos têm sido desenvolvidos sobre sua trajetória. Muitos deles abarcam o período anterior à sua fundação formal até sua “refundação”, na década de 1970. Alguns trabalhos buscam compreender a trajetória e idiossincrasias da organização, outros enfocam o debate teórico com o PCB ou, de maneira mais ampla, com o marxismo. Por esse motivo a POLOP se mostra como uma das organizações mais instigantes da década de 1960.²

² Para o levantamento bibliográfico relativo à POLOP buscamos evitar a repetição de textos, já que alguns autores possuem versões similares de alguns de seus escritos, quando desse caso, optamos pela versão completa, em detrimento das versões parciais. O levantamento encontrou os seguintes resultados: duas teses (DAHÁS, 2015; OLIVEIRA, 2015); oito dissertações de mestrado (BORGES, 2017; CORRÊA, 2014; LEAL, 1992 [não tivemos acesso]; NOBERTO, 2015; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2015; TORRES, 2013; VIEIRA, 2015); uma monografia de conclusão de curso (FONSECA, 2018); cinco capítulos de livro (AARÃO REIS, 2007a; COELHO 2014 e 2019; LEITE, 2015; MATTOS, 2007); três artigos e um trabalho em anais de evento (COELHO, 2020; COELHO; SANTOS, 2011; MONIZ BANDEIRA, 2017 e SALES, 2013); uma biografia (JOSÉ, 2008); um livro de memórias (SALINAS, 1988); a POLOP teve muitos documentos publicados em livros (por exemplo, ARRÃO REIS; SÁ, 1985; CARONE, 1984; FREDERICO 1987, 1991 e 2010), no entanto gostaríamos de destacar a brochura produzida pelo Centro de Estudos Victor Meyer (CEVM, 2009) que reúne documentação relevante da POLOP. No site do CEVM (<http://centrovictormeyer.org.br/>) é possível ter acesso à grande maioria da documentação que compõe o livro, além de muitas fontes (escritos de militantes importantes da POLOP, edições do jornal *Política Operária* entre outros), sendo um importante local, de acesso livre, para pesquisas sobre a organização. OBS: Agradecemos ao pesquisador Leovegildo Pereira Leal pelo retorno de nosso contato, infelizmente, devido a pandemia de covid-19, o livro baseado em sua dissertação, não chegou a nós em tempo. Cf.: AARÃO REIS, Daniel. Classe operária, Partido de quadros e Revolução socialista: o itinerário da Política operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 53-72, 2007a. (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. III); BORGES, Rodrigo dos Santos Borges. *A trajetória da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017; CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (CEVM). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador, 2009; COELHO, Eurelino. A POLOP e a crítica das armas (1962-1967). *Revista História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 13-32, março, 2020; COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.); VEJA, Rubén (org.). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 193-222, 2014; COELHO, Eurelino. Resistência fora do eixo: a POLOP e luta contra a ditadura. In: BATISTA, Alexandre Blankl et al. (org.). *Estado, poder e revolução: reflexões e um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, p. 149-170, 2019; COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 26, 2011, São Paulo, *Anais eletrônicos*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANPUHI.pdf. Acessado em: 04 set. 2019; CORRÊA, Lucas Andrade Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2014; DAHÁS, Nashla. *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento*

Em 24 de julho de 1960 circulava, no meio socialista e comunista, um panfleto convocatório. Logo em seu início trazia os seguintes dizeres:

Companheiros,

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos "Partidos Operários", ou à "esquerda", como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC[B] falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores.³

político, história e memória nos anos de 1960 e 1970. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015; FONSECA, Guilherme Pereira. *A crítica à estratégia democrático-nacional nas formulações da Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária): do surgimento da Polop até o golpe de 1964*. Monografia (bacharelado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018; JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do mar cinzento*. Terceira Parte: Victor Meyer, um revolucionário. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008; LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992; LEITE, Isabel Cristina. *Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 36-55, 2015; MATTOS, Marcelo Badaró. *Em busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 197-226, 2007; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Notas sobre a POLOP e Eric Sachs*. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 188, p. 01-37, janeiro, 2017; NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015; OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. 2007. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007; OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés. A formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um Partido Contra a Corrente: Teses e Disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Freira de Santana, 2015; SALES, Jean Rodrigues. *A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960*. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº 48, p. 313-334, jan.-jun., 2013; SALINAS, João Roberto. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988; TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória: notas para um estudo sobre o caso organização Política Operária (POLOP)*. Dissertação (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2013; VIEIRA, Amarildo Aparecido. *POLOP: imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

³ CEVM, 2009, p. 21.

O texto, “*Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*”⁴, teve autoria de Eric Czaczkes Sachs – também conhecido como Ernesto Martins.⁵ Nesse texto já é possível depreender algumas das ideias que permearam a trajetória da organização. Em primeiro lugar, o rompimento com a tradição de alianças com a burguesia – naquele contexto, o PCB que esposava essa tese –, segundo o documento: “A longo prazo há mais comunhão entre o mais reacionário e o mais radical dos partidos burgueses, do que entre estes e o partido proletário”.⁶ Outro fundamento que marcaria a POLOP – e já se anunciava nesse documento – era a necessidade de formar uma organização e, posteriormente um partido, de “quadros” – ou seja, seus militantes deveriam ter uma boa formação teórica e política para poder atuar na realidade. Ainda reivindicavam a necessidade do “centralismo democrático”, mas isso nada tinha a ver com o burocratismo – numa crítica indireta ao PCB. Ainda afirmavam que seu objetivo era fazer com que a classe operária deixasse de ser uma “classe em si” – existência objetiva –, para ser uma “classe para si” – conscientização de seus interesses e deveres históricos –, para que isso ocorresse seria importante o papel desenvolvido pela vanguarda.⁷

O congresso de fundação ocorreria durante o carnaval do ano seguinte, 1961, na cidade de Jundiaí/SP. A *Organização Revolucionária Marxista* acabou por aglutinar diversos dissidentes do comunismo representado pelo PCB. Contudo, podemos dizer que três alas distintas acabaram por formar o grosso de sua militância.

Um primeiro grupo era egresso da *Liga Socialista Independente* (LSI), formada em 1956 e liderada por Hermínio Sacchetta – militante com passado ligado ao trotskismo, mas sem mais contatos, naquele momento, com a IV Internacional (trotskista). Era uma organização *luxemburguesa* (orientada pelas teses de Rosa Luxemburgo), ou seja, uma organização horizontal – em oposição ao *centralismo democrático*. A LSI teve atuação circunscrita ao estado de São Paulo e aos meios universitários. Diversos militantes da organização vieram a se tornar, posteriormente, importantes teóricos marxistas, entre eles:

⁴ CEVM, 2009, p. 21-32.

⁵ Éric Sachs nasceu em Viana, em 1922, foi um dos principais dirigentes e teóricos da POLOP. Teve experiência na militância política na Europa, antes de imigrar para o Brasil, fato ocorrido em 1939. Algumas informações biográficas podem ser consultadas em: MEYER, Victor. Acerca do autor e sua obra: Ernesto Martins, Eric Czaczkes Sachs. In: SACHS, Éric. *Qual a Herança da revolução russa e outros textos*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988. Reproduzido no site; <<http://centrovictormeyer.org.br/>> Acessado em 30 jun. 2020. O texto redigido por Victor Meyer foi duramente criticado por Moniz Bandeira (2017). O ex-dirigente/fundador da POLOP afirma que Meyer exagerara na influência de Eric Sachs sobre a organização e desconsidera a contribuição fundamental de outros militantes, tais como, Ruy Mauro Marini, Michael Löwy, Teothônio dos Santos e ele próprio nas formulações da POLOP.

⁶ CEVM, 2019, p. 22.

⁷ CEVM, 2009, p. 22-23

Michael Löwy, Luiz Alberto Muniz Bandeira, Paul Singer, Maurício Tragtenberg e os irmãos Emir e Éder Sader.⁸ Löwy, durante uma palestra, rememorou a formação da LSI, segundo o sociólogo,

Eu militava numa pequena organização – pequena não é bem o termo, é minúscula – mas que tinha algumas figuras interessantes. A organização se chamava Liga Socialista Independente e seus fundadores se chamavam: Hermínio Sacchetta, velho militante comunista dos anos 30; Paulo Singer; Maurício Tragtenberg; os irmãos Sader, Éder e Emir e alguns outros. E a santa padroeira desse grupo se chamava Rosa Luxemburgo, nós éramos um grupo luxemburguista, uma coisa muito exótica no panorama da esquerda brasileira dos anos 50.⁹

Outro grupo era originário da *Juventude Socialista* (JS), filiada ao PSB.¹⁰ Essa ala era liderada por Moniz Bandeira e Eric Sachs. Ambos militantes, sob forte influência do marxismo, valiam-se da estrutura do PSB para cooptação de outros militantes. Como afirma Sérgio Oliveira, “a JS foi utilizada como uma ‘cobertura legal’ para um grupo de ativistas cujas pretensões políticas ultrapassavam em muito os limites impostos pelo moderado PSB”.¹¹

O terceiro grupo vinha da *Mocidade Trabalhista* (MT) do PTB, especialmente os militantes de Belo Horizonte/MG. Ali o discurso brizolista – à esquerda do restante do PTB – influenciou a juventude do partido. A MT teve atuação em movimentos populares da região. Seus militantes foram, àquela altura, os mais influenciados pela Revolução Cubana e professavam o discurso mais radical, em relação as outras duas alas. Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini¹², futuros teóricos da *Teoria Marxista da Dependência*, fizeram parte da MT e, a partir de 1961, da POLOP.¹³

Ressaltamos, contudo, que nenhum dos três grupos aderiu de maneira formal à ORM-POLOP. Alguns militantes foram atraídos pelo documento redigido por Eric Sachs. A LSI,

⁸ OLIVEIRA, 2016, p. 19.

⁹ LÖWY, Michael. *Michael Löwy – A teoria da revolução no jovem Marx*. TV Boitempo. Mountain View: Google, 2012 (1h 18min e 45s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZWaWiFdr2kI&t=1580s>> acesso em: 18 de setembro de 2020.

¹⁰ Ressaltamos que, atualmente, a juventude do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) que se intitula *Juventude Socialista* (JS), a juventude do PSB denomina-se, nos dias atuais, *Juventude Socialista Brasileira* (JSB).

¹¹ OLIVEIRA, 2016, p. 20.

¹² Lembramos que Marini militou, também, pela JS.

¹³ OLIVEIRA, op. cit., p. 21.

com aproximadamente 20 membros, “forneceu”, provavelmente, cinco militantes ou menos. O mesmo se passou com MT e JS, organização consideravelmente maiores.¹⁴

A POLOP definiu sua “identidade política”, em grande medida, na *oposição à esquerda* do PCB. O *Partidão* não demorou em lhe qualificar com o pior adjetivo possível à época, segundo o partido, a POLOP se tratava de uma organização trotskista. Injustiça dos comunistas brasileiros. Certamente os polopistas tinham influências do trotskismo, mas seu repertório teórico extrapolava a relação binária “marxismo-leninismo” (stalinismo) vs. trotskismo, “iam de Rosa Luxemburgo a Trótski [Trotsky] e Bukhárin, passando por influências menos conhecidas por aqui, como Brandler e Talheimer”.¹⁵

A POLOP, desde sua fundação advogou o caráter socialista da Revolução Brasileira. Não é certo, porém, qualificar como “inovação teórica” a formulação polopistas. Luiz Alberto Moniz Bandeira, ainda em 1957, escreveu importante artigo – do qual retiramos nossa epígrafe –, “*O caráter socialista da Revolução no Brasil*”¹⁶, na revista *Novos Rumos*. Posteriormente as ideias do artigo foram expandidas e aprofundadas no livro “*Caminho da revolução brasileira*”¹⁷, de 1962. Ambos textos advogam o caráter socialista – que era defendido, também, pela POLOP – da Revolução Brasileira. Em escrito de 2017, o próprio Moniz Bandeira critica essa suposta “vanguarda teórica” da organização, que seu companheiro Eric Sachs reivindicava. Sobre esse tópico afirmou que,

A teoria sobre o caráter socialista no Brasil, que defendi em artigo na revista **Novos Tempos**, em 1957, não era nova, muito menos original da POLOP. Era a essência da doutrina de todas as tendências trotskistas, que surgiram e se organizaram no Brasil, quando a dissidência do PCB, ocorrida entre 1928 e 1930, constituiu-se, em 1931, como Liga Comunista Internacionalista, com a participação de Mario Pedrosa, Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Benjamin Péret (poeta surrealista francês então no Brasil), Aristides Lobo, entre outros, e ligada diretamente à Oposição de Esquerda. Não é absolutamente certo afirmar que “fomos (POLOP) os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação” (Ernesto Martins [Eric Sachs]).¹⁸

Isso não tira o fato que, para as organizações de luta armada, a POLOP seria a grande propagadora da revolução socialista, seja para suas cisões, seja para o DI-GB/MR-8, que foi

¹⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 153.

¹⁵ MATTOS, 2007, p. 197.

¹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O caráter socialista da revolução no Brasil. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, p. 139-143, 2019.

¹⁷ MONIZ Bandeira, Luiz Alberto. *O Caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Mello, 1962.

¹⁸ MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 23 (**grifos no original**).

muito influenciada pelas teses polopistas. Também é relevante, para o debate no seio do marxismo, a introdução de novos autores marxistas e a inauguração de alguns debates, até então, inéditos no país. Como ressaltou Marcelo Badaró Mattos, apesar da organização não ter alcançado seus objetivos políticos, sua influência sobreviveu ao seu desaparecimento “influenciando debates posteriores”.¹⁹

De volta ao início dos anos 1960, a POLOP engrossava as fileiras de descontentes com a linha política do PCB. A organização foi local propício e fértil na crítica ao presidente Jango. Infelizmente para POLOP, como para outras parcelas da esquerda radicalizadas, o plano de *aliança com a burguesia nacional*, do *Partidão*, parecia materializado com o governo de Goulart.

A POLOP teve, antes do golpe civil-militar, três congressos. O primeiro, onde ocorreu a fundação da organização. O segundo teve lugar no início de 1963. O terceiro aconteceu dias antes do golpe de 1964. Do congresso ocorrido em 1963 tivemos acesso às resoluções, “*diretrizes para uma política operária: resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963*”.²⁰ O documento traz a denúncia da política de “colaboração classista” encabeçada pelo PCB. A organização propunha “[...] a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país” que poderiam, conseqüentemente, substituir o atual governo por “um Governo Revolucionário dos Trabalhadores”.²¹

O documento defende, como em outros textos, a organização dos *revolucionários* para formação de um partido *realmente* operário, mas não se chegou a proclamar-se como tal. Avessos ao burocratismo de corte soviético – que supunham o PCB ser o mais legítimo representante – afirmavam que,

Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe — e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido.²²

¹⁹ MATTOS, op. cit., p. 222.

²⁰ CEVM, 2009, p. 33-46.

²¹ *Ibidem*, p. 33.

²² *Ibidem*, p. 34.

Depois de passarem pela análise da situação internacional, onde identificavam a crise geral do capitalismo e, como saída, o regime socialista, o documento se volta para a análise do movimento operário. Nesse tópico ratificam posições anteriores – a saber – transformar a classe trabalhadora de uma “classe em si” para uma “classe para si”. Nesse sentido, a POLOP afirmava que

A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a POLOP, em tais circunstâncias, consiste na cooperação com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa Frente Revolucionária de Esquerda, e orientar a luta comum no sentido de opor à "frente única com a burguesia nacional" uma *Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*, como palavras de ordem de um futuro movimento de massa de caráter de classe.²³

A organização tinha posições fortemente contrária aos sindicatos oficiais, ligados ao Ministério do Trabalho. Propunha a revogação da contribuição sindical obrigatória. Além disso, eram favoráveis ao amplo e ilimitado direito de greve e independência dos sindicatos em relação a pasta do Trabalho.²⁴ A POLOP, como a esquerda em geral – PCB, PCdoB e AP –, assistiram o golpe *bestializados*.

Contudo, não é despropositado pensar que, os polopistas – assim como as organizações *à esquerda* do PCB – imaginavam crescer e receber alguns militantes desiludidos com a derrota do *nacional reformismo* encabeçado por Goulart e apoiado pelo *Partidão*.²⁵ Apesar de nunca ter negado a luta armada, demonstrando simpatia pela Revolução Cubana, a POLOP mantinha-se muito ligada ao “modelo insurrecional” – como a Revolução Russa. Segundo Maria do Carmo Britto, isso mudou a partir do golpe. A ex-militante da POLOP afirma que tentaram se juntar a rebelião dos marinheiros, que fracassou. Para ela, “[...] perdida a tal chance de começar a guerrilha logo em [19]64, entremos no ritmo das dissidências todas[,] que é tentar estruturar, aí começou a influência da Revolução Cubana aumentar, elementos do Debray, aí a história vai ficar igual”.²⁶

A POLOP não chegou a realizar nenhuma ação nessa primeira fase. Isso, provavelmente deve ter influenciado a escolha de alguns de seus militantes por outras organizações que pregavam a luta armada imediata. Segundo a própria Maria do Carmo os

²³ CEVM, 2009, p. 40-41 (*grifos nossos*).

²⁴ *Ibidem*, p. 41.

²⁵ AARÃO REIS, 2007a, p. 59.

²⁶ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 13.

militantes da POLOP eram “insuportáveis, eu tava dentro eram extremamente arrogantes, estou me incluindo, arrogantes, tinham o rei na barriga, sabiam tudo, o resto era tudo reformista, revisionista, chatos, não era um grupo que pudesse crescer”.²⁷ Depoimento semelhante deu o militante da ALN, Paulo de Tarso Venceslau, para ele os militantes da POLOP eram “doutrinarias. Mas o termo nem era doutrinarias, era um certo elitismo deles mesmo, entendeu? Eram muito elitistas, na própria militância do Movimento Estudantil. Quer dizer, Não punha a mão na massa [...]”.²⁸ Daniel Aarão Reis sintetizou o problema ao afirmar, “a teoria e a prática – entre esses polos, debatia-se a Polop. Quando lidos, os textos pareciam teoricamente sólidos. Mas, na *passagem* para a prática social, havia uma espécie de emperramento, como se as engrenagens, acionadas, não funcionassem”.²⁹

Quando do golpe, tetaram verter-se, imediatamente, em organização armada. Uma tentativa de iniciar esse movimento ficou conhecida como “*Guerrilha de Copacabana*”, desarticulada antes mesmo de virar realidade. A POLOP passou a defender a luta guerrilheira, até mesmo o *foco*, como uma forma de “aceleração” da luta política. Mas isso deveria, ao menos em tese, existir em função da luta política.³⁰

Entre os anos de 1965-67 a POLOP tentou se estabelecer no meio operário. Contudo, teve melhores resultados – como a maioria das esquerdas armadas – entre os estudantes universitários. Quando de seu IV Congresso, em 1967, houve o início das dissidências internas. O documento resultante do encontro foi o “*Programa Socialista para o Brasil*”.³¹

O documento era a síntese da evolução das concepções da POLOP. O texto inicia-se com uma análise da situação do capitalismo no mundo e no Brasil. No que diz respeito a realidade nacional destaca-se a contrariedade com as teses que dominaram na história do marxismo no país, afirmavam que o Brasil da época era “[...] um país capitalista industrial [...] No campo acelerou-se a penetração das relações capitalistas. O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial agrária e financeira”.³² Parágrafos a seguir concluíram,

²⁷ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 16.

²⁸ VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 113-15, transcrição p. 19.

²⁹ AARÃO REIS, 2007a, p. 61.

³⁰ LEITE, 2015, p.40; MATTOS, 2007, p. 207 e 215.

³¹ ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP). Programa Socialista para o Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-116, 1985.

³² POLOP, 1985, p. 99.

baseados na crise geral do capitalismo, na dominação imperialista, na impossibilidade de aliança com a burguesia, que, “a revolução brasileira só poderá ser socialista”.³³

No final do documento há uma avaliação de como se desenvolveria a luta revolucionária no país, a influência das teses foquistas é notável: “iniciando-se com poucas e isoladas forças. Com que conta a vanguarda operária, irá crescendo à medida que for alcançando as primeiras vitórias contra o exército[...]”,³⁴ ainda que afirmassem que o foco deveria estar inserido dentro da luta política.

Após o Congresso de 1967 ocorreram dois *rachas* na organização, que levaram metade dos militantes a deixarem a POLOP. O setor de Minas Gerais, que já vinha demonstrando insatisfação com o Comando Nacional (CN) da organização rompe e formam a “O.” (ó pontinho), que viria a adotar o nome de Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Os militantes mineiros tinham concepções bastante influenciadas por Debray.³⁵ Em São Paulo estourou mais um *racha*. Esse integrado por ex-militantes do PCB e uma importante ala de militares de baixa patente, nacionalistas, influenciados por Brizola inicialmente – inclusive alguns participantes da *Guerrilha do Caparaó*.

Os militantes que restaram na POLOP organizaram uma fusão com a Dissidência do PCB do Rio Grande do Sul. Dessa junção surgiria o partido vislumbrado pelos documentos da POLOP, o *Partido Operário Comunista*. Em 1970, dissidente do POC, críticos do militarismo e pregando um retorno ao trabalho de massas criaram a *Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária* (OCML-PO, ou PO), a organização reivindicava o passado da POLOP, reeditou o jornal *Política Operária*. A PO teve inserção nos partidos legais durante a Ditadura, notadamente o MDB e PT até seu desaparecimento no interior desse último, durante os anos 1980.³⁶

3.2 Comandos de Libertação Nacional – COLINA

[...] a ditadura militar implantada em 1964, pelo seu significado histórico, implica em que a luta armada é a única forma consequente de dar

³³ POLOP, 1985, p. 103.

³⁴ *Ibidem*, p. 115.

³⁵ AARÃO REIS, 2007a, p. 60.; LEITE, 2015, p. 44-45.

³⁶ AARÃO REIS, 2007a, p. 66.

*continuidade à luta política do povo brasileiro,
no nível que ela atingiu hoje no Brasil.*

Organização [COLINA], abril de 1968.

Os *Comandos de Libertação Nacional* (COLINA) foram uma organização de duração quase efêmera, se contarmos, inclusive, o período que se denominava *O.*. Contudo, acabou por se tornar famosa já que alguns de seus militantes ganharam destaque na vida política do país, notadamente, a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff. Porém, dentro do campo de pesquisa das esquerdas armadas, os COLINA tem sido pouco abordado pelos estudiosos.³⁷

As distensões entre os dirigentes nacionais da POLOP e suas bases mineiras iniciaram-se em 1966. O mais surpreendente foi o motivo: dois militantes Carlos Alberto Soares de Freitas e Guido Rocha, em uma carta aberta aos dirigentes, afirmavam que o atual momento da luta pela Revolução Brasileira deveria ser em torno de uma *Assembleia Nacional Constituinte Popular*. A tese foi assimilada pela cúpula polopistas – Eric Sachs, em especial – como reformismo, muito próximo às teses do PCB. Os dirigentes da POLOP agiram no sentido “educar” (enquadrar) suas bases. Passaram a enviar semanalmente documentação sobre a história do movimento operário, marxismo e outros temas, afim de que as bases mineiras discutissem e se reorientassem para posições *revolucionárias*. Ainda houve, naquele ano, discussões entre a seção mineira e os militantes do CN sobre a falta de recursos destinado à capital mineira, o que prejudicava a ação das bases da POLOP no estado.³⁸

³⁷ Em nosso levantamento bibliográfico não encontramos estudos que tivessem, como objeto os COLINA, com exceção da dissertação e um capítulo de livro, ambos de Isabel Cristina Leite (respectivamente, 2009 e 2015) e um livro memorialístico de Maurício Paiva (1986). Encontramos estudos que, lateralmente, abordam a trajetória dos COLINA (tais como TELÓ, 2019a e 2019b). Cf.: LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; LEITE, Isabel Cristina. *Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 36-55, 2015; PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986; TELÓ, Fabrício. *Campesinos, emociones y tentativas de resistencia armada a la dictadura empresarial-militar de Brasil*. *Polis Revista Latinoamericana*, nº 53, p. 14-26, 2019a; TELÓ, Fabrício. *Organizações revolucionárias e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b.

³⁸ LEITE, 2015, p. 40-41.

A proposta de *Assembleia Nacional Constituinte Popular*, contudo, não foi bem vista por todos militantes mineiros da POLOP – especialmente Herbert Daniel e Ângelo Pezzuti, naquele momento, já partidários do desenvolvimento imediato da luta armada. No ano seguinte, 1967, o livro de Debray chegava às mãos dos militantes da POLOP de Minas Gerais. Mais uma vez as bases mineiras contestavam as orientações do CN, acusando-os – principalmente a Eric Sachs – de “socialistas de cátedra”; desvios *obreiristas*, entre outros epítetos pouco amigáveis. Tudo isso serviu de combustível para *detonar* o *racha* do IV Congresso que ocorreu em setembro daquele ano.³⁹

Mesmo que a direção da POLOP tenha vencido o Congresso de 1967, aprovando seu *Programa Socialista para o Brasil*, onde havia abertura para defesa da luta armada, não evitou que os militantes mais radicalizados da organização a deixassem. Isso já ficaria evidente na estreita margem da vitória para aprovação do programa, 16 votos favoráveis e 14 contrários.⁴⁰ Os dissidentes da POLOP em Minas Gerais avaliaram a possibilidade de união com outras forças revolucionárias em São Paulo (dissidentes da POLOP e remanescentes do MNR) e da Guanabara (DI-GB), o que acabou por não ocorrer.⁴¹

O *racha* foi tornado público por meio de uma “*Carta aberta aos Revolucionários*”, onde os dissidentes polopistas esclareciam suas diferenças com sua antiga organização, segundo o documento: “Enquanto a direção nacional tem seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas”.⁴²

É tradicional a qualificação dos COLINA como uma organização de tipo *militarista*. Porém, os dissidentes mantiveram a tradição da POLOP de oferecerem um curso sobre marxismo aos seus militantes. A organização manteve também uma revista, voltada aos problemas teóricos do marxismo, chamada *América Latina* e um boletim voltado ao público operário, chamado *O Piquete*.⁴³ Isso, em certa medida, evidencia que os militantes buscavam sustentar suas posições teoricamente, ao contrário de certa visão condescendente da esquerda armada como “jovens desatinados”. Fernando Pimentel, que fez parte dos COLINA do início até a fusão na VAR-Palmares afirma,

³⁹ LEITE, 2015, p. 42-43.

⁴⁰ GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 68.

⁴¹ LEITE, 2015, p. 44-45.

⁴² REVOLUCIONÁRIO QUE ROMPEM COM A POLOP *apud* GREEN, 2018, p. 68.

⁴³ GREEN, op. cit., p. 72-73.

Eu me lembro na COLINA, que era uma organização, embora, com características político-militares, ela tinha um clima interno muito propício ao debate, à polêmica, pois eram todos quadros estudantis. Nós tínhamos preocupações com as coisas que estavam rolando no mundo: Guerra do Vietnã, a questão da Tchecoslováquia em [19]68, que nos chocou muito.⁴⁴

Nesse sentido, os COLINA foram bastante tradicionais, uma organização com a maioria de quadros oriundos do meio estudantil-universitário.⁴⁵ Essa origem social seria o embrião das contradições que os próprios *revolucionários* encontravam, ou seja, de unir sua *orientação teórica* com a *prática política*. Questão enfrentada, a bem da verdade, pela maioria das organizações de esquerda armada; *como compatibilizar sua origem e aproximar-se da classe fundamental?* Esse não era um problema menor, já que essas organizações se propunham a fazer uma revolução “em benefício” do proletariado, falavam em seu nome, eram (ou supunham ser) sua vanguarda. Outro grupo que formou os COLINA – e formaria, também, a VPR – foi um pequeno número de militares de baixa patente, desiludidos nacionalismo revolucionário de Brizola.⁴⁶

A O. teve participação na greve de Contagem, em abril de 1968. Segundo afirmam alguns militantes, o panfleto *O piquete* teria sido responsável por insuflar os trabalhadores a entrar em greve. Outras organizações davam suporte às paralizações em Minas Gerais, notadamente, além dos dissidentes da POLOP, a *Corrente Revolucionária* e AP. Contudo, a greve durou cerca de dez dias, dentro desse período os trabalhadores retomaram seus postos nas fábricas sob a ameaça de demissão.⁴⁷

Naquele mesmo mês foi divulgado um documento da *Organização* – que ainda não havia adotado o nome de COLINA – o texto “*Concepção de luta revolucionária*”,⁴⁸ onde expressavam suas concepções sobre a sociedade brasileira e de luta armada. O documento inicia afirmando que somente a luta armada era capaz de “alijar do poder os representantes de uma classe social [burguesia]”.⁴⁹ Porém, como explicam, a luta armada é possível dentro de algumas realidades específicas, as quais o país, naquela altura, já demonstrava ter.

⁴⁴ PIMENTEL, Fernando da Matta. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, 137-138, transcrição p. 20.

⁴⁵ Segundo os dados de Marcelo Ridenti (2010, Quadro 1, p. 275), 51% dos militantes pertencentes à organização eram estudantes, de fato, o maior índice entre todas organizações analisadas pelo sociólogo.

⁴⁶ GORENDER, 2015, p. 143.

⁴⁷ LEITE, 2015, p. 49; RIDENTI, 2007a, p. 122.

⁴⁸ COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA). *Concepção de luta revolucionária*. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 134-159, 1985.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 135.

Segundo o texto, os revolucionários deveriam se manter atentos aos movimentos de massa; seu nível de consciência; sempre analisando as possibilidades de elevar o grau da luta política. Afirmavam que, “o revolucionário é aquele que, conhecendo essa realidade concreta da luta de classes, procura impulsionar esse processo a um grau superior”, finalizando com, “[...] o revolucionário é aquele que corresponde às aspirações do seu próprio povo em sua luta para libertar-se da exploração e da opressão, em cada minuto das vinte e quatro horas do dia”.⁵⁰

O documento, para além de outros assuntos, tem como objetivo demonstrar que o Brasil é um país maduro para a luta armada. Nesse sentido, a *O.* crítica as posições da POLOP e PCB que não souberam aproveitar os momentos de relativa liberdade da “democracia burguesa”, anterior ao golpe, para organizar os trabalhadores. A crítica à sua matriz, se deu pela sua concepção insurrecional de revolução. Para os dissidentes a luta armada não era apenas o estopim, após a acumulação de forças da luta política. Nesse sentido afirmaram que,

*A luta armada sob forma de guerrilhas, embrião do exército popular e vanguarda política, não é uma insurreição de todo povo brasileiro para a tomada do poder, não é fundamentalmente uma luta militar para o combate ao exército opressor. Seria ridículo pensarmos que o foco guerrilheiro se esgota na luta de um punhado de combatentes bem treinados militarmente e que se desloca para uma região inacessível a fim de derrotar as forças da repressão. A guerra de guerrilhas é a única forma de continuar a luta política de nosso povo sem retrocessos históricos, de maneira consequente. Com os atuais resultados de luta de classes, é a única forma (como vanguarda política) de manter vigente o programa da Revolução e de organizar em torno dele a maioria da população. É a única forma de canalizar, como um impulso na construção do novo poder (o exército popular), todo o potencial revolucionário contido no movimento de massas. Por isso é que afirmamos que a tarefa fundamental dos revolucionários brasileiros é a de organizar, preparar e desencadear a luta armada.*⁵¹

Vemos que a *O.* tentava se afastar do *foquismo debrayista-guevarista* ao afirmar que é “ridículo” pensar que “um punhado de combatentes” poderia desencadear a revolução por meio foco guerrilheiro. No seu entender, a luta armada é a extensão da luta política, funcionando como um “gesto exemplar” da vanguarda política. Naquele momento, e isso é reafirmado ao longo do texto, apesar de haver outras formas de luta, a repressão diminuía seu impacto, por isso, a luta armada se apresentava como como forma consequente de combater a Ditadura e levar a cabo a Revolução Brasileira.

⁵⁰ COLINA, 1985, p. 136.

⁵¹ *Ibidem*, p 138 (*grifos no original*)

A *Organização* defende o caráter socialista da Revolução Brasileira, segundo o documento, “o subdesenvolvimento brasileiro não pode ser superado dentro dos quadros do capitalismo”,⁵² tese próxima as desenvolvidas posteriormente pela TMD. Ainda havia o entendimento de que a Ditadura entraria em crise, já que não tinha como responder aos impasses econômicos vivenciados pelo país. Afirmam que, tanto no Brasil como na América Latina, “*não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico mas de impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo*”.⁵³

Apesar de rejeitarem, de início o *foquismo*, no desenvolver do texto, a *O.* adere mais explicitamente as concepções de Debray, inclusive com citações ao texto “*Revolução na Revolução?*”. A *Organização* justifica essa opção, no seu entender os níveis de repressão não permitiriam um trabalho de massas, por isso “[...] o *Foco Guerrilheiro é a única forma que poderá assumir, agora, a luta armada revolucionária do povo brasileiro*”.⁵⁴

O documento repete, também, argumentos que já vimos serem defendidos por outras organizações, um exemplo disso é a defesa da guerrilha rural. Para a *O.* o campo é onde se manifesta as contradições mais agudas da sociedade brasileira (“o elo mais fraco”), nesse sentido deveriam escolher um local com um conflito fundiário prévio, para facilitar a conexão do *foco* com a população local. As cidades, em contrapartida, são os locais com maior presença do aparato repressivo. A função da luta armada urbana seria, como também já vimos ser argumentado por outros *revolucionários*, o de manter as forças repressivas nas cidade e fornecer dinheiro, armas e militantes para a luta no campo.⁵⁵

A *Organização* chega a defender que a luta armada, nas condições em que se encontrava, precede a luta política. Nesse sentido, a visão da guerrilha e do *foco* é que seriam responsáveis pela criação de simpatizantes, na população, para a luta revolucionária. A maior propaganda do *foco* é a desmoralização da repressão, mostrando que é possível a derrubada do regime. Afirmam que, “todo o movimento de massas será impulsionado pelo pequeno motor dirigente que é o exército guerrilheiro” e, mais adiante que, “o trabalho político, a própria luta [armada] o fará”,⁵⁶ teses essencialmente *debrayistas*.

Apesar dos militantes do futuro COLINA mostrarem-se sensíveis ao trabalho de conscientização política de trabalhadores, o documento de abril de 1968 expressou, talvez, a vontade desses militantes de tomarem a iniciativa do combate à Ditadura. Isso já ocorreria

⁵² COLINA, 1985, p. 139.

⁵³ Ibidem, p. 142 (*grifos no original*).

⁵⁴ Ibidem, p. 143 (*grifos no original*).

⁵⁵ Ibidem, p. 145 e 157.

⁵⁶ Ibidem, p. 154 e 155.

naquele mesmo ano, como ressaltou Gorender, “já em 1968, o COLINA está praticamente envolvido na luta armada. Como se tornou regra, começou pelos assaltos a agências bancárias e ações de captura de armas”.⁵⁷ A *O.* ainda se veria envolta num justicamento desastrado. Cientes da presença do capitão boliviano, Gary Prado – que participou da ação de captura de Che Guevara na Bolívia – na Escola do Estado-Maior do Exército, organizou-se uma ação para seu justicamento. Jacob Gorender narrou a história insólita da seguinte maneira,

No começo da noite de 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Colon (ex-sargento da Polícia Militar da Guanabara) e mais um terceiro integrante do grupo de fogo dirigiram-se, num Fusca cor gelo, à rua Engenheiro Duarte, na Gávea. Ali interceptaram o oficial, abateram-no com dez tiros e levaram sua pasta. Ao abri-la, surpresa esmagadora: o oficial justicado não era Gary Prado, mas Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagem, major da Alemanha Ocidental. O COLINA não podia assumir o terrível engano que silenciou. O episódio permaneceu misterioso, mas hoje não há razão para deixar de esclarecê-lo. Ao erro do militante responsável pela identificação deveu Gary Prado sua sobrevivência.⁵⁸

O segundo semestre de 1968 foi fértil em ações para organização. Em 23 de agosto assaltaram um *jeep* da Secretaria da Fazenda do estado, porém o veículo não continha dinheiro, conforme as informações passadas aos COLINA. Cinco dias depois assaltaram o Banco do Comércio e da Indústria de BH. No mês seguinte houve um assalto ao Banco do Brasil, da cidade de Contagem, provavelmente essa foi a primeira ação assumida pelos COLINA. Ainda no dia 18 de setembro os COLINA alvejaram, com bombas caseiras, a residência do *delegado do trabalho*, Onésimo Viana e do interventor do sindicato dos metalúrgicos, Humberto Porto, de Minas Gerais. A ação teria sido em retaliação as prisões e demissões dos operários que tiveram participação na greve de Contagem. Nessa ação os militantes espalharam panfletos onde os COLINA assumiram a autoria dos eventos.⁵⁹

O ciclo dos COLINA entrou em declínio em janeiro de 1969. Após dois assaltos no dia 19, na cidade de Sabará, distante 13km de Belo Horizonte. Dois militantes dos COLINA foram presos, Ângelo Pazzuti e Erwin Duarte. Por meio de torturas a repressão conseguiu encadear uma série de prisões de militantes da organização. Os militantes que não foram capturados se deslocaram para o estado do Rio de Janeiro, onde deram início ao processo de

⁵⁷ GORENDER, 2014, p. 144.

⁵⁸ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁹ LEITE, 2015, p. 50-51.

fusão com militantes de outras organizações revolucionárias que daria origem à VAR-Palmares.⁶⁰

3.3 Vanguarda Popular Revolucionária – VPR: em dois tempos

Eu vou mandar essa arma de presente ao Onofre [Pinto]. Companheiros, enquanto vocês estão na praia [Congresso da Praianada], só no bla-blá-blá, nós estávamos arrecadando armas pra revolução. Fazer programa não é problema. Se um dia a gente precisar de um programa de partido é só fazer [assaltar] um banco e encomendar a bons professores da USP!

Fala atribuída a Diógenes Oliveira.

A VPR ficou conhecida como uma das organizações mais ativas e relevantes do período 1968-1974. Muitas vezes é tratada como uma organização de verniz militarista que desprezava a teoria. A principal característica da organização, que a difere das dissidências estudantis de matriz pecebista, é a alta presença de militares em suas fileiras. Oriunda da POLOP, a VPR manteve a perspectiva socialista da Revolução Brasileira. A organização tem sido a mais estudada do ramo polopistas, imaginamos que isso decorra de sua imensa quantidade de ações e por ter, entre seus militantes, figuras de destaque como o Capitão Lamarca e o operário José Ibrahim.⁶¹

⁶⁰ GORENDER, 2014, p. 145; LEITE, 2015, p. 51.

⁶¹ Analisar a trajetória das organizações – e militantes – oriundos da POLOP é um esforço de maior complexidade, isto porque, como veremos VPR e COLINA surgem como organizações distintas, em 1969 fundem-se (juntamente com outras organizações) na VAR-Palmares e ainda em 1969 a VPR é refundada. Tendo esse trajeto tortuoso, muitos trabalhos (memórias e biografias) poderiam ser enquadradas em mais de um de nossos levantamentos bibliográfico. Para a VPR o levantamento bibliográfico encontrou o seguinte resultado: um livro (MACIEL, 2006); uma tese (MACIEL, 2009), a tese da autora estuda os militares de esquerda que aderiram a luta armada, contudo, como a VPR foi uma das organizações que mais recebeu militantes oriundos dessa categoria, decidimos incluí-la no levantamento; três dissertações (BREGALDA, 2018; CHAGAS, 2000; MERTZ, 2017); dois capítulos de livro (MACIEL, 2015; QUARTIM DE MORAES, 2003); sete artigos (CHAGAS, 2006a e 2006b; HUR, 2013 e 2014; PEZZONIA, 2014; QUARTIM DE MORAES, 1970; SILVA, 2019); nove biografias (CHOTIL, 2018; GREEN, 2018; JOSÉ; MIRANDA, 1980; LAQUE, 2010; MOTA, 2009; OLIVEIRA, 2010 e 2008; PATARRA, 1992; VIANNA, 2003); nove livros de memória (DANIEL, 1982; DOWBOR, 2000; GUITIÉRREZ, 1999; LUNGARETTI, 2005; POLARI, 1982; REZENDE, 2000; SIRKIS, 2014; VIEGAS, 2004; VIEIRA, 2008). Alguns documentos relativos a VPR podem ser conferidos em diversas

compilações (CARONE, 1984, vol. 3, p. 139-147; SILVA; MACIEL, 2020; VPR, 1985) OBS: A historiadora Carla Luciana Silva deve, ainda nesse ano, publicar sua pesquisa recente sobre a VPR sob o título “*A Revolução da VPR*”, conforme a autora nos informou. Cf.: BREGALDA, Afonso Campos. *Ousar lutar, ousar vencer: Carlos Lamarca – da caserna à luta armada (1960-1971)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018; CHAGAS, Fábio Gonçalves das. *Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968. Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 35, p. 91-100, 2006. CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A vanguarda popular revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000; CHAGAS, Fábio Gonçalves das. *Caminhos da luta armada brasileira em 1968: o caso da VPR. Cronos*, Pedro Leopoldo, v. 10, p. 214-232, 2006; CHOTIL, Mazé Torquato. *José Ibrahim: o líder da primeira grande greve que afrontou a ditadura*. São Paulo: Alameda, 2018; DANIEL, Herbert. *Passagem para o Próximo Sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; DOWBOR, Ladislau. *O mosaico partido: A economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000; GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999; HUR, Domenico Uhng. *Memória e esquecimento: pacto negativo e contrato narcísico guerrilheiro. Psicologia Política*, vol. 14, nº 31, p. 481-498. set.-dez., 2014; HUR, Domenico Uhng. *Memórias da guerrilha: construção e transformação. Psicologia & Sociedade*, 25(2), p. 311-320, 2013; JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980; LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010; LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da Utopia: Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo: Geração Editorial, 2005; MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de esquerda: afirmação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006; MACIEL, Wilma Antunes. *VPR: contra a ditadura, pela revolução*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 96-110, 2015; MERTZ, Clarissa. *Democracia, Direitos Humanos e Ditadura Militar no Brasil: a capilarização da Vanguarda Popular Revolucionária no interior do Rio Grande do Sul por meio da Sociedade Pesqueira Alto Uruguai e a trajetória de Roberto Antonio de Fortini como exemplos de (micro) resistência ao regime ditatorial*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração Direitos Humanos, Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017; OLIVEIRA, Márcio Amêndola de. *Zequinha Barreto: um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; OLIVEIRA, Márcio Amêndola de. *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*. Osasco: Instituto Socialismo e Democracia José Campos Barreto – “Zequinha Barreto”; Sindicato dos Químicos Unificados de Plásticos, Abrasivos e Similares de Campinas, Osasco, Vinhedo e Regiões, 2008; PATARRA, Judith Lieblich. *Iara, reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992; PEZZONIA, Rodrigo. *Entre o “massismo” e o “militarismo”: embates teóricos da luta armada em Fernando Andrade e Jamil Rodrigues. OPSIS*, Catalão, vol. 14, nº. 1, p. 38-59 - jan.-jun., 2014; POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; QUARTIM DE MORAES, João. *Régis Debray and the Brazilian Revolution. New Left Review*, Londres, vol. 59, p. 61-82, jan.-fev., 1970; QUARTIM DE MORAES, João. *VPR: os leninistas e outros*. In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, p. 227-238, 2003; REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar: Memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo: Viramundo, 2000; SILVA, Carla Luciana. *Vanguarda Popular Revolucionária: massas, foquismo e repressão. História debates e Tendências*, Passo Fundo, vol. 19, nº. 3, p. 494-512, set.-dez., 2019; SILVA, Carla Luciana; MACIEL, David. *Orientações, discussões e desligamento de Carlos Lamarca da VPR*. In: *História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 90-102, março, 2020; SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014; VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 222-248, 1985; VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003; VIEGAS, Pedro. *Trajeto rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004; VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008.

A VPR foi oficialmente criada em dezembro de 1968, mas suas origens remontam, ao menos, até o IV Congresso da POLOP, em 1967. Militantes, de São Paulo, descontentes com a inação da organização em desencadear ações armadas *racharam* após aquele Congresso. A VPR, que só receberia esse nome no final de 1968, antes disso era chamada apenas de “Organização”. Foi resultado de uma união entre diferentes grupos que esperavam desenvolver ações armadas. Os dissidentes da POLOP uniram-se aos militantes do extinto *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR) que era apoiado por Brizola e tinha contatos com Cuba.

O MNR era composto por militares de baixa patente que foram, em sua maioria, expulsos do exército após o Golpe de 1964, o motivo foi o envolvimento com a *subversão*. Esse grupo tentou, entre 1966 e 1967 se estabelecer na região do Caparaó (divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo) para desenvolver uma guerrilha rural. Descobertos pela repressão, a guerrilha foi desmantelada antes mesmo de iniciar suas atividades guerrilheiras. Essa derrota prematura afastou a ideia do enfrentamento armado na cabeça de Leonel Brizola, que deixou de trabalhar nesse sentido.⁶² Contudo, os militares cassados, liderados por Onofre Pinto, estavam convictos da necessidade da luta armada e continuaram em busca de outros militantes para desenvolverem suas ações.⁶³ A partir de 1968 é integrado o último grupo que formaria VPR, os operários de Osasco.⁶⁴

O líder da ala militar da VPR, Onofre Pinto, desde a falência do projeto do MNR teve necessidade de manter ações armadas, já que os militantes da organização estavam em situação precária de clandestinidade. Por este motivo, a VPR já realiza ações desde os seus primeiros momentos de existência. Quando houve a união com o grupo oriundo da POLOP, já desencadearam ações de *meios* para construir a infraestrutura da organização. É bom destacar, também, que a união desses grupos se deu menos por aspectos ideológicos e políticos e mais pela necessidade que havia de desenvolver ações armadas.⁶⁵

O grupo de origem militar manteve contato com ex-colegas de farda que ainda habitavam a caserna, o que mais se destacaria era um capitão – muito bem referendado por

⁶² CHAGAS, 2000, p. 29.

⁶³ O MNR nunca foi um grupo marxista, por isso não os incluímos em nosso estudo. Para mais informações a trajetória dessa organização, ver: GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 15-35, 2015.

⁶⁴ RIDENTI, 2007b, p. 120-121.

⁶⁵ CHAGAS, op. cit., p. 30.

seus superiores – do IV Regimento de Infantaria (RI) de Quitaúna, em Osasco, chamado Carlos Lamarca. O “Capitão da Guerrilha”, ainda dentro do IV RI, atuou em favor dos militantes *revolucionários* desviando armamento e munição para seus companheiros de VPR.⁶⁶ Ainda em 1968 os militantes da VPR expropriaram 11 fuzis do Hospital Militar do Exército em Cambuci/SP. O gal. Carvalho Lisboa qualificou a ação como “covarde” e desafiou os “terroristas” atacarem seu quartel. O desafio foi aceito. No dia 26 de junho militantes da VPR carregaram um automóvel com explosivos e o lançaram contra a quartel de Carvalho Lisboa. O soldado Mario Kozël, não vendo os avisos que haviam sido postos no automóvel avisando que o mesmo estava carregado com explosivos, aproximou-se e acabou morto quando da detonação.⁶⁷

A VPR era subdividida em três setores e o comandante de cada setor formava a direção da organização: *setor de logística*, responsável pelas ações armadas urbanas e a manutenção dos militantes clandestinos (dinheiro e armas), comandado por Onofre Pinto; *setor urbano*, responsável pelas *ações de massas*, especialmente com estudantes e operários, comandada primeiro por *Jacques Dias* (codinome) e, posteriormente, por João Quartim de Moraes; *setor rural*, responsável pelo levantamento de áreas para o desenvolvimento da guerrilha, comandada por *Jamil Rodrigues* (codinome de Ladislau Dowbor). Essa tríade de militantes era responsável pelas decisões da organização. Mas, para João Quartim de Moraes, quem detinha o poder decisório real era Onofre Pinto, em suas palavras: “Nós estávamos para o Onofre como o Congresso Brasileiro estava para os generais do alto comando militar nos anos setenta”.⁶⁸

Não demorou muito tempo para que se chocassem as visões distintas dentro da organização, especialmente sobre como deveria se desenvolver a atuação da VPR. João Quartim de Moraes tinha uma formação mais estritamente leninista, por isso mesmo, valorizava as ações junto às *massas*; realçava a necessidade de uma estrutura partidária para elevação do nível de *consciência de classe*. Já os militares tinham concepções *militaristas* – com perdão da redundância. Quartim de Moraes frisava a importância de a organização ter uma formação teórica sólida, um jornal ou revista para divulgação de suas ideias e ações. O militante afirma que sua aspiração de ter uma imprensa clandestina, que seria importante para

⁶⁶ CHAGAS, op. cit., p. 35; MACIEL, 2015, p. 26

⁶⁷ CHAGAS, 2000, p. 38.

⁶⁸ QUARTIM DE MORAES, João. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 095-96, transcrição p. 11.

o setor urbano, era motivo chacota entre seus camaradas. Conforme afirma Quartim de Moraes:

O principal objetivo da organização na cidade era construir uma forte imprensa clandestina. Aí os caras disseram: “É o literato... queria ter sua maquininha para imprimir suas coisas em *offset*”. A briga era mimeógrafo contra *offset*. E os caras tentaram me ridicularizar depois dizendo isso. Que o problema meu era esse: era poder imprimir minhas obras completas com o troço.⁶⁹

Antônio Espinosa, oriundo da ala dos operários de Osasco, tem uma visão bastante negativa da atuação de Quartim de Moraes na VPR,

O Quartim se acha, você vai conhecê-lo na UNICAMP. Ele se acha assim, um Lenin incompreendido, ele se acha magistral, ótimo, genial e gosta de repetir aquelas coisas todas do Lenin, quer dizer, política não têm princípio, aquelas coisas todas e então ele estava preparando isso [um racha], só que ele deu alguns passos muito rápidos, sem nenhuma discussão anterior e acaba sendo expulso.⁷⁰

Anos mais tarde João Quartim de Moraes explicaria qual era seu papel e sua ideia dentro da organização. Segundo ele,

[...] defendi obstinadamente, na futura VPR, que se conferisse caráter prioritário à construção de uma máquina de propaganda que permitisse travar a luta teórica e política com intensidade e impacto correspondentes aos das ações armadas. Onofre [Pinto] objetou-me que isto significaria retornar aos métodos da esquerda tradicional. Essa polêmica, que acabou envolvendo, ao longo do segundo semestre de 1968, praticamente todos os militantes da VPR em formação, convenceu-me de que a superestimação do impacto provocado pelas ações armadas na opinião pública, principalmente entre as massas dos oprimidos, estava conduzindo ao que então chamei, talvez de forma imprópria, de desvio militarista, ao qual contrapus, mais apropriadamente, a posição leninista.⁷¹

Em dezembro de 1968 ocorreu o primeiro Congresso (Congresso da Praianada) da VPR. Ali foi decidido o nome da organização e adotada a perspectiva socialista da Revolução Brasileira, ambas influências de João Quartim de Moraes. Porém, o militante foi expulso das fileiras da VPR, o estopim foi se opor às ações que estavam sendo planejadas pelo conjunto

⁶⁹ Ibidem, transcrição p. 20.

⁷⁰ ESPINOSA, Antonio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 122-123, transcrição p. 13.

⁷¹ QUARTIM DE MORAES, 2003, p. 230-231.

de seus camaradas. Essas consistiam em: o Capitão Lamarca desertar do RI de Quitaúna levando consigo uma quantidade considerável de armamento. Essa ação seria conjugada com atentados a bomba em diversos locais de São Paulo. Para João Quartim de Moraes a organização não poderia arcar com a reação dos militares que recairia sobre a VPR e, também, considerava mais vantajosa a permanência de Lamarca no exército do que sua deserção.⁷²

A ação que Lamarca executaria, fuga com quase 400 fuzis, entre outros armamentos, seria no início de 1969. Mas, quando alguns dos militantes pintavam o caminhão, que deveria ser utilizado para a ação no Quartel de Quitaúna, foram descobertos por forças repressivas, precipitando os acontecimentos. Essas *quedas* abriram um ciclo de prisões de militantes da VPR. Lamarca, contudo, estava decidido a sair do exército e entrar para a luta armada. Um dia após as prisões, o Capitão carregou uma Kombi com 63 fuzis, entre outros objetos, e desertou do exército. A sequência de quedas da VPR se interromperia somente em abril de 1969. Após sua entrada na clandestinidade, Lamarca passou a participar do grupo armado da VPR, realizando diversas ações.⁷³

Em abril foi realizado outro congresso da organização, o objetivo era sua reestruturação após as diversas prisões que tinham sofrido. Fábio da Chagas resumiu o congresso da seguinte maneira,

Durante quatro ou cinco dias de trabalho e contando com cerca de 25 militantes, 20 deles delegados eleitos pelas células, o *Congresso de Abril* transcorreu sem conflitos em torno de posições divergentes porque, segundo relatos, havia consenso em torno das proposições colocadas em discussão e os militantes viviam um momento de forte união. Neste congresso, o termo “foco” foi substituído pela expressão “coluna móvel estratégica”, a qual seria a forma principal de luta, combinando-se com guerrilhas irregulares fora da área estratégica. Definiu-se por um trabalho de massas articulado com a guerrilha urbana e o caráter da revolução que, para a VPR, conforme havia sido proposto no “Congresso da Praianada”, seria socialista. A nova direção da VPR formada por Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Fernando Mesquita, Mário “Japa” e Cláudio de Souza Ribeiro teve como objetivo político imediato a retomada e o aprofundamento dos contatos com os COLINA de Minas e da Guanabara, com o intuito de cristalizar uma fusão para ampliar nacionalmente a luta revolucionária.⁷⁴

⁷² MACIEL, 2015, p. 98.

⁷³ CHAGAS, 2000, p. 55; SILVA, 2019, p. 504.

⁷⁴ CHAGAS, 2000, p. 54 (*grifos no original*).

Em junho de 1969 veio a público o documento “*A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*”,⁷⁵ que expressava, de forma nuançada, posições que mais tarde *Jamil Rodrigues* desenvolveria de maneira mais enfaticamente. O texto expõe a compreensão de como deveria ocorrer o contato entre a *vanguarda* e o *movimento de massas* na primeira fase da revolução. Sem pretendermos realizar uma exegese de todos as teses do texto, os argumentos principais são: a organização revolucionária deve servir à revolução, não a conchavos políticos que desencaminhe a organização do objetivo para o qual fora criada; o papel da vanguarda na “primeira fase da revolução” é mostrar que é possível o enfrentamento da Ditadura e, o argumento mais importante, em nosso entendimento, é que a vanguarda não deveria tentar controlar ou desenvolver o *movimento de massas*, já que seus quadros são numericamente limitados. A organização deveria manter contatos com simpatizante que atuassem no *movimento de massa*, mas deveriam manter seus esforços de evidenciar que a vanguarda armada poderia oferecer uma alternativa de poder. Essa posição é sintetizada na seguinte passagem,

Face essas limitações, vemos que nosso maior problema, como vanguarda armada, é que queremos que as massas participem politicamente sem termos condições, na fase atual, de organizar a sua participação (no sentido de torná-la orgânica). Esta situação nos leva a separar o plano de trabalho *contato e recrutamento* da relação massas-vanguarda armada, sempre na fase inicial.

O contato com as massas nos permite, através de elementos infiltrados clandestinamente nas fábricas, favelas etc., saber o que pensa o proletariado, conhecer seu nível de combatividade, de revolta e de consciência política. *A fim de orientar a nossa política de massas, e não de constituí-la.* Pode nos orientar sobre as posições a adotarmos em relação às massas, mas não pode em instância alguma substituir essa relação, pela sua própria escala reduzidíssima de trabalho. Esse *contato* não é um militante da organização, mas um seu simpatizante, ou mesmo um simpatizante de esquerda armada. A existência desses contatos nas mais diversas camadas sociais (principalmente fábricas, favelas, escolas), aliada a um serviço de Inteligência e Informação bem montado, é que permitirá a realização efetiva da propaganda armada, forma principal de relacionamento com as massas urbanas na primeira fase da revolução).⁷⁶

Atingida por diversas prisões, a VPR decide, em julho de 1969, unir-se com os COLINA. Ambos grupos originários da POLOP que sempre mantiveram diálogo. A união, para além das duas organizações, agregou militantes de outras organizações, alguns militantes da AP, a DDD entre outras. Encerra-se a primeira fase a VPR.

⁷⁵ VPR, 1985.

⁷⁶ VPR, 1985, p. 236 (*grifos no original*).

Porém a união durou poucos meses. Em um Congresso realizado pela VAR-Palmares, em Teresópolis/RJ, a organização *racha* e a VPR é recriada ainda em 1969, no mês de setembro. Porém, a segunda VPR não era fruto, exclusivo, da primeira VPR. Nessa segunda fase militantes oriundo dos COLINA, como o casal Maria do Carmo e Juarez de Brito, formaram a nova VPR. Os motivos do *racha* é de difícil precisão, porém, a fusão feita entre diversos grupos sem um debate prévio aprofundado pode ter contribuído para o ocorrido. Além do mais, o grupo que refundaria a VPR estava convencido da necessidade de desencadear a luta armada no campo imediatamente, enquanto aqueles que permaneceram na VAR advogavam a necessidade de desenvolvimento de uma política de *massas* pela organização.

Após a reconstituição da VPR, Mário Japa (Shizuo Osawa) foi designado para recuperar contatos afim de encaminharem militantes para o treinamento guerrilheiro em Cuba (onde se encontravam Onofre Pinto e José Ibrahim, militantes da organização libertados pelo sequestro do embaixador estadunidense). Maria do Carmo foi deslocada para realizar levantamento de áreas onde pudessem desenvolver focos de guerrilha. No Rio Grande do Sul, por exemplo, chegou-se a desenvolver treinamento militar na região de Três Passos.⁷⁷

Em novembro a VPR realizou o “*Congresso da Tijuca*” onde foi debatida as propostas da organização. As teses de *Jamil* saíram vencedoras. Outro aspecto decidido foi a forma de organização da nova VPR,

Em linhas gerais, o modelo contemplava que a estrutura político-militar da VPR seria formada por combatentes subordinados à hierarquização de comandos e com *Unidades de Combate* com autonomia tática. Estas unidades deveriam conciliar centralização político-estratégica com descentralização orgânica e tática: encaminhar a atividade político-militar autonomamente, subordinando-a ao planejamento estratégico global da VPR.⁷⁸

No ano seguinte, 1970, a VPR passou a destacar diversas Unidade de Combater (UC) para a região do Vale do Ribeira com o objetivo de treinamento militar e posterior desencadeamento da guerrilha. Contudo, no início do mês de março, Mário Japa sofreu um acidente de carro retornando da Região do ABC paulista para São Paulo. Japa, que era

⁷⁷ CHAGAS, 2000, p. 70-71. Caso seja do interesse do leitor, Fábio das Chagas realizou sua tese de doutoramento sobre a luta armada no Rio Grande do Sul, cf.: CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

⁷⁸ CHAGAS, 2000, p. 73.

dirigente estadual da VPR, levava consigo diversos documentos comprometedores, ocasionando sua transferência para o DEOPS.

Com a prisão de Mário Japa, toda a estrutura no Vale do Ribeira teve de ser desmobilizada. Em poucos dias a VPR, juntamente com a REDE e MRT, raptaram o cônsul japonês, Nobuo Okuchi, com vistas a realizar uma troca – no mesmo sentido do embaixador estadunidense. Juntamente com Mário Japa, foram libertados mais quatro militantes. No dia 15 de março já se encontravam no México. Contudo, a ação para manter em sigilo a atuação da organização no Vale do Ribeira foi em vão, apesar de Mário Japa não ter *aberto* o que estava sendo desenvolvido na região. No mês seguinte diversos militantes da VPR sofreram *quedas*, inclusive devido a infiltrados da polícia numa organização com a qual a VPR pretendia desenvolver ações em conjunto (a *Frente de Libertação Nacional* – FLN). O militante Celso Lungaretti, que estivera no Vale do Ribeira é preso e, sob tortura, confessa o que sabe sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas pela organização na região. Outros importantes quadros da VPR são presos em abril de 1970, Juarez de Britto (que comete suicídio ao perceber que seria preso), Maria do Carmo Britto, Ladislau Dowbor, todos da direção nacional da organização.⁷⁹

Ainda em abril de 1970 o Exército chegava ao Vale do Ribeira para acabar com as “atividades subversivas” desenvolvidas pela VPR. Cientes da presença militar na região os militantes da organização dividiram-se em dois grupos para escapar do cerco militar. Um dos grupos conseguiu sem maiores dificuldades. O segundo grupo, do qual fazia parte Lamarca, foi encaçado ferrenhamente pelos militares. Tiveram de enfrentar, diversas vezes, grupos das Forças Armadas, nas quais se saíra, em algumas delas, vitoriosos, noutras empreenderam fuga. Mais de um mês após a chegada dos militares à região, Lamarca e seus companheiros, os que não haviam sido mortos ou presos, surpreendem militares numa viatura do exército, de posse do automóvel, conseguem furar o cerco e chegar à capital paulista.⁸⁰

Em junho de 1970, ALN e VPR efetuaram o sequestro de o embaixador da Alemanha Ocidental Ehrenfried von Holleben. A ação havia sido planejada por Juarez Guimarães Brito, já morto àquela altura. Apesar da resistência dos seguranças do embaixador, a ação foi executada com sucesso. As mesmas exigências do sequestro do embaixador estadunidense

⁷⁹ Ibidem, p. 84-85; GARCIA, 2019, p. 260-261

⁸⁰ Durante a tentativa de fuga do Vale do Ribeira, os guerrilheiros fizeram refém o tenente Alberto Mendes Júnior. Após dias sob guarda dos *revolucionários*, a permanência do tenente se tornou inviável. Não podendo ser libertado, nem continuar com os guerrilheiros, o tenente Mendes foi executado pelo grupo. Sua morte foi usada como ferramenta de propaganda pela Ditadura. Sobre o cerco aos guerrilheiros no Vale do Ribeira, ver: CHAGAS, 2000, p. 86-88.

havia sido feitas, libertação de presos – desta feita 40 – e leitura de um manifesto em rede nacional. Como no sequestro anterior, foram libertados militantes de diversas organizações, na maioria pertencentes a VPR e ALN mas, também, MR-8 (Cid Benjamin, Daniel Aarão Reis, Fernando Gabeira e Vera Silvia Magalhães) e PCBR (Apolônio de Carvalho), todos enviados à Argélia.⁸¹

No segundo semestre de 1970, apesar de conseguir conter as sucessivas *quedas*, a VPR entrou na dinâmica de realização de ações para sobrevivência, para conseguir manter sua estrutura e militantes na clandestinidade. Nesse mesmo período tentou, junto a ALN, REDE e MRT, e posteriormente, o MR-8, formar uma *Frente Revolucionária*. Tinham como objetivo “constituir uma espécie de comando conjunto das organizações, que possuísse condições políticas e estratégicas para estabelecer um planejamento integrado que refletisse o planejamento geral de cada organização”.⁸² A mais relevante decisão da frente, em 1970, foi a campanha pelo voto nulo e o esquema de propaganda para a denúncia da fraude eleitoral a qual o Brasil sofria. Ainda no final de 1970, uma UC da VPR acaba por deixar a organização e ingressar no MR-8. Contudo, chegava de Cuba, tendo passado por treinamento militar na Ilha, um militante de alta confiança de Onofre Pinto, o delator Cabo Anselmo.⁸³

A *Frente* chegou a planejar a “*Quinzena Marighella*” a qual, como já vimos, não se materializou. Após recuo da ALN e MR-8, VPR e PCBR decidiram por realizar mais um sequestro, dessa vez o alvo foi o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, em dezembro. Apesar da ação ter sido realizada, a tática de sequestro mostrou seu limite. Desta vez a Ditadura vetou nomes e impôs que os militantes da luta armada escolhessem outros (treze nomes foram recusados, no total, nas “rodadas de negociação”), além de negarem-se a atender as exigências de cunho político. O embaixador suíço teve sua vida sob sério risco, mas Lamarca, ao contrário da maioria dos militantes, foi contra a execução de Bucher. Depois de 40 dias de negociação, 70 presos ganharam a liberdade na chegada ao Chile.⁸⁴

Esse sequestro pode ser considerado a última grande ação da VPR. Em abril de 1971 a organização perderia mais militantes para o MR-8, entre eles Lamarca, já ante a crítica dos desvios militaristas que pesavam sob a VPR. Ao longo de 1971 seguiu-se um debate interno onde se punha em questão as teses de *Jamil* do distanciamento da vanguarda revolucionária das *massas*.⁸⁵

⁸¹ CHAGAS, op. cit., p. 89-90; GARCIA, 2019, p. 262.

⁸² CHAGAS, 2000., p. 91.

⁸³ *Ibidem*, p. 92-96.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 97-99.

⁸⁵ Sobre esse debate ver: CHAGAS, 2000, p. 101-107.

Ao longo do ano de 1972 Onofre Pinto e outros militantes articulavam o retorno ao país para se reintegrarem à luta armada. Onofre deposita sua confiança no delator Cabo Anselmo para a rearticulação da VPR em Pernambuco. Anselmo, contudo, entregou os seus companheiros, inclusive sua companheira grávida, à morte. Em 1974 Onofre Pinto tenta ingressar no Brasil pelo sul do país, sendo traído mais uma vez, esta lhe custou a vida e a extinção da VPR.⁸⁶

3.4 Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares: a tentativa de síntese

A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, como organização partidária político-militar, constitui-se na vanguarda socialista que, orientada pela ciência e pelo método do marxismo-leninismo, enriquecidos teórica e praticamente pelo movimento revolucionário de todo o mundo, propõe-se a lutar pela revolução proletária e pela implantação do Socialismo no Brasil.

Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares.

A VAR-Palmares foi uma tentativa das esquerdas armadas de constituir uma organização mais ampla. Contudo, essa experiência fracassou. Em menos de três meses a VAR – que congregava VPR e os COLINA, em grande parte, mas também DDD, dissidentes da AP, militantes do Rio Grande do Sul que não aderiram ao POC – teria um grande *racha* que refundaria a VPR e outro, menor, conhecido como DVP (*Dissidência da VAR-Palmares*). A VAR teve participação em grandes ações, em especial, a expropriação do cofre do “Dr. Rui”. A organização, contudo, não teve vida longa surgida em meados de 1969, no início de 1971 já se encontrava praticamente desarticulada. Apesar de ter ficado em evidência pela participação da ex-presidenta Dilma Rousseff na organização, a produção bibliográfica sobre a VAR ainda é pequena, em comparação a outras organizações.⁸⁷

⁸⁶ CHAGAS, 2000, p. 111-112; GARCIA, 2019, p. 262-263; MACIEL, 2015, p. 105-107.

⁸⁷ O levantamento bibliográfico da VAR-Palmares nos causou surpresa por seu resultado, a despeito de sua importante atuação na luta armada, agindo em coautoria ou sozinha em diversas ações, não encontramos resultados expressivos, no âmbito acadêmico, sobre a organização. O resultado do levantamento bibliográfico foi o seguinte: um livro (CARDOSO, 2011), trata-se de um livro jornalístico sobre o assalto ao cofre de

A união entre as diversas organizações, que vieram a formar a VAR-Palmares, se deu, segundos nossos depoimentos, no início de julho de 1969, em um encontro na cidade de Mongaguá, litoral de São Paulo. Segundo depoimento de Shizuo Osawa (Mário Japa), não houve propriamente um congresso, nem discussões de fundo político no encontro, somente uma reunião que sacramentou a união das diversas organizações, que terminou por eleger uma direção provisória.⁸⁸ Segundo o militante,

[...] Não lembro muito bem, essa reunião de Mongaguá foi mais ou menos uma para nós que estávamos em São Paulo seria uma reunião definitiva pra organizar essa coisa toda, pegar os sobreviventes de São Paulo, do Rio, de Minas, tal, tentar organizar definitivamente e sair com [a] organização já feita, mas que eu me lembre foi uma reunião muito prolongada, teve duas fases, foi lá, depois alugou-se outra casa, se armou uma estrutura mas na própria reunião, acho que mais pela insistência do pessoal do Sul, não tenho

Adhemar de Barros; uma dissertação (CAMPOS, 2014); quatro biografias (AMARAL, 2011; CHACEL, 2012, DIAS, 2014; PAIVA, 1996); um livro de memórias (ESPINOSA, 2000); um documento (VAR-Palmares, 1985), cf.: AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011; CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. *Resistência e repressão no Oeste Paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014; CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; CHACEL, Cristina. *“Seu amigo esteve aqui”*: a história do desaparecido político Carlos Alberto de Freitas, assassinado na casa da morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012; DIAS, Ricardo. *O menino que a ditadura matou: luta armada, VAR-Palmares e o desespero de uma mãe*. Goiânia: RD Movimento editora, 2014; ESPINOSA, Antônio. *Abraços que sufocam e outros ensaios sobre a liberdade*. São Paulo: Viramundo, 2000; PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela: a história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996; VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA – PALMARES (VAR-Palmares). Programa. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 248-276, 1985.

⁸⁸ Os depoimentos são díspares sobre quem foram os pertencentes a direção nacional da VAR. Segundo Maria do Carmo de Brito, sete foram os militantes que formariam a direção: Lamarca (VPR), Espinosa (VPR), Carlos Franklin Araújo (COLINA), Beto (apelido de Carlos Alberto Soares de Freitas, que utilizava o codinome *Breno*) (COLINA), Herbert Daniel (COLINA), Juarez Guimarães de Brito (COLINA) e Maria do Carmo de Brito (COLINA). Jacob Gorender (2014, p. 149) nos fornece uma lista um pouco diferente, sem Herbert Daniel (COLINA) e com Cláudio de Souza Ribeiro (VPR): “[...] da direção eleita, faziam parte: Espinosa, Lamarca, Cláudio [de Souza] Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito (Juvenal), Maria do Carmo Brito (Lia), [Carlos] Franklin de Araújo (Max) e Carlos Alberto de Freitas (Breno)”. Já Antônio Roberto Espinosa, em seu depoimento afirma: “Na direção da VAR ficamos o Lamarca, o Cláudio Marinheiro [Cláudio de Souza Ribeiro] e eu, [...]. E da parte da O. eram o *Breno* [Carlos Alberto de Freitas], não, espera aí. Desculpe, o *Breno* não ficou. Foi [a] Maria do Carmo Brito, o *Juvenal* [Juarez Guimarães de Brito] e o *Max* [Carlos Franklin de Araújo]. Ficamos seis na direção; três de cada organização [...]”, cf.: BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 33; ESPINOSA, Antonio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 122-123, transcrição p. 36.

certeza disso, estabeleceu-se que era preciso uma reunião mais formal com participação de todas as bases, com delegados, porque essa reunião tinha havido as primeiras quedas e depois o Quartim, o pessoal sai, alguns que eram dirigentes dos setores lá, no caso o Valdir, o Quartim sai do país, então fica em São Paulo, tanto que eu que era novato na coisa, tinha acabado de entrar há um ano, nem sabia direito das coisas, tava lá como responsável, como um dos responsáveis, então a gente primeiro organizou SP, depois é que houve a reunião com o pessoal de Minas, Rio, Sul e aí se armou, mas no final se decidiu que se elegeria uma provisória mas que se faria um congresso todo organizadinho, com delegados das várias regiões, discussão nas células, grupinhos para eleger seu delegado, para aí fazer documentos formais, de análise nacional, internacional, todos os princípios estratégicos.⁸⁹

No dia 18 de julho, menos de 20 dias após a síntese que originou a VAR, a organização mostrou seu “cartão de visitas”. Em ação orquestrada por *Juvenal* (Juarez Guimarães de Brito), os militantes da VAR efetuaram a expropriação do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, na casa de Ana Capriglione (Dr. Rui),⁹⁰ na rua Bernardino dos Santos, nº 2, no bairro Santa Tereza, Rio de Janeiro.

A “Grande Ação”, como ficou conhecida entre os militantes, logrou quase dois milhões e meio de dólares, provavelmente, oriundos do *jogo do bicho*. A notícia da existência do cofre com esse montante de dólares foi dada pelo próprio sobrinho de Ana Capriglione, Gustavo Schiller, que era militante da VAR na Guanabara. Ciente disso, a organização, sob orientação de Juarez de Brito, passou a vigiar a casa. *Vendedores* de seguro e enciclopédias eram enviados à casa para fazer o levantamento da rotina da residência. O sobrinho de Ana, ainda, daria a organização uma definição bastante exata da planta baixa do local e onde se localizava o cofre.

No dia da ação, os militantes da VAR entraram na casa, por volta das 15h, travestidos de policiais federais em busca de subversivos. Os *federais* interrogaram, individualmente, as pessoas que estavam na casa e, depois de cerca de 25 minutos, despediram-se sem nenhuma prisão. Após uma hora, foi constatado que o cofre, embutido num guarda-roupas do segundo andar, havia sido levado pelos policiais. Nesse momento os militantes da VAR, possivelmente, já estavam empenhados na abertura do cofre.

Contudo, o dinheiro conseguido com a ação não resolveria todos os problemas da organização. Com a polícia e bancos cientes do roubo, o câmbio regular tornou-se uma

⁸⁹ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 33.

⁹⁰ Ana Capriglione era amante do ex-governador, segundo relatos, “Dr. Rui” era a forma como Adhemar de Barros se referia a amante em ligações telefônicas.

alternativa perigosa para os militantes, tendo que buscar formas ilegais de trocar os dólares oriundos da “Grande Ação”. Parte do dinheiro fora dividido entre os militantes, para uso emergencial (aproximadamente 800 dólares), outra parte, mais de meio milhão, caiu em mãos da repressão – que nunca confessou esta apreensão, obviamente. A grande parte, contudo, foi utilizada para manter um número razoável de *revolucionários* em total clandestinidade.⁹¹

Apesar do sucesso inicial das ações armadas, a VAR sofreria duras perdas de efetivo em setembro daquele ano (1969), dois meses após seu surgimento. Afim de aclarar as posições político-ideológicas da organização, foi realizado um Congresso na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro. O Congresso que foi planejado para durar uma semana, mas se arrastou por quase um mês, sem chegar a acordos sobre a linha política a ser seguida pela organização. Maria do Carmo de Brito afirmou, em depoimento, que os responsáveis pelo Congresso eram os militantes da direção provisória. Contudo, os preparativos do evento foram deixados a cargo de Espinosa e Carlos Franklin Araújo, cujo as teses eram consideradas *massistas*. Em depoimento Maria do Carmo afirmou,

[...] desses sete [da direção provisória][...] o que depois posteriormente passou a ser a nova VPR tinham a maioria, só que nós tínhamos que fazer a luta armada e deixamos a organização do congresso na mão do Espinosa e do Carlos [Franklin] Araújo, porque a gente não tinha tempo, exatamente porque a composição dessa direção que saiu de Mongaguá era uma composição que não permitiria a ninguém que não fosse ingênuo como nós éramos, a perder congresso nenhum, se você tem quatro numa direção de sete e nós tínhamos cinco, só que os cinco era o Lamarca escondido e nós os demais fazendo [assaltando] cofre, os bancos, procurando lugar de treinamento, eu voava o Brasil inteiro procurando área para o Lamarca, nós tínhamos muito trabalho, nós não tínhamos tempo para ficarmos sentado fazendo documento nenhum, nem conversa nenhuma, então [o] Beto [Carlos Alberto de Freitas], Espinosa e [o] Max [Carlos Franklin de Araújo] fizeram o congresso que deu naquilo, na verdade, depois, no frígir dos ovos, a nova VPR ficou com a imensa maioria dos quadros reais [...].⁹²

Segundo os depoimentos, as teses de *Jamil Rodrigues* foram excluídas do Congresso. Mário Japa afirmou que aqueles que permaneceriam na VAR (Espinosa e Carlos Araújo) manobram para que *Jamil* e suas teses não fossem discutidas no Congresso. Para Antônio

⁹¹ Todas as informações fornecidas sobre a “Ação Grande” foram extraídas do texto de Marco Aurélio Garcia em coautoria com Sérgio Rickert e José Luiz Nadai (GARCIA, 2019, p. 241-253).

⁹² BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 33-34.

Espinosa, essas teses só ganhariam relevância na segunda VPR.⁹³ Esse entendimento é contestado por Maria do Carmo, “[...] o *Jamil* foi o grande ausente do Congresso de Teresópolis, mas rachou-se em torno dele e seus documentos, quer o Espinosa queira ou não”.⁹⁴ As propostas que prevaleceram na VAR eram de adesão à luta armada, mas sem rejeitar a *trabalho de massas*. Segundo Gorender, “[...] a opinião majoritária do congresso recuperou antigas posições da POLOP, que priorizavam o proletariado e as massas e atenuavam a inclinação militarista”.⁹⁵ Como vimos, as teses de *Jamil*, na VPR, inclusive “dispensavam” um contato maior entre a vanguarda e as *massas* para o desencadeamento da revolução.

O *racha* acabou acontecendo, apesar dos militantes tentarem um entendimento. Maria do Carmo afirma que, para ela, fora muito difícil sair da VAR para (re)fundar a VPR.⁹⁶ Entravam questões de ordem pessoal, não apenas políticas. Separavam-se, com o *racha*, amizades e militância de anos. Como lembra Cristina Chacel, Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, e Maria do Carmo eram amigos de juventude, militaram juntos pela POLOP e COLINA, Beto frequentava assiduamente a casa de Maria do Carmo durante a adolescência.⁹⁷ Maria do Carmo expõe essa situação,

Beto [Carlos Alberto Soares de Freitas] era meu padrinho de casamento, como é que ele ia ficar de um lado e eu do outro, era uma amizade de milênios, apesar da coisa estar deteriorada era uma coisa impensável para nós aquilo, era um rompimento muito grave, porque rompimento quando você está no meio de repressão não é a mesma coisa de querer romper numa época como essa que nós estamos vivendo, porque era barra pesada, então a gente tentou mais 24 horas e aí saímos todos e aí começou outra paulera e o espólio[...].⁹⁸

Mário Japa demonstra o mesmo sentimento com o *racha*, “[...] era uma tristeza para romper com isso não era fácil. Nós saímos quando a gente viu: não adiantava mais então a

⁹³ ESPINOSA, Antonio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 122-123, transcrição p. 03.

⁹⁴ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 29.

⁹⁵ GORENDER, 2014, p. 150.

⁹⁶ No livro da jornalista Cristina Chacel (2012, p. 86-93) há uma boa descrição dos acontecimentos do Congresso de Teresópolis.

⁹⁷ CHACEL, 2012, p. 24-25.

⁹⁸ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 38.

gente ou desiste de todos os projetos, acabou o sonho, acabou a utopia, ou então saímos, não importava mais nada, saímos os sete, vamos sair, tentar, foda-se”.⁹⁹

Após o *racha*, fez-se a divisão dos bens que deveriam permanecer metade com a VAR e outra com a VPR. Meses depois a organização sofreria mais um *racha*, esse menor e *à direita*: a *Dissidência da VAR-Palmares* (DVP). Esse pequeno grupo, sob as ideias de Apolo Heringer, pregava a necessidade de adiar o foco e voltarem-se para o trabalho com o operariado e *trabalho de massas*. Esse *racha*, a DVP, já em 1970, viria a realizar ações de propaganda (panfletagem) e se extinguiria no início de 1973.¹⁰⁰

Sem os militantes que vieram a reorganizar a VPR, quinze dias depois a VAR realizou seu Congresso na Zona Sul do Rio de Janeiro, o evento durou uma semana.¹⁰¹ A organização não teve estabilidade desde sua fundação, em 1969. À primeira de janeiro de 1970 militantes da VAR realizam o sequestro de uma aeronave brasileira, em Montevidéu, e rumaram em direção à Cuba. Outra ação que militantes de São Paulo planejaram foi o sequestro do, então, ministro da fazenda, Antônio Delfim Netto. A concepção originou-se quando os militantes souberam que o ministro fazia viagens regulares, praticamente sem segurança, à cidade de Jundiaí. Contudo, essa ação não foi realizada.¹⁰² Naquele ano, diversas lideranças da organização são presas a começar por Roberto Antônio Espinosa, ainda em novembro do ano anterior, passando por Dilma Rousseff, Cláudio Câmara e, em agosto daquele ano, *caiu Max* (Carlos Franklin Araújo).¹⁰³

Durante os anos de 1969 e 1970 o *Breno* (Carlos Alberto Soares de Freitas) viajava o Brasil afim de identificar um local para implantar a *Área Estratégica* – denominação para o local onde deveria surgir a guerrilha rural –, de fato, o militante já realizava essas viagens desde quando atuava pelos COLINA. O local escolhido foi a região do Bico do Papagaio. Em Belém, *Breno*, constituiu um grupo militantes da VAR que dariam suporte estratégico para a futura guerrilha. O papel desse grupo, sobretudo, era se aproximar da população camponesa dos arredores. Para Tocantinópolis, no estado de Goiás, *Breno* transferiu o médico e militante com vida legal, Carlos Brasil, para prestar serviços médicos à população local e, na medida do possível, desenvolver o *trabalho de massas* na região.¹⁰⁴

⁹⁹ Ibidem, p. 39

¹⁰⁰ RIDENTI, 2007b, p. 123.

¹⁰¹ CHACEL, 2012, p. 94.

¹⁰² DIAS, 2015, p. 226.

¹⁰³ Ibidem, p. 111.

¹⁰⁴ CHACEL, op. cit., p. 105-110.

O segundo semestre de 1970 foi dedicado a organização do Congresso que se realizaria em Recife, previsto para janeiro de 1971. De fato, o Congresso se daria na segunda metade daquele mês. Havia, contudo, três posições distintas: a radicalização e mergulho no *foco guerrilheiro*, defendido por *Ciro* (James Allen); a posição de *direita*, dos militantes que pregavam a necessidade de um recuo estratégico e a posição *centrista*, que buscava conciliar as posições originais da VAR de harmonizar luta armada e *trabalho de massa*. Os trabalhos foram suspensos por um motivo insólito: um militante convidado, do PCBR, fugiu do local onde se realizava o Congresso, os demais participantes acharam, por bem, desmobilizar o Congresso e deixar o local.

Contudo, incrivelmente, a posição de radicalização das ações armadas havia deixado claro a sua superioridade no Congresso, não obstante, a VAR ter perdido muitos militantes para prisão e exílio. A realidade tratou de demonstrar que as posições não eram plausíveis. No mês seguinte, em fevereiro de 1971, mais uma série de *quedas* atingem a organização, seu quadro mais experiente, Carlos Alberto Soares de Freitas, é capturado pela repressão – e permanece desaparecido até os dias de hoje. As prisões, possivelmente, são originárias de infiltrações da polícia na organização. Apesar de praticamente destruída em 1971, a VAR ainda participou de ações no ano seguinte, antes de desaparecer.¹⁰⁵

3.5 Partido Operário Comunista – POC

Conclamamos todos os setores da esquerda revolucionária a concentrar suas forças na organização da classe operária. Esses esforços serão generosamente recompensados no momento em que a classe começar a se mobilizar politicamente e a se levantar violentamente contra os exploradores [...]

Partido Operário Comunista – POC, 1968.

O Partido Operário Comunista foi a materialização da vontade expressa pela POLOP, desde sua fundação, de forjar um partido “verdadeiramente” leninista no país. Figuras políticas de relevo tiveram participação no POC, em especial, do Rio Grande do Sul, tais

¹⁰⁵ CHACEL, 2012, p. 119-135; RIDENTI, 2007b, p. 124.

como, Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia e Raul Pont, todos, posteriormente, participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores.¹⁰⁶

O *Partido Operário Comunista* (POC) surgiu no ano de 1968, porém suas raízes vêm dos anos anteriores. Fruto de uma fusão entre os militantes vencedores do IV Congresso da POLOP – evento que significou o desembarque de cerca de metade dos militantes da organização – e da DI-RS ou, como chamavam seus militantes, *Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul*.

A organização gaúcha, assim como a maioria das DI's, era, em grande medida, de extração estudantil. Tem suas origens nos anos de 1965-6, quando os militantes de base começam a preparar teses contrárias ao CC do PCB. Como muitos naquele momento, os militantes da *Dissidência Leninista* imaginaram poder ganhar o VI Congresso do PCB, em 1967. Após esse sonho ser desfeito, a organização imaginou que seria possível uma aproximação à *Corrente Revolucionária* ou, também, uma união das dissidências do PCB, ambos projetos falharam. A DI-RS, além de ter sofrido influência da *Corrente Revolucionária* (futuro PCBR), também era próxima das teses da DI-GB e POLOP.¹⁰⁷

Ainda em 1967 os militantes da DI-RS e POLOP tentam concentrar seus esforços na criação da *Frente de Esquerda Revolucionária* (FER), projeto que, mais uma vez, não teve o sucesso almejado.¹⁰⁸ Em abril de 1969, no V Congresso da POLOP e primeiro do POC, era

¹⁰⁶ O POC, na maioria das vezes, é colocado como parte da trajetória da POLOP, o que tem justificativa óbvia. Porém, isso limitou a análise enquanto organização independente. O levantamento bibliográfico da organização encontrou os seguintes resultados: uma tese (FIGUEIREDO FILHO); um capítulo de livro (BELVEDERE FILHO, 2019); uma biografia (SCHMIDT, 2017); cinco livros de memória (FALCÓN, 2007; GARCIA, 1989; RABELO, 2009; ROCHA, 2008; SALLLES, 1979); um documento (POC, 1985), cf.: BELVEDERE FILHO, Humberto. A história do POC e da LO. In: GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores*: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, p. 331-337, 2019; FALCÓN, Yara. *Mergulho no passado*: A ditadura que vivi. Olinda: Livro Rápido, 2007; FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC)*: história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC). Por uma prática partidária. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 180-186, 1985; RABELO, José Benedito Nobre. *Terror e êxtase*: anos 70. São Luís: s.c.p., 2009; ROCHA, Gilvan. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008; SALLES, Pinheiro. *Confesso que peguei em armas*. Belo Horizonte: Vega, 1979; SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii*: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984. Porto Alegre: Libretos, 2017.

¹⁰⁷ GARCIA, 2019, p. 130-131.

¹⁰⁸ GARCIA, 2019, p. 131; CHAGAS, 2007, p. 216-217.

efetivada a união entre as duas organizações e nascia, assim, uma nova organização. Como mandava o bom senso, para a composição da primeira direção do novo partido foram eleitos militantes de ambas as organizações, porém, com maioria da POLOP: Eric Sachs (*Ernesto Martins*, POLOP), Eder Sader (*Raul Villa*, POLOP), Ceici Kameyama (*Zé Paulo*, POLOP), Flávio Koutzii (*Laerte*, DI-RS), Fábio Marengo (*Emílio*, DI-RS), Otavino Alves da Silva (*Abílio*, POLOP), Peri Thadeu de Oliveira Falcon (*Romero*, POLOP) e Nilmário Miranda (*Augusto*, POLOP).¹⁰⁹

Apesar da realização de um novo Congresso, o partido manteve, em essência, o *Programa Socialista para o Brasil*, elaborado no ano anterior pelos militantes da POLOP.¹¹⁰ Fiel a tradição bolchevique, o POC reivindicava o partido de tipo leninista, baseado no *centralismo democrático* e com imprensa própria.¹¹¹ A organização teve uma particularidade interessante, a despeito de seu centralismo democrático, permitia a formação de tendência internas, o que viria a ocorrer no final do ano seguinte.¹¹²

No ano de sua formação, em 1968, precisamente em abril, *estouravam* greves operárias em Contagem. O Primeiro de Maio de São Paulo mostrou a possibilidade dos operários de se revoltarem contra autoridades políticas, pondo o governador daquele estado para fora do palanque dos trabalhadores. As posições do POC pareciam se fortalecer frente ao *foquismo* de outras organizações, notadamente, VPR e COLINA, duas organizações com o mesmo DNA do POC, mas que advogavam posições muito mais *militaristas* do que a nova organização. Contudo, como lembra Marco Aurélio Garcia, ao tratar do POC,

[...] não foi esta organização que se revelou capaz de conduzir ou capitalizar as explosões operárias e populares. Muito pelo contrário, serão os grupos que já atuavam com uma perspectiva foquista que vão ter maior gravitação, sobretudo sobre as lideranças operárias que se destacaram nos conflitos sociais daquele período. No 1º de Maio, a participação do POC é quase nula. Na primeira greve de Contagem igualmente; e somente na segunda é que seus militantes vão conseguir secundar o COLINA, a “Corrente” e a AP na preparação dos comitês de fábrica que impulsionarão a greve.¹¹³

Já em 1969 a repressão não atinge o POC como as demais organizações de luta armada. O partido se resguardava, focou com mais intensidade no *trabalho de massas*, em especial, o operário. Suas participações em ações armadas se deram, na grande maioria das

¹⁰⁹ FIGUEIREDO FILHO, 2016, p. 40.

¹¹⁰ Ibidem, p. 49

¹¹¹ Ibidem, p. 42.

¹¹² GARCIA, 2019, p. 133.

¹¹³ Ibidem, p. 132.

vezes, em parceria com outras organizações – até por sua falta de experiência e infraestrutura. Realizou ações com a VAR-Palmares e, com o minúsculo, M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara).¹¹⁴ Durante os anos de 1968-9 a direção do partido seria pressionada pelas bases no sentido de aderir com mais ênfase às ações armadas. O POC até aquele momento realizava pichações, ações de panfletagem armada, para mostrar aos trabalhadores a viabilidade da luta contra a Ditadura, contudo, naquele contexto, isso não seria o suficiente. O partido chegou a fazer circular um “curso básico militar” entre seus militantes.¹¹⁵

Em 1970 a VAR tenta sequestrar o cônsul estadunidense residente em Porto Alegre, na tentativa de efetuar uma troca de presos. Contudo a ação não ocorreu como o esperado. O resultado foi o cônsul baleado no ombro. A ação fez recair sobre os militantes gaúchos a ira dos órgãos de repressão. O POC que não havia participado da ação, termina por ter vários de seus militantes presos, já que, o trânsito dos militantes era bastante grande, logo, uma seção de tortura poderia levar a *quedas* de *revolucionários* de diferentes organizações.

Ainda em 1970, parte dos dirigentes do POC, descontentes com o *vislumbre* militarista, abandonam a organização para formarem a *Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária* (OCML-PO), como demonstra seu nome a nova organização reivindicava o legado polopistas. A nova PO se voltou exclusivamente para o trabalho de *base* seja junto as massas operárias, ou nas favelas. Já praticamente dizimados, o POC vivia com duas tendências internas, ambas de verniz trotskistas, o POC-Combate, que pregava a necessidade de aliar o *trabalho de massas* juntamente com a luta armada. Já a outra tendência avaliava que a nova conjuntura no Brasil não oferecia espaços para intentos armados, sendo papel da *esquerda revolucionária* trabalhar no sentido de conquista das *liberdades democráticas*. Porém, ambas as tendências, que seguiram caminhos distintos, não sobreviveram à sucessivas quedas.¹¹⁶

Buscamos nesse capítulo evidenciar a trajetória das diversas organizações originárias da POLOP, afim de contextualizar o leitor na complexa teia de organizações armadas brasileiras. É possível concluir que a matriz polopista aderiu mais enfaticamente ao projeto armado (*militarismo*) – exceção feita ao POC –, ainda que buscassem justifica-lo

¹¹⁴ RIDENTI, 2007b, p. 119.

¹¹⁵ GARCIA, op. cit., p. 133; FIGUEIREDO FILHO, 2016, p. 188 e 219.

¹¹⁶ GARCIA, 2019, p. 135-136; RIDENTI, 2007b, p. 120.

teoricamente. No próximo capítulo passaremos à análise das entrevistas dos militantes armados, como suas memórias são, por vezes, dissonantes, por vezes harmoniosas.

4 MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA: *resistência e morte.*

O depoimento é, antes de tudo, uma determinada versão do passado que expressa uma construção social de memória, tecida no cruzamento de vivências e memórias individuais e coletivas e intermediado, sempre, por objetivos e interdições políticas, principalmente no caso da memória política.

Maria Paula Nascimento Araújo

A memória e a história são importantes ingredientes da luta política. Como já demonstrou Joël Candau, a memória é um dos suportes da identidade. Não haveria de ser diferente com aqueles que participaram da luta armada, muitos deles reivindicam, retrospectivamente, o papel de defensores da democracia, ressignificando sua experiência de combate armado à Ditadura. Não é, para o historiador, novidade a utilização do passado como arma política no presente.¹ Nesse sentido, buscaremos discutir, nesse capítulo, como aparecem na memória dos militantes da luta armada a questão da *resistência*. Para isso, arrolamos alguns pensadores e pensadoras – historiadores ou não – que se debruçaram sobre a experiência histórica da resistência, no Brasil e alhures. Nosso objetivo é contribuir para o debate conceitual sobre o tema.

Na segunda parte do capítulo tentaremos levar adiante uma questão deixada em aberto pelas entrevistas de Marcelo Ridenti, trata-se da aplicação do conceito *suicídio altruísta*, de origem durkhemiana, cuja possibilidade foi vislumbrada pelo sociólogo para pensar determinado período da luta armada brasileira. A ideia foi sugerida pelo romance de Renato Tapajós “*Em câmera lenta*”, onde o autor advoga a tese de que, a partir de certo momento (1971), os militantes *revolucionários* assumiram a morte como seu destino pois, tinham a clareza da falência do projeto revolucionário. Ridenti terminou por deixar a questão em aberto, aqui tentamos demonstrar como esse é mais um campo onde as memórias dos militantes se mostram muito diversa em suas interpretações. Alguns defendem a ideia proposta por Tapajós, enquanto outro a rechaçam prontamente. Tentamos, com isso, trabalhar com as ambivalências surgidas das memórias dos militantes.

¹ VARELLA, Flávia *et al* (org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

4.1 A esquerda armada resistiu?

[...] o que na verdade nós fizemos foi uma resistência democrática, e nós não compreendemos isso.

Humberto Trigueiros, DI-RJ/MR-8.

[...] nós não éramos contra a ditadura, nós éramos contra a ditadura militar-burguesa, mas nós éramos a favor da ditadura do proletariado.

Vera Sílvia Magalhães, DI-GB/MR-8.

Os historiadores são, também, artífices da palavra, logo despendemos um precioso tempo em debates léxico-conceituais. Não em torno do vocábulo pura e simplesmente, mas do conceito. Ou, ao menos, deveríamos. Como lembra Koselleck, o historiador atua entre os conceitos emergidos das fontes (concepções oriundas da época que se estuda) e conceitos de caráter científico-heurístico (os que elegemos para tentar compreender o passado) e, não raro, essas duas noções coincidem numa mesma palavra. Dito de outra forma, uma palavra utilizada em determinado contexto histórico é empregada, concomitantemente, como conceito científico pelo historiador – nesse caso podendo ter significados completamente díspares.² Logo, é dever do historiador não ser enredado pela fonte e passar a vocalizar seu discurso – da fonte – sem a análise crítica.

Muitos termos tem sido usados para descrever o fenômeno das esquerdas que pegaram em armas no período da ditadura: esquerda armada; oposição armada; resistência armada entre algumas outras definições que podem ou não estar acompanhadas pelo substantivo, na função de adjetivo, “armado(a)”. Definir a prática daquelas esquerdas é um objetivo de vários grupos sociais no presente, não apenas de historiadores. As esquerdas que fizeram parte, ou não, daquele contexto, não raro avaliam que a luta armada fez parte da *resistência democrática* à Ditadura. Durante o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, essa avaliação parece ter sido hegemônica na sociedade brasileira. Isso não impede, como

² KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, p. 305-328, 2006, p. 305-306.

bem expôs Michael Pollak, que existam, e emerjam em momentos de crise, outras memórias – ou *memórias subterrâneas*, para nos valermos da expressão do historiador.³ A partir dos anos 2000 as avaliações sobre o caráter da Ditadura civil-militar e de suas oposições passaram a sofrer alterações e, a nosso ver, essa mudança se aprofundou de 2013 em diante.

O discurso historiográfico é alvo de disputas políticas no presente. Aquilo que é produzido pelos historiadores e historiadoras pode ser usado em embates político-partidários. Mas o uso de conceitos históricos não significa que seja, necessariamente, um *bom uso* – “bom uso” não é empregado no sentido valorativo, mas sim se o uso corresponde as formulações originais do autor.⁴

Muitos trabalhos exploraram a temática da *transição democrática* e, mesmo não fazendo parte do nosso foco de pesquisa, ela é importante para compreender como se formaram as *memórias hegemônicas* sobre o papel das esquerdas na consolidação da democracia no país. Para isso, precisamos voltar a esse período. Quando dos últimos momentos da Ditadura, havia poucos pontos de concordância entre *esquerdas*, *centros* e (algumas) *direitas*, mas um deles era a noção de que: “todos havíamos resistido”. Para Denise Rollemberg, assim como para Daniel Aarão Reis, “o ano de 1979 teria sido decisivo, nesta elaboração, momento de *conciliação nacional*, quando se *construía a democracia sem revolver* o passado, sem *esclarecer* como e por que os militares haviam sido vitoriosos em 1964 e permaneciam no poder desde então”.⁵

Nos estertores da Ditadura ninguém queria com ela estar vinculado – nem aqueles que com ela viveram *anos de ouro*. O processo de transição é o momento de *lembrar*, mas, também, de *esquecer*.⁶ Tudo isso para que se pudesse forjar a democracia. O historiador

³ POLLAK, 1989, p. 4 e *passim*.

⁴ Um exemplo do *mau uso* de um conceito histórico é o, famigerado, *homem cordial*, de Sergio Buarque de Holanda. Apesar da fortuna crítica do conceito, não raro, a *cordialidade* brasileira é interpretada como *passividade*, *polidez*, *amabilidade* – diga-se, justamente o contrário das proposições do historiador, para ele o conceito seria mais próximo da *passionalidade*. Afirmamos isso pois a discussão que propomos a seguir esbarra em “obstáculos” parecidos.

⁵ ROLLEMBERG, 2009b, p. 572.

⁶ O crítico literário alemão, Andreas Huyssen (2014, especialmente o capítulo 8 “Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público”), tenta sistematizar a necessidade do esquecimento em determinados contextos históricos. Segundo o autor, nos contextos de transição, especialmente quando há o envolvimento de eventos traumáticos, as sociedades passam por momentos de uma “necessidade” de esquecimento de *determinadas* memórias para que *outras* possam vir à tona. Em especial o autor trabalha e analisa o caso do holocausto judeu e os assassinatos militantes da esquerda armada sob a Ditadura Militar Argentina. No primeiro caso Huyssen avalia que os alemães tiveram de esquecer seu próprio sofrimento durante a Segunda Guerra, especialmente os bombardeios praticados pelos ingleses às cidades alemãs, para que a memória dos horrores do holocausto pudesse aflorar no debate. No caso argentino o crítico literário afirma que a memória da guerrilha urbana de esquerda foi esquecida, transformando os militantes revolucionários daquele país simplesmente em vítimas do Estado, isso era necessário para que se pudesse investigar a fundo as arbitrariedades perpetradas pela

Bruno Groppo resume bem a questão, para ele, “uma sociedade recém-saída de uma ditadura raramente está pronta a se questionar de maneira crítica sobre esse passado, porque a verdade frequentemente é desagradável, dolorosa e difícil de aceitar”.⁷ Nesse sentido os *esquecimentos* foram úteis para os mais diversos grupos, como afirma Marcos Napolitano,

Os militares queriam esquecer os crimes contra os direitos humanos. A esquerda recalcou a luta pela revolução e pela ditadura do proletariado. Os liberais queriam esquecer seu colaboracionismo e seu histórico golpismo. Tudo isso em nome da democracia, palavra-fetichismo da pacificação social e da conciliação política que selava uma transição conservadora.⁸

A eterna dialética do *lembrar/esquecer*. Não somos os primeiros, muito menos originais, a invocar a imagem do personagem Funes, do escritor argentino Jorge Luis Borges, para tratar da impossibilidade de uma “memória total”. Funes é possuidor de uma habilidade: é capaz de lembrar cada segundo de sua existência.⁹ Vivendo a recordar. Impedido de viver. O que Borges introduz é a *necessidade do esquecimento*. Essa é a *necessidade de esquecimento* que as sociedades que passam por regimes autoritários parecem precisar estruturalmente. Porém, historiadores têm o (mau)hábito de remexer em nosso passado.

“Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”, disse o *Senhor Diretas*, Dr. Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição de 1988. Não obstante, ele mesmo, em 1964, ter marchado em nome da família, com Deus e pela liberdade – e contra Jango! Com isso não queremos condenar Ulysses. Afirmar que aqueles que apoiaram o golpe de 1964, de alguma forma, sabiam da Ditadura subsequente, seria escorregar em direção a teleologia. Mas, para constituição da democracia o primeiro Ulysses, o *Senhor Diretas*, era fundamental; já o segundo, não. Ou seja, para a transição, algumas memórias são essenciais, outras não. Se assim o é para memória, não o é para a História. Inclusive as vicissitudes dos sujeitos são aspectos a serem explorados pelos historiadores.

ditadura. Porém, como lembra o autor, esses esquecimentos não são definitivos, cf.: HUYSSSEN, 2014, p. 155-176.

⁷ GROPPA, Bruno. Mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 39-56, 2015, p. 41.

⁸ NAPOLITANO, 2015, p. 102.

⁹ BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*. Buenos Aires: debolsillo, p. 123-135, 2015.

É nesse sentido que, há pelo menos duas décadas, o historiador Daniel Aarão Reis vem trabalhando.¹⁰ Diversos historiadores apontam essa “contradição” que domina as pesquisas sobre nosso último período ditatorial, onde temos um sem número pesquisas sobre as esquerdas, especialmente as armadas, a despeito de sua relevância social restrita. Por outro lado, as pesquisas sobre o consenso e colaboração, no mesmo período, não receberam a mesma atenção dos pesquisadores.¹¹ Para Aarão Reis, há a necessidade de deslindar as conexões civis com a Ditadura, à revelia de uma “memória confortável” sobre o período. Afirma, nesse sentido, que,

Desde os anos 1980, para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo.¹²

Ao fim e ao cabo, todos tínhamos, da Ditadura, “*ódio, ódio e nojo*”. Isso é muito mais semelhante às reconstruções, esquecimentos e mutações da memória – de resto inevitáveis –, e menos com o que realmente ocorreu no período. Para que pudéssemos adentar a democracia, precisamos esquecer o passado de colaboração com o regime. Para nos valermos de mais uma noção de Bruno Groppo, cria-se o *mito da sociedade como vítima*. Contudo, não é o caso de sairmos de *um polo a outro*, da sociedade que se pensava resistente para, no instante seguinte, a sociedade colaboracionista. E não é questão de pensarmos que *a virtude esteja no meio-termo*. Mas, pelo fato de a sociedade ser muito mais dinâmica e complexa que interpretações polares e antagônicas possam sugerir. Aquilo que Denise Rollemberg tem nomeado – valendo-se de Pierre Laborie – de *Zona Cinzenta*.¹³ Este termo foi cunhado pela historiografia francesa para determinar as posições daqueles que, durante a ocupação nazista, nem eram resistentes, nem colaboradores.¹⁴

¹⁰ Daniel Aarão Reis (2002 e 2014b), nesses trabalhos o autor se esforça para demonstrar o caráter *civil* da Ditadura. As historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010 e 2015) trabalham nessa mesma direção.

¹¹ Essa discussão é feita na “*Apresentação*” da coleção “*Construção social dos regimes autoritários*”, por Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, cf.: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise (org.); QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.11-32, 2010.

¹² AARÃO REIS, 2014b, p. 08.

¹³ Laborie, por seu turno, tomou a expressão de Primo Levi.

¹⁴ ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 01-36, 2017.

Pensamos ser essencial compreender como se formam e, também, como mudam as memórias de uma sociedade, em especial a brasileira. Nesse sentido que Bruno Groppo tentou estipular alguns padrões para sociedade em períodos pós-ditatoriais, segundo ele,

O mito da sociedade como vítima inocente está frequentemente associado – mas nem sempre, e não necessariamente – a outro mito, aquele da sociedade unanimemente, ou quase unanimemente, resistente em face da ditadura. O passado recente é então interpretado como se a ditadura tivesse sido imposta e mantida no poder exclusivamente pela violência e pelo terror, e como se houvesse enfrentado constantemente a resistência, aberta ou subterrânea, da grande maioria, quando não do conjunto da sociedade. Essa visão de uma sociedade hostil desde o início à ditadura conduz a ignorar ou a subestimar a amplidão dos fenômenos de colaboração, de consentimento e de adesão (voluntária ou oportunista) e apresenta o comportamento de minorias de dissidentes e de resistentes como se ele houvesse sido aquele da sociedade inteira. Os episódios de resistência são então retrospectivamente amplificados por narrativas de caráter épico-patriótico. Os resistentes teriam agido, *pars pro toto* [uma parte pelo todo], como os representantes de uma sociedade inteira, por uma espécie de delegação tácita que essa última lhes teria concedido.¹⁵

É num sentido muito próximo que correm as afirmações de Aarão Reis sobre as memórias que teriam sido criadas sobre as esquerdas armadas no Brasil, especialmente no período da transição.¹⁶ Para o historiador, as *esquerdas revolucionárias* foram capturadas pela memória da resistência democrática, a isso denominou, brilhantemente, como *deslocamentos de sentido*. Segundo ele,

Um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários de uma ampla anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, o caráter revolucionário da proposta que havia moldado aquelas esquerdas. Ou seja, apagou-se o fato de que eram partidárias de uma ditadura revolucionária para efetuar as transformações radicais, essenciais à construção de sociedade livre da exploração e da opressão. Do ponto de vista histórico, não havia aí nada de inusitado ou excepcional, pois os modelos revolucionários do século XX haviam desembocado, realmente, em experiências ditatoriais.¹⁷

¹⁵ GROPPPO, 2015, p. 42-43.

¹⁶ É bom frisar que as posições de Daniel Aarão Reis sobre a transição são bastante particulares. O historiador propõe uma nova periodização da Ditadura em seus estudos. Para ele, o regime ditatorial compreende os anos de 1964, ano do golpe, até 1979, ano de revogação dos Atos Institucionais e promulgação da Lei da Anistia. Contudo, a partir de 1979, conforme Aarão Reis (2014b, p. 125) ressalta, “já não havia ditadura, mas *ainda* não existia uma democracia” (*grifos no original*). Essas posições renderam/renderem diversas críticas ao historiador. Para nós, a periodização 1964-1985 ainda parece mais precisa.

¹⁷ AARÃO REIS, 2014b, p. 133-134.

Não é fato desimportante que esse historiador tenha feito parte da esquerda armada, como dirigente da DI-GB/MR-8. Mas essa opinião, apesar de não ter feito parte das *memórias hegemônicas* sobre período, não é exclusiva do historiador. Vera Sílvia Magalhães, da mesma organização de Daniel Reis, em entrevista, afirmou,

Aí ficou [depois da queda do congresso de Ibiúna e da promulgação do AI-5] na vanguarda do movimento – aí já não mais o movimento estudantil –, o movimento social de tomada do poder. É isso que nós queríamos, e transformação daquilo em socialismo. E que nós não éramos contra a ditadura, nós éramos contra a ditadura militar-burguesa, mas nós éramos a favor da ditadura do proletariado, isso ninguém diz, mas tem que dizer, porque faz parte da nossa história.¹⁸

Mesma ideia exposta por Eduardo Jorge, ex-PCBR, ao falar dos objetivos da luta armada. Segundo o médico,

Nós éramos pela ditadura do proletariado. Nós éramos contra a ditadura militar. Mas éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso aí é preciso dizer a verdade toda! Às vezes eu ouço meias verdades. Como a ditadura militar nos oprimiu barbaramente, de forma violenta, muitas vezes as pessoas pensam que não existiam, no campo da esquerda, coisa igual e até pior, em vários aspectos. O Stalin e o Hitler, eles disputam pau a pau a medalha de ouro de genocidas na história recente. E o Mao Tsé-Tung vinha ali na medalha de prata.¹⁹

Essas afirmações são, poderíamos dizer, “contra-hegemônicas” sobre a atuação das esquerdas armadas. Mas, não só isso, são interpretações sobre a atuação que tiveram no passado. Para isso alguns conceitos, mesmo que não evocados diretamente, são arregimentados para dar conta daquela realidade, em especial nas proposições analíticas de Daniel Aarão Reis. Poderíamos extrair do trecho acima três conceitos: *ditadura*, *democracia* e *resistência*.

No que tange ao *deslocamento de sentido* proposto pelo historiador, estamos de acordo. Ou seja, a esquerda armada era muito crítica à concepção de democracia que existiu no Brasil (1946-1964). Para darmos um exemplo, no livro “*Imagens da Revolução*”, organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá, que compila diversos documentos da

¹⁸ MAGALHÃES, Vera Sílvia. *Memória Política – Vera Sílvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

¹⁹ JORGE, Eduardo. *FLUXO com Eduardo Jorge (parte 1)*. Entrevistador: Bruno Torturra. Mountain View: Google, 2014 (ca. 25 min 52 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M54n1x_7Da8> acesso em: 10 de setembro de 2018.

esquerda em armas no Brasil, a palavra “democracia” apareceu trinta e uma vezes,²⁰ e sua utilização nem sempre teve um caráter positivo. Em muitos textos a expressão “democracia burguesa” foi empregada de modo depreciativo e, no limite, uma forma de governo a ser combatida pelos militantes da esquerda armada. Isso variou de acordo com a “tradição” de cada organização, por exemplo, o PCdoB, herdeiro das teses e posições pecebistas, fala em “democracia popular” – ainda que também defenda a ditadura do proletariado logo em seguida, algo que poderia sugerir uma contradição –; já os COLINA valem-se da expressão “democracia burguesa” de forma depreciativa.

Mas, vale questionar, a democracia liberal é a única forma de democracia possível?

Nesse sentido que, para nós, Aarão Reis acaba por expressar um discurso que o aproxima do *fatalismo histórico*. Afirmar que a esquerda armada no Brasil era autoritária porque as revoluções socialistas do século XX foram autoritárias, termina por inserir uma *filosofia da história* sobre o processo. As revoluções, desse modo, terminam em ditaduras independente do *contexto* e da *história*. Como afirmamos nesse trabalho, parte da esquerda que pegou em armas, o fez em oposição aos partidos comunistas tradicionais. Muitos buscavam, justamente, a ruptura com a herança stalinista. Os diferentes exemplos que os inspiraram – China, Cuba e Vietnã – ainda eram processos extremamente idealizados pelos militantes *revolucionários*. A *Revolução Cultural*, que animou diferentes parcelas da esquerda, mesmo aquelas que não aderiram ao *maoísmo*, não tinha revelado seu lado sombrio. Com isso não negamos a sobrevivência de visões autoritárias na *nova esquerda*. João Quartim de Moraes demonstrou que a defesa do stalinismo, ou do *marxismo de Stalin*, também campeou na perspectivas dos militantes daquela época.²¹

Outra questão que surge nos depoimentos, na documentação e no debate público é a “acusação” que recai sobre as esquerdas por defenderem uma “*ditadura do proletariado*”, como afirmou Vera Sílvia: “nós não éramos contra a ditadura, [...] nós éramos a favor da ditadura do proletariado”. Aarão Reis utiliza a expressão “*ditadura revolucionária*”. O termo é correto, surge com frequência nos textos das organizações armadas. Mas é preciso lembrar que, no léxico marxista, a expressão “*ditadura do proletariado*” tem um significado específico, que não é uma simples oposição a uma ditadura militar, por exemplo.

²⁰ Contabilizamos apenas as ocorrências da palavra “democracia”, desse modo expressões como “governo nacional democrático”, “governo democrático” ou “governo popular democrático” não foram contabilizadas.

²¹ QUARTIM DE MORAES, 2007a, p. 143-152.

Se seguirmos os textos de Lenin, em especial seu clássico, “*O Estado e a Revolução*”²² – que, vale destacar, era leitura recorrente entre os militantes *revolucionários* –, o líder bolchevique busca, baseando-se em Marx e Engels, estabelecer o significado estrito do conceito, ou estágio, denominado “*ditadura do proletariado*”. Para o revolucionário russo, a democracia na sociedade capitalista “é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos”.²³ Já a transição, em direção ao comunismo, passaria, obrigatoriamente, pela ditadura do proletariado que serviria para quebrar a resistência das classes dominantes. Lenin não exclui a necessidade de repressão (violência) nessa transição, mas esta se dá pela maioria dos explorados contra a minoria dos exploradores.²⁴ Com isso, conclui o revolucionário russo,

[...] a sociedade capitalista não nos oferece senão uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita; e quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará.²⁵

Simplesmente opor a *Ditadura civil-militar* a *Ditadura do proletariado* nos leva a comparações conceituais indevidas. Para não ficarmos restritos aos comentários marxistas, consideremos a seguinte passagem do insuspeito, filósofo e jurista italiano, Norberto Bobbio, sobre o conceito de *ditadura revolucionária* ou *do proletariado* no pensamento de Marx. Pedimos licença ao leitor para reproduzir uma passagem mais extensa,

A ideia da ditadura revolucionária como governo provisório e temporâneo imposto por circunstâncias excepcionais passou na teoria e na prática de Blanqui, mas não na teoria política de Marx, que falou de ditadura do proletariado no sentido de domínio de classe e não de um comitê e muito menos de um partido, e portanto não no sentido tradicional de forma típica de exercício do poder, não naquele sentido que o termo tinha substancialmente conservado na passagem da ditadura clássica à moderna. As únicas observações feitas por Marx sobre o estado de transição são extraídas da experiência da Comuna de Paris entre março e maio de 1871, e dedicam-se a mostrar que o governo da Comuna é uma forma de

²² LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *O Estado e a Revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

²³ *Ibidem*, p. 106.

²⁴ *Ibidem*, p. 110.

²⁵ *Ibidem*, p. 109-110.

democracia mais avançada do que a democracia representativa dos mais avançados estados burgueses. Não obstante isso, no prefácio aos escritos de Marx sobre as guerras civis em França, Engels vê na Comuna de Paris uma primeira, grande e terrível prova da ditadura do proletariado. Mas isso torna ainda mais exemplarmente evidente que uma coisa é o domínio de classe (ditadura em sentido não técnico), outra coisa é a forma de governo em que esse domínio se exprime (que de fato não era, no caso da Comuna, ao menos na interpretação de Marx, uma ditadura em sentido técnico). Na expressão marxiana “ditadura do proletariado”, o termo “ditadura” não tem significado valorativo relevante: desde o momento em que os Estados são ditaduras, no sentido de domínio de uma classe, o termo indica substancialmente um estado de coisas e tem, portanto, um significado essencialmente descritivo.²⁶

Seria incorrer em erro, por outro lado, considerar que essa era, *de fato*, a compreensão da esquerda armada sobre o conceito de *ditadura do proletariado*. A única forma de responder a essa pergunta é com base em documentos de época. Um campo a ser explorado, nesse sentido, é a educação dos comunistas: quais eram suas leituras; suas compreensões do arcabouço teórico do marxismo. Porém, isso não é tarefa simples. A documentação, muitas vezes, não ultrapassa considerações muito amplas e superficiais sobre a teoria marxista. Algumas organizações, notadamente a POLOP e MR-8²⁷, mantiveram, por períodos de tempo, cursos para educação dos militantes.

Um dos documentos com esse caráter “educativo” que sobreviveram até nossos dias foi o “Curso básico”²⁸, para militantes da POLOP. Segundo informações, a brochura foi editada pela primeira vez em 1968.²⁹ Nesse curso, dividido em dez aulas cujo objetivo é introduzir, minimamente, o militante aos conceitos básicos do marxismo. Na aula VII há um ensaio de definição daquilo que compreendiam por *ditadura do proletariado*:

O que é este novo Estado? É a Ditadura do Proletariado.
[...] O proletariado para exercer o seu governo, para desapropriar os capitalistas e as demais classes exploradoras, para organizar a produção em novas bases coletivistas, precisa exercer a sua ditadura. É a ditadura exercida no interesse da imensa maioria do povo, contra a minoria dos antigos exploradores e seus instrumentos e por isso mesmo essa ditadura

²⁶ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017, p. 215-216 (*grifos nossos*).

²⁷ Durante os anos de 1966 e 1969 a DI-GB manteve o *Grupo de Estudos* (GE) que mudou de denominação para *Organismo de Prática Orientada* (OPO) cujo objetivo era educar os militantes que viriam a integrar a organização. Essa estrutura não era identificada diretamente com a DI-GB. Depois da “formação ideológica”, o militante passava para *Organização para-partidária* (OPP), onde lhes era informado que havia uma organização política por detrás dessa estrutura, cf.: CODARIN, 2019d, p. 92-98.

²⁸ ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (ORM-POLOP). *Curso básico*. Salvador: s/e, 2010.

²⁹ PONTES FILHO, Ivaldo. Apresentação. In: ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (ORM-POLOP). *Curso básico*. Salvador: s/e, p. 07-11, 2010, p.07.

representa um regime muito mais democrático do que qualquer “democracia” burguesa, onde a burguesia está no poder. Para exercer essa ditadura, o proletariado precisa de um Estado seu, “um instrumento de opressão de uma classe por outra”. Esse instrumento é necessário enquanto existirem antigas classes resistindo à transformação social, mas o proletariado não toma o poder para perpetuar o domínio de classes. Ao contrário, ele visa o estabelecimento de uma sociedade sem classes. Por isso mesmo, Marx fala do caráter transitório da Ditadura do Proletariado.³⁰

A citação corrobora, em nosso ver, a afirmação de que as formulações dessas organizações são bastante genéricas. Contudo, os apontamentos da POLOP são próximos dos de Lenin em *O Estado e a Revolução*. Expressa a compreensão que o *Estado* é o local privilegiado de *dominação de classe* e, portanto, caberia o proletariado exercer sua ditadura. De toda sorte, mesmo assim, é muito difícil a generalização de qualquer formulação e compreensão teórica para a totalidade dos militantes.

Tendo essas posições colocadas, nos arriscaríamos a afirmar que o debate sobre a *democracia como um valor universal* – para citar Carlos Nelson Coutinho – não é uma boa régua para medir as esquerdas da década de 1960. A pergunta: “As esquerdas eram democráticas?”, é, no limite, uma questão *mal posta*, sugere valores que não eram daquela época. O historiador Enzo Traverso apontou como, durante décadas, a história foi “bolchevizada” – à esquerda e à direita –, pelos historiadores. A ideia de Traverso é de que, a história foi lida, por marxistas e anti-marxistas, tendo como *telos* a Revolução Russa, como se a história caminhasse nessa direção. Autores, como o anticomunista – e ex-militante do PCF – François Furet, viam na Revolução Francesa, e no período do chamado *Terror*, uma premonição do que ocorreria na Rússia, em 1917.³¹ Nesse sentido, podemos falar que a historiografia da luta armada – mas, também, da Ditadura como um todo – foi “democratizada”, não no sentido positivo de que a sociedade brasileira dela se apropriou, mas no sentido de que a democracia, conquistada na década de 1980, foi a chave de leitura primordial – *palavra-fetice*, segundo Napolitano – da história recente do país. O Brasil caminhava “no sentido” da democracia/democratização desde os eventos de 1964. Marcelo Ridenti foi bastante preciso ao afirmar que,

É um anacronismo analisar aquele passado com base numa ideia de democracia estabelecida posteriormente e consolidada no seu presente

³⁰ ORM-POLOP, 2010, p. 57.

³¹ TRAVERSO, Enzo. *Revoluciones. 1789 y 1917, después 1989. Sobre François Furet y Arno J. Mayer*. In: *La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 71-104, 2016b.

(cujos limites os futuros historiadores também apontarão). Outro anacronismo é ressaltar a discussão da democracia em detrimento do tema que mais mobilizava a sociedade no início dos anos 60, a “revolução brasileira”, hoje tão esquecida, mas que na época tinha tal legitimidade que os golpistas apelidaram seu movimento de “revolução de 1964”. Se as esquerdas não eram democráticas os anos 60, tampouco o eram as direitas e muito menos os centros.³²

Em sentido muito próximo ao do professor Marcelo Ridenti, Denise Rollemberg afirmou que a leitura que aloca as esquerdas armadas na luta pela democracia é própria de uma reconstrução posterior, já à luz de valores adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 onde o conceito de *revolução*, que estruturava aquelas esquerdas, foi substituído pelo de *democracia*.³³ Como Maria Paula Nascimento Araújo já demonstrou em diversos trabalhos, a democracia e a luta pelas *liberdades democráticas* – que apesar de serem noções próximas, não se confundem – são pautas da *geração* de 1970.³⁴ Para a historiadora, se a *geração* de 1968 foi definida pela luta armada, a *geração* de 1970 é marcada pela luta das *liberdades democráticas*.³⁵

Não podemos esquecer, também, que a Ditadura durou 21 anos, e isso não é um fato menor. Nesse período houve espaço para mudanças de posições. Nesse sentido, quando os militantes da esquerda armada falam que lutaram por democracia, possivelmente, isso ocorreu. Porém, a leitura é englobante, no sentido que o entendimento do passado é realizado de forma unívoca e coerente, onde posições posteriores passam a iluminar todo o passado, tornando a democracia como chave de leitura principal.

Gostaríamos de passar, nesse momento, para a discussão sobre o conceito de *resistência* e sua utilidade para qualificar a atuação das esquerdas armadas. Também buscamos compreender como foi utilizada essa noção pelos próprios militantes, já que tantas vezes – sejam os participantes da luta armada, seja a historiografia ou no debate público – a noção de luta de resistência têm sido empregada.³⁶

O conceito de *resistência* foi largamente utilizado para definir a luta contra o nazi-fascismo europeu durante a Segunda Guerra Mundial. O enfrentamento armado e clandestino

³² RIDENTI, 2004, p. 62-63.

³³ ROLLEMBERG, 2003, p. 47-48.

³⁴ ARAÚJO, 2000; 2004; 2007 e 2014.

³⁵ ARAÚJO, 2014, p. 96; ARAÚJO, 2000, p. 98.

³⁶ Para uma visão conceitual e historiográfica (sobre a trajetória do conceito) de resistência utilizamos os textos de Denise Rollemberg (2015 e 2016), cf.: ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 77-95, 2015; ROLLEMBERG, Denise. *Resistência: história da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.

da *resistência* na Europa ensejou um grande número de estudos acadêmicos sobre aquele fenômeno. François Bédarida, no 40º aniversário do final da Segunda Guerra Mundial, destacou o crescimento dos estudos sobre a *resistência*. Porém, o historiador destacava a falta de um consenso e de conceituação, nesses estudos, sobre o que seria *resistência*, sua utilização se manifestava como uma noção evidente por si só.³⁷ Nesse artigo, Bédarida visava contribuir com debate oferecendo uma definição que pudesse ser generalizável, para abarcar as diversas possibilidades de manifestação do fenômeno da resistência, mas reconhecendo que, com a mudança do *locus*, havia a possibilidade do conceito ganhar tinturas locais. Para isso o autor definiu *resistência* da seguinte maneira:

Para nós, a Resistência é a ação clandestina conduzida, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, por voluntários que se organizam para lutar contra a dominação (e geralmente contra a ocupação) de seu país por um regime nazista, fascista, satélite ou aliado. Essa definição, aplicada à Ásia bem como na Europa, tem a vantagem de expressar:

- a dupla motivação dos resistentes: reflexo patriótico e de defesa do homem;
- a dupla estratégia que guia a ação: libertação nacional e libertação de todas formas de opressão. De onde a progressiva ampliação do combate pela vontade de renovação, após a guerra, da empresa, da nação e do Estado.

Além disso, nessa definição, encontramos os três componentes fundamentais do fato da resistência: atividade clandestina e ilegal (o que lhe confere um caráter inovador comparado às formas da guerra clássica); voluntariado (base do compromisso pessoal escolhido por cada membro da resistência); a luta multifacetada, armada ou não, contra o poder do inimigo (poder militar, político, econômico, ideológico etc.).³⁸

Apesar de podermos encontrar pontos convergentes dessa definição com a luta armada no Brasil, ela não nos levaria muito longe. Bédarida buscava superar conceituações

³⁷ BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle*, revue d'histoire, Paris, n°11, jul.-sep., p. 75-90, 1986, p. 75 e 78; ROLLEMBERG, 2016, p. 23.

³⁸ “Pour nous, la Résistance est l'action clandestine menée, au nom de la liberté de la nation et de la dignité de la personne humaine, par des volontaires s'organisant pour lutter contre la domination (et le plus souvent l'occupation) de leur pays par un régime nazi ou fasciste ou satellite ou allié.

Cette définition, applicable à l'Asie aussi bien qu'à l'Europe, a l'avantage d'exprimer :

- la double motivation des résistants: réflexe patriotique et défense de l'homme ;

- la double stratégie qui guide leur action: libération nationale et libération de toutes les formes d'oppression. D'où l'élargissement progressif du combat par volonté de renouveau, après la guerre, de la société, de la nation et de l'Etat.

En outre, dans une telle définition se trouvent réunies les trois composantes fondamentales du fait résistant: l'activité souterraine et illégale (qui lui donne son caractère d'innovation par rapport aux formes de la guerre classique)³ ; le volontariat (base de l'engagement personnel choisi par chaque résistant) ; la lutte multiforme, armée ou non, contre la puissance de l'ennemi (puissance militaire, politique, économique, idéologique, etc.)” (BÉDARIDA, 1986, p. 80, tradução nossa).

anteriores que, dando ênfase na questão da “ocupação estrangeira”, acabavam por excluir os combatentes antifascistas alemães e italianos da *resistência*. Como apontou Denise Rollemborg, Bédarida “inverte os dois componentes – a luta pela liberdade e pela dignidade do homem seria o cerne da questão [em detrimento da ocupação estrangeira] – o que o levava a tratar os movimentos italianos e alemães como ações típicas da resistência”.³⁹

No intuito de enriquecer o debate, a historiadora traz diferentes aportes para pensar o conceito de *resistência*. Destacamos as contribuições de Jacques Sémelin, ao introduzir o sentido de “ruptura” do contrato social e “abuso de poder” ao conceito de *resistência*. Porém, lembra Denise Rollemborg, essa contribuição de Sémelin pode subdimensionar o fenômeno da *colaboração*.⁴⁰ Outra contribuição de Sémelin é a ideia de *resistência* como conceito estritamente coletivo. Com isso, as ações individuais contra o *poder estabelecido* são classificadas como *dissidentes* ou de *oposição*.⁴¹ Denise Rollemborg lembra que, para Sémelin, o conceito de *resistência* é incompatível com o de *revolução* já que o primeiro diz respeito a *frear* a mudança, *conservar* ou *recuperar* a ordem pretérita.⁴²

A professora Rollemborg destaca, também, as contribuições de Pierre Laborie, para compreensão do fenômeno. A maior inovação proposta pelo historiador é a dimensão de *ação* do conceito, mas *ação consciente de transgressão*, “o ato resistente seria necessariamente responsável e intencional. Implica um comportamento de ruptura, uma prática de transgressão, esta última a ideia que melhor traduziria a noção de resistência”.⁴³ Baseando-se em Laborie, Denise Rollemborg frisa alguns critérios “para uma abordagem das *ideia de resistência* e de sua especificidade”, são eles:

- 1) A vontade de prejudicar um inimigo identificado com o ocupante ou a seu serviço e de impedir a realização de seus objetivos; 2) a *consciência de resistir*, isto é, de participar na *expressão coletiva e coordenada da recusa* por uma *escolha voluntária*, uma *adesão responsável* em relação aos objetivos distintamente afirmados, pela aceitação, de fato ou de princípio, da necessidade de luta armada, com um justa consciência do risco e do sentido da luta; 3) ação de transgressão, de infringir a lei, de ilegalidade.⁴⁴

A historiadora bem lembra que há, antes, *possibilidades e limites* para utilização do conceito de *resistência*, aproveitando sua multiplicidade, mas que tentar resolver suas

³⁹ ROLLEMBERG, 2016, p. 25.

⁴⁰ Ibidem, p. 28-29.

⁴¹ Ibidem, p. 30

⁴² Ibidem, p. 32

⁴³ Ibidem, p. 34

⁴⁴ Ibidem, p. 35 (*grifos no original*).

ambiguidades é uma tarefa pouco produtiva.⁴⁵ Essa “multiplicidade” do termo deve-se, pensamos, a larga utilização do conceito. Bastante empregada para qualificar a luta de todos aqueles que, não concordando com os regimes ditatoriais na América Latina, lutaram contra o arbítrio. Contudo, a utilização foi *naturalizada*, ocasionando uma limitação do conhecimento sobre essas experiências.⁴⁶

Surpreendentemente a historiadora Denise Rollemberg não arrolou, para sua discussão, o conceito de *resistência* de Nicola Matteucci, que consta no “*Dicionário de política*” organizado, entre outros, por Norberto Bobbio.⁴⁷ O autor destaca que,

[...] na linguagem histórico-política, se designam sob o termo Resistência, entendido em seu significado estrito, *todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial*, contra a ocupação alemã e italiana, [...] toda a Europa foi direta ou indiretamente ocupada e se envolveu conseqüentemente na Resistência.

Como indica, do ponto de vista lexical, o próprio termo, *trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução*. Por isso, a Resistência europeia, embora apresente diferenças, às vezes profundas, segundo os países e a história de cada um, mostra algumas características comuns: *trata-se, antes de tudo, de uma luta patriótica pela libertação nacional, contra o exército estrangeiro, contra o "invasor"; em segundo lugar, visto os alemães e os italianos quererem impor uma ideologia bem definida, a nazista e fascista, para a construção de uma "nova ordem europeia"*, a Resistência teve como ideal não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a *defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo*; esta segunda luta teve como símbolo a salvação das populações judias da perseguição e do extermínio. *Houve ainda outro elemento, próprio da Resistência comunista, o da construção de uma sociedade socialista*. Mas a estratégia comunista persistiu sempre na aliança com os partidos burgueses; *pensando que a revolução passava pela libertação, julgaram primordial esse objetivo*.⁴⁸

Gostaríamos de reter, das contribuições de Matteucci, a noção de que os *resistentes* tinham posições, em grande medida, de mudanças do sistema político. Ou seja, não era somente restaurar uma ordem anterior, “a resistência, além de ser patriótica, visava também a uma profunda renovação política (quase sempre, exceto na Polônia, de sentido

⁴⁵ ROLLEMBERG, 2016, p. 37.

⁴⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁷ MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto (org.); MATTEUCCI, Nicola (org.); PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 1114-1116, 1998.

⁴⁸ MATTEUCCI, 1998, p. 1114 (*grifos nossos*).

socialista)”.⁴⁹ Ainda que o autor ressalte que os comunistas sempre buscaram atuar num grande arco alianças.

No Brasil, apesar de amplo uso da noção de *resistência*, pouco se debateu em nível teórico-conceitual sua definição.⁵⁰ Em muitos casos o conceito foi utilizado como sinônimo de *oposição*. Destacamos, nesse sentido, três autores que se ocuparam dessa temática: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Maria Paula Nascimento Araújo. Todos pesquisadores trataram, em momentos distintos dos problemas envolvendo a temática da *resistência*.⁵¹

O historiador Daniel Aarão Reis descarta que a esquerda armada tenha realizado uma resistência, especialmente a democrática. Para o autor, a característica mais relevante das esquerdas armadas era a *ofensiva revolucionária*.

O sociólogo Marcelo Ridenti abordou a questão no texto “*Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*”, de 2004. Seu objetivo com esse trabalho foi o de apontar para as contradições dos pesquisadores que, imbuídos de “intenção desmistificadoras”, terminam por levar água ao moinho dos que tentam retirar a responsabilidade daqueles que compactuaram com o golpe ou, no limite, o realizaram.⁵² O sociólogo busca oferecer uma visão que incorpora as esquerdas armadas aos grupos que resistiram à Ditadura. Primeiro, ao contrário do que afirmou Aarão Reis, o termo “resistência” foi utilizado por diferentes grupos, como Ridenti demonstra em seu texto.⁵³ Segundo, Marcelo Ridenti reconhece que o caráter *ofensivo* das esquerdas armadas é um fato inegável. Contudo, evocando Max Weber, afirma que as esquerdas deveriam ser medidas menos pelo seu projeto e mais pelo resultado de suas ações. Citando Weber literalmente:

Incontestável e constituindo elemento essencial da História, ao qual não fazemos justiça em nossos dias, é o fato seguinte: o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. Cabe mesmo afirmar que muito raramente corresponde e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal.⁵⁴

⁴⁹ MATTEUCCI, 1998, p. 1115.

⁵⁰ Referimo-nos, aqui, especificamente a utilização dentro do âmbito dos estudos da ditadura brasileira.

⁵¹ Os pesquisadores apresentaram suas posições em: ARAÚJO, 2000; RIDENTI, 2004.

⁵² RIDENTI, 2004, p. 53.

⁵³ *Ibidem*, p. 55-56.

⁵⁴ WEBER *apud* RIDENTI, 2004, p. 57.

Ridenti assume que o conceito de *resistência* tende mais a um sentido “defensivo” do que “ofensivo”. Reconhece que o projeto das esquerdas armadas era de ofensiva, mas se materializou como *resistência*. Segundo o sociólogo brasileiro,

Independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas pode-se constatar em retrospecto que elas eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura.⁵⁵

Após essas considerações, Ridenti sugere que não se utilize, em se tratando da esquerda armada, o adjetivo “democrática” acoplado à “resistência” para evitar aquilo que denominou de “ideologia da resistência democrática”. Segundo o autor, e estamos de acordo, setores que participaram da luta armada reivindicam o papel de “resistência democrática” muito mais para adequar seu passado a posições assumidas posteriormente.⁵⁶ Porém, a lacuna no texto de Marcelo Ridenti é uma definição mais estrita da noção de *resistência*. Quando o autor sugere que as esquerdas “[...] fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura que pode ser chamado de ‘resistência’”, o autor utiliza o termo *resistência* como sinônimo de oposição, o que, em nosso modo de ver, alarga o conceito. Pensamos que Marcelo Ridenti assumiu como suas as proposições de Nicola Matteucci, única referência em seu texto que remete à uma conceituação de “resistência”.⁵⁷

O mesmo acontece com o, também excelente, texto de Marcos Napolitano, “*Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil*”.⁵⁸ O historiador traz à tona a origem do debate sobre o conceito de *resistência*, realiza uma crítica da visão épica/heroicizante da *resistência*, porém, não nos fornece subsídio para uma conceituação.

Consideramos as contribuições de Maria Paula Nascimento Araújo, para conceituação de *resistência*, muito importantes, além de pioneiras. A historiadora localiza na derrota da luta armada a ascensão de uma esquerda preocupada com uma luta de *resistência*

⁵⁵ RIDENTI, 2004, p. 57.

⁵⁶ Ibidem, p. 58-59.

⁵⁷ O historiador marxista Demian Melo (2014b), assíduo crítico de Aarão Reis, defende o caráter de resistência das esquerdas armadas. No entanto, não oferece, em seu texto, nenhuma definição do conceito. Melo se limita a corroborar as posições de Marcelo Ridenti no texto discutido acima, cf.: MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, p. 157-188, 2014b.

⁵⁸ NAPOLITANO, 2015.

em torno da defesa das *liberdades democráticas*. Isso se daria, em especial, ao redor das organizações ligadas à revista *Brasil Socialista*. Pedimos licença aos leitores para uma citação mais longa onde a professora Maria Paula Nascimento Araújo conceitua o termo *resistência*:

A palavra “resistência” está intimamente ligada à ideia de uma correlação de forças adversa; de um inimigo mais forte que se impõe. A resistência é sempre do mais fraco, do acuado. Muitas vezes ela é feita por homens e mulheres que se escondem – é uma atividade ilegal, clandestina ou semiclandestina. Quem resiste faz frente à ação de algo mais forte. A resistência tem algo de heroico em nosso imaginário, mas também traz implícita a noção de derrota: *resistem aqueles que foram derrotados, resistem os que sobram*.

Contudo, a resistência é também um exercício de esperança. Resiste-se porque no momento é a única coisa que pode ser feita, mas acredita-se que tal situação poderá mudar um dia. A resistência sempre é pensada como uma atividade provisória, contingente, mas também como lenta e inexorável transformadora. É uma luta de derrotados, porém de derrotados prudentes e esperançosos. Assumir uma tática de resistência é, antes de tudo, assumir uma derrota mas ao mesmo tempo declarar uma esperança de vitória no futuro. É um ato simultâneo de humildade e de fé. E, sobretudo, de coragem.

[...]

Quem participa de uma resistência sabe que não tem nenhuma garantia legal; sabe que, ao ser preso pelo inimigo, estará numa terra de ninguém – sem recurso, sem salvação, sem defesa; enfrentando a tortura e a morte. *Mas, por outro lado, sabe também que está do lado justo*.

As “resistências” em geral se organizam contra invasores (como os alemães invadindo a França ou os Estados Unidos entrando no Vietnã) contra os inimigos da democracia (aí compreendendo os fascismos e os regimes ditatoriais). Ou seja, toda a luta de resistência se faz, em primeira instância, *em defesa da legalidade, da democracia e dos direitos humanos*. Ela é uma forma de luta típica dos momentos de quebra da legalidade. Quem resiste o faz em nome de determinados valores que o Ocidente consagrou como universais. É por isso que quem participa de uma resistência não o faz apenas em nome de uma bandeira ideológica. Mesmo que sua opção individual seja exclusivamente sustentada por sua ideologia, o militante da resistência sabe que pode invocar a seu favor bandeiras mais universais. Esses militantes não lutam apenas por um projeto político – eles lutam, essencialmente, em defesa da dignidade humana.

[...]

Mas, por outro lado, a militância de uma resistência é essencialmente prudente. O objetivo maior não é se expandir, não é atacar, não é propagar ideias ou ocupar ostensivamente novos espaços. Ao contrário, as práticas de resistência dão ênfase às atividades básicas organizativas e cumulativas. Os objetivos referem-se a um projeto de acumulação de forças, de preservação de quadros e de espaços já conquistados; as atividades são cercadas de rígidas medidas de segurança. Mais do que atacar, quem resiste procura “manter a chama acesa” e evitar a dispersão e desagregação.

Portanto, se pressupõe coragem, a luta de resistência também pressupõe cautela e prudência.⁵⁹

Contudo, nas organizações brasileiras, a despeito da experiência europeia, a luta de resistência, foi assumida depois da *crítica das armas*. Ou seja, a luta *resistente* foi assumida quando a esquerda não mais pretendia, num horizonte próximo, empunhar armas para derrubar o regime ditatorial. Desta maneira, a luta armada foi “excluída” da *resistência*.

Olhado em direção a década de 1960 – e para as memórias daquele período –, em especial para as esquerdas armadas no Brasil, a noção de *resistência* foi pouco utilizada. Temos, contudo, uma organização, liderada por Eduardo Collen Leite (Bacuri), chamada *Resistência Democrática* (REDE), surgida em 1968, posteriormente a REDE se integraria a ALN.⁶⁰ Contudo, a organização teve existência efêmera, tendo assumido os documentos da organização dirigida por Carlos Marighella como base para as compreensão do país e atuação política. A DI-GB/MR-8, editou o periódico *Resistência*.⁶¹ Para o militante César Benjamin (DI-GB/MR-8), a designação não seria precisa, valendo-se de uma argumentação semelhante a de Daniel Aarão Reis, enfatizando o caráter ofensivo da organização.

Marcelo Ridenti: Então, seria correto tratar como “de resistência” a luta armada no Brasil? E uma resistência contra na ditadura?

César Benjamin: Não sei. Porque na verdade os grupos armados reivindicavam uma estratégia que era algo mais que resistir à ditadura. Era no contexto, fazer revolução socialista.

[...]

MR: Uma libertação nacional que acabaria no socialismo?

CB: Era uma revolução de qualquer maneira. Então, tem o aspecto de resistência [...] Por exemplo, quando você resiste ao regime militar, você tem na democracia uma trincheira muito clara, você tem uma política de alianças de outra natureza. *Embora, na verdade fosse uma resistência, era também um projeto político que guardava uma certa autonomia do regime militar. Não no sentido de que ele existiria sem o regime militar, mas que a dinâmica dele não era (mesmo porque a gente considerava que o regime militar era forma permanente de dominação burguesa). Então, era sair dele por uma revolução.*

*A nossa estratégia política também tinha que ter uma vigência maior do que uma simples resistência.*⁶²

José Carlos Gianinni (ALN) afirma que a luta armada,

⁵⁹ ARAÚJO, 2010, p. 123-124 (*grifos no original*).

⁶⁰ AARÃO REIS; SÁ, 1985, p. 359.

⁶¹ CODARIN, 2019d.

⁶² BENJAMIN, César. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 089, transcrição p. 28.

tem um valor que eu acho que é intrínseco, foi o único momento efetivamente desses vinte e tantos anos aí [em referência a duração da ditadura], quer dizer, particularmente naquele momento onde realmente a ditadura tava se fortalecendo, se constituindo como um todo mesmo, que era um movimento de resistência [...] então tem esse valor, foi um movimento que eu acho que devolveu um mínimo de dignidade ao movimento popular, aos próprios trabalhadores embora não tivesse tido participação direta; porque existiu a partir de [19]64, eu acho que uma desmoralização total, da esquerda, do movimento popular, dos trabalhadores, não pelo golpe em si, mas pela ausência de resistência ao golpe.⁶³

O militante exclui, portanto, as oposições legais – seja em um primeiro momento apenas o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), seja posteriormente instituições como OAB, ABI e CNBB como participantes da *resistência*. Com isso, resistentes foram aqueles que travaram um enfrentamento direto, clandestino e “ilegal” contra o regime.

Carlos Fayal (ALN) afirma que, mesmo antes de entrar em alguma organização, junto com amigos do movimento estudantil, concluíram que precisavam de armas para autodefesa nas manifestações. Segundo o militante, “[...] nós estávamos convencidos [...] a saída era de *resistência armada democrática*”.⁶⁴ Na mesma entrevista Fayal afirma que, após a morte de Marighella e a ausência da Toledo, era um momento difícil para os militantes, nesse contexto, novamente, evoca a *resistência democrática*,

Então, nós seguramos ali aquela situação no peito e na raça, essa é que é a verdade. Quase no emocional. Ou a gente para ou continua! Aí todo mundo falou: “Não, vamos continuar, até o final, tal”. Tinha aquele problema quase que tava muito vinculado a essência do aspecto de resistência que tinha na luta. E aí ficou muito naquilo, resistência à Ditadura. Resistência democrática à ditadura. Não vamos nos submeter e deixar uma marca, deixar um exemplo de não aceitar a imposição de imperialismo da Ditadura Militar para com o nosso povo. Então era uma coisa muito forte.⁶⁵

Vinícius Caldeira Brant, que nunca chegou a participar de nenhuma ação armada no PRT, valeu-se, em diversos momentos, do termo “resistência armada”. Para o militante, apesar de haver uma vontade de ofensiva revolucionária, as ações da esquerda não passaram de uma fase defensiva. E chega a afirmar que há necessidade de diferenciar as “diversas

⁶³ GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 093-94, transcrição p. 1b-2b.

⁶⁴ FAYAL, Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 130, transcrição p. 05.

⁶⁵ *Ibidem*, transcrição p. 12.

formas de resistência que existiam naquele período”.⁶⁶ Para Brant as diversas *resistências*, especialmente a armada, ajudaram a criar cisões no amplo leque de apoiadores do golpe, manter “acesa” uma forma de *resistência*, esse foi o papel da luta armada. Conclui afirmando, “o Brasil deve muito à resistência armada e que sem ela estaríamos muito pior”.⁶⁷

Tanto as afirmações de Brant como as de Fayal caminham no sentido que expôs Maria Paula Nascimento Araújo, que a luta de resistência é daqueles que, em algum momento, perderam, uma luta que encerra esperança, vontade de “manter a chama acesa” – expressão utilizada pela a historiadora e por Vinícius Caldeira Brant.

Apolônio de Carvalho, que lutou na França, na *resistência francesa*, faz uma avaliação matizada sobre o papel das esquerdas *revolucionárias* brasileiras onde, num primeiro momento houve *resistência*, mas entre 1964-1968 seria diferente do momento posterior a edição do AI-5. Segundo o entrevistado, quando perguntado sobre sua definição, responde da seguinte forma:

É porque eu acho que essa luta tem várias formas. Ela não assume imediatamente a forma de luta armada; ela tem, portanto, duas fases. A primeira é um protesto legítimo, necessário, indispensável diante da violência, do ódio de classe que se manifesta de maneira extremamente dura contra a grande massa da população. E quanto a certas faixas, sobretudo nas chamadas [camadas?] inferiores das Forças Armadas, isto é, marinheiros, sargentos, soldados, etc.

Então, essas duas escalas da resistência do nosso povo à ditadura militar; esses dois aspectos do protesto popular acompanham também dois aspectos específicos da repressão. Dois elementos bem diferenciado que seriam alvos da repressão nos primeiros meses (alcançando depois um período que medeia entre [19]64 e [19]68) e o que seria a resistência, o protesto da população já na segunda fase da ditadura militar, que marca o seu endurecimento maior (isto é a partir de dezembro de [1968], quando a crise interna do regime de ditadura militar e a crise política das relações executivo e congresso, e a crise mais íntima no interior das Forças Armadas levariam a um recrudescimento do regime de repressão).⁶⁸

Depois de expor a resistência na *memória* e na *história*, sugerimos uma compreensão para o fenômeno no Brasil. Ao contrário da argumentação de Laborie, cremos que a *resistência* pode se realizar de maneira não-armada. Porém, o *resistente* é aquele que assume que sua atuação não pode se limitar ao espectro *legal*, onde domina por excelência a

⁶⁶ BRANT, Vinícius Caldeira. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 119-120, transcrição p. 11.

⁶⁷ *Ibidem*, transcrição p. 9B

⁶⁸ CARVALHO, Apolônio de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 104-105, transcrição p. 01.

oposição. A luta de *resistência* é, portanto, uma luta *consciente, clandestina, ilegal e coletiva*. A *resistência* encarna, como bem lembrou Laborie, uma dimensão da *ação*. O resistente toma consciência da *ilegitimidade do regime* e atua para combatê-lo ativamente. Ou seja, a *resistência passiva*, em nosso compreender, trata-se de um oxímoro.⁶⁹

Por outro lado, considerar que somente a luta armada fez *resistência* seria reduzir os campos de ação consciente de enfrentamento a um regime. Tem-se trabalhado bastante com a noção de *resistência cultural*.⁷⁰ Em nossa visão é possível enxergar a cultura como um local próprio da resistência. Primeiro, como Marcelo Ridenti já evidenciou, os *revolucionários* e artistas da década de 1960 compartilharam uma mesma *estrutura de sentimento*, ou seja, estavam imbuídos dos mesmos ideais.⁷¹ Segundo, por analogia poderíamos dizer que muitos artistas travaram uma luta “clandestina” ao fazerem alusões em suas músicas a luta armada sem, necessariamente, uma evocação direta.⁷² Ou mesmo Chico Buarque e Gilberto Gil, sem serem partidários da luta armada, tentam “clandestinamente” burlar a censura com a canção “*Cálice*” – que no contexto da música torna-se um imperativo, “Cale-se!”, num claro ato de afrontamento à Ditadura, denunciando a realidade vivida sob o regime.⁷³

Por último, concordamos com Daniel Aarão Reis que a luta armada, especificamente, não participou da *resistência democrática*. Nesse sentido, acompanhamos Marcelo Ridenti nas advertências sobre a *ideologia da resistência democrática*. Contudo – como Ridenti também salientou – as esquerdas foram por demais frágeis para impor sua *ofensiva revolucionária*. Cabe salientar, também, que mesmo o projeto revolucionário, era muito genérico, ou seja, o que seria realizado após a derrubada do regime eram pautas gerais –

⁶⁹ Denise Rollemberg traz as contribuições de Denis Peschanski para dar conta de comportamentos individuais que visam não colaborar, até manifestando uma *vontade de resistir*. Para isso o autor cunha, separando assim da *resistência*, o conceito de *resiliência*: “Na acepção que proponho, a resiliência integra todos comportamentos de recusa, de distância, de contestação que assinalam a *vontade de resistir* aos golpes sofridos em virtude da ocupação e da derrota e para se reconstruir uma identidade individual e coletiva. Mas ela exclui os atos de resistência” (PESCHANSKI *apud* ROLLEMBERG, 2015, p. 90, *grifos no original*).

⁷⁰ NAPOLITANO, Marcos. A “estranha derrota”: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, Marcos (org.); CZAJKA, Rodrigo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 317-338, 2013.

⁷¹ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 85-120.

⁷² Aqui lembremos da canção “*Pra não dizer que não falei das flores*” (caminhando), de Geraldo Vandré.

⁷³ Podemos utilizar como exemplo as análises de Marcelo Ridenti (2009, p.85-87) quando aborda a “luta clandestina” de artistas da tropicália em suas canções. Tanto Caetano Veloso, como Gilberto Gil, faziam referências à luta armada, a personagens como Marighella e Che Guevarra. Na canção “*Enquanto seu lobo não vem*”, de Caetano, há, em certa altura da música, um excerto, ao fundo, do hino da Internacional. O hino é executado após Caetano cantar a frase “Vamos passear escondidos”. Cf.: RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *1968: 40 anos depois*. História e memória. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 81-90, 2009.

reforma agrária; nacionalização dos bancos; expropriação das multinacionais e etc.. Nesse sentido vale lembrar Eric Hobsbawm quando afirma que

Retrospectivamente, poderíamos dizer que o socialismo era ou um sonho utópico ou pouco mais que uma palavra de ordem, pois até a Revolução Russa nem mesmo a esquerda socialista havia considerado seriamente o que faria caso chegasse ao poder. [...] Em suma, a teoria socialista era uma crítica da realidade capitalista, e não um projeto efetivo para a construção de uma outra sociedade.⁷⁴

Apesar da revolução ser percebida como uma realidade possível, como os entrevistados frequentemente afirmavam, o problema da “administração das coisas”, caso fossem vencedores, não aparece na documentação. Como já argumentamos, não passam de críticas ao capitalismo no Brasil e propósitos gerais, sem nenhuma fundamentação de como, no poder, isso seria posto em prática. E como afirmou Nicola Matteucci, boa parte da resistência europeia contra o nazi-fascismo, era composta de socialistas, e na Espanha, de anarquistas. Podemos dizer que a resistência, ainda que seja no sentido de refrear a ação dos ocupantes do poder, não necessariamente é partidária do restabelecimento do regime *tal qual* existia antes da sua usurpação. Por isso advogamos o caráter de *resistência* da luta armada brasileira.

4.2 Crença na revolução ou suicídio revolucionário?

Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio.

Abert Camus.

A ideia de revolução era algo distante, um sonho de poucas palavras diluído no passado, uma sombra indistinta.

Renato Tapajós.

⁷⁴ HOBBSAWM, Eric. *O novo século*: entrevista a Antônio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 95.

Em seu “*Minimanual do guerrilheiro urbano*” Carlos Marighella afirmou que duas eram as tarefas dos revolucionários, “atacar e sobreviver”.⁷⁵ O *voluntarismo* das esquerdas armadas no Brasil, está muito ligado a ideia de ser “portador” do futuro, isso é, também, importante para compreendermos a atividade *revolucionária* no Brasil do século XX. A *teleologia marxista* foi essencial para forjar nos indivíduos um sentimento de comprometimento com a causa que se luta. Não somente isso, os exemplos abundavam na *Era dos extremos* – o *breve século XX* – que foi também uma “*Era das revoluções*” – Rússia, China, Cuba, Argélia e Vietnã para não alongar a lista. Os exemplos revolucionários ajudaram na constituição dessa *estrutura de sentimento* da esquerda da década de 1960. O historiador Eric Hobsbawm, nascido no mesmo ano da Revolução Bolchevique, afirmou que,

[...] é praticamente impossível imaginar o que a Revolução de Outubro significou para os que são agora, homens maduros. Foi a primeira revolução proletária, o primeiro regime na história a empreender a construção da ordem socialista, prova não só da profundidade das contradições do capitalismo, que provocaram guerras e crises, mas também da possibilidade – da *certeza* – de que a revolução socialista triunfaria.⁷⁶

A ideia da importância de “sobreviver” que Marighella indica, parece ser intrínseca a atividade *revolucionária*, afinal de contas, o *revolucionário* luta por um mundo melhor, não só para si, mas para todos. A luta armada, por tanto, parece indivisível da *esperança*: esperança pelo que se luta; esperança num mundo diferente; ou, simplesmente, esperança na vitória. Mesmo aqueles que sabem que foram derrotados ainda permanecem esperançosos. Somente para exemplificar, poderíamos citar alguns títulos de memórias e/ou autobiografias: “*Vale a pena sonhar*”, de Apolônio de Carvalho, “*Gracias a la vida*”, de Cid Benjamin e “*Ousar lutar*”, de José Roberto Rezende.⁷⁷

Mas, como temos argumentado, as memórias de um grupo não, necessariamente, apoiam-se umas às outras, não se corroboram mutuamente. Em 1977, Renato Tapajós lançou o primeiro livro que trata da temática da luta armada. Baseado na sua experiência de militante, porém, narrado de maneira romanceada – uma autobiografia ficcional, como

⁷⁵ Utilizamos aqui a versão em castelhano da obra, cf.: MARIGHELLA, Carlos. *Minimanual del guerrillero urbano*. Lanus Oeste: Lupara, 2015, p. 40.

⁷⁶ O texto original de Hobsbawm data de 1969, cf.: HOBBSAWM, Eric. Problemas da história do comunismo. In: HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 15-24, 2015, p. 15 (*grifos no original*).

⁷⁷ O livro de Cid Benjamin faz referência a canção, de Violeta Parra, de mesmo título. Já o livro de José Roberto Rezende utiliza parte lema com o qual Carlos Lamarca ficou conhecido: “Ousa lutar, ousar vencer”.

sugeri Denise Rollemberg.⁷⁸ Porém, o livro apresentou uma dimensão bastante particular dos momentos finais da luta armada nas cidades e no campo. Renato Tapajós introduz no debate o problema do suicídio dentro da luta armada. Um suicídio diferente, é verdade, já que não é auto-impingido. No livro, o personagem principal/narrador, no final do livro, sabendo estar prestes a entrar num *ponto* de conhecimento da polícia, o faz como uma espécie de “libertação”, não podendo mais suportar a angústia que a luta armada lhe causava, pela perda de sua amiga em uma blitz policial, resolve se entregar à morte.

O livro de Tapajós é recheado de qualidades. Além do mais, pensamos, o autor é bastante feliz ao tentar evidenciar a realidade pela qual os militantes passaram. Nesse trecho, permeado por auto-ironias, Tapajós evidencia, em cena hipotética (mas possível), o encontro entre militantes *revolucionários* e camponeses e como havia um descompasso entre discurso revolucionário e a realidade daqueles pelo qual se lutava,

Falou [o revolucionário venezuelano] da miséria em que os caboclos viviam e os caboclos não sabiam que em sua vida havia miséria. Falou da exploração a que o povo era submetido e os caboclos sequer imaginavam que fossem explorados ou que pudessem sê-lo: desde sempre viviam assim. Ele falou ainda da luta para derrubar os opressores, convidando a que aderissem à guerrilha e os caboclos não sabiam contra quem lutar nem porquê. Finalmente ele falou que precisavam de ajuda, para curar os ferimentos, comer e preparar mantimentos para continuarem. Isso os caboclos entenderam. E entenderam que aqueles rapazes estranhos não eram pessoas ruins ou mal-intencionadas. Abrigaram-nos em suas casas, deixando-nos descansar, curaram seus ferimentos com suas ervas e raízes, deram-lhes comida e mantimentos. Quando os guerrilheiros partiram, dias depois, haviam recuperado suas forças e levavam comida bastante para muito tempo de marcha. Mas nenhum caboclo aderiu à guerrilha. *Ninguém os acompanhou.*⁷⁹

O texto de Renato Tapajós descreve histórias simultâneas, que não se cruzam. Uma em especial, da *queda* do narrador e seus companheiros numa blitz. Essa passagem, o momento de serem descobertos e tentarem escapar do cerco policial, é recontada ao longo livro, a cada vez que é narrado o mesmo trecho, faz-se desde o início acrescentando um novo fragmento do acontecido.⁸⁰

⁷⁸ ROLLEMBERG, 2013, p. 77.

⁷⁹ TAPAJÓS, 1977, p. 41-42.

⁸⁰ Não faremos nenhum resumo ou análise do livro de Tapajós, queremos nos valer da ideia proposta pelo autor dos revolucionários que “entregavam-se” à morte. Para uma análise do livro pode-se consultar: ROLLEMBERG, 2014, p. 77-84.

Dispomos da entrevista, realizada por Marcelo Ridenti, com Renato Tapajós. Nela o autor explica seus objetivos ao escrever o livro. Em suas palavras,

Renato Tapajós: [...] em primeiro lugar, o livro na verdade tinha como propósito consciente num determinado momento, de discutir uma questão que me preocupava bastante na época, que eu definia como sendo uma contradição entre o compromisso moral e a postura política. Quer dizer, para mim era muito claro, ficou muito claro, que num determinado momento quando as organizações já estavam acabando, umas tinham sido totalmente dizimadas e outras estava resistindo[,] apenas pequenos grupos desligados da sociedade, totalmente voltados para si mesmos e tal, que nesse momento a única política na acepção correta da palavra [...] era sair do país ou então encontrar uma outra forma de atuação.

Marcelo Ridenti: Isso em que ano?

RT: Por volta de [19]72, estava muito claro isso em [19]72. Eu comecei a escrever o livro em [19]73... Encontrar outra forma de atuação, outra maneira de se inserir no processo político que não a luta armada como definida naquele processo, aí aconteceu que diversos grupos absolutamente não...

MR: perceberam...

RT: Ou então perceberam, mas não quiseram aceitar. Assumiram uma atitude falsamente heroica, de resistir até o fim, mesmo sabendo que a coisa estava perdida, é isso eu chamava de compromisso moral, quer dizer, era um compromisso com os mortos, compromisso com os presos, os torturados, quer dizer, como se você estivesse traíndo o sacrifício dos outros, se não fosse capaz de continuar até o fim, inevitável, que era a morte. Eu acho que esse sentimento se tornou muito claro nesse momento.⁸¹

O livro de Tapajós buscou, mesmo sub-repticiamente, realizar uma crítica às ações “falsamente heroicas” que, ao fim, não tinham resultado político. No texto de “*Em câmera lenta*”, em nosso ver, se misturam duas questões que podemos separar, a despeito do autor utiliza-las em conjunto: a *opção pela morte* e, também, algo que poderíamos denominar de *ponto de não retorno* o qual alguns militantes da luta armada parecem ter ultrapassado. Ambas dimensões podem caminhar juntas, mas não se confundem. Dificilmente poderíamos afirmar que os militantes *optavam* pela morte. Não obstante, alguns casos simbólicos como, por exemplo, o de Joaquim Câmara Ferreira, que apesar de saber ser insustentável sua presença no Brasil, retorna clandestinamente ao país para assumir a direção da ALN. O *ponto de não retorno*, pode ser evidenciado no “fardo moral” que alguns militantes parecem carregar. Abandonar a luta, nesse sentido, era *trair*. Contudo, não conseguir deixar a luta armada não pode ser confundido com *opção pela morte*.

⁸¹ TAPAJÓS, Renato. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 087, transcrição p. 01-02.

O sociólogo Marcelo Ridenti, durante suas entrevistas, ensaia unir essa ideia de Renato Tapajós à teoria sociológica de Émile Durkheim sobre o suicídio. Para o sociólogo francês, o suicídio pode ser tomado como um *fato social* – coercitivo e exterior ao indivíduo. Para Durkheim duas condições podem levar um sujeito a cometer suicídio. Seu completo isolamento social, uma individualização absoluta (o suicídio egoísta). Ou, ao contrário, a falta de individualização de um sujeito, levando a se considerar (e ser considerado) como indiferente para um determinado grupo, nesse sentido, o grupo pode “*solicitar*” que esse indivíduo cometa o suicídio para o bem do grupo, já que sua individualidade não é relevante, a isso denominou *suicídio altruísta*.⁸²

Passeando pela história, Durkheim nos oferece diversos exemplos de como o *suicídio altruísta* foi demandado em diferentes sociedades. Entre outros exemplos, o sociólogo francês cita o caso das viúvas hindus em Bengala que optavam por retirar sua própria vida quando da morte do esposo. Mas, como lembra Durkheim, isso não partiria exclusivamente de um sentimento amoroso intenso. Outrossim seria o motivo, por padrões culturais seculares – os quais a forma da sua construção não nos interessa agora – impunham à esposa retirar a própria vida, sob pena de viver em desonra. Outro exemplo é a ideia de que um guerreiro deve morrer numa batalha – e não em casa – é milenar no Ocidente. Os samurais japoneses que cometem suicídio *etc.*. Todos esses seriam exemplo de um *fato social*, o suicídio. A sociedade pode levar, em maior ou menor grau, o indivíduo a suicidar-se, devido a isso Durkheim chega a nomear de *suicídio altruísta obrigatório* – além do *suicídio altruísta facultativo* e do *suicídio altruísta agudo*.⁸³

Ao longo de todo seu texto, Renato Tapajós insere as duas noções, de que o narrador/personagem havia chegado em um *ponto de não retorno* e, ao final, só lhe restaria a *opção pela morte*. No trecho que reproduzimos a seguir o autor insere esse problemática. Não há possibilidade de abandonar a luta armada, fazer isso é trair os que morreram ou irão morrer.

Como é que eu vou recuar com todos os olhos, com todos os rostos, com todas as lembranças dos mortos olhando para mim e meus companheiros, os que vão morrer continuando? Como é que eu posso desertar da luta inútil quando por ela morreram tantos e ela também morreu. Porque isso ou sair do país é desertar, é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Porque o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer. E mesmo errado esse é o único

⁸² DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 269-302.

⁸³ DURKHEIM, 2000, p. 283.

compromisso que existe e se eu parar, recuar ou sair do país eu vou ficar o tempo todo vendo os rostos como acusações daqueles que acreditaram e não poderei aprender nada nem fazer nada certo porque cada gesto será um abandono daqueles que são meus[...].⁸⁴

É impressionante como esse trecho guarda semelhanças com o depoimento de alguns militantes entrevistados por Marcelo Ridenti. Vera Sílvia Magalhães (DI-GB/MR-8), questionada por Ridenti, afirma enfaticamente haver um momento na sua trajetória – mas, também, esquerda armada em geral – em que houve uma *opção pela morte*. Em seu caso particular, foi a morte de seu namorado, Vera Sílvia Magalhães afirma que, “quando o Zé Roberto [Spigner] morreu, não saí da história [luta armada] porque aí meu compromisso transcendeu a qualquer coisa. Era com ele, Zé Roberto. Eu queria o mesmo destino exatamente”.⁸⁵ O texto de Renato Tapajós segue da seguinte maneira, em sentido muito próximo da fala de Vera Sílvia,

[...] a gente não pode mais voltar a partir de um certo ponto porque o peso nas costas, o peso de todos os mortos é grande demais. E eu passei desse ponto e não posso voltar mais, eu sei que ela também não voltaria, não poderia voltar. Ela foi até o fim, até o fundo e eu também tenho que ir, mesmo que esteja errado, mesmo que seja inútil e absurdo.⁸⁶

Podemos ainda cruzar essa passagem de “*Em câmera lenta*” com o depoimento de Maurício Paiva (COLINA). Para o militante, a morte de companheiros deixava-os com um compromisso ainda maior com a luta armada. Ainda que isso não se traduza, diretamente, em uma *opção pelo suicídio*. Em suas palavras,

[...] quando chegava uma notícia da morte de um companheiro, as reações não eram de medo, mas uma reação, um sentimento de dívida para com o companheiro. Aumenta seu “fardo moral”. Agora que você tem mais compromisso ainda. Agora que você tem que ir em frente, de qualquer maneira, porque você tem uma dívida para com aquelas pessoas que morreram, que estavam junto com você, na mesma luta. Essas coisas pesaram no aspecto moral. E aí você fala na decisão do suicídio. Eu acho que conscientemente ninguém disse, vou me suicidar. Essas pessoas não tinham certeza disto. As pessoas tinham consciência dos riscos. Se propuseram a correr esses riscos. Se prepararam psicologicamente para o processo. Mas não achavam que iam morrer.⁸⁷

⁸⁴ TAPAJÓS, 1977, p. 160.

⁸⁵ MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 18-19.

⁸⁶ TAPAJÓS, 1977, p. 161.

⁸⁷ PAIVA, Maurício. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 128-129, transcrição p. 18-19.

O comunista Apolônio de Carvalho, liderança expressiva do PCBR, entende que o processo se deu em dois contextos. O primeiro, onde a luta armada era desenvolvida dentro de um quadro estratégico de avanço revolucionário, essa situação durou até 1971. Depois disso Apolônio de Carvalho afirma que a luta armada se transmutou em uma questão de honra, em suas palavras,

[...] eu acho que podemos contar até [19]71, o período das ações de guerrilha dentro de um quadro de estratégia. A partir de 71 penso que esse quadro vai cedendo lugar a um quadro de resistência em nome das bandeiras, em nome da continuidade e do respeito aos pioneiros, mas mais como um pacto de honra e uma questão de brio de combatentes do que verdadeiramente uma visão de desdobramento.⁸⁸

Segundo Vera Magalhães, a esquerda armada, a partir de determinado momento, continuou nas ações mais por um senso ético-moral com os companheiros que haviam sido mortos, torturados e presos, do que com um projeto revolucionário. Mas isso se devia, também, ao fato de que a esquerda, inclusive por seu distanciamento social, imposto pela luta armada, não teria espaço dentro da sociedade. Nas palavras de Vera Sílvia Magalhães,

Eu acho que a partir de determinado momento havia uma fidelidade àquilo que você queria ter construído havia uma crise de identidade. A gente não tinha outra identidade, essa era a nossa identidade social. E evidentemente você se renunciar a uma identidade social, é você se dispor a uma pré-morte ou à morte real. Agora, são opções duríssimas. Eu, na minha cabeça não fiz opção pela morte, eu fiz opção pela vida quando entrei na esquerda. E na medida que a situação histórica foi evoluindo eu me debati com esse problema [...].

Quando eu caí, 20 dias depois [da morte de José Roberto Spigner], só pensava nisso. Eu queria morrer mesmo, também no mesmo itinerário. Eu não queria morrer eu dando um tiro na minha cabeça. Eu achava uma fraqueza muito grande. Mas, se me matassem ou não, eu estava cagando, tanto é que eu caí num tiroteio, abri o tiroteio, só fiz cagada para me matarem e não consegui que me matassem. Evidentemente no último momento, quando você ouve a última voz: “ou você se apresenta ou a gente metralha”, aí realmente eu preferi me apresentar.⁸⁹

Esse impulso que Vera Sílvia Magalhães descreve, é o mesmo cunhado por Durkheim. O sociólogo francês lembra que o *suicídio* não precisa ser realizado pelo sujeito,

⁸⁸ CARVALHO, Apolônio de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 104-10, transcrição p. 31-32.

⁸⁹ MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 17.

desde que ele se coloque em uma situação fatal e “tenha sido desempenhado pela vítima com conhecimento de causa”.⁹⁰ É curioso, porém, que as contribuições de Durkheim incluem, ao tratar do *suicídio altruísta*, os militares, onde ele encontrou sujeitos que, por excelência, praticam esse ato. Contudo, diverso do que poderíamos imaginar, a esquerda armada encaixasse melhor nos exemplos que o sociólogo fornece sobre situações onde a sociedade, ou grupos sociais específicos, “requerem” o suicídio de determinada pessoa, do que seu exemplo sobre os militares.

Ainda dentro da rica entrevista de Vera Silvia Magalhães, a entrevistada dá o seguinte depoimento,

Se você não tem a vitória [do projeto revolucionário], você está morto. A sua morte física é secundária, porque você já está morto. O teu projeto faliu e você é o projeto. Quer dizer, essa identificação da pessoa com o projeto anula o indivíduo, anula a pessoa, o que vale é a vida do projeto, a vida da pessoa não vale. Então se o projeto faliu, morra a pessoa. É melhor até morrer fisicamente do que viver de joelho. É melhor morrer logo.⁹¹

Difícilmente alguém sintetizaria com tanta objetividade aquilo que Émile Durkheim classificava como parte integrante do *suicídio altruísta*. Para o sociólogo era preciso haver uma conjugação entre sujeito e seus ideais – podendo ser uma religião ou ideologia política, por exemplo –, que o indivíduo está disposto a se sacrificar por eles. O radicalismo religioso é um exemplo. Mas a derrota desses ideais pode, também, representar a derrota do indivíduo, existencialmente. Nesse caso, a morte torna-se uma opção, já que aquilo que lhe fornecia sentido já não mais existia.

Vera Silvia afirma que, no seu entender, seu companheiro, José Roberto Spigner, optou pela morte, no sentido proposto por Durkheim, de que se expôs à uma situação que fatalmente o levaria a morte. Segundo a militante, a direção da DI-GB/MR-8 não quis abordar a questão do suicídio de José Spigner, pois essa era a conduta que demandavam de seus militantes, o enfrentamento aberto à Ditadura. Vera Silvia afirma,

Eu escrevi um documento, que achei que deveria ser divulgado, não foi [pela direção da DI-GB/MR-8]. Eu achava que o Zé Roberto [Spiegner] havia se suicidado e achava que não é aquele o caminho revolucionário, ou melhor, não era o caminho revolucionário. Era o caminho de uma pessoa. Evidentemente que isso foi negado, porque para a organização aquilo era

⁹⁰ DURKHEIM, 2000, p. 284.

⁹¹ MAGALHÃES, Vera Silvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 18.

um exemplo. Tínhamos que sair todos atirando na polícia mesmo, não nos entregarmos. Houve outros casos típicos, do marido da menina que saiu com a gente [Maria do Carmo de Brito], da VPR; do padre [Frei Tito de Alencar Lima] que se suicidou.⁹²

Ainda que o *suicídio altruísta* durkheimiano nos ajude a refletir sobre algumas situações e memórias dos militantes, não pensamos ser generalizável a todos os participantes da luta armada. Como temos insistido ao longo de nosso texto, a experiência da luta armada foi bastante diversa. As memórias dos militantes são bastante dissonantes sobre os mais diversos assuntos, inclusive sobre a *opção pela morte*. Vicent Roig (ALA), mesma organização de Renato Tapajós, discorda que houvesse entre os militantes uma *opção pela morte*, apesar de reconhecer que, isoladamente, isso possa ter ocorrido.⁹³

O ex-militante da ALN e MOLIPO, Pedro Rocha, afirma que havia um peso afetivo em continuar na luta armada. Em sua entrevista afirma ter saído da luta armada, mudou-se para Santa Catarina e teve alguns relacionamentos. Não obstante, a cada notícia de prisões e mortes dos companheiros o sensibiliza novamente para a luta armada, segundo ele,

[...] foi a notícia que eu tive da prisão de alguns amigos meus, então me deu assim uma consciência, uma má consciência: “eu estou aqui numa boa vida, enquanto o pessoal tá se fodendo, tá sendo preso”. Aí entram amigos, a relação pessoal é muito importante nessa história toda.⁹⁴

É razoável supor que a maioria dos militantes, em algum momento de sua experiência, tenham considerado a possibilidade de serem mortos. Um dos símbolos daquela luta, Che Guevara, havia sido capturado e assassinado na Bolívia. A morte certamente era uma questão posta. Mas, a partir disso, derivar a *opção pela morte* é algo mais complexo de realizarmos. Nesse sentido que muitos militantes negam que houvesse, em determinado momento, um impulso suicida. Pedro Rocha afirmou não saber se isso poderia ter ocorrido, uma *opção pela morte*. Contudo, afirma que houve, mesmo depois de 1970, um sentimento de que a luta sempre poderia recomeçar – *renascer* – e que isso dependia dos militantes.⁹⁵

Isso seria bastante compatível com o comportamento voluntarista daquelas esquerdas, a revolução ocorre – ou deixa de ocorrer – de acordo com o engajamento dos militantes, a

⁹² MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 19

⁹³ ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 41-42.

⁹⁴ ROCHA, Pedro. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 107-108, transcrição p. 08.

⁹⁵ *Ibidem*, transcrição p.46.

sua decisão de “mudar a história” é o suficiente para determinar as mudanças de curso. Em sentido muito próximo do que afirmou Pedro Rocha, Jorge Nahas (COLINA) dá um depoimento bastante representativo dessa visão sobre a *opção pela morte*, quando questionado por Marcelo Ridenti,

Não acredito nisso, não. Eu acredito que quando o sujeito acredita que não há saída, que ele vai morrer – pelo menos eu não vi isso na minha experiência – ele não parte para o suicídio. O problema é que ele acredita que ainda há uma possibilidade mínima e que isso depende dele, e que se ele não fizer, não está cumprindo com o dever dele. Isso eu acho mais importante, eu pelo menos era assim, eu não tomo outro [caminho] por acaso, eu poderia ter voltado para o Brasil e ter sido assassinado igual à Pauline Reichstul que era uma menina que convivia comigo anos e eu estive com ela uns três meses antes dela morrer [...] A concepção deles [que morreram durante a luta armada] era essa: estava tudo fodido mas tinha uma tarefa a ser feita que era renascer, a esperança, aquele sentimento de que as coisas dependem de você. Você tem uma missão, você não pode falhar, se isso vai custar a sua vida, ossos do ofício, mas o caminho deliberado para uma situação de desespero eu não acredito.⁹⁶

Para Nahas, há a possibilidade de o militante “morrer pela causa”, mas isso é consideravelmente diverso de optar, conscientemente, a oferecer sua vida para uma causa pela qual não se acredita mais. Nesse sentido, podemos considerar o *suicídio altruísta* aquele feito em nome da revolução. Vicent Roig (ALA) deu depoimento nesse sentido,

[...] a gente estava imbuído de que nós estávamos fazendo a revolução, estávamos absolutamente convencidos, um grau de convencimento absoluto, uma fé, uma crença absoluta naquilo e que nós éramos os redentores e isso passava. Não é no sentido de supervalorização, etc, se bem que também tinha um pouco essa vertente, mas era uma coisa meio messiânica, meio de... é um pouco suicídio altruísta, a gente entrava naquilo pra morrer, nós estávamos dispostos a morrer pela revolução.⁹⁷

Roig afirma que há uma consciência de que os militantes estavam em uma luta onde poderiam morrer, mas que isso, de maneira alguma significava – como quiseram Renato Tapajós e Vera Sílvia Magalhães – que os revolucionários buscavam uma “autodestruição”.⁹⁸ O depoimento de Vicente Roig, parece-nos, esclarecedor. Optar pela *revolução*, saber que se pode morrer, mas dentro de uma perspectiva de ofensiva, é bastante verossímil com a

⁹⁶ NAHAS, Jorge. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 092, transcrição p. 18.

⁹⁷ ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103, transcrição p. 59.

⁹⁸ *Ibidem*, transcrição p. 60.

situação de luta clandestina e, principalmente, desfavorável. Isso, no entanto, não excluí que indivíduos tenham se exposto a morte, ou de fato se suicidado, quando em uma situação adversa, como o caso de Juarez de Britto.

André Guerra (MRT), quando questionado sobre se a luta armada poderia ser considerada uma “fuga” da juventude em relação aos problemas de ordem pessoal/existencial afirma que, “ninguém entrou nesse negócio [luta armada] inconsciente, não”,⁹⁹ no sentido de que, todos militantes sabiam o que poderiam enfrentar, inclusive, a morte. André Guerra chega a afirmar que, “a gente não chegou a pensar em derrota, achava que o processo poderia se reverter ainda”,¹⁰⁰ expressando um sentimento bastante semelhante ao de Jorge Nahas.

Nesse mesmo sentido é possível destacar a avaliação de Carlos Fayal (ALN), onde o militante ressalta esse mesmo sentimento *voluntarista*, onde a revolução poderia acontecer, bastando os militantes empregarem seus esforços nessa direção. Fayal destaca que,

[...] a gente nunca achou realmente que a luta estivesse totalmente perdida. Acho que pelo menos [...] você sempre tinha esperanças. Ou vai haver uma virada, vamos ganhar um tempo. Existe uma saída! Então a gente nunca teve assim: “Não, tá perdido mesmo, tá tudo acabado”. Nunca houve isso [...] Eu sempre achava [que] podia ter uma saída, essa coisa toda. Mas se pensou realmente em desativar para se criar mais condições para dar uma pensada.

[...] a gente tinha e têm ciência, e eu acho que tava correto, da importância do exemplo. A importância do exemplo revolucionário, da continuidade da luta. Enfim, de marcar realmente as futuras gerações com essa nossa opção, com esse nosso grito de liberdade, tal. E essa consciência a gente tinha. Que é muito imbuída no exemplo do Che Guevara. Eu acho que realmente se têm uma pessoa que marcou aquela opção da luta armada, de sair para ação armada naquela ocasião foi o Che Guevara. Eu particularmente sinto isso. E evidente que você teve também a oportunidade de conviver, de ter um líder da capacidade, da força do Marighella. Então essa coisa ficou muito impregnada nas pessoas. Mas havia uma visão crítica, ali também ninguém queria morrer também, não.¹⁰¹

Acreditamos que a ideia expressa por Renato Tapajós onde há, em determinado momento, uma *opção pela morte*, uma realidade possível, mas dificilmente generalizável para toda a esquerda armada. Como já afirmamos, os *revolucionários* tinham a consciência da possibilidade de morte. Alguns, possivelmente, admitiriam – de bom grado – a possibilidade de morte, desde que isso resultasse na vitória da revolução. Isso, a nosso ver, é

⁹⁹ GUERRA, André. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 116-117, transcrição p. 19.

¹⁰⁰ Ibidem, transcrição p. 15.

¹⁰¹ FAYAL, Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 130, transcrição p. 30-31.

mais condizente com os acontecimentos do final da luta armada. Muitos militantes relatam a dificuldade de identificar a derrota, a certeza de que o processo dependia do esforço pessoal – ou de um pequeno grupo, expressão do *foquismo*.

Muitos trabalhos apontam o papel da prisão e, especialmente, do exílio para a constatação da derrota da luta armada.¹⁰² De fato, isso também é recorrente nas entrevistas. Mas, esse fator, por si só, não pode afastar a hipótese do *suicídio altruísta* dos militantes *revolucionários*. O fato de estarem no exílio – ou presos –, na impossibilidade de integrarem a *guerrilha*, poderia facilitar o afastamento da ideia de revolução, ajudando a enxergar a derrota. Mas, como argumentamos, a noção de *voluntarismo revolucionário* não pode ser descartada – ainda mais com os exemplos da época. Isso, aliado ao compromisso ético-moral dos militantes pode nos ajudar a compreender a motivação de insistirem na opção armada, mesmo ela se mostrando tão desfavorável. Ou seja, *a revolução é uma questão de vontade e não podemos abandonar aqueles que já entregaram a vida nessa tentativa*. Mas as mortes dos companheiros não, necessariamente, evidenciavam a derrota do projeto, sendo algo que poderia ocorrer. Por isso pensamos que, apesar da ideia de Durkheim ser fértil para nos ajudar a pensar alguns comportamentos da esquerda armada, não pode ser considerada um *fato social* para aquela esquerda, no sentido de ser exterior e coercitivo.

Creemos que a ideia de *revolução* empolgou e deu sustentação às posições assumidas pela esquerda *revolucionária* que, apesar de enxergar derrotas parciais, não deixava de crer na possibilidade – talvez *inevitabilidade* – da revolução. Além disso, sair da luta armada se tornava difícil, também, porque os militantes se constituíam como indivíduos dentro daquela perspectiva. É nesse sentido que o historiador Higor Codarin aponta ao afirmar que,

[...] a vinculação orgânica entre os projetos de vida, individuais dos militantes, e o projeto revolucionário tecia laços demasiadamente fortes entre os militantes, realçados pela lógica da clandestinidade, que adquiriam, assim, um papel fundamental [...] para a manutenção da luta armada”.¹⁰³

Nesse sentido que pensamos que o *suicídio revolucionário* não parece ter sido uma atitude dominante na esquerda armada. Antes, os militantes parecem ter aderido a ideia da

¹⁰² Nesse sentido, dentre vários, podemos citar os trabalhos de Denise Rollemberg (1999 e 2007), cf.: ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da revolução. In: RIDENTI, Marcelo (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 291-340, 2007; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999.

¹⁰³ CODARIN, 2019d, p. 257.

certeza da vitória do projeto revolucionário que, naquele contexto, sofria com alguns reveses, mas, a partir do empenho e sacrifício pessoal, esse contexto seria revertido.

Encerramos esse capítulo onde discutimos questões relativas às memórias dos militantes, especialmente as memórias políticas. As discussões abordaram questões relativas à democracia, resistência e suicídio. No capítulo seguinte prosseguiremos na análise das memórias da luta armada. Tentaremos problematizar questões como os papéis de gênero e como atuavam e, também, o conceito benjaminiano, retrabalhado por Enzo Traverso, de *melancolia de esquerda*.

5 MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA: melancolia e gênero.

[...] a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de “tempo-agora” [Jetztzeit].

Walter Benjamin

Aquilo que podemos chamar de *memórias políticas* – ou seja, memórias que se referem à atuação política – dos militantes da luta armada não nos revelam apenas lembranças das disputas políticas, são mais do que isso, trazem à tona tudo aquilo que os militantes pensam ter feito e como se relacionam com o passado. Trata-se, pois, de um material muito rico para enxergarmos as *esquerdas revolucionárias* em suas muitas dimensões. Como pretendemos evidenciar, por meio das fontes orais, a luta armada não foi guiada apenas pela análise fria da sociedade, sentimentos e emoções, além de valores e utopias, estavam imbricados na opção dos *revolucionários*.

Não se trata, por ora, da realização de uma *História dos sentimentos/emoções*. Estamos mais interessados em como, durante a rememoração, sentimentos como melancolia, por exemplo, transparecem nas entrevistas. Mas, notar sua presença não é o suficiente, logo, baseado em reflexões de outros autores, em seus ombros, interpretamos as memórias dos militantes da esquerda armada, o significado de suas palavras, para além do discurso mais evidente.

Ao tratarmos da memória na introdução deste trabalho, apontamos que os estudos que a estabelecem como fonte principal de sua pesquisa surgem, justamente, com o declínio das narrativas totalizantes (meta-narrativas) da história, dentre elas o marxismo. Por este motivo é bastante singular que não exista, até hoje algo que possamos chamar de “teoria marxista da memória”.¹ Dessa maneira é interessante notarmos, como o fez o historiador italiano, Enzo Traverso, que os teóricos da memória não se sentiram particularmente sensibilizados em levar em conta as contribuições do marxismo. E o contrário também é verdadeiro.² Mas

¹ Ainda que Chris Wickham se reivindique marxista, não se pode dizer que seu trabalho, com James Fentress, parta – ou sequer leve em consideração – da teoria marxista para elaborar suas teses sobre a *memória social*.

² Traverso dá o exemplo de como Trotsky que, ao escrever sua *História da Revolução Russa*, afirma que, apesar de ter vivenciado os fatos, sua memória não se constituía em fonte confiável e ressalta que todas informações foram checadas na documentação disponível. Para as considerações do historiador italiano sobre a intersecção dos teóricos da memória e o marxismo, ver: TRAVERSO, 2018, p. 135-139.

gostaríamos de reter do historiador italiano seu conceito de melancolia que foi definido num prefácio da seguinte forma,

Essa melancolia, no entanto, não significa retirar-se para um universo fechado de sofrimento e lembrança: trata-se mais de uma constelação de emoções e sentimentos que envolvem uma transição histórica, a única maneira que a busca por novas ideias e projetos pode coexistir com o pesar e o luto após o fim das experiências revolucionárias. Nem regressiva nem impotente, é a melancolia de uma esquerda que não foge do fardo do passado. É a melancolia de uma esquerda que, mesmo aberta às lutas no presente, não foge à autocrítica em relação a seus fracassos do passado; que não se resigna à ordem mundial estabelecida pelo neoliberalismo, mas não pode renovar seu arsenal crítico sem antes se identificar e se irmanar com os derrotados da história, uma multidão à qual fatalmente se juntou, ao final do século XX, uma geração inteira – ou o que dela restou – de esquerdistas derrotados.³

Já na segunda parte do capítulo nos dispusemos a trabalhar com a perspectiva de gênero para analisarmos os relatos dos entrevistados. Ainda que a questão de gênero não estivesse no horizonte inicial desta pesquisa, alguns depoimentos – notavelmente o de Vera Magalhães – acabaram por nos indicar que tal abordagem pudesse ser promissora. A década de 1960 e a *geração de 68*, foram vistas como transgressoras em pautas consideradas *tabus* pela sociedade de então. Não se trata de negar avanços no que diz respeito à sexualidade – especialmente das mulheres – e, também, nos costumes em geral – padrões de relacionamento, uso de drogas etc. Não é exatamente novidade, também, a crítica das esquerdas armadas do Brasil nesses quesitos. O romance autobiográfico de Fernando Gabeira, de 1979, *O que é isso, companheiro?*, já “denunciava” o moralismo e autoritarismo dessas esquerdas.⁴ O que nos interessa aqui está mais ligado à forma como os militantes compreendiam esses “papeis sociais de gênero”, as rupturas e continuidades dentro da esquerda *revolucionária*.

Foi dentro desta perspectiva de gênero que trabalhamos para demonstrar as rupturas e continuidades, dentro da esquerda armada, de noções como *feminilidade* e *masculinidade*. Esperamos que, ao evidenciarmos como estereótipos de gênero atuavam dentro das organizações que pretendiam criar o *Homem Novo* – e não uma *Mulher Nova?* –, não estavam, as organizações, evidentemente, isentas da reprodução de comportamentos machistas e misóginos. Não seria razoável esperar que a esquerda estivesse livre da *moral*

³ TRAVERSO, 2018, p. 17.

⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

burguesa da sociedade da qual seus membros provinham. Como lembra Marx “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”.⁵

5.1 A luta armada: da opção à sua contribuição para a esquerda.

A história do socialismo é uma constelação de derrotas que o alimentou por ao menos dois séculos. Em vez de destruir suas ideias e aspirações, essas derrotas traumáticas, trágicas e muitas vezes sangrentas acabaram por consolidá-las, legitimando-as. Cair após uma batalha renhida confere dignidade ao vencido, e pode vir a ser uma fonte de orgulho.

Enzo Traverso.

A luta armada ainda gera grandes debates sobre suas ações. São considerados heróis que lutavam pela democracia, pelos militantes de organizações e partidos de esquerda atual. Por outro lado, há quem considere a *esquerda armada* tão ou mais autoritária quanto o aparelho repressivo da Ditadura. Comparar militantes com treinamento rudimentar, armamento precário com o aparato militar que contava com preparação profissional, equipamento apropriado para guerra e, incluía-se, o recurso que faziam às torturas – algo considerado *crime de guerra*⁶ – não é uma comparação honesta.

⁵ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Napoleão*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

⁶ A tortura é considerada um crime de guerra pelo artigo terceiro da convenção de Genebra e ratificado pelo Parlamento brasileiro no Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957: “Artigo 3º - No caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em luta será obrigada a aplicar pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não participem diretamente das hostilidades, inclusive os membros de forças armadas que tiverem deposto as armas e as pessoas que tiverem ficado fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em qualquer circunstância, tratadas com humanidade sem distinção alguma de caráter desfavorável baseada em raça, côr, religião ou crença, sexo, nascimento, ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para esse fim estão e ficam proibidos, em qualquer momento e lugar, com respeito às pessoas mencionadas acima:

a) os atentados à vida e à integridade corporal, notadamente o homicídio sob qualquer de suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, as torturas e suplícios [...]”, cf.: BRASIL. *DECRETO Nº 42.121, DE 21 DE AGOSTO DE 1957*. Promulga as convenções concluídas em Genebra a 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger vítimas de defesa. Presidência da República, 1957. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42121-21-agosto-1957-457253-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em 05 de fevereiro de 2020.

Na tentativa de nos distanciarmos dessa dicotomia, buscaremos a compreensão dos próprios militantes da esquerda armada sobre dois pontos: primeiro, o porquê da opção pela luta armada; segundo, qual foi a contribuição que suas ações tiveram para a posteridade. Podemos notar algo que é bastante significativo dessas entrevistas, que é a compreensão da opção armada. Se é verdade que os militantes avaliam que a luta armada foi uma decisão errada, não se trata de uma opinião sobre a *opção em si*, ou seja, não consideram que *ontologicamente* a luta armada fosse condenável, mas, outrossim, que o momento em que se optou por desencadeá-la foi inadequado. Isso fica evidente na fala de Humberto Trigueiro Lima (DI-RJ/MR-8):

[...] porque num processo de luta armada, eu continuo achando que naquele momento, que aquele momento era o momento de preparar as condições para a luta armada, não de desencadear a luta armada, nós nos precipitamos. Do ponto de vista político, da conjuntura política, estavam dadas as condições objetivas para resistência, para assumir uma forma de luta numa resistência democrática, sob várias formas, inclusive sob forma violenta. Nós não compreendemos isso, o que na verdade nós fizemos foi uma *resistência democrática*, e nós não compreendemos isso.⁷

Carlos Fayal (ALN) reconhece a derrota das perspectivas revolucionárias, mas afirma que foram vitoriosos na luta pelas liberdades democráticas, direitos humanos e da *resistência* à ditadura, nas suas palavras,

[...] eu creio que a nossa luta foi uma luta derrotada em cima do projeto de derrubada da Ditadura, na construção de uma sociedade democrática, popular, socialista através da conquista do poder pela via armada, pela formação do exército popular de libertação nacional, etc. Então, evidentemente, que nesse aspecto houve a derrota. Nós não alcançamos a vitória. Agora, do ponto de vista, da visão que também estava incluída e que inclusive originou a nossa opção. Que era uma visão de resistência à ditadura, de luta pelas liberdades democráticas, de luta pelos direitos humanos, de luta pela dignidade, pela justiça. Eu creio que nesse ponto nós fomos vitoriosos em cima do exemplo de insubmissão, de dedicação, de idealismo que essa juventude toda e esses dirigentes, já mais experientes, deram. Inclusive pagando o preço das suas próprias vidas.⁸

⁷ LIMA, Humberto Trigueiros. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 109, transcrição p. 15.

⁸ FAYAL, Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 130, transcrição p. 32.

O ex-dirigente do MR-8, Franklin Martins, tem uma visão muito semelhante ao avaliar que a esquerda armada – e seu projeto – foram derrotados pela ditadura. Mas realiza uma análise bastante particular do movimento pela derrubada do regime. Segundo ele,

[...] fico impressionado ao ver que falamos da luta como se tivéssemos sido derrotados. Nós não fomos derrotados, o povo brasileiro não foi derrotado. *A resistência democrática triunfou e derrubou a ditadura.* De que jeito? Cada um de uma forma. [...]
Não quer dizer que nós dirigimos esse processo. *Nós, a esquerda revolucionária, não dirigimos esse processo, mas a luta do povo fez isso. Acho que o nosso papel, o projeto revolucionário, deu certa radicalidade à confrontação política na sociedade.* [...]
Mas na questão de fundo o povo brasileiro triunfou, do jeito que foi possível [...] eu fico impressionado com isso, as pessoas acham que a gente perdeu. Por isso é que eu digo: nós vencemos, nós não perdemos. *A esquerda perdeu, mas o povo venceu.*⁹

Ainda podemos citar a perspectiva de Vinícius Caldeira Brant (PRT), para quem a luta armada contribuiu para derrubada da ditadura, no seu entender “o Brasil deve muito à resistência armada e que sem ela estaríamos muito pior”.¹⁰ Na entrevista dada a Ridenti, Vinícius afirma:

certamente houve muitas derrotas pessoais nesse período. E, sem querer fazer nenhum tipo de demagogia com isso, essas derrotas pessoais significaram, em muitos casos, morte de companheiros que estavam enfrentando a ditadura. Agora, se você me pergunta sobre o fracasso ou sucesso da luta, eu acho que ela foi vitoriosa, tanto assim que a ditadura caiu. E, a meu ver, não caiu por causa do Tancredo, só. Até mesmo... essa cisão nas classes dominantes é um resultado, a meu ver, do produto dessas lutas que se travaram naquele período, inclusive da resistência armada, não tivesse havido essa resistência, que motivo tinha a ditadura pra cair? Claro que por caminhos muito tortuosos.¹¹

A concepção de Trigueiro, sobre terem realizado uma “resistência democrática”, ou a de Franklin Martins, de Vinícius Caldeira Brant ou Carlos Fayal – ainda que diferentes entre si – não são comuns entre os militantes. Parecem-nos muito mais uma construção posterior, uma ressignificação do passado para coincidir com posições com as quais eles próprios passaram a comungar. Não se trata, por certo, de intencionalidade de distorcer,

⁹ MARTINS *apud* DA-RIN, 2007, p. 296 (*grifos nossos*).

¹⁰ BRANT, Vinícius Caldeira. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 119-120, transcrição p. 09B.

¹¹ *Ibidem*, p. 15-16.

ludibriar, mas um processo comum nas (re)construções da memória. Isso conflui com as afirmações de Jean-Jacques Becker ao dizer que as

[...] lembranças [podem ser] transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas para justificar posições e atitudes posteriores.¹²

A ideia de Fayal, mas, especialmente a de Franklin Martins e Brant, exige uma direção na história (*télos*). O jornalista e ex-integrante do MR-8, na sua reconstrução da trajetória da resistência do “povo brasileiro” estabelece um ponto de chegada para a história, que seria, no caso em tela, a redemocratização (ou a democracia) – que é bastante semelhante, ainda que com diferenças, à concepção de Brant. Ou seja, ao olhar para o passado, organiza-o de tal forma a legitimar os acontecimentos, estabelecendo uma forma de teleologia.

Humberto Trigueiros traz uma ideia a ser explorada e que é, de certa forma, recorrente: o sentimento positivo de ter participado desses movimentos. Antônio de Neiva (PC do B-AV) afirma, em sua entrevista, que não era possível a luta armada ser bem-sucedida no Brasil, não obstante, conclui: “Eu acho que faria de novo, porque essas coisas não são só a razão” e logo em seguida arremata, “[...] existiam condições para que a gente fizesse aquilo. Não para que desse certo, mas para que a gente fizesse [a luta armada]. E eu acho que pior que ter lutado errado é não ter lutado”.¹³ Cid Benjamin dá um depoimento onde demonstra orgulho de sua participação na luta armada, segundo ele

[...] é algo que eu não me arrependo de ter feito. Evidentemente, eu não faria tudo daquela forma, a gente aprende com o que faz. Mas foi uma experiência muito rica. Uma experiência que me ensinou muitas coisas. E é uma experiência da qual me orgulho. Eu tenho um imenso orgulho de ter participado desse processo. É algo que em momento nenhum, não é que eu não tenha escondido depois disso, pelo contrário, eu tenho dito que eu tenho orgulho de ter participado daquilo.¹⁴

¹² BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína (org.); FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 27-32, 2011, p. 28.

¹³ MOREIRA, Antonio de Neiva. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 088, transcrição p. 25.

¹⁴ BENJAMIN, Cid. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 9, FC 127, transcrição p. 18

Essa noção de ter lutado, mesmo que por algo que não “podia dar certo”, é uma consideração recorrente para os participantes da luta armada, Vera Silvia Magalhães tem uma opinião bastante semelhante quando afirma:

[...] não tinha nada de melhor a ser feito na minha geração [luta contra a ditadura]. Eu acho que o que havia de melhor na minha geração, fez o que eu fiz, essa era a nata da geração. Fez errado? Não importa! As intenções e a experiência que acumulou tava nesse núcleo que resistiu à ditadura.¹⁵

Esse orgulho de ter participado da luta armada, mesmo que não sendo bem-sucedido, é um traço, não só da esquerda brasileira. Essa característica foi elaborada, por Enzo Traverso, como “cultura da derrota”, que não deve ser confundida com derrotismo.¹⁶ As derrotas da esquerda foram, até 1989, uma fonte inesgotável de inspiração para o futuro. É na derrota que os socialistas, via de regra, reafirmam a crença na vitória do socialismo. Frases que advogavam a inevitabilidade do socialismo eram recorrentes em escritos da década de 1960.¹⁷ As derrotas são intervalos para que, em seguida, retom-se o rumo em direção ao socialismo.¹⁸ Isso tem por base a *teleologia marxista*, a crença na inevitabilidade do socialismo. A cientificidade do marxismo deu força a revolucionários ao longo do século XX. Ser detentor do futuro, saber para onde a História caminha, não é um conhecimento qualquer. Foi a partir dessa convicção que socialistas ousaram lutar, pois sabiam que o futuro a eles pertencia. Para Traverso,

Como visão teleológica da história, o socialismo não admitia a tragédia. Ele historicizou e “metabolizou” derrotas, diminuindo ou removendo seu caráter doloroso e, por vezes, devastador. A dialética marxista da derrota se e transformou numa teodiceia secular: o bem poderia ser extraído do mal; a vitória final resultaria numa série de derrotas.¹⁹

Voltemos agora à afirmação de Neiva quando diz que algumas decisões “não são só [d]a razão”, aqui encontramos um aspecto importante para as pesquisas históricas e de difícil

¹⁵ Cf. MAGALHÃES, Vera Silvia. *Memória Política – Vera Silvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

¹⁶ TRAVERSO, 2018, p. 69.

¹⁷ A convicção da inevitabilidade do socialismo é a única justificativa para que, no ano da graça de 1991, um cientista social do calibre de Theotônio dos Santos (1991, p. 154) afirmasse que, “mais do que nunca podemos afirmar, portanto, que o mundo caminha para o socialismo”, entre as motivações desta análise estavam as mudanças no interior da URSS, cf.: DOS SANTOS, Theotônio. *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

¹⁸ TRAVERSO, op. cit., p. 99.

¹⁹ TRAVERSO, 2018, p. 132.

mensuração, a questão das emoções. As pesquisas em história, ciência política, sociologia e ciências correlatas, por muito tempo analisaram as decisões dos indivíduos sob um prisma exclusivamente *racional*.²⁰ Contudo, muitas decisões são tomadas por impulso, sem reflexões mais aprofundadas e isso deve ser levado em consideração. Pierre Ansart, ao discutir a importância da noção de *ressentimento*, afirma que “[...] a relação entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas, [acaba] obrigando-nos a retomar, sob uma nova perspectiva, problemas que dizem respeito à psicologia social, à psicologia do político e à psicologia da história”.²¹ Em sentido muito próximo estão as afirmações de Luisa Passerini ao afirmar que, no caso da violência política de esquerda (e para compreensão do fenômeno fascista), “não são satisfatórias as explicações dadas em termos exclusivamente políticos institucionais”,²² para melhor compreensão desses eventos é preciso levar em consideração conceitos como o de inconsciente e imaginário, por exemplo.

Isso explicaria, ao menos em parte, porque a opção da luta armada, que aos nossos olhos aparece como algo descolada da realidade – ainda que deva ser posta na conjuntura da década de 1960 –, empolgou parte da *geração de 68*, é desta forma que o contexto explica suas opções. Não de maneira mecanicista, mas no sentido que, naquele período histórico, a perspectiva da *Revolução* aparecia como uma realidade palpável e isso mexia com os ânimos. Logo, por mais que a realidade brasileira se mostrasse arredia a intentos revolucionários, os exemplos – Cuba e Vietnã – seduziam os jovens (e não somente). Ou seja, a *Revolução* não era um conceito puramente imaterial, especulativo, há uma conexão entre a ideia de *Revolução* e os militantes, isto é, as ideias são experimentadas naquilo que Raymond Williams chamou de “estruturas de sentimento”.²³ Baseando-se no autor britânico, o historiador Enzo Traverso escreve:

²⁰ Aqui utilizamos o termo no seu significado ordinário, ou melhor, no sentido cartesiano, ou seja, a suposição que os sujeitos sempre tomam decisões visando o melhor “custo-benefício”, sempre de maneira serena, de forma a extrair os melhores resultados.

²¹ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 15-36, 2001, p. 15.

²² PASSERINI, Luisa. Feridas da memória: identidade feminina e violência política. In: _____. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, p. 33-94, 2011a, p. 36.

²³ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: ediciones península, 2000, p. 150-158. Baseei-me, exclusivamente, nas reflexões de Williams e Traverso. Contudo, autores importantes fazem escola. Para minha surpresa, recentemente li trabalhos que utilizam o conceito de *estruturas de sentimento* (ou do sentir), ancorados em Williams, para analisar a esquerda brasileira e latino-americana. Ridenti (2010, p. 85-120), cunhou o conceito de *estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária*, ou, também, a *estrutura de sentimento romântico-revolucionária* – aqui conjugando o conceito de *estrutura de sentimento*, de Williams com o de *romantismo revolucionário*, de Löwy e Sayre. O foco de análise de Marcelo Ridenti, nesse trabalho,

A vida não é feita só de humores e emoções, nem de valores ou ideologias puramente abstratas. Entre eles há uma relação de continuidade que o historiador cultural marxista Raymond Williams definiu como “estruturas do sentir”: o modo como ideias e valores são percebidos, “vividos e sentidos”. Isso vale sobretudo para essas ideias que, como o socialismo, foram encarnadas por movimentos coletivos e inervaram o “sentir” de várias gerações.²⁴

De volta ao tema das emoções que guiavam os militantes, um exemplo bastante eloquente sobre como os militantes eram guiados por motivações outras que não, necessariamente, a “razão”, isso pode ser evidenciado na maneira como os entrevistados escolheram a organização pela qual militaram. Vicente Roig afirma ter escolhido militar pelo PCdoB, em 1963, pelo rompimento com o PCB e pela opção armada, mas destaca que,

[...] quando a gente entra numa organização quando tem 18 anos, mais ou menos, 18 para 19, a gente entende muito pouco dessas coisas [diferenças mais substanciais das organizações], conhece muito pouco das outras organizações e para falar a verdade é muito mais uma circunstância do que uma opção. Quer dizer, você conhece algumas pessoas que te convidam, assiste os cursinhos, as coisas, bate-papo, e quando você vê, está dentro.²⁵

De fato, isso parece ter sido muito comum dentro das organizações, a adesão por simpatias pessoais, ainda que no caso de Roig houvesse a importância que ele atribuía a necessidade da luta armada, ou seja, de rompimento com o PCB. Essa mesma questão apareceu em outras entrevistas.²⁶ Guiomar Silva Lopes Caleja afirma que sua adesão à ALN se deveu a questões circunstanciais, “eu era da ALN só [por] uma questão de contingência mesmo, eu me liguei porque as pessoas que estavam no meu grupo se ligaram à ALN”.²⁷ No mesmo sentido caminham as afirmações de Ladislau Dowbor, quando fala de seu processo de integração a primeira VPR,

foi sobre como essa *estrutura de sentimento* impactou a produção cultural da esquerda radicalizada da época, tendo ou não pegado em armas. Outro autor que se valeu do conceito foi Aldo Marchesi (2019, posição 328), especialmente para analisar como a subjetividade de revolucionários da América Latina era impactada pelos eventos ocorridos em outros países onde existiam guerrilhas de esquerda. Cf.: MARCHESI, 2019; RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

²⁴ TRAVERSO, 2018, p. 125-126.

²⁵ ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 97-105, transcrição p. 01.

²⁶ Evidentemente, há exceções, Renato Tapajós e José Genoíno, ambos do PCdoB, afirmaram que tinham alguma clareza no momento de sua adesão a uma organização armada.

²⁷ CALEJAS, Guiomar Silva Lopes. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 116-124, transcrição p. 09.

Eu vim [do exterior] integrado na VPR, simplesmente, porque as pessoas diziam: “Não, eu concordo mais com tal linha”. Há isso, mas não é só isso, é muito mais: prosaicamente que têm vinculação de amigos, de quem estudou junto, fez movimento estudantil junto, que esteve nos sindicatos juntos, acabam juntos e vão se empurrando, e vão seguindo um o conselho do outro, vão assim porque nossa capacidade real de entender os processos não era tão ampla assim. Essa é a verdade. Era um movimento nobre, profundamente idealista e profundamente indignado, muito honesto nessa concepção. Mas estava com a compreensão limitada do processo.²⁸

José Carlos Gianinni, por exemplo, afirma que escolheu a ALN pela forte presença no meio estudantil e ter uma proposta de luta armada clara, para em seguida concluir que,

a primeira pessoa com quem tive contato mais direto foi uma pessoa da ALN, então eu não tive nenhuma dificuldade, nenhuma resistência de ingressar na ALN. Mas há possibilidade de outras organizações, isso na verdade, não era questão fundamental, porque na verdade elas se confundiam um pouco.²⁹

Para Antônio Leiva, sua decisão pela Ala-Vermelha se deu “porque tinha maior número de pessoas, tinha maior presença no movimento estudantil em Brasília”³⁰, não se trata de uma decisão despropositada, houve um cálculo, mas isso não passava, exatamente, pelo programa da organização, ao menos não prioritariamente. Para o ex-estudante/ operário, Antônio Espinosa, a adesão dos operários de Osasco à VPR se deu, em maior medida, pela autonomia que a organização lhes oferecia, mas afirma

Não há um dado assim de consciência, de análise fria: “vamos fazer por aqui porque o caminho é por ali”, porque não se era um partido enquanto grupo de Osasco, agora uma das razões pela qual a VPR nos ganhou é que a VPR também não tinha uma política para o movimento operário, enquanto que as organizações tinham essa política, que nós considerávamos estreita, quer dizer, incapaz de acionar a classe operária. Era o caso da AP, do que havia sobrado da POLOP, que depois viria a se chamar POC e com a VPR não, a VPR estava com a luta armada, estava com o Che Guevara, com Fidel, com a Revolução Cubana e não tinha encheção de saco, quer dizer, não tinha uma orientação burocrática, de cima para baixo, dizendo como é que tinha que ser o movimento operário. Agora eu acho que é uma razão, uma das razões que nos levou para VPR é que era a saída possível para luta armada. Poderiam ter sido outras também, como a ALN. Nós considerávamos a VPR mais séria [...] pela presença de militares e pelas

²⁸ DOWBOR, Ladislau. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 125-126, transcrição p. 05.

²⁹ GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 87-96, transcrição p. 01.

³⁰ MOREIRA, Antonio de Neiva. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 088, transcrição p. 01

ações que a VPR tinha desenvolvido, quer dizer, a bomba no Estado de São Paulo, o justicamento do Chandler.³¹

Por mais que representem uma amostra muito díspares de razões para adesão as organizações, o que fica claro que a “adequação do programa” nem sempre era o motivo principal. Como retratado por Espinosa, a falta de uma direção para o movimento operário conquistou os operários. Evidente que isso, se não era decisivo, levava água ao moinho dos *rachas*, essa união por motivações tão tênues cedo ou tarde mostrava, também, suas limitações.

Dentro das entrevistas analisadas não encontramos nenhum militante que demonstre arrependimento de ter participado da luta armada. Ainda que haja – e, de fato, há – diferentes considerações sobre o acerto ou erro dessa opção, negar o passado de militante e conceber seu passado como uma luta que devesse ser renegada e repreendida, não foram questões que ocorreram aos entrevistados.³²

O tema abordado neste tópico torna-se interessante, tendo em vista o período em que foram realizadas as entrevistas – a saber, entre os anos de 1985-1986. É o exato momento da abertura democrática, que se consolidaria na Constituição de 1988, e, também, período da reorganização das esquerdas, agora de maneira legal. Diversos eram os partidos de esquerda que surgiram no crepúsculo da Ditadura: *Partido dos Trabalhadores* (PT), fundado em 1980, resultado da junção de egressos da luta armada, o *novo* sindicalismo e comunidades eclesiais de base (CEB),³³ o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), fundado em 1979, que buscava a recuperação das tradições do antigo *trabalhismo* do, também antigo, *Partido Trabalhista*

³¹ ESPINOSA, Antônio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 122-123, transcrição p. 04.

³² Nos referimos, exclusivamente, ao rol de entrevistados por Marcelo Ridenti que utilizamos. É possível, contudo, que existam militantes “arrepentidos”. No livro de memórias de Dagoberto Alves Costa (2018, p. 85-90), o autor realiza um duro julgamento do marxismo e sua pretensão de revolucionar a sociedade. O ex-militante do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia não chega a condenar suas ações pretéritas, apesar de ser muito duro com seus objetivos de então. Não obstante, ao longo do livro, Dagoberto demonstra guardar a lembrança de seus ex-companheiros com muito carinho, a dedicatória de seu livro, além de conter seus filhos, é a seguinte: “[...] aos velhos companheiros do Araguaia, com minha eterna homenagem”.

³³ MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 239-290, 2007; AARÃO REIS, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfose e perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*, Coleção as esquerdas no Brasil: vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 503-540, 2007.

Brasileiro (PTB) (1945-1965); o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) só teria restituída sua legalidade em 1985, sob o governo civil, mesmo ano que o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB) recuperaria a legalidade.

Analisar as concepções desses militantes sobre quais foram as contribuições da luta armada pode ser uma maneira de compreender como se deu a reinserção desses militantes na luta política do país, agora sob um regime democrático. Essas avaliações dizem, também, sobre o que as esquerdas brasileiras poderiam aprender com as experiências armadas, ou se havia algo a ser tomado como lição.

Guiomar Calejas afirma que a luta armada lhe ensinou muito mas, numa perspectiva mais ampla, demonstra ceticismo em relação ao aprendizado da esquerda: “[...] espero que tenha ensinado alguma coisa, mas como eu estou ficando um pouco velha eu estou achando que não ensinou nada”.³⁴ Em seu depoimento Jorge Nahas (COLINA) manifestou o mesmo tom pessimista,

Eu acho que uma das coisas mais trágicas da nossa experiência toda, é que ficou muito pouca coisa. A coisa que ficou, eu preferia que não ficasse. Que foi um terrível medo das experiências militares. É possível que num momento ou outro, não sou eu quem vai dizer isso, nem estou pregando isso em hipótese alguma, mas o *fracasso nosso foi tão retumbante que a gente não deixou marca quase nenhuma na esquerda, a não ser os mortos, muito cultuados, ou pouco cultuados, alguns nem são lembrados*. Mas ficou pouco assim do que seria aproveitável, seria o espírito de luta, a capacidade de modificação, uma pureza muito grande de ideias, uma recusa muito grande de enfrentar picuinhas. [...] Ficou na esquerda o pânico total a qualquer experiência mais radical de enfrentamento, até hoje a esquerda padece disso, até as organizações que se dizem não reformistas, que são os trotskistas, que não tem uma visão de derrubada do capitalismo.³⁵

Resposta diversa teve José Carlos Gianinni (ALN) ao ser inquirido sobre o “aprendizado da esquerda em geral”:

[...] acabou sendo uma experiência rica da esquerda como um todo, porque hoje não se coloca a luta armada eu acho que *não é por uma questão de princípio*; a luta armada se mostrou errada, então não é por aí, eu acho que não é isso, é que o momento não comporta uma proposta de guerrilha, seja ela qual for, mesmo essa esquerda mais delirante que tem aí, tipo Libelu [liberdade e luta], tipo foi o 8 [MR-8] aí na época babando, um negócio terrível, nunca colocaram essa questão como um negócio imediato, embora

³⁴ CALEJAS, Guiomar Silva Lopes. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 116-124, transcrição p. 13.

³⁵ NAHAS, Jorge. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 92, transcrição p.16.

como perspectiva eu acho que parte da esquerda não perdeu isso, e corretamente.³⁶

Não há, nem mesmo, o rechaço da perspectiva da luta armada. Nesse sentido caminham, também, as afirmações de Anton Fon Filho, militante da mesma ALN de Gianinni. Para Fon Filho,

[...] *uma lição que ainda fica pra mim, eu acho que é uma lição que cada vez mais vai se aprofundando, que é da necessidade de luta armada para se obter as transformações revolucionárias*, continuo absolutamente descrente da possibilidade de um processo revolucionário que não passa pela luta armada [no Brasil].³⁷

Há, no depoimento, uma avaliação positiva das ações armadas, não no sentido de serem a melhor opção para o contexto, nem mesmo de ser uma opção viável. A *positividade* dessa avaliação parte da compreensão que se lutava, essencialmente, contra a Ditadura e por uma sociedade mais igualitária. E, em princípio, era essa a herança das *organizações de esquerda revolucionária*. Não é o caso, certamente, de aderirmos irrestritamente à visão dos partícipes da luta armada. Mas sim, por outro lado, compreender o que restou de suas experiências. Como afirmamos anteriormente, a maior parte das organizações que optaram pela luta armada, o fizeram por discordar, especialmente, dos rumos e práticas do PCB, por discordarem do apoio ao *stalinismo* ou à URSS, por exemplo. Estavam embebidos na possibilidade de uma *Revolução de novo tipo*, que conjugasse *democracia, igualdade e socialismo*. Mas, como é evidente, essa ideia não se traduz em prática. Muitas organizações reproduziam, em menor ou maior grau, a falta de debate sobre seus rumos. O que é compreensível, dentro de uma realidade de perseguição e repressão em um nível elevado.

Essa é a memória que prevaleceu para os militantes. E, também, essa foi a imagem retida da luta armada, a imagem de combate à Ditadura. Essa realidade pode ser resultado de diferentes fontes. Para fins de estabelecermos uma hipótese, consideremos que a *esquerda armada* foi um importante ator na denúncia do regime de exceção que viva o país. No manifesto do sequestro do embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick, por exemplo, constavam denúncias das práticas de tortura praticada pela Ditadura.³⁸ E esse evento teve

³⁶ GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 93-94, transcrição p. 5C.

³⁷ FON FILHO, Anton. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 90-91, transcrição p. 15.

³⁸ O último parágrafo do *Manifesto* do sequestro dizia: “Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa [...]”, cf.: DA-

grande impacto, já que o *Manifesto* deveria – como, de fato, foi – ser lido em cadeias de rádio e televisão, nacionalmente.

É muito relevante para as esquerdas – passadas e atuais – o fato do enfrentamento entre a luta armada e Ditadura. Diante disso podemos começar a enxergar como esses militantes – e a luta armada – passam a se constituir como referência. O legado de enfrentamento da Ditadura é ressignificado pelas esquerdas atuais e, também, para os militantes da autorreferida *esquerda revolucionária*. No entanto, ainda que haja “esquecimento” do *sentido do enfrentamento* do regime de exceção, no sentido de superação do capitalismo, esse esquecimento não pertence aos militantes, de forma geral. Ao contrário, questionados sobre seus objetivos, afirmam categoricamente que lutavam pela *Revolução*, ainda que as consequências, à época, fossem, em boa medida, vagas.

Além desta proposta de interpretação gostaríamos de propor uma outra perspectiva para essas mesmas passagens sobre a contribuição da luta armada para a esquerda brasileira que se condensa naquilo que Enzo Traverso nomeou de *melancolia de esquerda*.³⁹ Não é o caso aqui de nos dedicarmos a trajetória da noção de melancolia através da história do pensamento filosófico, especialmente.⁴⁰ O historiador italiano ao longo do livro nos oferece diversas formas de compreender o que seria a *melancolia de esquerda*, e ressalta que melancolia não é necessariamente uma atitude rebaixada e derrotada, para ele:

Nessa perspectiva, melancolia significa memória e consciência das potencialidades do passado: uma fidelidade às promessas de emancipação revolucionárias, não a suas consequências. Nesse caso – como Slavoj Žižek apontou pertinentemente –, a melancolia é a identificação com uma ausência, mais do que com uma *perda*; identificação com o comunismo da forma como fora sonhado e esperado, não como foi realizado (socialismo

RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 339.

³⁹ Traverso tem como enfoque, em boa parte de sua análise, a esquerda no pós-derrocada da URSS. Naquele momento, para o autor, a melancolia de esquerda se mostra com vigor, apesar de ser um traço constitutivo da esquerda desde sua origem (TRAVERSO, 2018, p. 104). O filósofo gaúcho e ex-exilado político, Ernildo Stein, também dedicou um pequeno livro aos *Órfãos de Utopia*. O filósofo também trabalha com a melancolia de esquerda pós desaparecimento da URSS, não obstante, seu livro ser muito conservador – o autor afirma que o conceito de socialismo é “operativamente vazio” – nos ajudou a pensar o conceito de melancolia, cf.: STEIN, Ernildo. *Órfãos de utopia: a melancolia da esquerda*. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

⁴⁰ Enzo Traverso ofereceu uma breve história do conceito, dos gregos à Freud, cf.: TRAVERSO, 2018, p. 104-117; Ernildo Stein também oferece um breve panorama da antiguidade ao século XX, cf.: STEIN, 2015, p. 58-64; o jornalista Andrew Solomon em seu livro sobre a depressão também faz uma recuperação histórica do que era melancolia e, posteriormente, o que foi considerado o sentimento melancolia e a doença depressão, cf.: SOLOMON, Andrew. *O demônio do meio-dia. Uma anatomia da depressão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 272-320; para uma “história geral” da melancolia ver o livro do crítico literário, Jean Starobinski, cf.: STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

de Estado); Essa consciência é o núcleo de qualquer tentativa possível de “elaborar” o passado.⁴¹

Para esquerda foi ainda mais trágico a ligação das ideias de *Revolução* e *Comunismo* com a noção de *Totalitarismo*. Isso *a priori* descartou qualquer intenção radical de mudança social como sendo perigosa.⁴² A ascensão da figura da vítima, no século XX também contribuiu para a invisibilização dos projetos revolucionários – Maria Paula Nascimento Araújo lembra que, substituímos a ideia de *herói* pela de *vítima*⁴³ – isso porque “a memória do gulag apagou a da revolução; a memória do Holocausto suplantou a do antifascismo; a memória da escravidão eclipsou a do anticolonialismo”, Traverso com isso conclui que, “a recordação das vítimas parece não poder coexistir com a lembrança de suas esperanças, de suas lutas passadas, de suas conquistas e derrotas”.⁴⁴ Por certo não queremos afirmar que não existiram vítimas no século XX, seria uma afirmação patética, mas sim como essa personagem entra em cena e atrai para si todos holofotes. Isso chega ao ponto de que aqueles que participaram de acontecimentos históricos terem que reivindicar seu papel ativo na história, não apenas de vítima.⁴⁵

Há uma diferença, no entanto, entre *luto* e *melancolia*, como nos informa Enzo Traverso, o primeiro se caracteriza pela situação transitória da perda do objeto de desejo; já o segundo é uma situação de não superação desta perda, ou seja, a *melancolia* seria o “luto patológico”.⁴⁶ Mas a questão é mais profunda. A *melancolia de esquerda* não se refere à perda do passado, do *socialismo real*, por exemplo, outrossim, *melancolia de esquerda* é a convicção de que o futuro poderia ser diferente, é acreditar nas potencialidades do socialismo. Aqui vemos, então, as queixas de Jorge Nahas ao afirmar que a maior herança para esquerda foi “o pânico total a qualquer experiência mais radical de enfrentamento”. Para o ex-militante permanece a visão do enfrentamento para transformação profunda da sociedade brasileira. Mesmo que ele avalie a experiência da década de 1960 como errada devido o momento, falta de apoio das massas e demais explicações, a visão de transformação radical da sociedade

⁴¹ TRAVERSO, 2018, p. 131.

⁴² *Ibidem*, p. 30 e 38.

⁴³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *História oral e movimento social: narrativas públicas*. São Paulo: Letra e voz, p. 119-134, 2016, p. 125-126.

⁴⁴ TRAVERSO, 2018, p. 45

⁴⁵ No artigo de Maria P. N. Araújo há o relato de um grupo de jovens, particularmente violentos em sua ação política e que, ao ouvirem suas histórias contadas pela *Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul*, ficaram muito desapontados por serem retratados como vítimas da violência do Estado e não como atores sociais, cf.: ARAÚJO, 2016, p. 126-127.

⁴⁶ TRAVERSO, op. cit., p. 116.

permanece necessária para ele, ainda que tenha se transformado em *tabu* para esquerda da década de 1980. Era o começo do *fim das utopias*, que passariam a ser vistas como *perigos totalitários*.⁴⁷

José Carlos Gianinni aponta na mesma direção, ou seja, a necessidade de mudanças profundas na sociedade brasileira. No entanto, acha que a perspectiva de enfrentamento armado não havia sido perdida, discordando de Nahas. A *melancolia de esquerda* nos relatos está presente não pela desistência da bandeira do socialismo, mas no pensar as transformações necessárias para a sociedade num momento difícil, já que a melancolia traz consigo um projeto de sociedade.⁴⁸ Os depoimentos de Jorge Nahas, José Carlos Gianinni e Anton Fon Filho – a despeito do pessimismo de Nahas – demonstram a mesma crença na necessidade de mudanças, ainda que possam discordar na possibilidade real das mesmas ocorrerem e aqui, mais uma vez trazemos as reflexões de Enzo Traverso quando afirma que, “essa melancolia não significa o luto de uma utopia perdida, mas um esforço em repensar um projeto revolucionário em uma era não revolucionária”.⁴⁹

5.2 A esquerda armada, a questão de gênero e os costumes

[...] na cabeça dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos meus inimigos, a mulher é inofensiva.

Vera Silvia Magalhães, MR-8.

Os estudos de gênero vêm galgando posições de destaque dentro da pesquisa histórica há algum tempo, pelo menos desde a década de 1980, quando do surgimento do conceito.⁵⁰

⁴⁷ TRAVERSO, 2018, p. 36-38.

⁴⁸ “Há uma melancolia ligada a questões da sociedade e esta melancolia traz em si um projeto de utopia um projeto de uma nova sociedade” (STEIN, 2015, p. 63)

⁴⁹ TRAVERSO, op. cit., p. 65-66.

⁵⁰ Anterior as pesquisas com enfoque de gênero, tivemos (e temos) a pesquisa sobre a *História das Mulheres*. Obviamente essas pesquisas são, em muitos pontos, distintas. Em primeiro lugar, as pesquisas sobre gênero não se limitam a questões relativas ao feminino. Em segundo lugar, as pesquisas que levam em consideração o recorte de gênero buscam evidenciar, entre diversas questões, como o gênero é constituído historicamente e reforçado socialmente. Artigo primordial para uma análise sobre a utilidade e diversas formas de emprego da categoria *gênero*, saiu da pena da historiadora pós-estruturalista Joan Scott, no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Neste artigo, publicado primeiramente em 1986, Scott realiza uma diferenciação entre a História das Mulheres e História sob a perspectiva de gênero. O artigo é dividido em duas partes, na primeira (SCOTT, 1995, p. 74-84) Scott se dispõe a fazer um levantamento da produção sobre História das mulheres e gênero e, também, desferir uma crítica aquilo que qualificou como tentativas que se limitaram a utilizar gênero de maneira “descritiva” (SCOTT, 1995, p. 76); na segunda parte, a historiadora busca demonstrar sua

Naquele momento a noção de gênero foi “parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”.⁵¹ Aqui privilegiamos a perspectiva de gênero por ser uma forma de análise mais relacional em comparação com a *História das Mulheres*.⁵² É de se destacar que aqui, como noutras partes deste trabalho, questões políticas pautaram as problemáticas por nós abordadas. Provavelmente, sem as discussões trazidas pelos diversos movimentos feministas, meu olhar para as fontes não estaria “afinado” para captar as questões relativas ao gênero.⁵³ Essa categoria é útil para nossos propósitos que incluem, não somente questões referentes às mulheres (feminilidades), mas também aos homens (masculinidades). Vamos aqui, então, discutir questões que envolvem aspectos teóricos para depois analisarmos, em nossas fontes, as implicações sob uma perspectiva de gênero.⁵⁴

compreensão do conceito de gênero (SCOTT, 1995, p. 85-93). Cf.: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e realidade*, Porto Alegre, Vol. 20, nº 2, p. 71-99, 1995; VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 330-333, p. 2019, p. 330.

⁵¹ SCOTT, 1995, p. 85.

⁵² PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para história oral?. In: _____. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, p. 97-106, 2011b, p. 97.

⁵³ Agradeço a todas colegas que, em diversas discussões, me alertaram para questões das construções históricas do conceito de gênero. Em especial as historiadoras do *Núcleo de Estudos Feministas Interseccionais e de Gênero* (NEFIG), principalmente, à Marina Camilo Haack e Bruna Letícia Oliveira dos Santos que debateram, mesmo que de forma informal, questões sobre a utilização do conceito. Agradeço, também, a minha colega, historiadora da participação feminina no movimento estudantil durante a Ditadura, Luisiane Gomes, que leu uma primeira versão deste escrito e fez sugestões valiosas.

⁵⁴ Trabalhos que enfocam as mulheres e/ou gênero já foram realizados. Lembremos que Marcelo Ridenti escreveu, ainda em seu *O fantasma da revolução brasileira*, sobre a participação feminina nas organizações de luta armada (2010, p. 195-203). O Sociólogo ainda publicou o artigo, sobre o mesmo tema – a saber, a participação das mulheres nas organizações clandestinas de esquerda nas décadas de 1960-70 –, sob o título de *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Maria Cláudia Badan Ribeiro estudou, em sua tese de doutoramento, a participação feminina na ALN, seu trabalho foi publicado em livro sob o título de *Mulheres na luta armada*. O jornalista Luiz Maklouf Carvalho entrevistou mais de cem mulheres que participaram de organizações armadas no Brasil, esse trabalho resultou no livro *Mulheres que foram à luta armada*. Outro importante texto é de Ruth Ribeiro de Lima (2002), que busca a compreensão das relações de gênero no contexto da luta armada brasileira. Não podemos esquecer dos diversos escritos de Cristina Scheibe Wolff sobre as relações de gênero durante o período ditatorial (2015, 2018 e 2019), e, também, o recente escrito da historiadora em coautoria com Luísa Dornelles Briggmann (2019). Ver: RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social: revista de sociologia*. São Paulo, vol. 2, nº 2, p. 113-128, 1990; RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda, 2018; CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998; LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. *Gênero plural: um debate transdisciplinar*. Curitiba: Editora UFPR, p. 201-220, 2002; WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, p. 975-989, 2015.; WOLFF, Cristina Scheibe. Razón y emoción: mujeres militantes en las dictaduras del Cono Sur. *Historia del Presente*, v. 33, p. 75-87, 2019; BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia

Luisa Passerini, importante historiadora italiana ligada à tradição da história oral daquele país, ressalta que a categoria de gênero ainda pode ser muito útil aos estudos envolvendo a história oral. Ainda que a mesma autora acompanhe as ressalvas que Lynn Hunt trouxe à tona, ou seja, das *corrupções* que estudos (autoproclamados) de gênero cometeram, o principal deles é a utilização do gênero como um sinônimo ou equivalente ao sexo, reduzindo assim, em grande medida, o potencial analítico do conceito.⁵⁵

A categoria de gênero surge na década de 1980, especialmente com o artigo de Joan Scott, ainda que outras pensadoras já tivessem apontado na direção da construção social dos papéis que homens e mulheres assumem em nossa sociedade.⁵⁶ O conceito de gênero vem com a intenção de deslindar as construções sociais realizadas em torno do que é considerado ser “masculino/masculinidade” e “feminino/feminilidade”.⁵⁷ Isso é resumido por Ellen Hardy e Ana Luisa Jiménez quando afirmam que “género es una construcción social que define lo que significa ser de un sexo o del otro en la sociedad”.⁵⁸

Ao discutir o conceito de *masculinidade* Durval Muniz de Albuquerque Jr. faz importantes considerações sobre como surgem as distinções de gênero. Para o autor essas diferenciações buscam trazer para o discurso e para outras dimensões da vida cultural, as diferenças biológicas de “macho” e “fêmea”. Segundo o historiador,

Utilizaram as diferenças de seus genitais e de seus corpos para fundar não apenas diferenças, mas também diferenciações e hierarquias no interior dos agrupamentos humano. Realizando aquilo que a filósofa feminista Judith Butler chamou de implantação do sexo nos corpos [...] Noções como as de Macho e fêmea, masculino e feminino, homem e mulher, agrupadas sob a categoria sexo, serviram não só para denotar, apontar, sublinhar e descrever essas diferenças, como para conotar distinguir, definir, classificar, dar

Carolina de (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, posição 6412-6835, 2019. Disponível para Kindle.

⁵⁵ PASSERINI, 2011b, p. 98 e 106. Scott lembra, também, daqueles pesquisadores que utilizaram-se de gênero como um sinônimo para mulheres, cf.: SCOTT, 1995, p. 76.

⁵⁶ Como bem lembram Ana Veiga e Joana Pedro: “Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, ao afirmar que ‘não se nasce mulher torna-se’ – embora não usasse a categoria gênero –, já apontava que o sexo não garantia a constituição de uma pessoa em correspondência com o gênero”, cf.: VEIGA; PEDRO, 2019, p. 331.

⁵⁷ Não cabe aqui a discussão, mas seria mais correto utilizar essas expressões no plural, tendo em vista que existem muitas formas de expressar a feminilidade e masculinidade. Certamente, como o feminismo negro interseccional já apontou, a experiência de ser mulher branca e mulher negra não é a mesma. Cito aqui o artigo da teórica estadunidense bell hooks sobre a importância da experiência da mulher negra para formulação do feminismo e, também, um texto de Kimberlé Crenshaw, creditada como quem concebeu o conceito de interseccionalidade, cf.: hooks, bell. Mulheres negras: moldado a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, jan.-abr., p. 193-210, 2015; CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, n.1, p.171-188, 2002.

⁵⁸ HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y Género. *Revista Cubana Salud Pública*. v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic., p. 77-88, 2001, p. 78.

sentido, hierarquizar, comparar, *estabelecer significados culturais para essa diferenciação tida como biológica, embora, seja, desde o início das sociedades humanas, também culturais.*

[...] *Essa diferença, com todos os sentidos e significados sociais e culturais que adquiriu, passa a ser ensinada, retransmitida para as novas gerações de humanos, como forma de preservar e retransmitir a própria ordem social.*⁵⁹

O autor finaliza afirmando que, a partir desses dados biológicos, aquilo que eram *possibilidades e limites*, terminam por tornarem-se *destino* dos indivíduos. Uma série de instituições da vida social têm como objetivo moldar e definir como devem ser o comportamento dos sujeitos, isso se dá tanto no âmbito concreto, como no simbólico e isso se consoma em determinado tempo e espaço. A partir de *modelos* os indivíduos machos aprendem a ser (tornam-se) *homens* e os indivíduos fêmeas aprendem a ser (tornam-se) *mulheres*. Segundo Durval Muniz Albuquerque, “*A esses modelos de como ser sujeito masculino e feminino, a esses padrões, códigos, regras que internalizados devem diferenciar as formas de ser homem e de ser mulher, chamados de modelos, padrões ou códigos de gênero*”.⁶⁰ As instituições da nossa sociedade são responsáveis, nesse sentido, por reforçarem e estimularem os padrões comportamentais relativos a cada gênero. A família, a escola e instituições religiosas esperam que meninos – a título de exemplificação – desenvolvam atitudes que reproduzem a masculinidade dominante. Caso um menino tenha atitudes “desviantes” desse padrão, essas instituições repreendem esse comportamento, de maneira coercitiva – mesmo que não por meio de violência física exclusivamente. É, por tanto, da seguinte forma que Hardy e Jiménez definem como a masculinidade é moldada:

La familia, la escuela, los medios de comunicación y la sociedad en general le enseñan explícita e implícitamente la forma en que debe pensar, sentir y actuar como “hombre”. Por ejemplo, no puede llorar, debe ser fuerte, no debe mostrar sus sentimientos, no puede tener miedo, y debe ser viril. Estas enseñanzas comienzan a afectar la forma cómo el niño se relaciona consigo mismo y con los demás.[...]

Además de la familia, la escuela (desde la sala cuna hasta la universidad) refuerza los papeles de género. No sólo los textos escolares reproducen la sociedad patriarcal, los profesores de ambos sexos aceptan y hasta exigen conductas diferentes de los niños y de las niñas, reforzando las relaciones de poder favorables a los varones.⁶¹

⁵⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 489-495, p. 2019, p. 489-490 (*grifos nossos*).

⁶⁰ *Ibidem*, p. 491 (*grifos no original*).

⁶¹ HARDY; JIMÉNEZ, 2001, p. 79-80.

Como dissemos anteriormente, o conceito de gênero é relacional, por isso as noções de feminino/ feminilidade estão em diálogo e oposição às noções de masculino/masculinidade. A pesquisadora Ana Carolina Soares definiu feminilidade como, “um conjunto de características heteronormativo: Fragilidade; Emoção; Beleza; Verborragia ‘sem conteúdo’; dependência social e Nutriz emocional e física dos outro”.⁶² A partir da “ontologização” do que significa *ser mulher* derivam-se diversas consequências, em especial as “profissões de mulheres” e posições que essas podem ocupar na sociedade. Nesse sentido Soares aponta que,

as profissões adequadas para o seu universo de características naturalizadas, estariam ligadas às qualidades de cuidado emocional e físico, como por exemplo, enfermeira, professora primária, cozinheira e bordadeira. Desse modo, a diferenciação sexual binária (homem-mulher) e as atribuições essencializadas das características atribuídas aos seres humanos (masculino-feminino) ligam-se diretamente às atuações e disputas de poder.⁶³

É bastante interessante notar como eram utilizados esses estereótipos de gênero pelos militantes da luta armada. Em sua entrevista Vera Sílvia Magalhães revela que ao entrar na DI-GB/MR-8 seu papel nas ações, mesmo quando em cargo de direção, era um papel feminino,

Eu era mulher, quer dizer[,] fazia todos os levantamentos com o papel que a sociedade me atribuía. Ou seja, eu seduzia o gerente de Banco para uma conversa, para ir jantar de noite, saber as informações do dia do pagamento, etc. [...] em todas as ações eu tive um papel bem feminino [...] se eu sou mulher, tenho 20 anos, sou bonitinha, se isso ajuda a organização, tudo bem [...] Eu fui fazer o levantamento do sequestro do Americano [o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick], sozinha. Fui de minissaia, vestida de empregada doméstica, conquistei o chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações [...] Eu fiz o levantamento. Num dia obtive todas as informações, porque o homem é idiota mesmo.⁶⁴

Não era ignorado pela organização, nem mesmo pela própria Vera, que existiam estereótipos de gênero – ainda que não fosse pensado nesses termos – mas, o “papel que a

⁶² SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 248-251, p. 2019, p. 249.

⁶³ *Ibidem*, Loc. Cit.

⁶⁴ MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 11-12.

sociedade lhe atribuía” era usado a favor da causa *revolucionária*.⁶⁵ Isso, não obstante, não significa o fim da misoginia e machismo dentro das organizações de luta armada. Nessa mesma passagem Vera Sílvia Magalhães lembra que, “[...] na cabeça dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos meus inimigos, a mulher é inofensiva”.⁶⁶ Vera Silvia continua a evidenciar como seu papel na organização não era valorizado. A militante destaca que várias vezes, ao ter que *levantar* informações para ações armadas, seus companheiros a deixavam sozinha, a despeito dos perigos evidentes que estava exposta.⁶⁷

Uma das contribuições mais importantes da teoria feminista foi a crítica e análise sobre a construção das hierarquias entre os sexos. Numa sociedade atravessada pelo machismo, estruturada de maneira patriarcal, as mulheres ocupam um lugar inferior, hierarquicamente, em relação aos homens.⁶⁸ Uma questão muito importante para o reforço das hierarquias sociais, é a sua materialização.⁶⁹ Ilustremos como a lógica de dominação e hierarquização entre os sexos ainda era persistente dentro de uma organização de orientação socialista. Apesar de integrar o comando do MR-8 e participar do planejamento de grande parte das ações executadas pela organização, Vera Silvia relata que “A função feminina eu cumpria exatamente como precisava. Na hora da ação todo mundo tinha metralhadora. E eu tinha o revólver que era pior, que tinha menos potência de fogo. Até que no final eu ganhei uma metralhadora. Uma grande conquista individual”.⁷⁰ O relato deslinda algumas questões importantes de como se materializam as diferenças hierárquicas de gênero e, ao mesmo tempo, a afirmação do masculino. Mesmo sendo fundamental para a execução das ações orquestradas pelo MR-8, Vera Silvia era, no momento da distribuição do armamento,

⁶⁵ Adriana Ribeiro (2018, p.102), que estudou o PCdoB-AV, encontrou uma situação semelhante. Os entrevistados afirmaram não se lembrarem da participação feminina nas ações armadas. O papel das mulheres era restringido ao levantamento de dados e informações para as ações a serem realizadas. Uma de suas entrevistadas afirma que recebiam treinamento militar apenas para autodefesa ou para “cobertura” em eventuais ações e fugas.

⁶⁶ MAGALHÃES, op. cit., p. 12.

⁶⁷ Ainda que sempre seja problemático comparar situações e contextos distintos, Luisa Passerini, em seu texto *Feridas da memória: identidade feminina e violência política*, traz uma situação semelhante relatada por uma militante da esquerda armada italiana, Nádia Montovani (Brigadas Vermelhas). Segundo essa testemunha, durante as ações armadas praticadas pela esquerda, as mulheres sempre realizavam papéis “secundários”, segundo ela: “Porque sempre colocavam a gente [as mulheres] do lado de fora, pra vigiar. Sempre me deixavam com essa parte. E, pra mim, isso me deixava louca de raiva. Porque eu queria entrar” (PASSERINI, 2011a, p. 49).

⁶⁸ Uma vez mais lembremos da filósofa francesa Simone de Beauvoir e sua obra *magna, O Segundo Sexo*, em referência às mulheres e, afirmando tacitamente que, em nossa sociedade, o primeiro sexo é o masculino.

⁶⁹ A título de exemplo, durante o regime de *apartheid* nos Estados Unidos, a separação de objetos utilizados ou ambientes frequentados por negros e brancos era rígida. Havia, nesse contexto, bebedouros para brancos e outro para os *coloreds*. Mas, a separação não se dava somente nesse sentido, os bebedouros destinados aos brancos eram novos, modernos, enquanto os bebedouros destinados aos negros eram precários, sujos e obsoletos. Isso era uma forma de manifestação material da (imaginária) supremacia branca.

⁷⁰ MAGALHÃES, op. cit. p. 12.

preterida e recebia um equipamento inferior. A um só tempo que seus companheiros guardavam para si o armamento mais potente. A ligação entre arma de fogo e a noção de virilidade não é um apontamento original, mas, nem por isso, menos importante. E provavelmente essa ligação entre potência do armamento e masculinidade/virilidade não era exclusiva dos companheiros de Vera Sílvia Magalhães, Vinícius Caldeira Brant, do PRT, deu um relato muito esclarecedor a esse respeito, segundo ele, “[...] tinha um grau de machismo, um negócio assim, *se eu sei manejar uma metralhadora eu sou macho, empunhar um fuzil, eu sou macho. Tinha muito isso. Especialmente aí na esquerda de classe média*”.⁷¹

Vera Sílvia compreendia a lógica de seus companheiros, para eles “mulher é inofensiva”, não havia motivação para que ela recebesse um equipamento de maior poder de fogo, sendo que seu gênero é aquele que relacionavam à fragilidade. A potência do armamento era resguardada aos homens, aos *revolucionários*.⁷² Por fim, Vera demonstra que, ao receber um armamento comparável ao de seus colegas, foi considerada “uma conquista pessoal”. Aqui, ainda que a *revolucionária* possa ter cedido às artimanhas das reconstruções da memória, é interessante notar como o reconhecimento de sua capacidade, ao ter equiparado seu armamento com dos colegas, é tido como conquista, o que impõe que o tratamento diferenciado era percebido, mesmo que não diretamente pela militante. Porém, parece-nos, que Vera acaba por reproduzir, também, as noções daquela sociedade, já que considera que foi reconhecida quando, de certa maneira, foi “igualada” aos homens. Nesse sentido que a crítica feminista vêm atuando, ou seja, desatrelar a libertação feminina da “reprodução” de um padrão comportamental masculino. É nesse sentido que Luisa Passerini fala da produção de uma “identidade feminina”, e essa não possui *uma* forma de expressão, e não segue, também, modelos. Segundo a autora,

[...] identidade feminina não pode, enfim, ser definida com base em um comportamento ou em uma atitude empírica. Nem as formas de emancipação, em si, nem a referência genérica a outras mulheres, torna possível a fundação de uma identidade. Esta reside muito mais em um contínuo ir-e-vir entre si e os vários componentes de si mesma, bem como com outros sujeitos. Esse processo acontece dentro de um horizonte de gênero comum, com atenção crítica ao próprio desenvolvimento e através de relações de comunicação mais ou menos bem-sucedidas. Um conceito de identidade desse tipo não obedece a regras prévias as mulheres não precisam se adequar a uma certa modalidade a fim de serem sujeitos. O único critério é o da individuação de cada uma, o da subjetivação de cada

⁷¹ BRANT, Vinícius Caldeira. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 119-120, transcrição p. 22.

⁷² É interessante a possibilidade de conexão entre *arma-falo-virilidade*.

uma das mulheres. A atenção à individuação dá início a uma dialética de igualdade e diferença em relação à outras, dentro da qual os dois termos, alternadamente, são indispensáveis para o processo de autorreconhecimento.⁷³

Quando questionava sobre os costumes da esquerda armada, Marcelo Ridenti obteve uma quantidade relativamente ampla de respostas. Muitos entrevistados afirmavam que não existia machismo nas organizações de luta armada, outros ainda reconheciam que o preconceito resistia, mas, também, indicavam que houve um grande avanço nessa questão, especialmente no que dizia respeito à sexualidade. A questão dos costumes era, de modo geral, respondida sem grandes aprofundamentos. Sobre a “questão dos costumes”, Vera Sílvia Magalhães dá um depoimento bastante pormenorizado, relatando como essas questões eram debatidas na organização e como isso impactava suas relações. Para estabelecermos um ponto de comparação podemos ver como as mesmas questões foram tratadas por dois outros militantes da DI-GB/MR8. Cid Benjamin afirma que não houve espaço dentro da organização para discussões existenciais, mas que “as pessoas discutiam”.⁷⁴ Para Daniel Aarão Reis a organização não era moralista,

[...] o problema de moral, tipo sexo, família, isso a gente sempre foi uma organização ultra *prafrentex*. E conhecida na esquerda como tal. Nossas mulheres, nossos rapazes, transavam a mil. Nunca teve nenhum problema desse tipo. Não tinha mesmo. Outras esquerdas tinham isso [...] A gente sempre foi muito aberto. Tínhamos pessoas muito importantes com a gente que conheciam psicanálise, que tinham transado psicanálise: A Vera [Silvia Magalhães], o [Fernando] Gabeira, o Cláudio [Torres] [...] [mas outros militantes] tinham certos elementos [moralistas] [...] Mas não era dominante.⁷⁵

A percepção da única mulher em posto de comando da organização era bastante distinta e atravessada por uma percepção de que sua condição de mulher era reconhecida e interferia na forma como era tratada por seus companheiros. Quando Vera se refere à direção da organização, que incluía Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis, a ex-militante afirma que esses eram mais conservadores do que os militantes da *base*. Segundo Vera, quando houve recrudescimento dos órgãos de repressão, e maior necessidade de cuidados com

⁷³ PASSERINI, 2011a, p. 74-75.

⁷⁴ BENJAMIN, Cid. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 9, FC 127, transcrição p. 12.

⁷⁵ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112, transcrição p. 58-59.

segurança na clandestinidade, as questões relativas ao costume foram as primeiras a sofrerem recuos,

[...] Um companheiro meu disse: “você tem que optar entre seus três namorados”. Eram os três da direção. “Não dá, porque é muito imbricado do ponto de vista da segurança”. É uma besteira. É um cara que é muito amigo meu, eu adoro ele até hoje e que é um grande moralista.⁷⁶

[...] eu sentia na pele a questão dos costumes. Quando eu era da direção, houve essa questão. Eu acho que, independente de qualquer coisa, que em [19]69 eu sairia da direção, por mil outras razões. Inclusive porque havia quadros novos surgindo. Mas houve um argumento fantástico, de que eu era uma pessoa instável emocionalmente. Só que as pessoas que diziam isso eram os homens que eu namorava, e que estavam na direção. E eu perguntava: por que eles não saem? Por que eu sou instável emocionalmente? Porque eu tinha uma relação marital com o Zé Roberto e tinha outras relações, que o Zé Roberto também tinha. Ninguém questionava o Zé Roberto. Era uma proposta nossa – a gente achava que viver junto, a gente se amava profundamente, mas amava outras pessoas. A gente tinha 18/19 anos, não tinha sentido. A gente teorizava e praticava. Não era só eu, como toda direção da organização. No entanto, esse argumento surgiu, como um argumento, contra mim. E funcionou mesmo.⁷⁷

Em nenhum momento a ex-militante desconsidera que existiam motivações de segurança que deveriam ser levadas em conta. Porém, lembra que esses motivos só valiam para suas relações, já que seus companheiros continuavam a exercer uma vida sexual aberta. Seria bastante provável – e condizente com o contexto que viviam – que a sexualidade de Vera fosse vista como um incômodo por parte de seus companheiros. É possível que em conversas – essas a que a própria Vera faz referência, onde discutiam questões relativas a sexualidade, à moral e aos costumes – alguns militantes possam ter manifestado, em segredo, desconforto com a forma que Vera exercia sua sexualidade. É verdade que as esquerdas no Brasil, e alhures, da *geração de 68* estavam dispostas a romperem com estes paradigmas, mas entre a palavra e o gesto vai alguma distância.⁷⁸ Nesse sentido, a historiadora Izabel Pimentel da Silva afirmou,

⁷⁶ MAGALHÃES, Vera Silvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 9.

⁷⁷ MAGALHÃES, op. cit., transcrição p. 11.

⁷⁸ Fenômenos com a amplitude de *maio de 1968*, na França, sempre possuem mais de um gatilho, e transposições da realidade francesa, sem maiores cuidados, são sempre problemáticos. Contudo, um dos eventos que deram o *start* para os acontecimentos de 1968 na França foi a manifestação contra a segregação, na Universidade de Nanterre, dos quartos das moças e rapazes (MATOS, 1981, p. 51). Ridenti (2000, p. 136) também destaca que a emancipação das mulheres estava em pleno desenvolvimento, nesse contexto, e as pautas das mulheres foram “encampadas” pela geração de 1968.

Revolução sexual, pílula anticoncepcional, emancipação feminina, Cinema Novo, tropicalismo, psicodelismo, *hippies*, “paz e amor”... Os projetos e aspirações dessa geração que experimentou conjuntamente novas formas de criar, na arte e na vida, eram tão revolucionários quanto as propostas das organizações de esquerda, sobretudo as que pegaram em armas. Mas, logicamente, tratava-se de outro projeto de revolução. Esse projeto alternativo foi absorvido de forma restrita pelas organizações de esquerda armada, que, em sua maioria, *embora radicalizadas politicamente eram conservadoras do ponto de vista comportamental*.⁷⁹

Tendo em vista que, por mais que estivessem determinados a não deixarem a moral “conservadora” (de direita e esquerda, nesse caso) guiassem suas atitudes, eles ainda faziam parte e se formaram, enquanto indivíduos, naquela sociedade, com aqueles valores morais e dentro de uma perspectiva muito clara e definida do que significava “ser homem” e o que significava “ser mulher”, ou seja, com referente determinado do que hoje chamamos de modelos de gênero. Ainda é bom lembrar que somente na década 1970, já influenciadas pelo feminismo que tomaram contato no exílio, que os ideais feministas chegaram com mais substancialidade no Brasil.⁸⁰ Além do mais, a referência à falta de “estabilidade emocional” não chega ser nem ao menos um preconceito novo. Fazer menção a essa “falta de estabilidade emocional” de uma mulher é um dos traços misóginos mais antigos de que temos notícia.

Ainda que não seja uma comparação justa, lembremo-nos que as esquerdas, especialmente aquelas sob égide dos diferentes Partidos Comunistas, sempre tenderam a ter uma moral bastante conservadora.⁸¹ O papel das mulheres, para o PCB, era sempre o de *boa esposa e boa mãe* e, sendo assim, estariam cumprindo com seu papel. Assim como, o bom comunista também deveria ser um bom *chefe* de família, provedor.⁸² As esquerdas armadas estavam dispostas a romper, também, com essa moral? Arriscaríamos afirmar que sim, mas num plano mais individual do que coletivo. A visão que predomina nas esquerdas armadas era muito ligada à “adequação da linha política”, “trabalho de massa”, “trabalho político” e, é claro, a “preparação para a Luta Armada”, as questões que hoje conhecemos como “pautas identitárias” – ainda que desconhecamos qualquer pauta que não parta de uma identidade – foram reconhecidas pela esquerda somente em período muito recente, não sem

⁷⁹ SILVA, 2015, p. 81 (*grifos nossos*).

⁸⁰ Sobre o debate feminista no Brasil, ainda que direcionadas as páginas da imprensa alternativa, são muito interessantes as contribuições de Maria Paula Nascimento Araújo, cf.: ARAÚJO, 2000, p. 159-169.

⁸¹ Para não sermos extremamente duros e anacrônicos no “julgamento” do “conservadorismo moral” do PCB, no *Manifesto de agosto de 1950* o partido reivindicou a “abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher”, cf.: VINHAS, 1982, p. 154.

⁸² O professor Jorge Ferreira analisa a moral “conservadora” dos membros do PCB em seu livro, cf.: FERREIRA, 2002, p. 71-78; p. 118-143.

enfrentamentos e ainda precisam, diuturnamente, se afirmarem como necessárias. A abertura para as “pautas identitárias” se deu com maior vigor somente nos anos 1970. Evidentemente, não se trata de negar avanços em questões relativas à moral durante a década de 1960, mas evidenciar que o aceite por parte da esquerda a tratar destes temas vem de há muito, ainda que de maneira titubeante e não linear.⁸³

A esquerda armada não distanciava tanto da moral conservadora dominante das décadas de 1950-60, por exemplo, quando o assunto era a homossexualidade sempre foi vista com grande repulsa, inclusive entre as organizações mais afinadas com as pautas da *geração de 68*.⁸⁴ Não raro o comportamento homossexual era visto como depravado, no limite, como *pequeno-burguês*. Em livro Herbert Daniel (POLOP; COLINA; VAR e VPR) relata seus dilemas, sendo gay numa organização de esquerda nos anos 1960. Segundo ele,

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade.⁸⁵

Ainda que possamos compreender que essa atitude dentro do contexto da década de 1960, para não exigirmos dos atores históricos valores nossos, incidindo, desta maneira, em anacronismo. Porém, não devemos encarar essas realidades passadas com condescendência, ainda mais esse tipo de violência ainda existente em nossa realidade.

Sabemos que ainda há quem confunda a *História das relações de gênero* com a *História das Mulheres*, porém são perspectivas distintas. A confusão, em nosso ver, se dá especialmente porque o masculino não se pensa enquanto uma “particularidade”, uma “identidade”, mas sim como um universal, logo, para muitas pessoas, pensar em gênero é pensar no *feminino*. Obviamente trata-se de uma visão empobrecedora, para não dizer

⁸³ James Green trata, com extrema sensibilidade, da experiência homossexual de Herbert Daniel. Militante destacado das organizações por onde passou, Daniel sofreu por ter de esconder, durante toda sua militância na luta armada, sua orientação sexual – que revelaria apenas para alguns amigos de organização –, com medo da reação de seus companheiros, cf.: GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 62-63.

⁸⁴ SILVA, 2015, p. 81-82.

⁸⁵ DANIEL, 1982, p. 96.

simplesmente errada do conceito de *gênero*. É pela possibilidade de trabalharmos com as visões de masculino que a perspectiva de gênero se mostrou ainda mais instigante. É importante lembrar que as noções de masculino e feminino são sempre historicamente referenciadas.⁸⁶ Ou seja, ser mulher ou homem no século XIX não é a mesma coisa que ser mulher ou homem no século XX, mesmo dentro de um mesmo século há variação desses papéis sociais, sem falarmos das especificidades regionais. O processo de formação do que se entende como gênero feminino e masculino “varía de una sociedad a otra y también de acuerdo con el tiempo histórico en que estas personas están insertas”.⁸⁷

As características mais gerais atribuídas à masculinidade “ideal” são algo constantes, seriam: força física, trabalho intelectual, objetividade, não demonstração de emoções, coragem, uso da razão, não ceder a atitudes sentimentais, não chorar, sexualidade aflorada (se possível demonstrá-la sempre que possível), se expor a riscos, não ter preocupação consigo (seja a preocupação de ordem estética, psíquica ou médica), zelo por sua reputação (honra), ser provedor, defender os seus (especialmente a esposa e filhos).⁸⁸ É folclórico o zelo que homens têm por sua honra. Em priscas eras era possível desafiar um homem que tivesse ofendido a honra (masculinidade, poderíamos dizer) de um terceiro.⁸⁹ A esquerda armada teve também seus momentos. Vejamos o depoimento de Fernando Damata Pimentel (COLINA, VAR e VPR):

Bem, eu me lembro que numa ocasião – esse é o episódio que eu quero te contar –, eu estava com um companheiro de carro – era tarde – de noite voltando para casa. Nós tínhamos comido um negócio numa lanchonete. Ele ia me deixar num determinado local de onde iria para casa e ele iria para o aparelho dele [...]. Voltávamos para casa – tínhamos tomado uma cerveja e estávamos alegres com a perspectiva de ganhar a Revolução –, e lá pelas tantas, ele dirigindo o carro, tomamos uma fechada de um táxi. Ficamos putos da vida. O cara estava com duas mulheres dentro do carro e, aparentemente, bêbado. Aí a gente gritou alguma coisa e ele deu uma banana, arrancando em alta velocidade. Na mesma hora “emputessemos”, e eu disse para o companheiro: “Toca atrás dele”, e o cara tocou. Eu falei: “Vamos mostrar para esse cara. O que ele está pensando?”. Perseguímos o cara três quarteirões, ele nem percebeu, pois estava correndo para burro. Lá pelas tantas emparelhamos com ele, e eu estava do lado do motorista me debrucei para fora do carro, tirei a arma que eu tinha – um 38 – e botei, praticamente, na cara dele. Xinguei o cara, que freou o carro e quase capotou (...) dei um tiro para cima para assustar ele e fugimos.

⁸⁶ ALBUQUERQUE JR., 2019, 492-493.

⁸⁷ HARDY; JIMÉNEZ, 2001, p. 78.

⁸⁸ ALBUQUERQUE JR., op. cit., 494; HARDY; JIMÉNEZ, op. cit., p. 80.

⁸⁹ BARBOSA, Carla Adriana da Silva. "José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina": Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil. (RS, 1889-1930).2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

[...] Nós nos divertimos para burro com aquele negócio: “Pô, é isso mesmo, esse babaca está pensando o quê?”, Então, eu fico pensando que aquilo foi um negócio que [...] você imagina misturou um pouco de irresponsabilidade juvenil, mas com um pouco, ou muito, dessa noção de superioridade que a clandestinidade te dá.⁹⁰

Essa passagem também é citada por Marcelo Ridenti em seu trabalho.⁹¹ Para o sociólogo, essa passagem é analisada como uma demonstração da “ilusão de poder” que a esquerda armada dava aos militantes, especialmente aqueles clandestinos. Marcelo Ridenti afirma que, “a clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas aumentavam cada vez mais essa aparência de poder, que logo seria desfeita pelos fatos”.⁹² A proposta analítica de Ridenti é sedutora e muito convincente, mas propomos uma análise guiada pela perspectiva teórica de gênero, que, vale ressaltar, não elimina a validade da leitura do sociólogo.

Em nossa análise adicionamos a “irresponsabilidade juvenil” e a “superioridade da clandestinidade”, a questão de gênero, de masculinidade, especificamente. É interessante atentarmos aos detalhes, dois bolcheviques tupiniquins em terras de Rio Grande de São Pedro, após uma ou duas cervejas, voltavam para casa felizes – vale ressaltar em meio a ditadura e a “caça de comunistas” – não fosse a *fechada* de um taxista – certamente um contrarrevolucionário. O que levou a Fernando Pimentel e seu camarada a colocarem sua clandestinidade em risco? Certamente, a “irresponsabilidade juvenil” e “clandestinidade”, em nosso olhar, não dão conta de saber qual foi a “ofensa” da *fechada* daquela madrugada porto-alegrense. O que, somado aos fatores anteriores explica o *gatilho* para indignação dos dois militantes é o sentimento de ofensa às suas respectivas masculinidades.

Fechadas no trânsito são acontecimentos comuns – e, vale dizer, não só os militantes da luta armada ficam irritado e brigam por sua causa. Nesse sentido, afirmamos que, no caso de Fernando Pimentel e seu companheiro, o que possivelmente os ultrajou foi uma ofensa a sua masculinidade. Uma das características em que os homens são acostumados, desde a infância, é não aceitarem ser afrontados – “homem que é homem não leva desaforo para casa” –, e, quando ocorrer determinada situação, são estimulados a responderem com violência. Isso se relaciona com a virilidade e demonstração de força. Enquanto uma mulher é ensinada

⁹⁰ PIMENTEL, Fernando da Matta. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 137-138, transcrição p. 27.

⁹¹ A passagem de Marcelo Ridenti em seu livro está ligeiramente modificada em relação àquela contida na transcrição a qual tivemos acesso, escolhemos manter a forma das transcrições as quais estamos trabalhando, cf.: RIDENTI, 2010, p. 55.

⁹² *Ibidem*, 53.

a cultivar a resignação; o homem é incentivado a responder, se postar, enfrentar, se possível, agressivamente. Os detalhes são importantes – e Fernando não nos omitiu alguns deles –, há ainda algumas coincidências interessantes. Carros e atitude furibunda no trânsito são, em nossa sociedade, objeto e atitude, relacionados (no senso comum) aos homens – e a demonstração de virilidade/masculinidade.⁹³ Ainda adicionemos a presença de duas mulheres no táxi de nosso antagonista, está feita a afronta perfeita. Possivelmente, a *fechada* de trânsito foi considerada uma afronta aos dois militantes, mas a presença de duas mulheres fornecia mais um ingrediente para a “resposta” de Fernando e seu camarada. Não só precisavam reafirmar sua masculinidade para si, mas para as mulheres que presenciaram a ofensa que receberam ao serem *fechados* no trânsito.

Mais um ponto pode ser ressaltado, obviamente ao sacarem uma arma, com dois carros em movimento, Fernando Pimentel seu companheiro motorista, puserem sua clandestinidade em risco. É bem sabido, no entanto, que a segurança dos militantes da luta armada era uma preocupação de primeira ordem – ora, não teria sido essa a motivação que levou ao camarada de Vera Sílvia a informa-lhe que não poderia mais ter relações com mais de um homem, pois punha a sua segurança e dos demais em risco? –, em especial aqueles já em situação de clandestinidade.

É interessante voltar, uma vez mais, àquilo que dizem as pesquisadoras (es) e teóricas (os) de gênero. Uma característica da masculinidade é a exposição a riscos que os homens estão dispostos a se colocar, mesmo que em situações ordinárias e triviais e, sobretudo, evitáveis. Hardy e Jiménez apontaram que,

[...] la masculinidad se asocia con correr riesgo, con someterse a situaciones peligrosas y violentas.

[...] el cuerpo masculino aparece como aquel que busca o se expone a riesgos y, por ende, desarrolla la violencia y el enfrentamiento como una forma de obtener respeto de la mujer y de otros hombres. El varón necesita que su vida sea ilustrada por hechos heroicos y, al mismo tiempo, tener historias para contar.

Se observa que en esta sociedad los hombres mueren primero que las mujeres y que habitualmente las causas de muerte reflejan una exposición deliberada de enfrentar riesgos y peligros.⁹⁴

⁹³ Apenas para ilustrar o argumento, algo ao redor de 80% das vítimas fatais de trânsito no Brasil são do sexo masculino, cf.: <https://g1.globo.com/carros/noticia/2019/05/23/a-cada-1-hora-5-pessoas-morrem-em-acidentes-de-transito-no-brasil-diz-conselho-federal-de-medicina.ghtml>;

<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45466-homens-sao-maiores-vitimas-de-acidentes-no-transito>

⁹⁴ HARDY; JIMÉNEZ, 2001, p. 84.

Essa situação se encaixa bastante bem à situação narrada por Fernando Pimentel. Ao serem – ele e seu companheiro – atingidos, enfrentados em sua masculinidade por uma *fechada* de um táxi, todos os protocolos de segurança foram postos de lado, e os militantes se expuseram a riscos absolutamente desnecessários. A necessidade de “defesa” da masculinidade os levou a se exporem a riscos evitáveis que poderiam ter, inclusive, comprometido a sua situação de clandestinos.

Voltemos à entrevista de Vera Sílvia onde ela nos revela, também, como a masculinidade atingia seus companheiros. Na passagem a seguir Vera Sílvia Magalhães descreve como as ações armadas foram traumáticas para ela seus companheiros,

Evidentemente que eu tinha medo. Na medida em que você começa a pegar em armas, a gente teve tiroteio com a polícia, a gente foi cercado algumas vezes, nos salvamos e tal, mas é um traumatismo para mim, como para todo comando. Agora, a única pessoa que levantava essa questão era eu. Por quê? Porque eu era mulher, e a fragilidade da mulher era muito mais fácil de ser absorvida. Agora os homens não. Ficavam putos ainda por cima. Quando houve o primeiro tiroteio, esse comando ficou dois meses sem fazer nenhuma ação, só levantamento. Evidentemente que era medo. Pronto, fui levantar o problema, quase me mataram. Imaginem se aqueles *Homens Novos*, fantásticos, os heróis da nossa terra iam ter medo. Medo era um assunto que não era para ser tocado mesmo.⁹⁵

Devido às orientações em que Marcelo Ridenti desenvolvia seus estudos, as entrevistas que realizou não tocaram profundamente em temas sensíveis como tortura e a morte de militantes – exceto lateralmente. Mas ao fim de uma das últimas entrevistas que analisamos, a de Maria do Carmo Brito e Shizuo Osawa (Mário Japa), nos deparamos com o seguinte relato:

Maria do Carmo Brito: Para começar [eu] estava casada com meu primeiro e único marido e sequer entendia transa de esquerda, não só não entendia como não concordava, era um negócio moralista, era uma organização familiar, tanto é que a mulher do Matos foi brincar fora do risco, ele deu-lhe um tiro e se entregou. Era assim a VPR, a VPR não era um negócio parecido com as outras nesse nível, apesar de que uma boa parte de gente feito eu, universitário, tal. O clima da organização não era dado por aí [...] a mulher do Matos botou chifre nele, deu-lhe um tiro e se entregou.⁹⁶

⁹⁵ MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139, transcrição p. 12-13.

⁹⁶ BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136, transcrição p. 63.

Matos era o codinome de Cláudio de Souza Ribeiro, que também atendia, na clandestinidade, por *Caio*. Militante da VPR, da ala de origem militar, Cláudio foi marinheiro e participou da revolta de março 1964, que foi encarada como um desagravo à hierarquia militar e considerada por alguns historiadores, como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, a *gota d'água* para o desencadeamento do Golpe em 1964.⁹⁷ Cláudio Ribeiro foi, durante a *Revolta dos marinheiros*, próximo do famoso delator José Anselmo dos Santos – o Cabo Anselmo – e, posteriormente, do Capitão Carlos Lamarca. Consta que, durante seu período na marinha, seu apelido era “Cláudio Louco”.⁹⁸

Na matéria realizada por Lungaretti, o jornalista nos informa que, ainda jovem, Cláudio sofria com diversos problemas de ordem particular – desde o alcoolismo e violência do pai, até o sofrimento com o tamanho de seu pênis e impotência sexual. Ao que tudo indica, Cláudio teria “descontado” seus problemas particulares mergulhando na atuação política.⁹⁹ Foi já na VPR, no comando da organização, que Cláudio teria conhecido Cleide Dall’Olio, com quem veio a desenvolver um relacionamento estável.¹⁰⁰

Com o aumento da pressão do cerco policial, no final da década de 1960, Cleide teria pressionado Cláudio para abandonarem a militância política e reconstruírem suas vidas como civis, o que ocorreria na cidade de Recife.¹⁰¹ Na sua autobiografia Chico de Assis conta que

⁹⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, p. 315-332.

⁹⁸ O jornalista e ex-militante das esquerdas armada, Celso Lungaretti, tentou reconstruir partes da trajetória de vida de Cláudio Ribeiro em uma curta reportagem, cf.: LUNGARETTI, Celso. “Cláudio Louco”, o guerrilheiro que todos preferem esquecer. *Congresso em foco*, 30 de out. de 2009. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/claudio-louco-o-guerrilheiro-que-todos-preferem-esquecer/>>, acessado em: 19 de fevereiro de 2020.

⁹⁹ Essas informações constam, também, na autobiografia de Chico de Assis, cf.: ASSIS, Chico. *A trilha do labirinto*. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 138.

¹⁰⁰ Faltam-nos maiores informações sobre Cleide Dall’Olio, a bibliografia consultada nos fornece informações desconstruídas, por exemplo: na autobiografia de Chico de Assis (ex-militante da esquerda armada e jornalista), Cleide Dall’Olio é *Cléa* – ao que tudo indica isso seria um codinome, já que no mesmo livro Cláudio Ribeiro aparece referido pelo seu codinome *Caio*, o próprio autor utiliza seu *nome de guerra* no livro. Porém, no livro de Assis – que relata a história do assassinato depois de ter ouvido o acontecimento da boca do próprio *Caio*, na prisão – *Cléa* (Cleide Dall’Olio) é retratada como uma militante de base da VPR (ASSIS, 2008, p. 140). Já no livro de Luiz Maklouf Carvalho (1998, p.102), o autor afirma que Cleide Dall’Olio – que não é tratada por nenhum codinome – não se envolveu com a militância armada, apesar de conhecer as ações desenvolvidas por Cláudio. Maklouf afirma que Cleide “não era militante e vivia preocupada”. Certamente, essa história é muito improvável de ser confundida, mas, poderíamos dizer que as discrepâncias dos relatos se devam às fontes consultadas pelos diferentes autores. Chico de Assis ouviu a história do próprio partícipe – Cláudio – e, dificilmente, inventaria um codinome e mesmo uma ação política inexistente para Cleide. Já Luiz Maklouf se baseou, conforme indica no decorrer do seu livro, no depoimento prestado a polícia por Cláudio Ribeiro (CARVALHO, 1998, p. 103). Podemos aventar, talvez, que em seu depoimento o militante tenha ocultado a militância política de sua ex-companheira por medo de eventual ocultação ou desaparecimento do corpo. Em outros momentos como, por exemplo, a descrição de como se sucedeu o assassinato, ambos autores – Assis e Carvalho – trazem informações bastante semelhantes.

¹⁰¹ Seguindo as diferenciações dos textos de Maklouf Carvalho e Chico de Assis, podemos observar mais uma delas. Para Carvalho (1998, 102), “Cleide resolveu se impor: a guerrilha ou eu”, e Cláudio, depois de alguma

Cláudio confessou que sofreu ao saber dos companheiros *caídos* e mortos pela Ditadura, tendo isso o levado ao alcoolismo.¹⁰² Não sabemos se a traição por parte de Cléa foi descoberta ou revelada por ela ao companheiro,¹⁰³ o que sabemos é que Cláudio matou-a com três tiros e que Cláudio teria se entregado à polícia afirmando: "Acabei de matar minha mulher e sou um terrorista procurado".¹⁰⁴

Violência contra a mulher ou de gênero não é, infelizmente, algo raro em nossa sociedade, seja no presente, seja no passado. Também o episódio lembrado como *moralismo*, por Maria do Carmo Brito, não é representativo, pensamos, como um “comportamento de esquerda”, ao menos não no sentido ordinário. Ele se torna, ao nosso ver, representativo de como as esquerdas estavam envoltas no contexto misógino e patriarcal da sociedade burguesa brasileira. Nesse sentido, não rompiam/romperam com a moralidade dominante, ainda que, no plano do discurso, o objetivo fosse esse, o da criação de uma nova sociedade, com uma outra moral. É, portanto, dentro dessa perspectiva que esse caso se torna simbólico.

Com as informações parcas de que dispomos podemos, quando muito, fazer algumas considerações e elucubrações. Não desviaremos pelo campo psicanalítico, onde leituras sobre como os infortúnios sexuais de Cláudio Ribeiro podem ter sido determinantes para o seu desenvolvimento e, também, para seu comportamento violento, até porque nos faltariam fontes para uma análise mais sistemática desse ponto. Diferente do caso de Fernando Pimentel onde, somando nossas análises às de Marcelo Ridenti, a explicação/compreensão dos fatos narrados cobrem os acontecimentos, noutras palavras, a análise é mais “totalizante”. Esse não é o caso dos eventos envolvendo Cláudio Ribeiro e sua companheira. Aqui elaboramos algumas hipóteses que buscam explicar o ocorrido e que *não* se pretendem totalizantes ou únicas, apenas apresentamos fatores que pensamos serem relevantes para o entendimento do caso. Afirmamos isso devido ao fato de que todos aqueles que relataram a história de Cláudio fizeram alusões, mesmo que sutis, a um eventual “desequilíbrio psicológico” do ex-militante da VPR.¹⁰⁵ Sendo essa questão muito delicada, não podemos

relutância teria se mudado para Recife junto com Cleide. Nos escritos de Assis a história é outra; Cleide teria pedido para abandonarem as ações da VPR devido ao endurecimento da repressão – teria sido procurada na Universidade, o que pode nos dar a entender que ela vivia uma vida semiclandestina – e muda-se para Recife, onde encontraria, com surpresa, dois meses depois, Cláudio, que abandonou a militância para se juntar a ela (ASSIS, 2008, p. 142-143).

¹⁰² ASSIS, 2008, p. 144.

¹⁰³ Para Assis (2008, p. 144) Cleide “não teve forças ou não via razões para omitir de Caio” o relacionamento em que estava envolvida. Num sentido muito próximo Luiz Maklouf Carvalho (1998, p.102) afirma que Cláudio tinha suspeitas sobre uma suposta traição de Cleide, “que ela efetivamente confirmou”.

¹⁰⁴ CARVALHO, 1998, p. 103.

¹⁰⁵ Mesmo que isso seja verdade, não torna nossas análises inválidas. O eventual “distúrbio psíquico” de Cláudio Ribeiro não justifica ou apaga os traços de violência de gênero.

pretender mais do que dar indícios de como as questões relativas ao gênero – e à violência de gênero no caso – aparecem nesse evento.

No caso em tela vários pontos parecem entrar em ação. O primeiro, o mais claro, é a violência de gênero. Um segundo, podemos aventar, é a dimensão da *honra*. E, por último, poderíamos identificar questões ligadas à masculinidade. E é por esses caminhos que tentaremos esboçar uma análise conjugando essas três dimensões, sendo que juntas elas parecem oferecer alguma compreensão desse acontecimento.

Como já dissemos, o conceito de *masculinidade* é histórico, isso é válido também para o conceito de *violência de gênero*¹⁰⁶ e *honra*¹⁰⁷. Diversos autores têm demonstrado como, atuando em conjunto, tais noções podem ser úteis à análise histórica.¹⁰⁸ Um dos componentes da masculinidade *ideal*, ao qual já nos referimos, é a agressividade. Mas, dentro de relacionamentos sexo-afetivos, numa sociedade marcada pela estrutura patriarcal, o controle do corpo e sexualidade feminina é um traço definidor. A sexualidade das mulheres, em nossa sociedade, está ligada a *honra* masculina. Ou seja, o comportamento das mulheres “dignifica” ou não seus companheiros. Enquanto para os homens a *honra* sempre foi um atributo ligado a “virtudes públicas” – ser bom marido, provedor, bom trabalhador, leal e etc. –, a *honra* feminina está mais ligada a “virtudes privadas” – ser casta (virgindade), ser fiel ao marido, ser boa dona de casa, boa esposa. Ainda que se trate de outro contexto histórico, Carla Barbosa afirma que, “a percepção da honra masculina estava também ligada intrinsecamente ao controle das mulheres e seus comportamentos sexuais. Os maridos tinham autoridade sobre suas esposas e um de seus deveres era o de demandar fidelidade delas”.¹⁰⁹ Em mesmo sentido vão as afirmações de Chalhoub, “a honra do homem depende da conduta

¹⁰⁶ PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero/intolerância. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 715-718, 2019.

¹⁰⁷ MOTTA, Flávia Mattos; ASSIS, Glaucia de Oliveira. Honra. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 400-405, 2019.

¹⁰⁸ Esses foram os conceitos utilizados por Carla Barbosa para desenvolver sua tese de doutorado que tratou de processos crimes de violência de homens contra mulheres no Rio Grande do Sul, no início do século XX. Destacamos aqui, em especial o capítulo 3 (BARBOSA, 2015, p. 103-132). Ainda que não tenha utilizado esse arcabouço conceitual, Sidney Chalhoub, em seu “*Trabalho, lar e botequim*”, analisa processos crime que envolvem violência física entre homens e esposas/amásias/meretrizes. Em seu trabalho, Chalhoub desenvolve a noção de *honra*, ao qual os homens e maridos *ofendidos* recorriam para justificar seus atos de violência, cf.: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 171-238.

¹⁰⁹ BARBOSA, 2015, p. 110.

da mulher, que lhe deve ser absolutamente fiel, e é exatamente essa dependência que legitima seu poder sobre ela”.¹¹⁰

Carla Barbosa mostra, em sua pesquisa, que a violência do marido contra a esposa não era bem vista pela sociedade. No entanto, em determinados contextos, a sua utilização era justificada, especialmente quando se tratava de traição matrimonial. Nesse cenário a violência contra a mulher e, eventualmente, contra o amante, era justificada em nome da “honra ofendida”.¹¹¹ Chalhoub ao analisar, aquilo que denominou, as *Mulheres “da gandaia”* – amásias e meretrizes – interpreta a violência contra essas mulheres como uma expressão da tentativa frustrada dos homens em exercer seu poder de dominação sobre os corpos femininos.¹¹² O historiador conclui que,

É absolutamente necessário enfatizar este fato de que a violência do homem surge, nos casos estudados, antes como uma demonstração de fraqueza e impotência do que como uma demonstração de força, de poder. Este ponto é essencial porque o discurso dos agentes jurídicos da época tentará inverter radicalmente o significado desta violência masculina. Nestes casos em que o homem acusa a companheira de infiel, os advogados argumentarão invariavelmente que o homem partiu para a agressão porque teve sua “honra ultrajada”, o que fez com que ele perdesse a noção de seus atos. Nota-se, então que o ato violento do macho assumiu aqui uma conotação completamente distinta: a agressão do homem passa a ser o exercício, a prática de um poder que ele tinha sobre a mulher. A “defesa da honra”, portanto, transforma um ato de fraqueza e impotência em demonstração de poder e dominação. A realidade concreta dentro da qual se desenrolam as relações de amor entre esses homens e mulheres pobres é, então desfigurada e distorcida para servir à ideologia da dominação masculina.¹¹³

Apesar de nosso contexto ser outro, Carla Barbosa e Sidney Chalhoub, ambos tratam, em seus respectivos trabalhos, do início do século XX, seus estudos podem nos ajudar a compreender a ação de Cláudio Ribeiro ao assassinar sua companheira, Cleide Dall’Olio. Essa resposta que tentaremos esboçar a seguir.

Primeiro, devemos lembrar a origem profissional de Cláudio Ribeiro, a marinha brasileira. Isso pode nos dar alguma noção sobre sua inserção nas pautas da *geração de 68*. Os militantes da esquerda armada, de origem militar, não raro tinham problemas com seus camaradas provenientes de estratos estudantis. Isso se deve à formação altamente hierarquizada, técnica e voltada para ação. Logo, discussões, sejam elas quais foram, muitas

¹¹⁰ CHALHOUB, 2012, p. 180.

¹¹¹ BARBOSA, 2015.

¹¹² CHALHOUB, op. cit., 214.

¹¹³ Ibidem, p. 215-216.

vezes eram tidas, pelos quadros de origem militar, como questões menos importantes, quando não absolutamente irrelevantes.

Outro ponto a ser levado em consideração, derivado do primeiro, é a importância, que podemos conjecturar, que Cláudio atribuía – consciente ou não – à honra, justamente por vir do meio militar. Isso, somado ao contexto de alta tensão, mesmo tendo abandonado a militância política, podem nos dar um vislumbre, mesmo que evanescente, da situação.

Ao descobrir a traição, por parte de sua companheira, Cláudio deve ter sentido um misto de emoções. Mas, sua ação de atirar em Cleide, fornece-nos informações sobre algumas que se sobressaem. A traição foi sentida, possivelmente, como uma afronta a sua masculinidade e sua honra. A mulher, que lhe devia fidelidade, prevaricou. A infidelidade pode ter sido sentida, também, como uma falta de controle daquele corpo que, ao menos sexualmente, Cláudio acreditava ser seu.

A violência, os três tiros, foram a forma encontrada por Cláudio de, ao mesmo tempo, restituir a honra “ultrajada” e restabelecer a situação de dominação. Ao matar sua companheira, o ex-militante da VPR demonstra que aquele corpo lhe pertencia, sendo assim, lhe devia fidelidade e, ao não cumprir o papel que Cláudio esperava, ele tinha direito a violá-lo.¹¹⁴ Isso demonstra que a lógica que, nessa sociedade, o corpo da mulher não lhe pertence, ao menos não em sua integridade. A violência de Cláudio é interpretada por nós, como expressão genuína da violência de gênero que, ao ser “aviltado” em sua honra e masculinidade, recorre à violência sobre a companheira, pois tinha, supunha ele, direito sobre aquele corpo. Os tiros foram a forma de restabelecimento, após ter sido “diminuído” no seu papel masculino – pela traição –, de sua honra e masculinidade e uma forma de demonstração de força e dominação daquele corpo que Cláudio transformou em cadáver.

Segundo Lungaretti, após ser preso por alguns anos durante a Ditadura, Cláudio reservou a si o mesmo destino de sua ex-companheira. Segundo a reportagem, o ex-militante da VPR teria cometido suicídio, depois de longo período desaparecido, sem contato com familiares e ex-companheiros.

¹¹⁴ Seria, nesse sentido, um *corpo disponível* a ele. Por analogia, mesmo que imperfeita, podemos pensar em casos de estupro de mulheres que se negam a ter relações, sexuais ou não, com homens. Em muitos casos os estupros ocorrem depois de tentativas malsucedidas, por parte dos homens, de uma investida com finalidades sexuais, ao terem negada a via consensual, os agressores sentem-se que lhes é outorgado o direito de possuir aquele corpo (consensualmente ou não).

Antes de encerrarmos a discussão de como o gênero apareceu nas fontes aqui trabalhadas, queremos reforçar que os papéis de gênero e as ações que os indivíduos realizam baseados nesses mesmos estereótipos, não transparecem de maneira clara para os indivíduos. Ou seja, não é razoável imaginarmos que Fernando Pimentel e seu companheiro agiram com a intenção de defenderem a sua masculinidade, que encararam a *fechada* como uma ofensa à mesma. Ou que Cláudio Ribeiro tenha atuado, conscientemente, em defesa da sua honra. Como afirmamos linhas acima, a sociedade como um todo e suas instituições “treinam” os sujeitos de maneira que, expostos a determinada situação, ajam de forma definida, esperada. Depois de internalizadas essas “normas”, isso gera uma nova racionalidade, onde essas diferenciações são incorporadas e plenamente justificadas. Obviamente, não se trata de estabelecer, por exemplo, uma linha de raciocínio que os levam à conclusão de que foram atacados enquanto homens, logo, precisam defender sua identidade masculina. Isso a que chamamos “normas sociais” encarregaram-se de moldar como homens e mulheres devem ter ações de acordo com a expectativa que os papéis de gênero lhes impõem. Logo, também, voltamos a afirmar que isso é menos representativo de um “traço particular das esquerdas”, e mais uma demonstração de que, mesmo imbuídas da vontade de revolucionar o mundo, inclusive a moral e os costumes, estavam, também os militantes, sujeitos aos padrões e preconceitos de uma sociedade estruturada pelo machismo, misoginia e estereótipos de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

*Você parece, filho, algo afetado
Talvez desapontado. Mas alegre-se.
Nossa festa acabou. Nossos atores,
Que eu avisei não serem mais que espíritos,
Derreteram-se em ar, em puro ar;
E como a trama vã desta visão,
As torres e o palácio encantados,
Templos solenes, como o globo inteiro,
Sim, tudo o que ela envolve, vai sumir
Sem deixar rastros. Nós somos do estofado
De que se fazem sonhos; e esta vida
Encerre-se num sono. ‘Stou aflito,
Sou fraco e tenho a mente perturbada;
Não se incomode com a minha doença;
Por fineza, retirem-se pra cela,
Pra descansar; eu vou andar um pouco
Para acalmar a mente.*

Shakespeare, *A tempestade*, ato IV cena I

Em 1974 a esquerda em armas já não mais existia para além de alguns poucos militantes que tentavam, sobretudo, não serem descobertos pelos órgãos de repressão. O sonho da *geração de 68* havia terminado. Saíam, sem glória, de cena – alguns pelas fronteiras, outros permaneciam em clandestinidade e, os que sobreviveram às torturas, amargaram anos de prisão. “Nós somos do estofado/De que se fazem sonhos”. Os militantes que sonhavam com a revolução – socialista ou não –, hoje esquecida, mas que estruturou gerações, foi “estofado” de muitos e “sonho” de outros tantos, saía de cena.

Muitos, senão a maioria, dos revolucionários se transmutou, no exílio, em expoentes da luta pela anistia e eleições diretas – não esqueçamos das *liberdades democráticas*. Essa mudança de foco, possivelmente, foi a responsável em transmutar a “resistência armada” em “resistência democrática”. Contudo, nada de novo, essa seria a forma mais eficaz de reinserir

na vida política, para aqueles que lutaram pela revolução, nos limites de uma democracia burguesa.

Pesquisar é estar afetado – no sentido de sentir afeto. Não seria justo, porém, eu encerrar esse estudo com uma exacerbada *melancolia de esquerda*. Como nos foi dado a conhecer, a maioria dos militantes se orgulha do seu passado. Muitas vezes, aqueles que passaram por prisões e tortura, afirmam que a militância armada fora a experiência mais enriquecedora, e mesmo, o melhor período de sua existência.

Ao contrário do que, durante muito tempo se pensou, a história pouco nos ensina *para o futuro*. Como afirma a historiadora e antropóloga, Lilia Schwarcz, história não é “bula de remédio”.¹ Mas a disciplina de *Clio* nos ajuda a compreender o presente e nos dá exemplos, do passado, para a construção do futuro – isso que Löwy e Sayere chamam de *romantismo revolucionário*. Ou, no vocabulário de Koselleck, nosso *espaço de experiência* fornece *horizontes de expectativa*.

Nesse sentido, é bastante tentador estabelecer paralelos entre as esquerdas dos anos 1960 e as esquerdas atuais. Ou melhor, o que aquelas esquerdas podem nos dizer hoje? Como afirmamos em nosso texto, encontramos nos depoimentos aquilo que denominamos de *melancolia de esquerda*. Porém, isso não era dominante nas entrevistas – sendo muito mais presente hoje do que no contexto em que Marcelo Ridenti entrevistou seus depoentes. Apesar do neoliberalismo jogar quase solitário, em matéria de Economia Política, nos anos 1980, ao ponto de ideólogos determinarem o *Fim da História*, no Brasil havia esperança. *Anistia*, saída dos militares do poder, *Assembleia Nacional Constituinte* e, finalmente, um partido de *base*, liderado por um operário, crescia rapidamente no país. Quase que a história permitiu que um partido, que se intitulava “socialista” – ainda que o socialismo do PT fosse algo bastante genérico –, ganhasse as eleições pós redemocratização do país. Como a História tem lá suas ironias, tudo isso ocorreu em 1989, ano da queda do Muro de Berlin. Em 1991 a URSS desapareceria e – o tão criticado – *socialismo real* daria espaço para (re)instauração capitalista na Rússia.

Nascia uma *Era sem utopias*.

O capitalismo na sua vertente neoliberal campeou sozinho na década de 1990. Cuba, que era o vetor revolucionário dos anos 1960, padecia com o desaparecimento do seu maior

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11-26.

parceiro comercial, a URSS. Tudo indicava que Fidel Castro não conseguiria manter o país em um regime socialista. Conseguiu. Ele e o povo cubano.

Um dos efeitos mais pernósticos do neoliberalismo, que nos persegue até hoje, é a introdução do *presentismo* como forma acabada de experimentar o tempo. Vive-se no presente contínuo, sem *espaço de experiência*, muito menos, *horizonte de expectativa*. A utopia é excluída como ideia perigosa. Maldita. E talvez seja aqui que a esquerda armada dialogue conosco.

Não se trata, por óbvio – mas importante afirmar nesses *Tempos difíceis* –, de pregar qualquer forma de luta armada na sociedade brasileira de hoje. A utopia, o poder de engajamento, de mobilização até mesmo de *voluntarismo* político, são bons exemplos a serem considerados.

A imagem da esquerda armada foi, por muito tempo, tratada como “rebeldia juvenil”, “aventureirismo” ou “romantismo” – no sentido pejorativo do termo. Tendo passado pelo estudo de diversas organizações e dezenas de entrevistas, só podemos rejeitar essa visão infantilizada de uma *geração*. Não é verossímil que alguém aposte seus “melhores anos”, quando não, “sua vida” apenas por desatino.

Por mais ofensivos que fossem seus projetos – no sentido de enfrentamento armado, derrubada da ditadura e instauração de um novo regime – seus planos sempre, ou na maioria das vezes, tiveram respaldo teóricos – errados ou não. O exemplo da VPR é, nesse sentido, eloquente. *Jamil Rodrigues* (Ladislau Dowbor) fornecia uma justificativa teórica para a separação entre a luta armada e a população. Os teóricos da *Teoria Marxista da Dependência*, já no início da década de 1970, são outro bom exemplo de um arcabouço teórico que justificava a necessidade de uma revolução socialista num país “dependente periférico” como o Brasil.

Por isso discordamos, por exemplo, da capa da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 90 – cujo tema do dossiê foi “Guerrilheiros: armas contra a ditadura” com textos de pesquisadores do mais alto nível e contribuição para a área – onde é representado um jovem – vestido de calças *jeans* e camisa branca, com uma espingarda nas costas e um revólver na cintura – encarando diversos soldados do exército. Apesar de ser uma bela obra de arte, em nosso entender, a representação reforça o estereótipo do jovem idealista

desavisado sobre o que lhe esperava. Ao contrário, pensamos que aqueles que assumiram a luta armada o fizeram por estarem convencidos de que a saída era empunhar armas e a imagem de “rebeldes sem causa” somente os deslegitima enquanto atores históricos, os tornando meros sujeitos reativos, que não refletiam sobre suas ações. Essa imagem não nos parece sustentável.

Nosso trabalho, além do estudo com as fontes orais, buscou um levantamento da bibliografia produzida sobre as organizações que participaram da luta armada. Tendo isso em vista, gostaríamos ainda de tecer alguns comentários sobre o resultado daquilo que encontramos ao longo da pesquisa – seja no estudo bibliográfico, ou no trabalho com as memórias.

Nosso primeiro destaque será no campo sobre o estudo das esquerdas, especificamente, as armadas. Nosso estudo, além de contemplar os trabalhos fundadores do campo – Marco Aurélio Garcia, Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti – incluiu discussões posteriores, portanto, mais recentes sobre o tema. Mas, nosso enfoque foi os estudos sobre organizações armadas. Alguns resultados chamaram nossa atenção. Se organizações como PCdoB, MR-8, ALN foram consideravelmente estudadas,² já outras, como os COLINA e VAR-Palmares, possuem, ambas, apenas um estudo cada. Poderíamos argumentar que os COLINA existiram por um período curto de tempo, do final de 1967 à meados de 1969 – argumentação frágil, em nosso entender. Contudo, a VAR-Palmares é tida como uma das mais importantes organizações do período, participando de eventos da luta armada bastante relevantes, o que torna quase “injustificável” a ausência de estudos sobre sua trajetória.³

Ao tratarmos das memórias tentamos contribuir para a historiografia com algumas questões. A primeira diz respeito a utilização, pertinente ou não, do uso da *noção* de

² Os estudos variam em sua abordagem, nem todos buscaram fazer a trajetória das organizações. Mesmo assim, as organizações referidas possuem muito mais análises que as que se seguem.

³ Outra ausência que merece nota é o fato de não termos encontrado estudos que enfoquem a questão da raça nas organizações revolucionária, muito embora, grandes personagens, tais como Carlos Marighella, Luiz José da Cunha (*Comandante Criolo*) e Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão do Araguaia) fossem negros. No encerramento desse texto nos foi dado a conhecer a tese de doutoramento de Tauana Gomes Silva que aborda essa temática. Agradecemos ao professor Dr. Paulo Roberto Moreira pela indicação bibliográfica, cf.: GOMES SILVA, Tauana Olívia. *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Pós-graduação em História, Université Rennes 2 (França); Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), Rennes; Santa Catarina, 2019.

resistência para tratarmos da luta armada no Brasil. Recuperando o debate historiográfico sobre o tema – especialmente sobre a resistência francesa e italiana – propusemos alguns aspectos para caracterizar a *resistência* ocorrida no país. Elencamos, como característica da *resistência*: ações *clandestinas* (armadas ou não) e *ilegais*; *consciência de transgressão*; *dimensão coletiva* e impregnada pelo sentido de *ação*.

Tocamos, também, em questões sensíveis que envolvem a *opção pela morte* que alguns militantes parecem ter realizado. Nesse sentido, recuperamos a discussão que Marcelo Ridenti propõe, mas não chegou a levar a diante em sua pesquisa, que é a utilização do conceito de *suicídio altruísta* durkheimiano para compreender esses eventos. Apesar da contribuição de Durkheim se mostrar frutífera para análise de alguns casos, para nós a ideia de que os militantes da esquerda armada acreditavam na possibilidade de vitória é mais contundente para explicar a sua permanência na luta armada – ainda que noções como a de “compromisso” com os que morreram, ou foram presos, não possa ser descartada.

Já no último capítulo tentamos empregar o conceito de *melancolia de esquerda* – emprestado de Enzo Traverso – para analisar as decepções do que *poderia ter sido* a revolução e o projeto das esquerdas revolucionárias. Com isso buscamos compreender qual o legado que aqueles que lutaram de armas na mão contra a ditadura pensavam deixar para a esquerda. E finalizamos nossas análises buscando compreender como a *geração de 68*, que almejava revolucionar o mundo, ainda estava impregnada de estereótipos de gênero próprios da sociedade da década de 1960.

É bastante famoso – e muito utilizado – o texto de Platão no qual retrata um diálogo entre Sócrates e Fedro. O texto passeia pelo amor (homoerótico) e, em determinado ponto, quando tratam da retórica, Sócrates começa a avaliar os “riscos” da escrita para memória. Em determinado momento o filósofo grego afirma,

Pois há algo de terrível na escrita, Fedro, e que se assemelha realmente à pintura. Pois os produtos desta estão postos como seres vivos, mas, ao interroga-los sobre algo, mantêm-se o silêncio solene. E o mesmo se dá com os discursos: parecerá a ti que falam pensando por si mesmos, mas, ao interroga-los querendo aprender sobre o que quer que tenham dito, indicam sempre uma única e mesma coisa. E uma vez escrito, todo discurso roda por toda parte do mesmo modo – entre os que o compreendem bem como entre aqueles aos quais não convém –, e não sabem com quem devem ou não falar. E quando sofre ofensas e insultos injustamente sempre precisa de

ajuda de seu pai: pois ele próprio não é capaz de se defender e nem de ajudar a si mesmo.⁴

Os testemunhos que utilizamos em nossa pesquisa, de certa maneira, se encaixam nessas “preocupações socráticas”. Aquelas entrevistas, dos anos de 1985-86, viraram texto e, posteriormente, documentos em arquivos. “Memórias abandonadas” à espera dos pesquisadores interessados em assuntos doutros tempos. O alerta do texto de Platão é pertinente, já que esperamos, sinceramente, termos feito “bom uso” daquelas memórias, que elas não tenham sentido a necessidade da “ajuda de seu pai [ou mãe]” em nossas mãos. Esse é o problema – e assombro –, cremos, de todos aqueles que trabalham com memória, não as insultar, especialmente daquelas e daqueles que não podem mais recorrer aos entrevistados para uma aprovação da forma como foram utilizadas.

Essas foram, esperamos, as contribuições de nosso trabalho para o campo de estudos das esquerdas armadas. Buscamos evidenciar como essas memórias, assim como as trajetórias dos grupos de esquerda, são plurais e dissonantes, cheios de erros e acertos. Mas, acima de tudo, utopias e vontade de transformar o mundo. Essa, possivelmente, uma missão compartilhada entre os militantes revolucionários e os historiadores, ambos encarregados de mostrar que o mundo pode ser diferente. Por isso é preciso sonhar, pois *somos feitos do estofado de nossos sonhos*.

⁴ PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2016, p. 137-138.

7 FONTES ORAIS E DOCUMENTAIS

A) Fontes Oraís:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 110-112.

AMANO, Takao. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 100.

BENJAMIN, César. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 089.

BENJAMIN, Cid. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 127.

BRANT, Vinícius Caldeira. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 119-120.

BRITO, Maria do Carmo; OSAWA, Shizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 134-136.

CALEJAS, Guiomar Silva Lopes. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 118.

CÂMARA, Cláudio. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 124.

CARVALHO, Apolônio de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 104-105.

DOWBOR, Ladislau. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 125-126.

ESPINOSA, Antonio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 122-123.

FAYAL, Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 130.

FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 097-098.

FON FILHO, Aton. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 090-091.

GENOÍNO NETO, José. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 099.

GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 093-94.

GUERRA, André. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 116-117.

HERINGER, Apolo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 08, FC 121.

LIMA, Humberto Trigueiros. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 109.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, FC 139.

MOREIRA, Antonio de Neiva. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 088.

NAHAS, Jorge. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 092.

PAIVA, Mauricio. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 128-129.

PIMENTEL, Fernando da Matta. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 10, 137-138.

QUARTIM DE MORAES, João. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 095-96.

ROCHA, Pedro. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 107-108.

ROIG, Vicente. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 06, FC 102-103.

TAPAJÓS, Renato. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 05, FC 087.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 07, FC 113-15.

WEID, Jean Marc Van der. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, Pasta 09, FC 131-133.

B) Fontes Documentais:

AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). O papel da ação revolucionária na organização. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 206-221, 1985.

AROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia [Relatório Arroyo]. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, p. 275-290, 1980.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, 3. Vol., 1984.

_____. *O P.C.B.*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, 3. Vol., 1982.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (CEVM). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador, 2009.

COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA). Concepção de luta revolucionária. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 134-159, 1985.

DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA (DI-GB). *A situação internacional, 1969*, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, documento nº 01.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Editora Novos Rumos, vol. 1, 1987.

_____. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, vol. 2 e 3, 1991.

_____. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1985)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Não tive tempo de ter medo: textos escolhidos de Carlos Marighella*. S/l: Editora terra sem amos, 2019.

MARIGHELLA, Carlos. *Questões de organização*. S.l., dezembro de 1968 (mimeo).

MARIGHELLA, Carlos. *Minimanual del guerrillero urbano*. Lanus Oeste: Lupara, 2015.

MARIGHELLA, Carlos *et al.* *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARIGHELLA, Carlos; SAFATLE, Vladimir (org.). *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). Linha política e Orientação para a prática. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 340-356, 1985.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Orientação para prática, 1971*, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-03, documento nº 01.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). *Resoluções do 2º Congresso (outubro de 1979)*. São Paulo: Editora Quilombo, 1980.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (ORM-POLOP). *Curso básico*. Salvador: s/e, 2010.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP). Programa Socialista para o Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-116, 1985

PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PCB, processo de cassação do registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974a.

_____. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

_____. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974b.

_____. *Política e revolucionarização do Partido*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – ALA VERMELHA (ALA). Autocrítica. In: FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Editora Novos Rumos, p. 314-319, vol. 1, 1987.

_____. Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 117-133, 1985a.

_____. Os 16 pontos. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 277-286, 1985b.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). A organização independente da massa. In: FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Editora Novos Rumos, vol. 1, p. 320-324, 1987.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). A sociedade brasileira e o PCBR. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, vol. 3, p. 132-135, 1984.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). Linha Política. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 160-179, 1985.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR). Carta de 12 pontos. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 48-53, 1985.

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC). Por uma prática partidária. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 180-186, 1985.

POMAR. Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

SILVA, Carla Luciana; MACIEL, David. Orientações, discussões e desligamento de Carlos Lamarca da VPR. In: *História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 90-102, março, 2020.

STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, vol. 1 e 2, 2011.

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA – PALMARES (VAR-Palmares). Programa. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 248-276, 1985.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). A vanguarda armada na primeira fase da revolução. In: AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 222-248, 1985.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. Aproximações, contrastes e contradições entre paradigmas de mudança social: os cinquenta anos de 1968. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *1968: reflexos e reflexões*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, p. 15-32, 2018.

_____. *A Revolução Faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *As organizações comunistas e a luta de classes 1961-1968*. 1987. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____. A vida política. In: _____ (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p.75-126, 2014a.

_____. Classe operária, Partido de quadros e Revolução socialista: o itinerário da Política operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 53-72, 2007a. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); RIDENTI, Marcelo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, p. 29-52, 2004.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Ditadura no Brasil entre memória e memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditadura Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 237-253, 2015.

_____. Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 73-108, 2007b.

_____. Exposição. In: GARCÍA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, p. 17-30, 1986.

_____. O ano mágico. In: _____ (org.); MORAES, Pedro de (org.). *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV editora, p. 19-60, 2008.

_____. O Ato Institucional nº 5: sociedade e ditadura ao sul do Equador. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. (Org). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 77-82, 2007c.

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas Brasileiros. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel. *História do Marxismo no Brasil*, vol. I, o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 161-198, 2007d.

_____. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfose e perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio

de Janeiro: Civilização brasileira, p. 503-540, 2007e. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

AARÃO REIS, Daniel. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007f.

_____. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960. In: TUCCI, Maria Luiza. *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3 vols., 2007f.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2017.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 489-495, p. 2019.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, p. 83-122, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

ALVES, Valdir. *João Rocco, o último guerrilheiro*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os percursos do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 249-272, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I).

AMAZONAS, João. *O revisionismo chinês de Mao Tsetung*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1981.

ANGELO, Vitor Amorim de. Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

_____. *Luta Armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 15-36, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta contra o regime militar na década de 1970. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); RIDENTI, Marcelo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá(org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, p. 161-179, 2004.

_____. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no Mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, p. 93-104, 2014.

_____. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 321-354, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

_____. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*, vol. II. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 245-264, 2015.

_____. Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *História oral e movimento social: narrativas públicas*. São Paulo: Letra e voz, p. 119-134, 2016

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985

ARTIÈRES, Phillipe. O desconhecido da Sorbonne: sobre os historiadores e “os anos” 68. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 133-144, jul.-dez., 2008.

ASSIS, Chico de. *A trilha do labirinto*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *"José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina": Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil. (RS, 1889-1930)*. 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína (org.); FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 27-32, 2011.

BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle: revue d'histoire*, Paris, nº11, jul.-set., p. 75-90, 1986.

BELVEDERE FILHO, Humberto. A história do POC e da LO. In: GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, p. 331-337, 2019.

BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: memória de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo Brasiliense, p. 241-252, 2012.

BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da Ditadura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002;

BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois, uma vida de combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2004.

_____. *Testamento de luta: A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2002;

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

BOHOSLAVSKY, Ernesto (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.); BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar às direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.

BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*. Buenos Aires: debolsillo, p. 123-135, 2015.

BORGES, Rodrigo dos Santos Borges. *A trajetória da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína (org.); FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 183-191, 2011.

BRANDALISE, Carla. Maio de 1968: um mundo em transformação: "é proibido proibir". In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza(orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: OIKOS, p. 73-113, 2018.

BRASIL. *DECRETO Nº 42.121, DE 21 DE AGOSTO DE 1957*. Promulga as convenções concluídas em Genebra a 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger vítimas de defesa. Presidência da República, 1957. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42121-21-agosto-1957-457253-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em 05 de fevereiro de 2020.

BREGALDA, Afonso Campos. *Ousar lutar, ousar vencer: Carlos Lamarca – da caserna à luta armada (1960-1971)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 15-36, 2001.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, posição 6412-6835, 2019. Disponível para Kindle.

BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012; BUONICORE, Augusto César. *João Amazonas: Um comunista brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na Ditadura Brasileira: um tribunal adaptável?*. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2017.

CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. *Resistência e repressão no Oeste Paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “melhores filhos do povo”*: um estudo ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Curitiba: Editora Appris, 2015.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; AARÃO REIS, Daniel. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 131-148, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. *No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez, 2003.

CANUTO, Jeane Fialho. *Em nome da revolução: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974)*. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CARDOSO, Edson Lopes. Prefácio. In: CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, p. 9-12, 2011.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil História. *Revista da FLUP Porto*, IV Série, vol. 4, p. 33-49, 2014.

CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARONE, Edgard. *O P.C.B.*. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, 3. Vol., 1982.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Daniel Ilirian. *O surgimento do PCdoB na crise do comunismo brasileiro entre 1954 a 1962*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998.

_____. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, Mário Cesar. Tabus da guerrilha: depoimentos reconstituem a história íntima da esquerda durante a luta armada nos anos 60 e 70. *Folha de São Paulo*, 03 de mai. de 1998. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs03059804.htm>>, acessado em 19 de janeiro de 2020.

CARVALHO, Renée France de. *Uma vida de lutas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

CASIMIRO, Flávio Henrique. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Fidel. Revolução socialista e democrática em Cuba. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 263-264, 1999.

CENTENO, Ayrton. *Os vencedores: a volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

CERVEIRA, Neusah. Luta armada contra a insegurança nacional o PCR 1966/1968. In: SILVA, Marcos (org.). *Brasil 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, p. 191-210, 2006.

_____. *Luta Armada no Nordeste (1968-1973): Partido Comunista Revolucionário – PCR*. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

CHACEL, Cristina. “*Seu amigo esteve aqui*”: a história do desaparecido político Carlos Alberto de Freitas, assassinado na casa da morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHAGAS, Fábio Gonçalves das. Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 35, p. 91-100, 2006.

_____. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. *A vanguarda popular revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

_____. Caminhos da luta armada brasileira em 1968: o caso da VPR. *Cronos*, Pedro Leopoldo, v. 10, p. 214-232, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. *História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHOTIL, Mazé Torquato. *José Ibrahim: o líder da primeira grande greve que afrontou a ditadura*. São Paulo: Alameda, 2018.

CHUNG, Yang Borges; PINHEIRO, Milton. Interfaces entre a análise de realidade brasileira, programa e concepção de partido/organização na prática e teoria de Carlos Marighella: a estratégia da revolução brasileira. *Revista História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 48-59, março, 2020.

CODARIN, Higor. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 544-574, 1º Semestre de 2019a.

_____. Entre o individual e o coletivo: uma análise acerca da trajetória de Vera Sílvia Magalhães e José Roberto Spiegner na esquerda armada brasileira (1966-1970). *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.2, p.340-362, ago./dez., 2019b.

_____. Influxos teóricos na luta armada: a Dissidência Comunista da Guanabara. *Revista Outubro*, n. 33, p. 81-106, 2º semestre de 2019c.

_____. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda, 2019d.

_____. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). *Diálogos*. Londrina, v.23, n.2, p. 140-161, 2019e.

CODATO, Adriano. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História – Questões & Debates*, Curitiba, n.40, p.11-36, 2004.

COELHO, Eurelino. A POLOP e a crítica das armas (1962-1967). *Revista História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 13-32, março, 2020.

_____. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.); VEGA, Rubén. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 193-222, 2014.

_____. Resistência fora do eixo: a POLOP e luta contra a ditadura. In: BATISTA, Alexandre Blankl *et al.* (org.). *Estado, poder e revolução: reflexões e um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, p. 149-170, 2019.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011, São Paulo, *Anais eletrônicos*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANP_UHI.pdf. Acessado em: 04 set. 2019.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *José Genoio: Escolhas políticas*. São Paulo: Centauro, 2007.

CORRÊA, Erick. Apresentação. In: CORRÊA, Erick (org.); MHEREB, Maria Teresa (org.). *68: como incendiar um país*. São Paulo: Veneta, 2018.

CORRÊA, Lucas Andrade Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: a saga de Vannucchi Leme; A USP como aldeia gaulesa; O show proibido de Gilberto Gil*. São Paulo: A Girafa, 2003.

COSTA, Dagoberto Alves. *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro*. Recife: CEPE editora, 2018.

COSTA, Emília Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, n.1, p.171-188, 2002.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DAHÁS, Nashla. *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em

História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o Próximo Sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil. Entrevista com Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araújo. *História Oral*, Rio de Janeiro, V. 2, p. 167-179, 1999.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Editor Latino Americano, s/d.

DEL ROIO, José Luiz. *Zarattini: a paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006

DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 223-248, 2007a. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I).

_____. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. I. o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 51-108, 2007b.

_____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 11-72, 2007c.

DIAS, Renato. *As quatro mortes de Maria Augusta Thomaz: Luta armada/ALN-Molipo*. Goiânia: RD Movimento editora, 2012.

_____. *O menino que a ditadura matou: luta armada, VAR-Palmares e o desespero de uma mãe*. Goiânia: RD Movimento editora, 2014.

DIRCEU, José. *Zé Dirceu: memórias*, vol. I. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

DONOSO, Igor Goicovic. El movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y la irrupción de la lucha armada en Chile, 1965-1990. In: POZZI, Pablo (ed.); PÉREZ, Claudio (ed.). *Historia oral e historia política: izquierda y lucha armada en América Latina, 1960-1990*. Santiago: LOM Ediciones, p. 159-190, 2012.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira. In: QUARTIM DE MORAES, João. *História do marxismo no Brasil*, vol. III, teorias, interpretações. Campinas: UNICAMP, p. 245-298, 2007.

DOS SANTOS, Theotônio. *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, p. 169-192, 2004.

DOWBOR, Ladislau. *O mosaico partido: A economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESCARIZ, Fernando. *Porque Theodomiro fugiu*. São Paulo: Global, 1980.

ESPINOSA, Antônio. *Abraços que sufocam e outros ensaios sobre a liberdade*. São Paulo: Viramundo, 2000.

FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. Salvador: EDUFBA: Versal Editores, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FALCÓN, Yara. *Mergulho no passado: A ditadura que vivi*. Olinda: Livro Rápido, 2007.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial: o planeta dividido, a fragilidade da “paz armada”, o mundo depois do Muro*. São Paulo: Contexto, 2018.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FERNANDES, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: memória da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134, 2013.

_____. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário dos comunistas do Brasil (1930 – 1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FERREIRA, Wilquer Silvano de Souza. *Partidos políticos como organizações e redes sociais: O Caso do PCdoB em Belo Horizonte, Contagem e Betim*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2016.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

_____. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2014.

_____. *O grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FREITAS, Valter de Almeida. A Revolução Cultural Chinesa: a esperança abortada. In: PONGE, Robert (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 58-71, 2018.

- FRIDERICHS, Lidiane. *A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)*. 2019. Tese (Doutorado em História da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- FUNKEISTEIN, Amos. Collective and Historical Consciousness. *History and Memory*, nº 1, spring/summer, Indiana University Press, p. 5-26, 1989.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- _____. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à história da esquerda brasileira. In: MORAES, Reginaldo (org.); ANTUNES, Ricardo (org.); FERRANTE, Vera (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 193-223, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. São Paulo: IMAG: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- GENOÍNO, José. *Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoino*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GILBERT, Martin. *A História do século XX*. São Paulo: Planeta, 2016.
- GNECCO, Luiz Paulo. *Eu lutei*. São Paulo: s.c.p., 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- GOLDMAN, Emma. *Vivendo minha vida*. Curitiba: Ldopa, 2015.
- GOMES, Silvío de Souza. *Um trabalhador na Revolução Latino-Americana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- GOMES SILVA, Tauana Olívia. *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Pós-graduação em História, Université Rennes 2 (França); Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), Rennes; Santa Catarina, 2019.
- GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena, 2011.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GRABOIS, Victória Lavínia; GRABOIS, Mário. *Maurício Grabois: Uma vida pelo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010

GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GREGÓRIO, Mariany. *Resistência Armada e Memória Histórica no Brasil: Estudo de caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil Militar (1964-1984)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Carina, Florianópolis, 2012.

GROPPO, Bruno. Mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 39-56, 2015.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesa, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 209-236, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. II).

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Os fornos quentes*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

GUEVARA, Ernesto Che; SADER, Eder (org.). *Che Guevara: Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. O socialismo e o homem em Cuba. In: _____; SADER, Eder (org.). *Che Guevara: Política*. São Paulo: Expressão Popular, p. 247-268, 2011.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 15-35, 2015.

GUNDER FRANK, Andre. Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-100, 2012.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y Género. *Revista Cubana Salud Pública*. v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic., p. 77-88, 2001.

HARRES, Marluza Marques. História Oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HERLER, Thomaz Joezer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. Maio de 1968. In: _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, p. 375-390, 2016.

_____. *O novo século: entrevista a Antônio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Problemas da história do comunismo. In: _____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 15-24, 2015.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

_____. *Viva la Revolución: a era das utopias na América Latina*. São Paulo Companhia das Letras, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

hooks, bell. Mulheres negras: moldado a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, jan.-abr., p. 193-210, 2015.

HUR, Domenico Uhng. Memória e esquecimento: pacto denegativo e contrato narcísico guerrilheiro. *Psicologia Política*, vol. 14, nº 31, p. 481-498. set.-dez., 2014.

HUR, Domenico Uhng. Memórias da guerrilha: construção e transformação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), p. 311-320, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de arte do Rio, 2014.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do mar cinzento. Terceira Parte: Victor Meyer, um revolucionário*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KAREPOVS, Dainis. Biografias de esquerda: Memórias sobre a ditadura. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 6, p. 316-357, 2012.

_____. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora UNESP, 2003.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, p. 305-328, 2006.

_____. Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico. In: _____. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, p. 27-73, 2014.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 36-55, 2015.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína (org.); FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 167-182, 2011.

LIMA, Edileuza Pimenta de. *ALN - Ação e Testemunho da Luta Armada contra a Ditadura*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, Edileuza Pimenta de. *"Trabalhador: arme-se e liberte-se": A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. 2007. Monografia (Bacharelado em História) – Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Edileuza Pimenta de; SILVA JR., Edson Teixeira. *Virgílio Gomes da Silva: De retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984.

LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. *Gênero plural: um debate transdisciplinar*. Curitiba: Editora UFPR, p. 201-220, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); FERREIRA, Jorge (org.); ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-64, 2000.

LONDON, Jack. *O tacão de ferro*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro (org.); BISSO, Benito (org.). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-37, 2009.

LOURENÇO, Oswaldo. *Companheiros de viagem*. Vol. I (Movimento Sindical Santista; Memórias do Macuco; Com Marighela). São Paulo: Editora Maturidade, 2005.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

LÖWY, Michael. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Michael Löwy – A teoria da revolução no jovem Marx. TV Boitempo. Mountain View: Google, 2012 (1h 18min e 45s). Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=ZWaWiFdr2kI&t=1580s>> acesso em: 18 de setembro de 2020.

_____. (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael; BESANCENOT, Oliver. *Afinidades revolucionária: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LUNGARETTI, Celso. “Cláudio Louco”, o guerrilheiro que todos preferem esquecer. *Congresso em foco*, 30 de out. de 2009. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/claudio-louco-o-guerrilheiro-que-todos-preferem-esquecer/>>, acessado em: 19 de fevereiro de 2020.

_____. *Náufrago da Utopia: vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MACIEL, David; DEMIER, Felipe. O Regime da Espada: o Ato Institucional nº 5 e a consolidação do *cesarismo militar* no Brasil. In: BENJAMIN, Cid (org.); DEMIER, Felipe (org.). *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de esquerda: firmação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *VPR: contra a ditadura, pela revolução*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 96-110, 2015.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MAGALHÃES, Vera Silvia. *Memória Política – Vera Silvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

MARCHESI, Aldo. *Hacer la Revolución: Guerrillas latino-americanas, de los años sessenta a la caída del Muro*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno editores, 2019. Disponível para Kindle.

MARIGHELLA, Carlos; SAFATLE, Vladimir (org.). *Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini (agosto, 1990). In: TRASPADINI, Roberta (org.); STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, p. 55-128, 2011.

MARTINELLI, Renato. *Um grito de coragem: memórias da luta armada*. São Paulo: Com-Arte, 2006.

- MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 239-290, 2007.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Napoleão*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____; _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASSERONI, Vinícius. Na disputa das memórias: a caracterização dos objetivos da luta armada na memória de seus militantes (1968-1972). In: PEREIRA, Denise (org.); JOHANSEN, Elizabeth (org.). *História: Espaço Fecundo para Diálogos*. Ponta Grossa: Atena, 2019, p. 58-73.
- MASSERONI, Vinícius; DARSKI, Bárbara. Os Atos Institucionais e o Supremo Tribunal Federal. *Sillogés*, Rio Grande do Sul, v. 3, p. 328-357, 2020.
- MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto (org.); MATTEUCCI, Nicola (org.); PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 1114-1116, 1998.
- MATOS, Olgaria. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx a nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. Em busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 197-226, 2007.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002
- MECHI, Patrícia Sposito. A experiência guerrilheira do PCdoB no Araguaia. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 237-254, 2015.
- _____. A Guerrilha do Araguaia e a Repressão Contra Camponeses: reflexões sobre os fundamentos e as práticas repressivas do estado brasileiro em tempos de ditadura. *História Revista* (UFG. Impresso), v. 20, p. 48-70, 2016.
- _____. Contra a revolução, a barbárie. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 1, p. 28-30, 2013.
- _____. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

- MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014a.
- MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, p. 157-188, 2014b.
- MERTZ, Clarissa. *Democracia, Direitos Humanos e Ditadura Militar no Brasil: a capilarização da Vanguarda Popular Revolucionária no interior do Rio Grande do Sul por meio da Sociedade Pesqueira Alto Uruguai e a trajetória de Roberto Antonio de Fortini como exemplos de (micro) resistência ao regime ditatorial*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração Direitos Humanos, Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017
- MEYER, Victor. Acerca do autor e sua obra: Ernesto Martins, Eric Czaczkes Sachs. In: SACHS, Éric. *Qual a Herança da revolução russa e outros textos*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988. Reproduzido no site: <<http://centrovictormeyer.org.br/>> Acessado em 30 jun. 2020.
- MIR, Luís. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- MOMESSO, Luiz. *José Duarte: Um maquinista da história*. São Paulo: Oito de Março, 1988.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Notas sobre a POLOP e Eric Sachs. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 188, p. 01-37, janeiro, 2017a.
- _____. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.
- _____. O caráter socialista da revolução no Brasil. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, p. 139-143 2019.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto et al. *O ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.
- MONTEIRO, Adalberto (org.). *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucilia de Almeida (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 241-272, 2013.
- MORAES, Irineu Luís de. *Lutas camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MORAES, Jô. *Uma história para Érica: fragmentos da vida sob a ditadura militar*. Belo Horizonte: VFazitto, 2002.
- MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sônia Angel: Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Gráfica MEC, 1994.
- MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MOTTA, Flávia Mattos; ASSIS, Glaucia de Oliveira. Honra. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 400-405, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)* (Coleção o Brasil Republicano, vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-26, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A “estranha derrota”: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, Marcos (org.); CZAJKA, Rodrigo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 317-338, 2013.

_____. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das ditaduras do século XX*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 96-106, 2015.

NAPOLITANO, Marcos (org.); CZAJKA, Rodrigo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, vol. 10, dez, p. 7-28, 1993.

NORBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

NERY, Virgílio Sena. *Entre lutas e despedidas: da dissidência comunista da Guanabara à autocrítica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-1976)*. Dissertação (Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2016.

NETO, André de Faria Pereira; MONTENEGRO, Antonio Torres; MACHADO, Bárbara Araújo. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente. *História Oral*, Rio de Janeiro, V. 10, nº 2, p. 113-126, 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARXISMO-LENINISMO-MAOÍSMO. *Problemas da história do Partido Comunista do Brasil*. S/L: Edições Seara Vermelha, 2016.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. 2007. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Márcio Amêndola de. *Zequinha Barreto, um revolucionário brasileiro*. Osasco: Instituto Socialismo e Democracia José Campos Barreto – “Zequinha Barreto”; Sindicato dos Químicos Unificados de Plásticos, Abrasivos e Similares de Campinas, Osasco, Vinhedo e Regiões, 2008;

_____. *Zequinha Barreto: um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés*. A formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um Partido Contra a Corrente: Teses e Disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Freira de Santana, 2015.

PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela: a história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

_____. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PASSERINI, Luisa. Feridas da memória: identidade feminina e violência política. In: _____. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, p. 33-94, 2011a.

_____. Gênero ainda é uma categoria útil para história oral?. In: _____. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, p. 97-106, 2011b.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara, reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1998.

PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memória romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

PEDROSO Júnior, Antonio. *Márcio, o Guerrilheiro: Vida e morte de um jovem preparado para vencer*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREZ, Ricardo. *Trajetória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ALN*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2017.

PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Introdução – Caminhos da Revolução Brasileira. In: _____. (org.). *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, p. 9-92, 2019.

PEZZONIA, Rodrigo. Entre o “massismo” e o “militarismo”: embates teóricos da luta armada em Fernando Andrade e Jamil Rodrigues. *OPSSIS*, Catalão, vol. 14, nº. 1, p. 38-59 - jan.-jun., 2014.

PLATÃO, Fedro. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2016.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Plena, 2009.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: Um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: Uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

PONGE, Robert. Maio de 1968: um mês que abalou a França. In: _____ (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 35-43, 2018.

PONTES FILHO, Ivaldo. Apresentação. In: ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (ORM-POLOP). *Curso básico*. Salvador: s/e, p. 07-11, 2010, p.07.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fato: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

_____. A forma oral da lei: O processo “7 de abril” e a história. In: _____. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. História Oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, p. 9-26, 2016, p. 19.

_____. O que a história oral faz diferente?. *Projeto História*, nº 14, fev., p. 25-39, 1997a.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, nº 15, abr., p. 13-49, 1997b.

_____. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in Oral History*. New York: State University of New York press, 1991.

_____. The death of Luigi Trastulli: Memory and the event. In: _____. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in Oral History*. New York: State University of New York press, p. 1-26, 1991.

_____. *They Say in Harlan County: An Oral History*. New York: Oxford University Press, 2010.

POZZI, Pablo (ed.); PÉREZ, Claudio (ed.). *Historia oral e historia política: izquierda y lucha armada en América Latina, 1960-1990*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, p.71-96, 2010.

PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero/intolerância. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 715-718, 2019

QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2 vols., 2015.

QUADROS, Carlos. *Jacob Gorender, um militante comunista: estudo de uma trajetória política e intelectual no marxismo brasileiro (1923-1970)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

QUARTIM DE MORAES, João. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: _____ (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. I, o impacto das revoluções. Campinas: UNICAMP, p. 109-160, 2007a.

_____. Concepções comunistas do Brasil Democrático esperanças e crispações (1944-1954). In: _____ (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. III, teorias, interpretações. Campinas: UNICAMP, p. 197-244, 2007b.

_____. O Programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: _____ (org.); DEL ROIO, Marcos (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. IV, visões do Brasil. Campinas: UNICAMP, p. 161-228, 2007c.

_____. Régis Debray and the Brazilian Revolution. *New Left Review*, Londres, vol. 59, jan.-fev., p. 61-82, 1970.

_____. VPR: os leninistas e outros. In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, p. 227-238, 2003.

RABELO, José Benedito Nobre. *Terror e êxtase: anos 70*. São Luís: s.c.p., 2009.

RECONDO, Felipe. *Tanques e togas: o STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. *Memória Social e Guerrilha do Araguaia*. Dissertação de Mestrado, Goiânia/GO, Faculdade de Ciências Sociais (Sociologia) – UFG, 2013.

REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar: Memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo: Viramundo, 2000.

RIBEIRO, Adriana Maria. A Baixada era nossa Sierra Maestra!. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº 14, p. 245-261, 2018a.

_____. *Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)*. 2018. 238f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018b.

_____. *Todo Comunista tem de ir aonde o povo está*. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense na década de 1970. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Adriana Maria; SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada aos movimentos sociais: a trajetória do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 135-151, 2015.

RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 1968 no mundo. In: PONGE, Robert (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 22-34, 2018.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *As mulheres da Ação Libertadora Nacional*. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 173-197, 2015.

_____. *Memória, história e sociedade: a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda, 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3 vols., 2010.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS, Daniel Aarão (org.); FERREIRA, Jorge (org.); ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: O tempo das dúvidas (do declínio das utopias às globalizações)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 133-160, 2000.

_____. *Ação Popular: Cristianismo e Marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: UNICAMP, p. 227-302, 2007a.

_____. A época de 1968: cultura e política. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *1968: 40 anos depois. História e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 81-90, 2009.

_____. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social: revista de sociologia*. São Paulo, vol. 2, nº 2, p. 113-128, 1990.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); RIDENTI, Marcelo (org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 30-47, 2014a.

_____. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014b.

_____. Esquerdas armadas urbanas: 1964 – 1974. In: _____ (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 105-152, 2007b.

_____. Esquerdas Revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*, vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 21-52, 2007c. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

_____. Nota sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighella. In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, p. 207-216, 2003.

_____. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: AARÃO REIS, Daniel (org.); RIDENTI, Marcelo (org.); MOTTA,

Rodrigo Patto Sá(org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, p. 53-66, 2004.

_____. The Debate over Military (or Civilian Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 37, n. 1, pp. 33-42, 2018.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 307-334, 1998.

ROCHA, André Ítalo; BRIDI, Carla. Toffoli diz que prefere chamar ditadura militar de 'movimento de 1964'. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,toffoli-nao-vi-projeto-nacional-mesmo-a-uma-semana-da-eleicao,70002527529>> acessado em 29 de outubro de 2018.

ROCHA, Gilvan. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e combates: uma História Oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 205-251, 2001; SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, p. 199-217, 2009a.

_____. A ideia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: ROLLEMBERG, Denise (org.). *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 111-130, 1994.

_____. Debate no exílio: em busca da revolução. In: In: RIDENTI, Marcelo (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 291-340, 2007.

_____. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.); ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e Memória das ditaduras do século XX*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 77-95, 2015.

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, p. 81-92, 2014.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 43-92, 2013.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999.

_____. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell (org.); TELES, Edson; TELES (org.), Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. II. São Paulo: Editora Hucitec, p. 569-577, 2009b.

_____. *Resistência: história da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise (org.); QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.11-32, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 01-36, 2017.

ROLLEMBERG, Denise (org.); QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 vols., 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino: Osasco*, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

RUY, José Carlos (org.); BUONICORE, Augusto César (org.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990;

SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: Fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007a.

_____. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº 48, p. 313-334, jan.-jun., 2013

_____. Da luta armada ao Governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*, vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163-183, 2007b. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. III).

_____. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. São Paulo: Editora Edusp, 2020.

_____. (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

_____. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311. maio/ago. 2017.

_____. O PCdoB nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, Campinas/SP, v. x, p. 13-49, 2001.

_____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória Política. In: RIDENTI, Marcelo (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 63-104, 2007c.

_____. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: Propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH-UNICAMP, 2000.

SALINAS, João Roberto. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SALLES, Pinheiro. *Confesso que peguei em armas*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Andréa Cristina. *Ação entre amigos: história da militância do PCdoB em Salvador (1965-1973)*. dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (1975-1985)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa* (Cartas para Nelson). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 3-21, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 à 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e realidade*, Porto Alegre, Vol. 20, nº 2, p. 71-99, 1995.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 217-240, 2013.

_____. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. VI: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, p. 13-62, 2007.

SEGRILLO, Angelo. O ano de todas as possibilidades. In: SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, p. 53-104, 2006.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percurso de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, p. 37-58, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003a.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro; Seropédica: Mauad X; Edur, 2008.

SILVA, Carla Luciana. Vanguarda Popular Revolucionária: massas, foquismo e repressão. *História debates e Tendências*, Passo Fundo, vol. 19, nº. 3, p. 494-512, set.-dez., 2019.

SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.); AARÃO REIS, Daniel (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 101-140, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. II).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 243-282, 2013.

SILVA, Izabel Pimentel da. De Estudantes a Guerrilheiros: A trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a Luta Armada no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970. *Revista Taller*, v. 2, p. 78-89, 2013.

_____. Éramos "Oito": A Trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de outubro (1964-1973). *Dia-logos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 139-150, 2011.

_____. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de outubro. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015.

SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção: vida e ação de Joaquim Câmara Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

SILVA, Magno Francisco da. *Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)*. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica*. Breviário de inseguranças. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo*. 2007. 267f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA JR., Edson Teixeira. *Carlos: a face oculta de Marighella*. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História do programa de pós-graduação, Universidade de Vassouras, Vassouras, 1999.

SILVA JR., Edson Teixeira. “*Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil*”: a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015.

SILVA JR., Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Repressão Política*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013a.

_____. Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964. *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 2, jul.-dez., p. 384-401, 2013b.

SILVEIRA, Itamar Flávio; CARVALHO, Suelem. *O Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2016.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 183-232, 2014a.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV editora, p. 231-270, 2003.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 248-251, p. 2019.

SOLOMON, Andrew. *O demônio do meio-dia*. Uma anatomia da depressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SORIANO, Francisco. *A grande partida: anos de chumbo*. S.l.: OR Editores, 2006.

SOUSA, Ana Luiza de Oliveira e. *As mulheres na luta contra a ditadura militar: Maria Augusta Thomaz e outras memórias*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUSA, Deusa Maria de. José Huberto Bronca: Da luta sindical ao Araguaia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, Daniel Gustavo da Silva e. *Ideologia do movimento revolucionário 8 de Outubro e sua atuação no município de Caratinga entre 1979 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Severino Sombra de Vassouras, Vassouras, 2008.

SOUZA, Marcio. *Entre fatos: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças*, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Goiânia: Kelps, 2018.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. “Nós também resistimos”: a luta armada em Salvador (1969-1971). In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 76-95, 2015.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: EDUFBA, 2013.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva; SANTOS, Taylan Santana. A história do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) no Sertão da Bahia (1969-1971). *História e luta de classes*. Marechal Cândido Rondon, ano 15, nº 29, p. 60-77, março, 2020.

STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

STRIK, Ben. Morrer para viver: *A luta de Tito de Alencar Lima contra a ditadura brasileira*. S.l.: Brasilhove, 2009.

STUDART, Hugo. *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

STEIN, Ernildo. *Órfãos da utopia: a melancolia de esquerda*. Ijuí: Ed. Unijui, 2015.

SZABO, Ladislao (org.). *Hungria 1956: ... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

TELES, Janaína de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: O projeto de história oral dos presos políticos no Brasil. In: DELLAMORE, Carolina (org.); AMATO, Gabriel (org.); BATISTA, Natália Batista (org.). *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, p. 239-259, 2017.

_____. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *História Unisinos* 18(3):464-480, Set.-Dez., 2014.

TELÓ, Fabrício. Campesinos, emociones y tentativas de resistencia armada a la dictadura empresarial-militar de Brasil. *Polis Revista Latinoamericana*, nº 53, p. 14-26, 2019a.

_____. *Organizações revolucionárias e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social: revista de sociologia*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, outubro de 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012a, 3 vols.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, Edward Palmer; NEGRO, Antonio Luigi (org.); SILVA, Sérgio (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2012b.

_____. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981.

_____. Pós-escrito: 1976. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar (org.); DUARTE, Adriano Luiz (org.). *E. P. Thompson: paixão e política*. Chapecó: Argos, p. 23-100, 2012.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória: notas para um estudo sobre o caso organização Política Operária (POLOP)*. Dissertação (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2013.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. *“A questão financeira é uma questão política”*. Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2013.

TORRES, Mateus Gamba. O Golpe, o Ato, os Juristas e o STF: uma História da Recepção da Ditadura no Campo Jurídico. *Direitos Humanos e Democracia*, nº 7, jan./jun, p. 47-64, 2016.

_____. O judiciário e o ato institucional nº5: repressão e acomodação em 1968. *Movimentação*, Dourados, v. 5, nº. 9, p. 125-138, 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>>

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

_____. *Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória*. Belo Horizonte/ Veneza: Editora Ayiné, 2018.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. *Folha de São Paulo*, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>> acessado em 08 de janeiro de 2020.

VARELLA, Flávia *et al* (org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VECHIA, Renato da Silva Della. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 111-134, 2015.

_____. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria (org.); TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, p. 330-333, p. 2019.

VIANA, Gilney Amorim. *131-D, Linhares: Memorial da prisão política*. Contagem: Editora História, 1979.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 331-364, 2007. (Coleção *As Esquerdas no Brasil*, vol. I).

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIEGAS, Pedro. *Trajetória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, Amarildo Aparecido. *POLOP: imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. *Da guerra fria à Crise (1945 a 1992)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

VISENTINI, Paulo Fagundes et. al. *Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: ediciones península, 2000.

WINN, Peter. Prefacio. In: WINN, Peter et. al. *No hay mañana sin ayer: Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2016. Disponível para Kindle.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, p. 975-989, 2015.

_____. Razón y emoción: mujeres militantes en las dictaduras del Cono Sur. *Historia del Presente*, v. 33, p. 75-87, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO Soraia Carolina de (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, , 2019. Disponível para Kindle.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

_____. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

ZEMOR, Fernando. A Primavera de Praga: o processo político-social. In: PONGE, Robert (org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: FCM, p. 44-57, 2018.